



CÂMARA DOS DEPUTADOS
CENTRO DE FORMAÇÃO, TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM PODER LEGISLATIVO

ALEXANDRE LIN

OS EMBALOS DE VOTAÇÕES NOMINAIS NOS TEMPOS DA EMENDA IMPOSITIVA
Câmara dos Deputados

Brasília

2023

ALEXANDRE LIN

**Os embalos de votações nominais nos tempos da emenda
impositiva
Câmara dos Deputados**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre no Curso de Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados/Cefor.

Orientador: Prof. Dr. João Luiz Pereira Marciano Área de
Concentração: Poder Legislativo
Linha de Pesquisa: Processos Políticos do Poder Legislativo

Brasília

2023

Autorização

Autorizo a divulgação do texto completo no sítio da Câmara dos Deputados e a reprodução total ou parcial, exclusivamente, para fins acadêmicos e científicos.

Assinatura: Alexandre Lin

Data: 16/08/2023

Lin, Alexandre.

Os embalos de votações nominais nos tempos da emenda impositiva
[manuscrito]:Câmara dos Deputados/ Alexandre Lin. -- 2023.
212f.

Orientador: Prof. Dr. João Luiz Pereira Marciano.

Impresso por computador.

Dissertação (mestrado profissional) -- Câmara dos Deputados,
Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), 2023.

1. Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. 2. Orçamento
impositivo. 3. Votação nominal, Brasil. 4. Execução orçamentária, Brasil,
2010-2017. I. Título.

CDU 336.12(81)

Bibliotecária: Fabyola Lima Madeira – CRB1: 2109



FOLHA DE APROVAÇÃO

Título do trabalho de conclusão: Os embalos de votações nominais nos tempos da emenda impositiva

Autor: **Alexandre Lin**

Área de concentração: Poder Legislativo

Linha de pesquisa: **Gestão Pública no Poder Legislativo**

Trabalho de conclusão de curso submetido à Comissão Examinadora designada pela Coordenação do Programa de Pós-graduação do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre** em Poder Legislativo.

Trabalho aprovado em 16 de agosto de 2023.

Prof. Dr. João Luiz Pereira Marciano
Programa de Pós-Graduação/Câmara dos Deputados

Prof. Dr. Maurício Schneider
Programa de Pós-Graduação/Câmara dos Deputados

Prof. Dr. João Henrique Pederiva
Senado Federal

AGRADECIMENTOS

A todos que possibilitaram a realização do curso, em especial aqueles que o financiaram.

RESUMO

Esta dissertação procura estabelecer se há relação entre execução orçamentária de emenda individual e apoio legislativo medido por meio de votações nominais, antes e depois que as emendas impositivas começaram a vigorar em 2014. Para isso, foram coletados dados da Câmara dos Deputados de 2010 a 2017 para serem analisados empregando estatística descritiva e exploratória. Os resultados sugerem que, na execução orçamentária, há favorecimento geral dos aliados nos anos sem emenda impositiva e que, em regra, esse efeito não mais é detectável nos anos com emenda impositiva, a não ser de forma discreta e localizada. Já para a execução financeira, em todos os anos, a regra geral é de que não há favorecimento dos aliados quando isolados os efeitos herdados da execução orçamentária.

Palavras-chave: emenda impositiva; emendas orçamentárias individuais; votações nominais.

ABSTRACT

This dissertation seeks to establish whether there is a relationship between budget execution of individual parliamentary amendments and legislative support measured through roll-call votes, before and after the mandatory execution of individual amendments came into effect in 2014. To this end, data were collected from Brazilian Chamber of Deputies from 2010 to 2017 to be analyzed employing descriptive and exploratory statistics. The results seem to imply that, in budget execution, there is a general favoring of allies in the years when there's no mandatory execution of individual budget amendment and that, as a rule, this effect is no longer detectable in the years when mandatory execution of individual budget amendment is applicable, except in a discrete and localized way. As for financial execution, in all years, the general rule is that there is no favoritism of allies when the effects inherited from budget execution are isolated.

Keywords: mandatory budget; individual parliamentary amendments to budget bill; roll-call votes.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Número de amostras em 2010	43
Figura 2 – Gráfico de dispersão de deputados 2010	44
Figura 3 – Correlação entre TEE e TG agrupado por partido em 2010	46
Figura 4 – Boxplot de execução orçamentária 2010	47
Figura 5 – Histograma comparada de execução de emenda 2010	48
Figura 6 – Proporção de deputados entre os maiores executores de emenda 2010	49
Figura 7 – Boxplot de execução orçamentária 2010	50
Figura 8 – Histograma comparada de execução de emenda 2010	51
Figura 9 – Proporção de deputados entre os maiores executores de emenda 2010	52
Figura 10 – Proporção de deputados entre os maiores executores de emenda 2010	53
Figura 11 – Boxplot de execução orçamentária 2010	54
Figura 12 – Gráfico de dispersão de deputados 2011	56
Figura 13 – Correlação entre TEE e TG agrupado por partido em 2011	57
Figura 14 – Boxplot de execução orçamentária 2011	58
Figura 15 – Histograma comparada de execução de emenda 2011	59
Figura 16 – Proporção de deputados entre os maiores executores de emenda 2011	60
Figura 17 – Boxplot de execução orçamentária 2011	61
Figura 18 – Histograma comparada de execução de emenda 2011	62
Figura 19 – Proporção de deputados entre os maiores executores de emenda 2011	63
Figura 20 – Proporção de deputados entre os maiores executores de emenda 2011	64
Figura 21 – Boxplot de execução orçamentária 2011	65
Figura 22 – Gráfico de dispersão de deputados 2012	66
Figura 23 – Correlação entre TEE e TG agrupado por partido em 2012	68
Figura 24 – Boxplot de execução orçamentária 2012	69
Figura 25 – Histograma comparada de execução de emenda 2012	70
Figura 26 – Proporção de deputados entre os maiores executores de emenda 2012	71
Figura 27 – Boxplot de execução orçamentária 2012	72
Figura 28 – Histograma comparada de execução de emenda 2012	73
Figura 29 – Proporção de deputados entre os maiores executores de emenda 2012	74
Figura 30 – Proporção de deputados entre os maiores executores de emenda 2012	75
Figura 31 – Boxplot de execução orçamentária 2012	76
Figura 32 – Gráfico de dispersão de deputados 2013	77
Figura 33 – Correlação entre TEE e TG agrupado por partido em 2013	79
Figura 34 – Boxplot de execução orçamentária 2013	80
Figura 35 – Histograma comparada de execução de emenda 2013	81

Figura 36 – Proporção de deputados entre os maiores executores de emenda 2013	82
Figura 37 – Boxplot de execução orçamentária 2013	83
Figura 38 – Histograma comparada de execução de emenda 2013	84
Figura 39 – Proporção de deputados entre os maiores executores de emenda 2013	85
Figura 40 – Proporção de deputados entre os maiores executores de emenda 2013	86
Figura 41 – Boxplot de execução orçamentária 2013	87
Figura 42 – Gráfico de dispersão de deputados 2014	88
Figura 43 – Correlação entre TEE e TG agrupado por partido em 2014	89
Figura 44 – Boxplot de execução orçamentária 2014	90
Figura 45 – Histograma comparada de execução de emenda 2014	91
Figura 46 – Proporção de deputados entre os maiores executores de emenda 2014	92
Figura 47 – Boxplot de execução orçamentária 2014	93
Figura 48 – Histograma comparada de execução de emenda 2014	94
Figura 49 – Proporção de deputados entre os maiores executores de emenda 2014	95
Figura 50 – Proporção de deputados entre os maiores executores de emenda 2014	96
Figura 51 – Boxplot de execução orçamentária 2014	97
Figura 52 – Gráfico de dispersão de deputados 2015	99
Figura 53 – Correlação entre TEE e TG agrupado por partido em 2015	100
Figura 54 – Boxplot de execução orçamentária 2015	101
Figura 55 – Histograma comparada de execução de emenda 2015	102
Figura 56 – Proporção de deputados entre os maiores executores de emenda 2015	103
Figura 57 – Boxplot de execução orçamentária 2015	104
Figura 58 – Histograma comparada de execução de emenda 2015	105
Figura 59 – Proporção de deputados entre os maiores executores de emenda 2015	106
Figura 60 – Proporção de deputados entre os maiores executores de emenda 2015	107
Figura 61 – Boxplot de execução orçamentária 2015	108
Figura 62 – Gráfico de dispersão de deputados 2016	110
Figura 63 – Correlação entre TEE e TG agrupado por partido em 2016	111
Figura 64 – Boxplot de execução orçamentária 2016	112
Figura 65 – Histograma comparada de execução de emenda 2016	113
Figura 66 – Proporção de deputados entre os maiores executores de emenda 2016	114
Figura 67 – Boxplot de execução orçamentária 2016	115
Figura 68 – Histograma comparada de execução de emenda 2016	116
Figura 69 – Proporção de deputados entre os maiores executores de emenda 2016	117
Figura 70 – Proporção de deputados entre os maiores executores de emenda 2016	118
Figura 71 – Boxplot de execução orçamentária 2016	119
Figura 72 – Participação das emendas exclusivas no total das emendas individuais:	120
Figura 73 – Gráfico de dispersão de deputados 2017	121
Figura 74 – Correlação entre TEE e TG agrupado por partido em 2017	122

Figura 75 – Boxplot de execução orçamentária 2017	123
Figura 76 – Histograma comparada de execução de emenda 2017	124
Figura 77 – Proporção de deputados entre os maiores executores de emenda 2017	125
Figura 78 – Boxplot de execução orçamentária 2017	126
Figura 79 – Histograma comparada de execução de emenda 2017	127
Figura 80 – Proporção de deputados entre os maiores executores de emenda 2017	128
Figura 81 – Proporção de deputados entre os maiores executores de emenda 2017	129
Figura 82 – Boxplot de execução orçamentária 2017	130
Figura 83 – Apoio legislativo resulta em execução orçamentária:	131
Figura 84 – Apoio legislativo resulta em execução financeira:	133
Figura 85 – Boxplot de execução financeira 2010	134
Figura 86 – Boxplot de execução financeira 2011	135
Figura 87 – Proporção entre os maiores executores financeiros 2011	136
Figura 88 – Boxplot de execução financeira 2016	137
Figura 89 – Deputados com execução financeira nula 2010	149
Figura 90 – Gráfico de dispersão de deputados 2010	150
Figura 91 – Correlação entre TEE e TG agrupado por partido em 2010	151
Figura 92 – Boxplot de execução financeira 2010	152
Figura 93 – Histograma comparada de execução de emenda 2010	153
Figura 94 – Proporção de deputados entre os maiores executores de emenda 2010	153
Figura 95 – Boxplot de execução financeira 2010	154
Figura 96 – Histograma comparada de execução de emenda 2010	155
Figura 97 – Proporção de deputados entre os maiores executores de emenda 2010	155
Figura 98 – Proporção de deputados entre os maiores executores de emenda 2010	156
Figura 99 – Boxplot de execução financeira 2010	156
Figura 100–Deputados com execução financeira nula 2011	157
Figura 101–Gráfico de dispersão de deputados 2011	158
Figura 102–Correlação entre TEE e TG agrupado por partido em 2011	159
Figura 103–Boxplot de execução financeira 2011	160
Figura 104–Histograma comparada de execução de emenda 2011	161
Figura 105–Proporção de deputados entre os maiores executores de emenda 2011	161
Figura 106–Boxplot de execução financeira 2011	162
Figura 107–Histograma comparada de execução de emenda 2011	163
Figura 108–Proporção de deputados entre os maiores executores de emenda 2011	163
Figura 109–Proporção de deputados entre os maiores executores de emenda 2011	164
Figura 110–Boxplot de execução financeira 2011	164
Figura 111–Deputados com execução financeira nula 2012	165
Figura 112–Gráfico de dispersão de deputados 2012	166
Figura 113–Correlação entre TEE e TG agrupado por partido em 2012	167

Figura 114–Boxplot de execução financeira 2012	168
Figura 115–Histograma comparada de execução de emenda 2012	169
Figura 116–Proporção de deputados entre os maiores executores de emenda 2012	169
Figura 117–Boxplot de execução financeira 2012	170
Figura 118–Histograma comparada de execução de emenda 2012	171
Figura 119–Proporção de deputados entre os maiores executores de emenda 2012	171
Figura 120–Proporção de deputados entre os maiores executores de emenda 2012	172
Figura 121–Boxplot de execução financeira 2012	172
Figura 122–Deputados com execução financeira nula 2013	173
Figura 123–Gráfico de dispersão de deputados 2013	174
Figura 124–Correlação entre TEE e TG agrupado por partido em 2013	175
Figura 125–Boxplot de execução financeira 2013	176
Figura 126–Histograma comparada de execução de emenda 2013	177
Figura 127–Proporção de deputados entre os maiores executores de emenda 2013	177
Figura 128–Boxplot de execução financeira 2013	178
Figura 129–Histograma comparada de execução de emenda 2013	179
Figura 130–Proporção de deputados entre os maiores executores de emenda 2013	179
Figura 131–Proporção de deputados entre os maiores executores de emenda 2013	180
Figura 132–Boxplot de execução financeira 2013	180
Figura 133–Deputados com execução financeira nula 2014	181
Figura 134–Gráfico de dispersão de deputados 2014	182
Figura 135–Correlação entre TEE e TG agrupado por partido em 2014	183
Figura 136–Boxplot de execução financeira 2014	184
Figura 137–Histograma comparada de execução de emenda 2014	185
Figura 138–Proporção de deputados entre os maiores executores de emenda 2014	185
Figura 139–Boxplot de execução financeira 2014	186
Figura 140–Histograma comparada de execução de emenda 2014	187
Figura 141–Proporção de deputados entre os maiores executores de emenda 2014	187
Figura 142–Proporção de deputados entre os maiores executores de emenda 2014	188
Figura 143–Boxplot de execução financeira 2014	188
Figura 144–Deputados com execução financeira nula 2015	189
Figura 145–Gráfico de dispersão de deputados 2015	190
Figura 146–Correlação entre TEE e TG agrupado por partido em 2015	191
Figura 147–Boxplot de execução financeira 2015	192
Figura 148–Histograma comparada de execução de emenda 2015	193
Figura 149–Proporção de deputados entre os maiores executores de emenda 2015	193
Figura 150–Boxplot de execução financeira 2015	194
Figura 151–Histograma comparada de execução de emenda 2015	195
Figura 152–Proporção de deputados entre os maiores executores de emenda 2015	195

Figura 153–Proporção de deputados entre os maiores executores de emenda 2015	196
Figura 154–Boxplot de execução financeira 2015	196
Figura 155–Deputados com execução financeira nula 2016	197
Figura 156–Gráfico de dispersão de deputados 2016	198
Figura 157–Correlação entre TEE e TG agrupado por partido em 2016	199
Figura 158–Boxplot de execução financeira 2016	200
Figura 159–Histograma comparada de execução de emenda 2016	201
Figura 160–Proporção de deputados entre os maiores executores de emenda 2016	201
Figura 161–Boxplot de execução financeira 2016	202
Figura 162–Histograma comparada de execução de emenda 2016	203
Figura 163–Proporção de deputados entre os maiores executores de emenda 2016	203
Figura 164–Proporção de deputados entre os maiores executores de emenda 2016	204
Figura 165–Boxplot de execução financeira 2016	204
Figura 166–Deputados com execução financeira nula 2017	205
Figura 167–Gráfico de dispersão de deputados 2017	206
Figura 168–Correlação entre TEE e TG agrupado por partido em 2017	207
Figura 169–Boxplot de execução financeira 2017	208
Figura 170–Histograma comparada de execução de emenda 2017	209
Figura 171–Proporção de deputados entre os maiores executores de emenda 2017	209
Figura 172–Boxplot de execução financeira 2017	210
Figura 173–Histograma comparada de execução de emenda 2017	211
Figura 174–Proporção de deputados entre os maiores executores de emenda 2017	211
Figura 175–Proporção de deputados entre os maiores executores de emenda 2017	212
Figura 176–Boxplot de execução financeira 2017	212

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Taxa de execução de emenda de 2010	45
Quadro 2 – Taxa de governismo de 2010	45
Quadro 3 – Taxa de execução de emenda de 2011	56
Quadro 4 – Taxa de governismo de 2011	56
Quadro 5 – Taxa de execução de emenda de 2012	67
Quadro 6 – Taxa de governismo de 2012	67
Quadro 7 – Taxa de execução de emenda de 2013	78
Quadro 8 – Taxa de governismo de 2013	78
Quadro 9 – Taxa de execução de emenda de 2014	89
Quadro 10 – Taxa de governismo de 2014	89
Quadro 11 – Taxa de execução de emenda de 2015	99
Quadro 12 – Taxa de governismo de 2015	99
Quadro 13 – Taxa de execução de emenda de 2016	110
Quadro 14 – Taxa de governismo de 2016	111
Quadro 15 – Taxa de execução de emenda de 2017	121
Quadro 16 – Taxa de governismo de 2017	122

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

χ^2	Teste qui-quadrado
CEBRAP	Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
EC	Emenda constitucional
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
MWU	Teste U de Mann-Whitney
OI	Orçamento impositivo
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PLOA	Projeto de Lei Orçamentária Anual
TEE	Taxa de execucao de emenda
TG	Taxa de governismo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	23
2	REVISÃO DE LITERATURA	25
2.1	<i>PORK</i> E OS SETE ANÕES DO ORÇAMENTO	25
2.2	AOS AMIGOS, EMPENHO; AOS INIMIGOS, A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL	26
2.3	FISCAL DE VOTO ALHEIO	27
2.4	É DANDO QUE NÃO SE RECEBE	28
2.5	UM GRITO DE LIBERDADE SEM JOGAR O PIRES FORA	29
2.6	IMPEDIMENTO POLÍTICO EM PELE DE IMPEDIMENTO TÉCNICO	31
2.7	DEVO, NÃO NEGO, PAGO QUANDO PUDER	32
3	METODOLOGIA	35
3.1	HIPÓTESES	35
3.2	COLETA E TRATAMENTO DE DADOS	35
3.2.1	Variável 1: taxa de execução de emenda	36
3.2.2	Variável 2: taxa de governismo	38
3.3	TÉCNICAS	39
3.4	OBSTÁCULOS	40
4	RESULTADOS	43
4.1	SEM EMENDA IMPOSITIVA: EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2010	43
4.1.1	Análise exploratória de dados e estatística descritiva	43
4.1.2	Análise por partido	45
4.1.3	Análise por coalizão formal	46
4.1.4	Análise por apoio efetivo	49
4.1.5	Análise por categorias de votante	52
4.1.6	Síntese de 2010	54
4.2	SEM EMENDA IMPOSITIVA: EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2011	55
4.2.1	Análise exploratória de dados e estatística descritiva	55
4.2.2	Análise por partido	57
4.2.3	Análise por coalizão formal	57
4.2.4	Análise por apoio efetivo	60
4.2.5	Análise por categorias de votante	63
4.2.6	Síntese de 2011	65
4.3	SEM EMENDA IMPOSITIVA: EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2012	66

4.3.1	Análise exploratória de dados e estatística descritiva	66
4.3.2	Análise por partido	67
4.3.3	Análise por coalizão formal	68
4.3.4	Análise por apoio efetivo	71
4.3.5	Análise por categorias de votante	74
4.3.6	Síntese de 2012	76
4.4	SEM EMENDA IMPOSITIVA: EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2013	77
4.4.1	Análise exploratória de dados e estatística descritiva	77
4.4.2	Análise por partido	78
4.4.3	Análise por coalizão formal	79
4.4.4	Análise por apoio efetivo	82
4.4.5	Análise por categorias de votante	85
4.4.6	Síntese de 2013	87
4.5	COM EMENDA IMPOSITIVA: EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2014	88
4.5.1	Análise exploratória de dados e estatística descritiva	88
4.5.2	Análise por partido	89
4.5.3	Análise por coalizão formal	90
4.5.4	Análise por apoio efetivo	92
4.5.5	Análise por categorias de votante	95
4.5.6	Síntese de 2014	97
4.6	COM EMENDA IMPOSITIVA: EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2015	98
4.6.1	Análise exploratória de dados e estatística descritiva	98
4.6.2	Análise por partido	99
4.6.3	Análise por coalizão formal	100
4.6.4	Análise por apoio efetivo	103
4.6.5	Análise por categorias de votante	106
4.6.6	Síntese de 2015	108
4.7	COM EMENDA IMPOSITIVA: EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2016	108
4.7.1	Análise exploratória de dados e estatística descritiva	108
4.7.2	Análise por partido	111
4.7.3	Análise por coalizão formal	112
4.7.4	Análise por apoio efetivo	114
4.7.5	Análise por categorias de votante	117
4.7.6	Síntese de 2016	119
4.8	COM EMENDA IMPOSITIVA: EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2017	120
4.8.1	Análise exploratória de dados e estatística descritiva	120
4.8.2	Análise por partido	122
4.8.3	Análise por coalizão formal	122
4.8.4	Análise por apoio efetivo	125

4.8.5	Análise por categorias de votante	128
4.8.6	Síntese de 2017	130
4.9	SÍNTESE GERAL DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	131
4.10	EXECUÇÃO FINANCEIRA DE 2010 A 2017	132
5	CONCLUSÃO	139

Referências	141
------------------------------	------------

Glossário	145
----------------------------	------------

APÊNDICES	147
------------------	------------

	APÊNDICE A – RESULTADOS DE EXECUÇÃO FINANCEIRA . . .	149
A.1	2010	149
A.2	2011	157
A.3	2012	165
A.4	2013	173
A.5	2014	181
A.6	2015	189
A.7	2016	197
A.8	2017	205

1 INTRODUÇÃO

Em fevereiro de 2015, ao ser empossado como presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha bradou: “Nós paramos de ir, de pires na mão, mendigar verba de emendas parlamentares nos Ministérios. [...] eu não pedi favor a ninguém, eu não tive que discutir com o Palácio que o **Parlamentar A não votou com o Governo e, por isso, sua emenda não poderia ser liberada!** (Palmas.) **Isso acabou!** (Palmas)” (grifos acrescentados) (CUNHA, 2015, p. 34).

Na ocasião, o então deputado se referia à nova ordem instaurada pelo orçamento impositivo (OI) — medida que torna obrigatória a execução equitativa das emendas individuais, porém, essa mudança foi realmente capaz de alterar sobremaneira a dinâmica nas relações entre os Poderes Executivo e Legislativo? A presente dissertação pretende responder parte dessa pergunta investigando se há a troca de apoio legislativo — verificado por meio das votações nominais — por mais execução orçamentária de emenda individual.

O tema da emenda individual como barganha teve o seu auge no começo dos anos 2000 quando Ames (2001), Limongi e Figueiredo (2005), Pereira e Mueller (2002) et al debatiam se votos parlamentares eram trocados por execução orçamentária de emenda individual; e se tornou interessante novamente ao redor de 2019, quando já se podia medir e analisar, por meio de série histórica, os efeitos do orçamento impositivo — introduzido em 2014 — sobre a execução política das emendas individuais.

No entanto, os resultados das pesquisas recentes — ainda que sobre o mesmo tema, escopo e período — apresentam conclusões divergentes e até contraditórias, como apresentadas no Capítulo 2. Dessa forma, com o intuito de desvendar um ponto de vista além dos citados naquele capítulo acerca do estado da arte (Seções 2.6 e 2.7), a presente dissertação analisará o conjunto dos deputados ano a ano, bem como estudará, para aqueles cujas informações estejam disponíveis, a série histórica de deputado a deputado individualmente.

Utilizando dados abertos da Câmara dos Deputados, banco de dados do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) e do portal Siga Brasil, foram coletadas e confrontadas as votações nominais e as taxas de execução orçamentária de emenda individual dos deputados de 2010 a 2017, isto é, 4 anos sem orçamento impositivo e 4 anos com. O tratamento e modelagem desses dados usam técnicas estatísticas observacionais e descritivas.

Objetiva-se então:

1. Verificar se, nos anos imediatamente anteriores ao OI, os votos dos deputados a favor do governo seriam usados como moeda de troca para obtenção de maior taxa de execução de suas emendas ao orçamento.

2. Verificar se o resultado encontrado em objetivo 1 continua válido nos anos em que vigora o orçamento impositivo.

Em resumo, o objetivo principal é verificar se ainda há discriminação política na execução de emenda individual após o OI. Os achados nessa linha de pesquisa contribuem para os estudos sobre a dinâmica das relações políticas no presidencialismo de coalizão, em particular, o uso das emendas individuais como um dos elementos da ‘caixa de ferramentas’ do Poder Executivo na concepção de Raile, Pereira e Power (2010). Da mesma maneira, medir execução em troca de apoio legislativo ajuda a interpretar criticamente e de forma embasada a afirmação de Bertholini e Pereira (2017, p. 547) de que “[a]umentar os custos governamentais ao transferir maiores aportes de recursos para aliados políticos não gerará necessariamente os resultados desejados”.

Ademais, considerando que a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) costuma vedar o uso das execuções orçamentárias para “influir na apreciação de proposições legislativas em tramitação no Congresso Nacional” — como se vê, por exemplo, no Art. 103 da LDO 2010 ou Art. 169 da LDO 2023 —, os frutos da pesquisa pode indicar evidências de descumprimento da lei.

Incidentalmente, os resultados também podem trazer evidências de suporte para pesquisa nas áreas de modelos representativos partidário e distributivista, em especial se deputados, em troca de recursos orçamentários, tendem a votar com o partido na forma de barganha coletiva ou diretamente com o governo na forma de barganha individual. Essa não é uma questão pacífica na literatura, pois, de um lado, e.g. Pereira e Mueller (2002), afirma-se que há barganha individual dado que há correlação positiva entre apoio parlamentar ao governo e execução de emenda, mesmo controlando a endogeneidade que existe entre essas variáveis; enquanto, de outro, capitaneado por Limongi e Figueiredo (2005), admite-se que a correlação existe, mas não é uma associação causal, visto que o partido à qual pertence o deputado, se da base ou oposição, contribui mais para explicar taxa de execução de emenda do que o comportamento individual dos parlamentares.

Quanto à estrutura, no Capítulo 2 é feita a revisão literária do tema, contendo também o estado da arte; seguida pela metodologia adotada — disponível no Capítulo 3; enquanto o Capítulo 4 apresenta e discute os resultados encontrados, separados conforme os objetivos específicos da presente pesquisa. Por fim, o Capítulo 5 traz a conclusão e as considerações finais contendo também desdobramentos da pesquisa.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 *Pork* e os sete anões do orçamento

As emendas parlamentares orçamentárias individuais podem ser, e geralmente são, utilizadas para realizar políticas distributivistas com ganhos concentrados e custos difusos conhecidas como *pork* na literatura da Ciência Política. No Brasil, essas emendas “são uma forma clara na qual ocorre a representação de interesses dos eleitores no processo político brasileiro” (AMES; PEREIRA; RENNÓ, 2011, p. 244), entregando “bens públicos e recursos a localidades onde essas verbas podem ser necessárias e provavelmente indisponíveis através de outros meios. Portanto, *pork* pode ser muito importante para a sobrevivência diária dos eleitores” (AMES; PEREIRA; RENNÓ, 2011, p. 245). Daí porque eleitores brasileiros creem “que a distribuição de *pork* é uma das funções primordiais dos parlamentares e esperam que estes ajam de acordo” (AMES; PEREIRA; RENNÓ, 2011, p. 252).

Infelizmente, emendas individuais não são apenas meios legítimos e democráticos utilizados para atender aos interesses do eleitorado, como também podem prever despesas com fins corruptos originados de conluios entre agentes privados e agentes políticos (PRAÇA, 2011, p. 146), criando assim incentivos que geram fonte de pressão adicional pelas suas execuções.

Com a promulgação da Constituição de 1988, o parlamento passou a poder emendar projetos de lei orçamentários com inclusão de despesas, mas, aproveitando-se de “de um vasto vazio institucional resultante da falta de uma resolução congressual que regulasse a tramitação do orçamento; afinal, a Constituição Federal de 1988 tratava apenas das regras básicas” (PRAÇA, 2011, p. 146), integrantes do núcleo do poder logravam aprovar grandes vultos para emendas individuais de própria autoria enquanto tinham também “a prerrogativa de avaliar as emendas individuais propostas por seus colegas parlamentares, sem fixar um limite de valor máximo”, dando margem a disputas, negociações e favorecimentos na repartição de recursos.

Esse tipo de poder, aliado à falta de transparência, resultou em séries de escândalos de corrupção, culminando na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) dos “Anões do Orçamento” e nas reformas subsequentes necessárias para criar arcabouço institucional necessário para que tais práticas criminosas fossem ao menos atenuadas. Um dos produtos mais importantes surgidos nesse contexto foi a Resolução do Congresso Nacional nº 2/1995 (FIGUEIREDO; LIMONGI, 2002, p. 316), cuja medida mais relevante para esta dissertação foi dotar a cada parlamentar um teto destinado a emendas individuais em que todos “são tratados como iguais, fato que neutraliza ou pelo menos diminui o grau de conflito que o acesso a recursos escassos ocasiona” (LIMONGI; FIGUEIREDO, 2005, p. 743). A partir de então, o “partido ao qual é filiado, o número de mandatos exercidos, a posição na hierarquia interna do Poder

Legislativo, a região ou o estado de origem, os vínculos com o Executivo, enfim, nenhuma característica do parlamentar afeta a sua capacidade de alocar recursos”.

Garantido o direito de emendar, “o conflito interno é transferido para um outro momento do ciclo orçamentário, o da execução das dotações. Na aprovação, a distribuição de recursos é uniforme, mas a execução não obedece à mesma regra” (LIMONGI; FIGUEIREDO, 2005, p. 744). Isso porque a execução cabe ao Executivo, o qual dispõe de mecanismos para decidir quais emendas, a depender de seu autor, serão empenhados (execução orçamentária) e pagos (execução financeira).

2.2 Aos amigos, Empenho; aos inimigos, a Lei de Responsabilidade Fiscal

Segundo Limongi e Figueiredo (2005, p. 745), “a execução das emendas individuais é ditada por critérios político-partidários”, *i.e.* “o presidente da República recompensa os parlamentares que sistematicamente votam a favor dos projetos de interesse do governo, autorizando a execução de suas emendas individuais, e, ao mesmo tempo, pune os que não votam nesses projetos simplesmente não executando as emendas propostas por eles” (PEREIRA; MUELLER, 2002, p. 274). Essa dinâmica ocorre porque a aprovação da agenda governamental passa por intensas negociações envolvendo trocas de interesses paroquiais, *pork* e patronagem (AMES, 2001, p. 156).

Nesse contexto, utilizando a definição clássica de presidencialismo de coalizão (ABRANCHES, 1988) — em que presidentes precisam ganhar o apoio legislativo em condições extremas de multipartidarismo e frágeis alianças — há dois elementos principais da ‘caixa de ferramentas’ disponíveis ao Poder Executivo: bens de coalizão e *pork* (RAILE; PEREIRA; POWER, 2010, p. 331). O uso dessas ferramentas não é excludentes entre si, sendo mais apropriado considerá-las complementares, cada uma servindo uma função e possuindo efeitos distintos: bens de coalizão — cujo maior expoente é a distribuição de cargos no gabinete ministerial — sustentam o piso básico de caráter duradouro das alianças; ao passo que *pork* é distribuído de maneira fluída para fazer ajustes pontuais e produzir apoio legislativo à medida que for necessário (RAILE; PEREIRA; POWER, 2010, p. 326).

Quanto à maneira de dispor das ferramentas, há diferenças de presidente para presidente: Fernando Henrique Cardoso, em geral, distribuiu cargos ministeriais de maneira proporcional à representação dos partidos no Congresso e liberava relativamente pouco *pork* aos que estavam fora da coalizão formal; já Lula tinha maior predisposição a oferecer bens de coalizão aos aliados próximos, aumentando o número de ministérios para acomodar membros de seu partido, e destinar proporções maiores de *pork* aos oponentes ideológicos, porém aliados pragmáticos (RAILE; PEREIRA; POWER, 2010, p. 326). No entanto, o estilo presidencial no uso das ferramentas não importa tanto quanto as consequências de quando se as utiliza insatisfatoriamente:

para Guimarães, Perlin e Maia (2019, p. 53), a incapacidade de executar as emendas individuais dos parlamentares na gestão Dilma Rousseff resultou numa das suas principais derrotas, a promulgação da Emenda Constitucional (EC) do Orçamento impositivo.¹

Dado o papel fundamental que a execução das emendas individuais exerce na gestão da coalizão presidencial, é válido explicar por que meios se recompensa ou se pune os parlamentares executando ou segurando as suas programações orçamentárias. Para segurar as emendas, o Executivo realiza o contingenciamento de recursos, expediente previsto nos art. 8º e 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2020, de forma que as metas do exercício financeiro sejam cumpridas. Esse é um instrumento legítimo e necessário para a preservação do equilíbrio fiscal, mas também pode ser usado seletivamente para o Executivo alavancar seu poder de barganha e pressionar parlamentares a apoiarem a sua agenda, como, por exemplo, nas votações do Congresso.

2.3 Fiscal de voto alheio

A ferramenta clássica para se medir apoio legislativo de um parlamentar ao Governo é analisando as votações nominais. Dada a sua frequência, disponibilidade e importância, as votações nominais do Congresso são, talvez, as decisões mais estudadas em toda a Ciência Política (THERIAULT; HICKEY; BLASS, 2011, p. 575).

Na teoria, parlamentares podem agir como ‘procuradores’ e votar conforme as preferências de sua base eleitoral ou podem agir como ‘representantes’ e votar conforme sua própria preferência. Na realidade, nenhum dos dois modelos são observados porque congressistas enfrentam limitações institucionais durante o decorrer de todo o processo legislativo (THERIAULT; HICKEY; BLASS, 2011, p. 576). Ao cabo, parlamentares votam influenciados pelos eleitores, partidos, presidentes, grupos de interesses e seguindo sua própria preferência; quando a preferência dos eleitores e a dos líderes do partido conflitam, os deputados e senadores enfrentam um dilema porque os líderes podem fornecer vantagens que fortalecem o mandato ou que aumentam as chances de sucesso nas próximas eleições, mas às vezes é mais vantajoso contrariar o partido e agradar às bases (THERIAULT; HICKEY; BLASS, 2011, p. 579). Esses fatores aumentam a complexidade de se tentar interpretar os resultados das votações ostensivas.

Apesar da riqueza de informações, o estudo das votações nominais é carregado de desafios. Primeiramente, a contagem das proposições rejeitas inclui apenas as que foram efetivamente votadas, exemplificando o clássico problema da ‘não decisão’: quando a rejeição é sabidamente majoritária, muitas questões nem chegariam a ser propostas (AMES, 2001, p. 188). Em segundo, a mensuração de disciplina partidária falha por não computar o custo pago necessário para se obter o apoio obtido; as votações nominais, dessa forma, apenas representam o resultado das

¹ Tal derrota é fruto da insatisfação e reação dos parlamentares, assunto que é discutido mais a fundo nas Seções 2.4 e 2.5.

negociações, sendo mais útil se fosse possível obter os “placares” de preferência que o Executivo estima no curso das negociações (AMES, 2001, p. 188). Em terceiro, no caso brasileiro, as regras deliberadamente dão preferência às votações simbólicas, em que não há registro escrito de como votaram todos os parlamentares e nem o placar. Na Câmara dos Deputados, o Regimento Interno prevê votações nominais para proposições que exigem quórum especial, mas não para todas, resultando em baixa porcentagem dessas votações ostensivas em relação ao todo.

Além dos desafios citados, vale mencionar o efeito ‘bondinho’. Na maioria das votações, 80% dos deputados votam com o lado vencedor, mas esse resultado não quer dizer que todos eles apoiavam a proposta inicial e nem mesmo a proposta final: o efeito ocorre quando deputados indiferentes negociam o apoio por algo de seu interesse no presente ou no futuro. De acordo com Ames (2001, p. 189), se uma proposta obteve 80% de aprovação, de duas, uma: ocorreu efeito ‘bondinho’ ou os autores da proposta concederam mais do que precisavam nas negociações para obtenção de apoio.

Em que pese as dificuldades e limitações, a medição das duas moedas, *i.e.* execução de emenda e votos favoráveis, ainda permite que o pesquisador visualize quando uma das partes não cumpre a sua parcela do acordo. Essa constatação permite formular hipóteses acerca das causas de determinado fenômeno político que se queira estudar, como se verá nas Seções 2.4 e 2.5 sobre o contexto em que surgiu o Orçamento impositivo.

2.4 É dando que não se recebe

Faz parte do jogo, tanto por parte do governo quanto do Congresso, superestimar a receita prevista de forma que os saldos das emendas individuais fiquem inflados (PEREIRA; MUELLER, 2002, p. 295). Essa situação é favorável ao Executivo por elevar o grau de contingenciamento, aumentando o seu poder de barganha quando do corte; e é favorável aos parlamentares, que não querem sacrificar o vulto das emendas para valores realistas de execução.

Segundo (GREGGIANIN, 2015, p. 166), o “Legislativo, ainda que ciente da reduzida chance de execução, não se mostra disposto a sacrificar emendas em favor de um quadro mais realista. Nem é pressionado pelo Executivo para que o faça. Esse estado de equilíbrio é mantido porque convém e interessa do ponto de vista das relações políticas entre Executivo e Legislativo”. Mais ainda, o “contingenciamento deixou de ser um fato eventual na gestão orçamentária e financeira, como previsto na LRF, e passou a ser uma regra na gestão do orçamento federal, adotado implicitamente desde a elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA). Na execução, permite a revisão, pelo Executivo, do mérito de todas as programações aprovadas. Descontingenciamentos no final do exercício e restos a pagar não processados são utilizados para ampliar e prolongar estoques estratégicos que reduzem a recorrência ao Legislativo”.

Desde o início da elaboração do orçamento, é sabido e há o entendimento implícito de que o valor previsto não é necessariamente o valor que será usado, mas há consequências quando

nem o mínimo esperado é entregue. De acordo com Volpe (2019, p. 103), a “insatisfação dos congressistas com a execução e com os contingenciamentos de dotações relacionadas com suas emendas tem crescido ao longo dos anos e diversas propostas foram apresentadas”, e o “debate ocorre desde o final da década de 1990, quando foi apresentada a primeira proposta de Emenda à Constituição para tornar impositiva a execução do orçamento”.

Já Guimarães, Perlin e Maia (2019, p. 36) compartilham relato de informante-chave sobre a questão:

A disponibilidade de orçamento para emendas e programas cresceu acima do crescimento da receita. Uma peça de ficção científica, inexecutável [...] essa diferença vai para os restos a pagar [...] em 2009, 2010, os caras aumentaram muito o empenho, houve muito acréscimo, estava na crise, vamos consumir, então chama o prefeito, libera. Perderam o controle. Você tinha um orçamento inteiro de restos a pagar. Você tinha três orçamentos. O de ficção, que é o da lei, o real, e mais um que é a dívida. E a partir de 2011, não tinha mais dinheiro. [...] uma herança muito maldita.

Tal fato é corroborado por Greggianin (2015, p. 168), o qual aferiu em pesquisa de opinião na Câmara dos Deputados em 2013 que “para quase dois terços dos gabinetes parlamentares, o grau de dificuldade para a liberação das emendas individuais havia aumentado nos últimos anos”. Para Volpe (2019, p. 103), o baixo nível de execução de emendas entre 2010 a 2012 “resultou na insatisfação dos parlamentares nesse período do governo Dilma e culminou na aprovação do orçamento impositivo na LDO 2014 no final de 2013”. Assim, as frustrações e as insatisfações represadas ao longo dos anos, com o momento de fragilidade do governo, criam a oportunidade necessária para os parlamentares levantarem a voz.

2.5 Um grito de liberdade sem jogar o pires fora

Para ilustrar o contexto emocional dos deputados, é reproduzido abaixo dois discursos do então presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Alves, quando das discussões e votações acerca da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que resultou na EC nº 86/2015:²

Quero dizer a esta Casa, independentemente de estar nesta Presidência, da luta que tive que ter para esta realidade poder acontecer: dar este **grito de liberdade** aos Srs. Parlamentares, que terão as suas emendas individuais, no total de 16 milhões, compulsoriamente, obrigatoriamente liberadas. (grifos acrescentados) (ALVES, 2014b, p. 186).

Então, faço um apelo a todos os Líderes, a todos os partidos: esta decisão hoje diz respeito à nossa dignidade, à nossa vida, à nossa história e,

² Altera os arts. 165, 166 e 198 da Constituição Federal, para tornar obrigatória a execução da programação orçamentária que específica.

sobretudo, ao Parlamento brasileiro! Se Deus quiser, nós vamos, hoje, consagrar a nossa altivez, a nossa independência, **para que nunca mais nenhum Parlamentar se submeta à humilhação de**, ao defender o seu Estado, o seu Município, **mendigar favores de Poder Executivo** nenhum, nem de ontem, nem de hoje, nem do amanhã! Sendo assim, eu confio plenamente que vamos aprovar hoje o orçamento impositivo das justas, justíssimas, emendas parlamentares do Poder Legislativo. (grifos acrescentados) (ALVES, 2014a, p. 181).

Segundo Silva e Bittencourt (2019, p. 17), “a motivação do “orçamento impositivo” dentro do conjunto dos parlamentares é impulsionada, entre outras razões, “pela percepção da manipulação na liberação de emendas como forma de domínio político do Executivo sobre a agenda do Legislativo””, não à toa se constata a carga emocional do plenário da Câmara dos Deputados na ocasião das votações.

Nesse contexto, o OI foi constitucionalizado, mas a própria EC 86/2015 contém um dispositivo que pode mitigar o efeito desejado: os impedimentos técnicos “eximem o executor da obrigatoriedade de execução, sendo a forma mais eficaz de suspensão ou liberação de empenhos e, por conseguinte, de influenciar a atuação dos parlamentares.”. Isso de fato ocorreu: os “critérios para estabelecimento de impedimentos a partir de 2014 têm gerado montantes elevados de emendas pendentes de execução e se tornou importante instrumento político para dificultar a execução e aumentar o grau de controle das emendas pelo Poder Executivo” (VOLPE, 2019, p. 92).

Entre 2014 e 2018, verificou-se que “praticamente todos os parlamentares tiveram pelo menos uma emenda com impedimento técnico à execução. Os critérios para estabelecimentos dos impedimentos têm bloqueado bilhões de recursos de emendas e podem frustrar o objetivo de o orçamento impositivo de reduzir o seu uso como instrumento de barganha e de assegurar a execução de emendas individuais na mesma proporção das despesas discricionárias”(VOLPE, 2019, p. 96).

Os trabalhos citados nas próximas seções ilustram os efeitos dos impedimentos técnicos e refutam a afirmação de Henrique Alves de que não seria mais necessário negociar, ou, em suas palavras, mendigar favores com o Poder Executivo.

2.6 Impedimento político em pele de impedimento técnico

Havendo margem para que impedimentos técnicos tenham atuação política de discriminar emendas com base em seu autor, é possível obter indícios de que isso ocorre, de acordo com alguns trabalhos mais recentes.

Graton, Bonacim e Sakurai (2020, p. 1376), avaliando unificadamente todo o período de 2000 a 2017, encontrou que “um aumento de 10 pontos percentuais de votos parlamentares favoráveis aos projetos do Executivo (em determinado ano) eleva, em média, o valor liquidado de suas emendas em quase três pontos percentuais no ano subsequente”.

Essa pesquisa tem seu mérito por trazer duas particularidades metodológicas não encontradas usualmente na literatura: 1) o modelo, por estudar emendas exclusivas, isto é, programações orçamentárias de autor único que não recebem dotação de mais nenhum outro autor, considera e corrige a existência do ‘viés de seleção amostral’³; e 2) por não correlacionar apoio legislativo e execução de emenda em um mesmo ano, preferindo analisar votos de determinado ano em relação às execuções do ano seguinte, sugerindo que votos favoráveis dos deputados vêm antes e que o ‘pagamento’, depois.

Por outro lado, a escolha metodológica de analisar o período unificado de 2000 a 2017 não nos permite inferir se o orçamento impositivo teve o efeito esperado a partir da sua introdução em 2014, dado que não foi feita a separação dos dados antes do OI e depois do OI para ser possível aferir se houve diferença.

Nessa toada, Paulo Roberto Ramos Silva (2020, p. 82) coletou anualmente dados de 2012 a 2017, ou seja, permitindo separar os achados e verificar se houve mudança após o OI, e concluiu que “para os anos de 2012, 2013 e 2015 os testes recomendam que rejeitemos a hipótese nula de que não há diferença entre os grupos que votam a favor e contra o governo. Já para os anos de 2014, 2016 e 2017, a recomendação é de retermos a hipótese nula”. Em outras palavras, 2015, que já estava sob a égide da impositividade, não deveria ter apresentado diferença nas execuções entre apoiadores e opositores, mas apresentou, sugerindo que houve componente político na discriminação de emendas que serão ou não executadas naquele ano.

Ainda na linha do resultado ‘inesperado’ de 2015, Volpe (2019, p. 100) não encontrou grandes diferenças nas execuções orçamentárias entre parlamentares da base em relação aos da oposição entre 2015 a 2017,⁴ mas constatou uma grande discrepância na execução financeira, *i.e.* pagamento, em 2015, quando a média de pagamento por emenda para a oposição foi menor que a metade da média para emendas da base. O autor atribui essa diferença ao “tumultuado ano político para Presidente Dilma e do rompimento com o ex-deputado Eduardo Cunha, que

³ O viés ocorre porque a seleção das emendas deixa de ser totalmente aleatória e se foca apenas num tipo particular de emenda, deixando, assim, de ser representativa de toda a população.

⁴ Foi encontrada diferença de execução em 2012 e 2013, anos em que ainda não havia emendas impositivas.

culminou na abertura do processo de afastamento da chefe do Executivo no final desse ano”.

Analisando o período seguinte, de outubro de 2016 a abril de 2017, Eduardo Rodrigues da Silva (2019, p. 73) encontrou “indícios que a implantação do orçamento impositivo não teve completo êxito em garantir a execução equitativa das emendas em 2017, em desconformidade com o preceito constitucional da EC/86”, visto que a média de valor empenhado por parlamentar da ‘base fiel’ foi R\$ 316 mil a maior que o da ‘oposição constante’, valor que é estatisticamente significante fazendo Teste *t*.

Em seguida, Crisóstomo (2020, p. 25), orientado por Bernardo do Mueller, replica a metodologia deste (PEREIRA; MUELLER, 2002) para os anos de 2017 e 2018, e afirma: “percebe-se que não há execução impessoal e equânime das emendas individuais e o Poder Executivo ainda tem margem para utilizá-las na formação de suas bases de coalização”. O autor faz ressalvas ao dizer que “[a] pesar da falta do estudo sobre a validade das variáveis instrumentais os resultados do modelo reproduzido vão na mesma direção das conclusões retiradas dele no passado”, referindo se aos anos analisados pelo seu orientador, qual seja 1995 a 1998.

O diferencial metodológico de Pereira e Mueller (2002) está na contemplação de que as variáveis apoio legislativo e execução de emendas são endógenas, já que “[s]upõe-se que não apenas a forma de votar afeta a execução das emendas, mas que um parlamentar, cujas emendas fossem executadas, tenderia, *ceteris paribus*, a votar com mais frequência a favor do governo” (PEREIRA; MUELLER, 2002, p. 283). Assim, para “garantir estimadores consistentes”, foram usadas variáveis instrumentais que tenham correlação com a variável endógena explanatória, sem se correlacionar com o termo de erro.

Descritos os trabalhos em que foram encontradas discriminação política na execução de emendas, a próxima seção transcreverá trabalhos que apontam para conclusões contrárias.

2.7 Devo, não nego, pago quando puder

Nesta seção, reservada para os trabalhos que não encontraram indícios de favorecimento no período pós-OI, reaparecem pesquisas da seção anterior, tais como Paulo Roberto Ramos Silva (2020), o qual, dos anos analisados até 2017, não viu discriminação de execução em 2014, 2016 e 2017; e Volpe (2019), o qual obteve mesmo nível de execução para todos os anos analisados em que vigorou OI, a saber de 2014 a 2017.

De forma cirúrgica, analisando apenas votações sobre denúncias contra Temer em 2017, Capellini (2018, p. 66) afirma: “o baixo nível de apoio ao governo não impede que os deputados tenham níveis de alinhamento para liquidação similares aos que votaram com o governo a maior parte do tempo”. Mais ainda: “diferente do que era esperado com base na literatura e na mídia especializada, a tese da cooptação não se sustenta a partir da observação dos valores de liquidação das emendas parlamentares individuais em 2017”. Para completar: “[s]e há cooptação ela deve

ocorrer de outra forma, e talvez ela nem possa ser observada no orçamento”.

Olhando os resultados, em que a média de liquidação dos apoiadores (com o governo 80% ou mais das vezes) é de 42%, em comparação a 38% dos opositores (com o governo em menos de 20% das vezes), Capellini (2018, p. 67) questiona “até que ponto realmente o governo consegue utilizar barganha como elemento de troca com *pork barrel*”.

Ainda sobre o mesmo governo, mas em período mais abrangente (2016 a 2018), Souza (2019, p. 166) sustenta que “*pork* não foi, ao longo do governo Temer, um fator explicativo-chave para o nível de apoio obtido” porque “*pork* é dado sem que o esperado apoio seja obtido e apoio é dado sem a contraprestação em emendas seja ofertada aos parlamentares” (SOUZA, 2019).

Metodologicamente, o trabalho de Souza (2019) se distingue por também fazer comparação entre as variáveis de forma temporalmente descompassada, mas, ao contrário de Graton, Bonacim e Sakurai (2020), a variável defasada é a execução de emenda, presumindo, portanto, que primeiro se faz o ‘pagamento’ e depois, de maneira continuada ao longo de curtos meses, se dá o apoio legislativo.

Quanto aos anos anteriores e seguintes ao do governo Temer, Teixeira Filho (2020, Tabela 9, p. 115) analisa de 2010 a 2019 e encontra grandes diferenças nos valores empenhados e liquidados entre base e oposição nos anos 2010 a 2013; e pouca diferença — às vezes com leve superioridade para a oposição — nos anos regidos pelo OI de 2014 a 2019. Teixeira Filho (2020, p. 166) explica que “a margem de discricionariedade do Poder Executivo foi reduzida, [...] uma vez que ele deve assegurar que a execução das emendas seja feita de forma equitativa entre os parlamentares, independentemente da sua filiação partidária, ou da situação do seu partido em relação ao governo”, ou seja, “independentemente de quem seja o autor da emenda, uma vez liberados o empenho e o pagamento das emendas parlamentares individuais, se houver condição de realização da despesa, sem impedimentos de ordem técnica, ela será executada”.

No entanto, a “margem de discricionariedade não foi completamente eliminada, tendo em vista que cabe ao Poder Executivo a decisão sobre o momento do início da execução das emendas orçamentárias [...], de acordo com a conveniência política, como forma de barganha em votações do Poder Legislativo”. Destarte, para Teixeira Filho (2020, p. 167) a EC nº 86/2015 “não eliminou a interdependência entre o Poder Executivo e o Legislativo, na construção do nosso presidencialismo de coalizão, de modo que o Poder Executivo ainda exerce o controle da liberação dos recursos orçamentários de interesse dos parlamentares como uma das suas ferramentas de barganha”.

A mesma posição é entoada por Rodrigues (2019, p. 42): “diversas rotinas internas ao Poder Executivo dificultam, protelam e por vezes até impedem a execução das emendas parlamentares, o que parece manter em seu poder, mesmo que em menor abrangência, a prerrogativa de decidir qual o momento mais apropriado para que ocorra a execução dessa rubrica do orçamento”.

Em resumo e para consolidar o entendimento, existindo ou não execução equitativa das emendas individuais, é consenso que não se fala em independência do Legislativo considerando que o Executivo decide, conforme a sua própria conveniência, quando será obrigado a executá-las. O próximo capítulo descreve como este trabalho pretende responder se há discriminação política na execução de emendas individuais utilizando dados de votações nominais de deputados.

3 METODOLOGIA

Emendas individuais e votações nominais tomam o protagonismo porque são as duas variáveis fundamentais que estarão presentes, individual ou conjuntamente, em todas as análises desta pesquisa, as quais serão detalhadas nas próximas seções.

Serão discutidas as hipóteses formuladas para os resultados esperados; a descrição de como foram coletados os dados; os critérios escolhidos para fazer o tratamento dos dados, tendo em vista os objetivos da pesquisa; as técnicas utilizadas; e, por fim, os obstáculos metodológicos que podem limitar o alcance das conclusões obtidas.

3.1 Hipóteses

Com base na revisão da literatura (Capítulo 2), e dentro do escopo definido para a pesquisa, formulam-se as seguintes hipóteses:

- H1: Apoio legislativo alto reflete em maior execução de emenda nos anos anteriores ao orçamento impositivo (2010-2013);
- H2: Apoio legislativo alto não reflete em maior execução de emenda nos anos com orçamento impositivo (2014-2017);
- H3: Barganha para obtenção de execução de emenda é mais detectável quando a moeda de troca é apoio efetivo (esfera individual) do que quando é apoio formal (esfera coletiva-partidária).

As Hipóteses 1 e 2 são autoexplicativas, ao passo que Hipótese 3 merece maior discussão. Esta hipótese surge no embate entre os modelos representativos distributivista e partidário para explicar se execução de emenda é 1) contrapartida de voto individual dado pelo deputado ao governo, ou se é 2) recompensa dada a deputados cujo partido faz parte da base do governo. Tal questão é controversa porque as duas teses se confundem, dado que fazer parte da base e votar a favor do governo são variáveis colineares e indissociáveis, não sendo possível eliminar uma para provar a outra sem que ambas sejam comprometidas. No entanto, é viável testar qual das duas se mais mostra mais evidente em testes comparativos, daí porque é possível formular a Hipótese 3.

3.2 Coleta e tratamento de dados

Segundo Kelleher e Tierney (2018, p. 47), para a ciência de dados ser bem-sucedida, é necessário prestar grande atenção em como criamos os dados, tanto nas escolhas que fazemos

sobre como consolidar os dados quanto na qualidade dos dados capturados pelo processo de consolidação.¹ Assim, a presente seção apresenta as variáveis deste estudo, o escopo dos dados e as justificativas por trás das decisões tomadas durante o processo de consolidação, em conformidade com os preceitos citados por Kelleher e Tierney.

3.2.1 Variável 1: taxa de execução de emenda

A primeira variável principal, taxa de execução de emenda (TEE), é computada analisando-se as emendas individuais de 2010 a 2017, ou seja, quatro amostras antes do orçamento impositivo e quatro amostras com orçamento impositivo.

No entanto, a fonte primária desses dados, o Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), apresenta uma limitação crítica na coleta de dados para a pesquisa porque, nos anos anteriores a 2015, não havia um classificador para acompanhar execução de emenda de forma individualizada por autor. Então, naqueles anos, se o parlamentar destina recursos para uma programação orçamentária que já continha dotações no projeto de lei orçamentária original, ou que venha a conter dotações de outros parlamentares, não é possível aferir quanto da parcela que o parlamentar destinou foi executada, ou seja, essa informação se perde no todo.

Para contornar tal limitação, alguns pesquisadores, como Limongi e Figueiredo (2005, p. 775), calculam a proporção que a emenda do parlamentar contribuiu para uma determinada rubrica e aplica essa fração sobre o total executado para aquela programação, obtendo-se assim uma solução com regra de três que, na teoria, parecia acurada. Mais tarde, com a implementação do identificador de resultado primário 6 (RP6) e a vinculação deste às emendas individuais de 2015 em diante (VOLPE, 2019, p. 93), tornou-se possível acompanhar, centavo por centavo, o quanto cada emenda foi executada, mesmo quando o valor destinado se mistura com outras fontes. A partir dessa nova fonte de informação, Souza (2019, p. 127) verificou que a solução com regra de três não corresponde à realidade: os empenhos não necessariamente seguiam a proporção das suas dotações de origem.

Felizmente, existe outro caminho para lidar com a falta de RP6 nos anos anteriores a 2015: selecionar como objeto de estudo somente emendas de autor único (também conhecidas como emendas exclusivas ou singulares), assim, a execução dessas emendas — por ter apenas o parlamentar a ser estudado como única fonte de recursos — pode ser totalmente contabilizada na conta desse parlamentar, permitindo assim computar a taxa de execução de emenda individual. Essa solução dá à base de dados uma característica a mais às emendas estudadas: o poder de *credit claiming* por parte do autor, uma vez que ninguém mais pode reivindicar o crédito por sua execução porque ninguém mais destinou recursos a elas. É possível que esse tipo de incentivo motive o parlamentar a se esforçar mais pela execução das emendas, o que pode refletir no seu

¹ Tradução livre de “[...] for data science to be successful, we need to pay a great deal of attention to how we create our data (in terms of both the choices we make in designing the data abstractions and the quality of the data captured by our abstraction processes)”.

comportamento em plenário quando das votações nominais, tornando o efeito da barganha mais evidente e detectável nos resultados da presente pesquisa. Por fim, outro benefício desse modo de operar é que as emendas estudadas, por não estarem no PLOA original do Executivo, minimiza a chance de serem uma emenda tida como preferencial do Executivo, isto é, aquela de seu próprio interesse que seria executada sem a necessidade de contrapartida.

Por outro lado, analisar apenas emendas exclusivas não deixa de ser uma aproximação que descarta parte da informação desejada, e o pedaço excluído pode conter justamente as programações orçamentárias que a presente pesquisa pretende detectar como sendo parte da moeda de troca negociada com o Executivo. Assim, a solução apresenta perda de informação, mas ao menos viabiliza a pesquisa.

Feitas as observações necessárias, parte-se para a descrição prática de como os dados foram recolhidos. Os dados serão coletados no Siga (2022, n.p.) ligando os universos "LOA 20XX - Elaboração Parecer Emenda" e "LOA 20XX - Despesa Execução" por meio do atributo Funcional/UO. Ainda que de 2015 em diante exista a possibilidade de obter informações de execução completas e individualizadas, para manter consistência metodológica, todos os anos analisados adotarão o mesmo critério, *i.e.*, serão analisadas somente emendas de autor único.

Uma vez obtida a base de dados de interesse, será computada, principalmente, a execução orçamentária porque “os valores pagos são determinados mais pela capacidade técnica e administrativa na execução [...] do que propriamente de injunções políticas” (GREGGIANIN, 2015, p. 170). Dessa forma, neste trabalho, se for mencionada apenas a taxa de execução de emenda, ela se refere à execução orçamentária. Por outro lado, não se poderia ignorar a execução financeira no estudo, visto que as emendas impositivas, introduzidas na LDO 2014 e na EC 86/2015, preveem a obrigação da execução orçamentária e financeira; mais ainda, a etapa ‘Pago’ é a solução imediata dos conflitos políticos que moldam as agendas de gasto público (PEDERIVA; RENNÓ, 2015, p. 216) e serve como medida de apropriação do que pode ser apropriado.

Entrando em detalhes, visto que execução orçamentária pode ser medida por duas métricas diferentes (a saber, empenhado e liquidado), é fundamental definir que, para esta dissertação, execução orçamentária significa apenas valor empenhado. Isso se dá porque o empenho da despesa depende principalmente da vontade política do Executivo, ao passo que a liquidação da despesa depende também de variáveis não relacionadas ao desejo do governo federal de executar, tais como ineficiência administrativa do favorecido (e.g. falhas na licitação ou no projeto), embargos de fiscalização (e.g. Tribunal de Contas da União), fatos supervenientes (e.g. seca, inundação, problemas de infraestrutura, acidentes, falta de mão de obra ou matéria-prima), descumprimento de contrato pelos fornecedores, complexidade da obra (impossibilitando a liquidação da despesa durante o exercício) etc. Dito de outra forma, a escolha do valor empenhado — em vez do liquidado — como definição de execução orçamentária é superior por trazer consigo menos ruídos, resultando em dados mais limpos e adequados para o contexto

dos objetivos desta pesquisa. Dessa forma, a taxa de execução de emenda é obtida da seguinte maneira:

$$\text{Taxa de execução orçamentária} = \frac{\text{Valor empenhado das emendas}}{\text{Valor autorizado das emendas}} \quad (3.1)$$

Já a taxa de execução financeira é medida dividindo o valor pago (incluindo restos a pagar pago) pelo liquidado acrescentado do restos a pagar inscrito:

$$\text{Taxa de execução financeira} = \frac{\text{Pago} + \text{Restos a pagar pago}}{\text{Liquidado} + \text{Restos a pagar inscrito}} \quad (3.2)$$

Não será utilizado o autorizado no denominador porque tal formulação distorceria o resultado do que está sendo medido, que é a vontade política do Executivo de executar as emendas financeiramente. Para explicar melhor, suponha-se que uma determinada emenda no valor de R\$ 100 mil teve pagamento total de R\$ 10 mil porque apenas um décimo do contrato foi liquidado no ano; nesse caso, se fosse utilizado o autorizado no denominador, a taxa de execução é de apenas 10%, dando a impressão que o Executivo desprestigiou essa emenda, quando, na verdade, o governo a favoreceu, ao fazer o máximo que estava ao seu alcance, que é pagar o total liquidado.

Definida a variável ligada às execuções de emenda, parte-se para a variável ligada às votações nominais.

3.2.2 Variável 2: taxa de governismo

A segunda variável principal, taxa de governismo (TG),² é calculada a partir do banco de dados do CEBRAP (2022, n.p.), o qual mostra não apenas os votos dos deputados,³ mas também se o voto foi disciplinado conforme a orientação da liderança de seu partido e, mais importante para esta pesquisa, se foi favorável ou não ao Poder Executivo. Além disso, fundamentado na presença ou não de partidário no comando de pasta ministerial, esse banco de dados informa também se o partido do deputado em questão faz parte da coalizão formal do presidente, atributo que será utilizado para averiguar discriminação política-partidária na execução de emenda individual. Outra vantagem oferecida pelo repositório do CEBRAP é permitir a comparabilidade de estudos feitos por autores distintos, uma vez que fica padronizada a definição do que é um voto favorável ao governo, diminuindo a inconsistência que surge entre estudos, quando cada analista faz o seu próprio juízo de valor para decidir como classificar abstenções, ausências e obstruções para computar taxa de governismo.

² O termo ‘taxa de disciplina’ foi preterido porque não há de se falar em disciplina em relação ao governo para deputados que não fazem parte da sua base.

³ Por questão de escopo, foi decidido que este estudo focará apenas nos deputados e excluirá os senadores, na medida em que há muito mais dados e bibliografia disponíveis para os membros da Câmara dos Deputados.

Sobre critérios de seleção, considerando que um dos objetivos da pesquisa é averiguar a presença de barganha nas votações nominais, serão excluídas da análise as votações praticamente unânimes, ou seja, aquelas cuja posição minoritária abrange menos do que 10% dos votantes, da mesma maneira que fizeram Ames (2001, p. 210) e Limongi e Figueiredo (2005, p. 775). Não obstante, diferente destes últimos, o presente estudo não se restringirá somente à PEC,⁴ já que o baixo número de amostras obtidas adotando-se essa seleção inviabiliza a pesquisa. Quanto aos deputados, estão inclusos aqueles que trocaram de partido, sendo registrado o partido ao qual pertenceram na última votação do ano. Já em relação à coalizão governamental, considera-se o *status* do partido no último dia do ano. Após todas essas considerações, a taxa de governismo é definida por:

$$\text{Taxa de governismo} = \frac{\text{Número de votos favoráveis ao governo}}{\text{Número de vez em que o deputado votou}} \quad (3.3)$$

3.3 Técnicas

De início, cabe tecer duas observações importantes acerca dos dados:

- Uma vez que ambas as variáveis principais são definidas por razão (*ratio*) (ver Equação 3.1 e Equação 3.3), não é necessário normalizar seus valores para que se mantenham na mesma ordem de grandeza durante as operações;
- Nem taxa de execução de emenda nem taxa de governismo seguem a distribuição da curva normal, limitando as técnicas de análises que podem ser empregadas às de natureza não-paramétricas. Por motivo análogo, não é recomendável fazer análises aplicando OLS, considerando que os resíduos de um modelo de regressão linear simples usando essas variáveis tampouco são normalmente distribuídos.

Ciente das restrições impostas, as correlações entre taxa de execução de emenda e taxa de governismo serão feitas dentro do ano, isto é, comparando-se execução de um ano com as votações do mesmo ano. De forma distinta, alguns autores adotam modelagem em que execução é anterior ao apoio (e.g. Souza (2019)), ao passo que outros (e.g. Graton, Bonacim e Sakurai (2020)), o contrário; mas, durante a exploração preliminar dos dados coletados desta pesquisa, foi verificado que o uso de defasagem temporal, não importando para qual variável, praticamente anula as evidências de correlação entre as variáveis, motivo pelo qual as análises serão todas feitas intra-anualmente.

⁴ Considerando apenas votações minimamente competitivas, *i.e.*, cujas minorias representam ao menos 10% dos votantes, em 2010 houve 0 votações para PEC do total de 42 votações gerais; em 2012, 2 para o total de 40; e em 2014, 2 para o total de 37.

Para isso, serão utilizadas as seguintes técnicas:⁵

- análise exploratória de dados (EDA) e estatística descritiva;
- coeficiente de Spearman para análise bivariada de correlação;
- teste U de Mann–Whitney (MWU) para comparação não paramétrica da distribuição de duas populações;
- qui-quadrado (χ^2) para detecção de discriminação política comparando representação esperada e observada.

3.4 Obstáculos

No tocante aos empecilhos metodológicos para a verificação de correlação positiva, há:

- Obstáculos no âmbito do orçamento:
 - Emendas podem ser executadas ainda que não haja contrapartida no plenário, pois elas:
 - * fazem parte de um plano estratégico geral do Executivo, conforme discutido por Limongi e Figueiredo (2005, p. 741);
 - * fazem sentido racional, seja por atender a uma necessidade urgente, ao clamor popular ou por outro motivo;
 - * são de autoria de parlamentares de prestígio ou com grande capital político.
 - Emendas podem não ser executadas ainda que haja contrapartida no plenário, pois elas:
 - * padecem de impedimento técnico;
 - * são redundantes, desnecessárias, contraproducentes etc;
 - * não fazem parte da barganha, sendo a moeda de troca outras benesses.
- Obstáculos no âmbito das votações:
 - Deputados podem votar contra o governo ainda que haja execução de suas emendas, pois se tratam de proposições:
 - * sensíveis à sua base eleitoral ou reputação (incompatibilidade intransigível de agenda);
 - * de pouca importância, como as de natureza honorífica;

⁵ Os softwares utilizados são Google Colab no modo Python com os pacotes Scikit-learn, Statsmodel e SciPy.

- * cujos votos necessários já foram obtidos (valor marginal do voto decrescente após alcançado o limiar de aprovação);
 - * cujo apoio é dado pelo deputado de forma indireta, como, por exemplo, obtendo votos de outros parlamentares (*logrolling*);
 - * com maioria favorável, mas sem quórum necessário, conforme discutido na nota 47 do capítulo 8 de Ames (2001, p. 262);
- Deputados podem votar a favor do governo ainda que suas emendas não sejam executadas, pois eles:
- * concordam com a proposta;
 - * foram agraciados com outras formas de contrapartida (cargos, fundos e outros).
- Falta de transparência:
- * As votações nominais disponíveis ao público formam um conjunto limitado das votações importantes que ocorrem no plenário, dada a preponderância de votações simbólicas na Câmara dos Deputados.

Esses obstáculos influenciarão os achados, não sendo possível isolar e removê-los da análise, caberá, então, somente mitigar seus efeitos por meio de adaptações na modelagem onde possível. Além dos complicadores mencionados, no meio de 2016 houve uma mudança brusca no Poder Executivo com troca de presidentes que buscam agendas distintas, tornando índices como ‘taxa de governismo’ um tanto nebulosos, se não internamente contraditórios. Por outro lado, esse outlier, quando comparado aos anos ordinários, pode render informações e deduções não obtíveis de outra maneira.

4 RESULTADOS

4.1 Sem emenda impositiva: execução orçamentária 2010

4.1.1 Análise exploratória de dados e estatística descritiva

Antes de iniciar a discussão, é importante explicitar a natureza e a quantificação dos dados apresentados a seguir.

Figura 1 – Número de amostras em 2010



Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Foram computados, no ano, dados de 470 deputados que possuíam taxa de execução de emenda e taxa de governismo. O número é menor do que 513 porque nem todos os 475 deputados que possuem emendas exclusivas votaram no ano, e nem todos os 538 deputados que votaram no ano possuem emendas exclusivas. Assim, 470 é o número de deputados que estão na intersecção desses dois conjuntos (Figura 1).

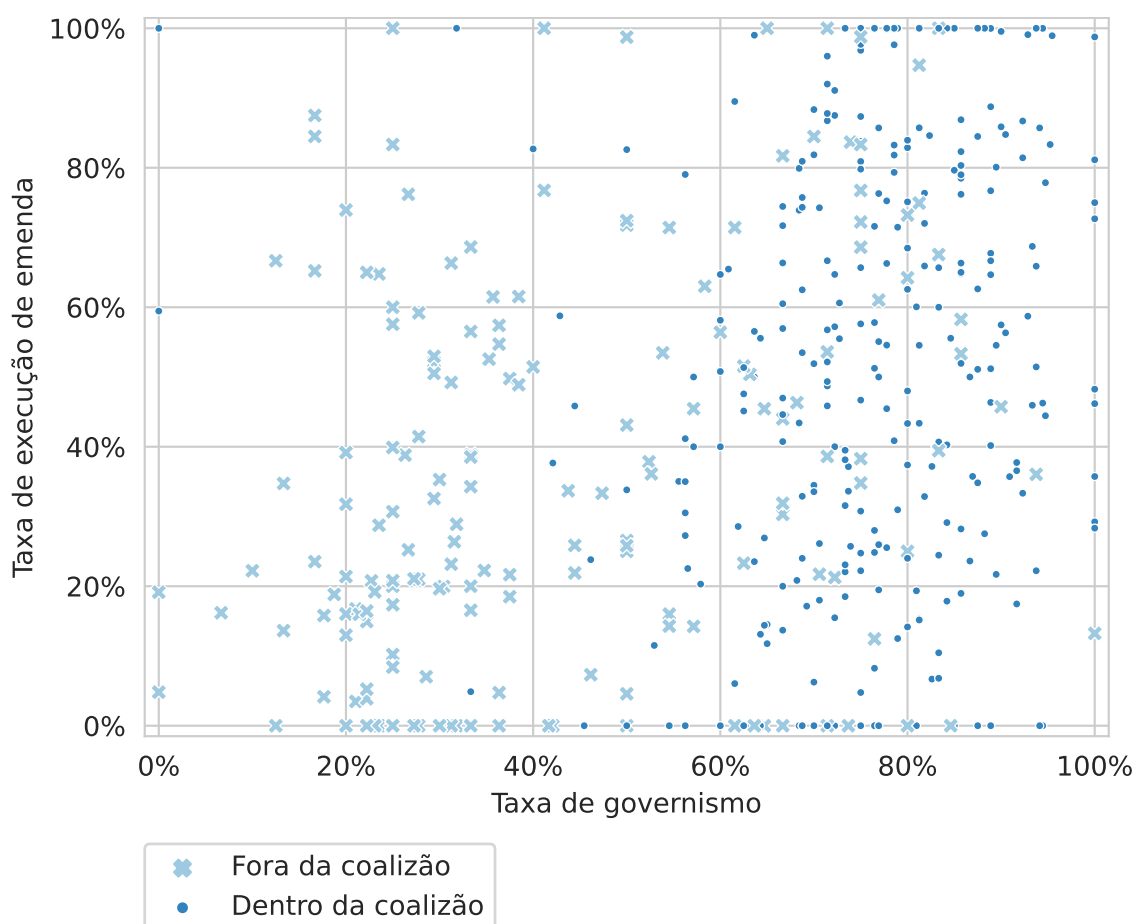
Das 8242 emendas individuais em 2010 totalizando R\$ 6.411.901.500:

- 3783 (46%) são emendas individuais exclusivas, totalizando R\$1.708.920.819 (27%);¹
- 4459 (54%) são emendas individuais que compartilham autoria com deputados, governo ou outros. Totalizando R\$ 4.702.980.681 (73%).

Ainda, 814 (10%) são emendas individuais que reforçam programações com dotação prévia no PLOA, *i.e.*, de interesse explícito do Governo, totalizando R\$ 439.142.000 (7%). Em suma, emendas exclusivas são 46% das emendas individuais em quantidade e 27% em valores.

Do lado das votações nominais, foram analisadas 42 consideradas competitivas, *i.e.*, votações em que a posição minoritária compõe ao menos 10% dos votantes; para mais detalhes, ver subseção 3.2.2.

Figura 2 – Gráfico de dispersão de deputados 2010



Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

A Figura 2 exhibe um padrão bastante claro: deputados fora da coalizão se concentram à esquerda do gráfico, onde a taxa de governismo é menor, ao passo que deputados dentro da

¹ Vale recordar que as análises feitas nesse trabalho levam em conta apenas as emendas exclusivas, conforme discutido na subseção 3.2.1.

coalizão se concentram à direita, o que era de se esperar. No entanto, existem deputados da base exibindo baixo apoio médio, da mesma forma que há deputados fora da base demonstrando alto apoio médio ao governo. O gráfico também revela que, fazer parte da coalizão não garante alta execução — e nem o contrário —, dado que há deputados ao longo de todo o eixo vertical, sinalizando que há todos os níveis de execução, de 0% a 100%, independentemente do posicionamento político formal.

Quadro 1 – Taxa de execução de emenda de 2010

Média	Mínimo	1.º Quartil	Mediana	3.º Quartil	Máximo
44%	0%	19%	41%	69%	100%

Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Quadro 2 – Taxa de governismo de 2010

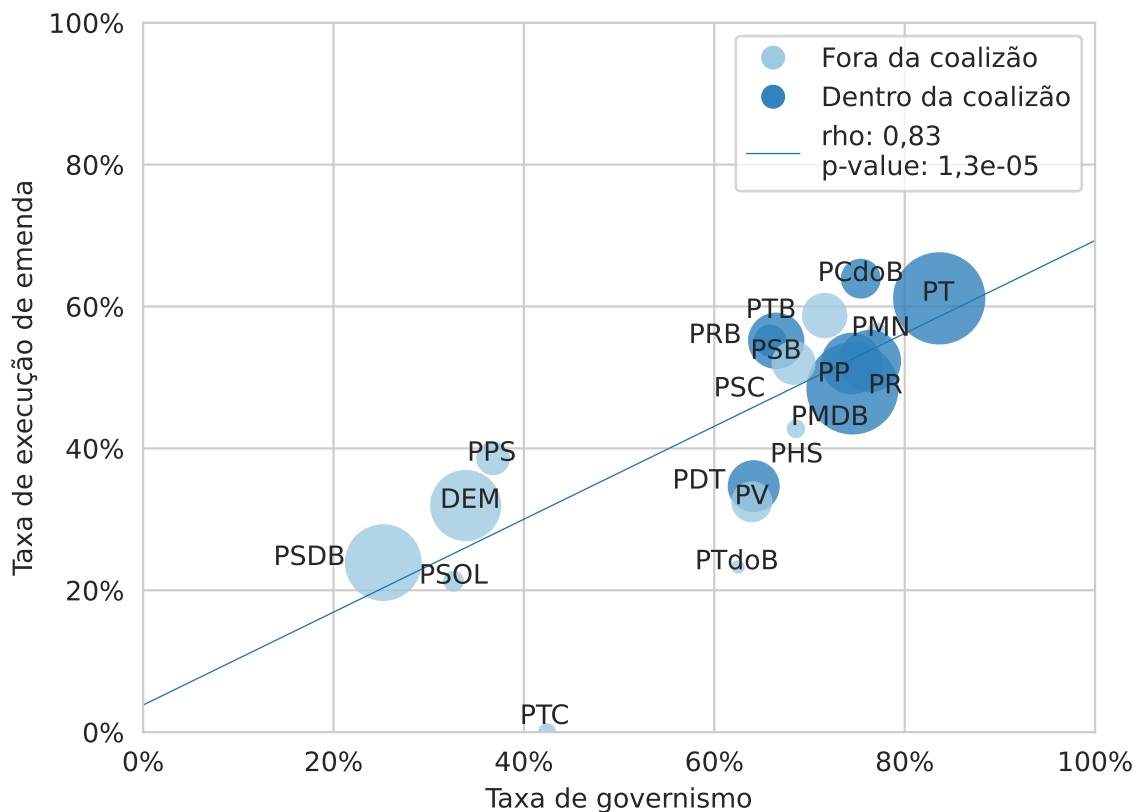
Média	Mínimo	1.º Quartil	Mediana	3.º Quartil	Máximo
63%	0%	48%	70%	80%	100%

Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

4.1.2 Análise por partido

Apesar de útil por dar uma visão geral do fenômeno, o gráfico de dispersão acima, como está na Figura 2, não informa de maneira clara se existem padrões predominantes de relação entre taxa de governismo e taxa de execução de emenda, daí a necessidade de se obter visualizações por outros ângulos. Uma maneira de se fazer isso é indo ao fundamento do que significa fazer parte da coalizão formal, conforme visto na subseção 3.2.2, e agrupar os deputados consoante o seu partido, o que nos possibilita verificar se, no agregado, os partidos da base votam com o governo, e, caso positivo, se são recompensados com mais execução.

Figura 3 – Correlação entre TEE e TG agrupado por partido em 2010



Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

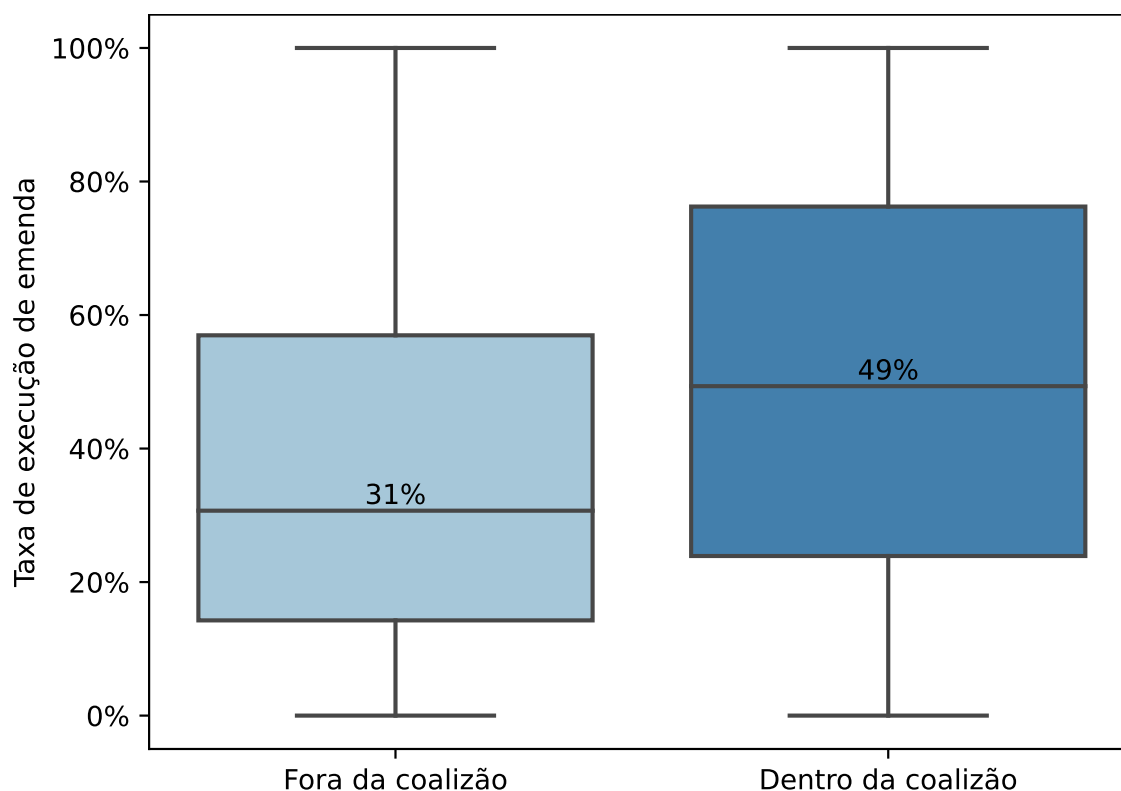
Nota: A área dos círculos é proporcional à bancada do respectivo partido.

Adotando esse critério, vê-se na Figura 3 novos padrões claros se emergindo: não apenas há alto grau de associação entre apoio e execução, confirmada pelo coeficiente de Spearman (ρ) de 0,83,² como também se vê que, em 2010, partidos fora da coalizão formal, *e.g.* PTB, podem se beneficiar quando se comportam como os da base. Outro fato em destaque é a cisma que se forma horizontalmente no meio dos dois agrupamentos, revelando partidos que não apenas estão fora da base formal, como fazem oposição na prática votando com o governo menos de 40% das vezes, em contraste àqueles da base ‘real’ que concordaram com o governo em mais de 60% das votações.

4.1.3 Análise por coalizão formal

² Dado p -value de $1,3 \times 10^{-5}$, pode-se aferir com grande confiança que ρ não é zero.

Figura 4 – Boxplot de execução orçamentária 2010



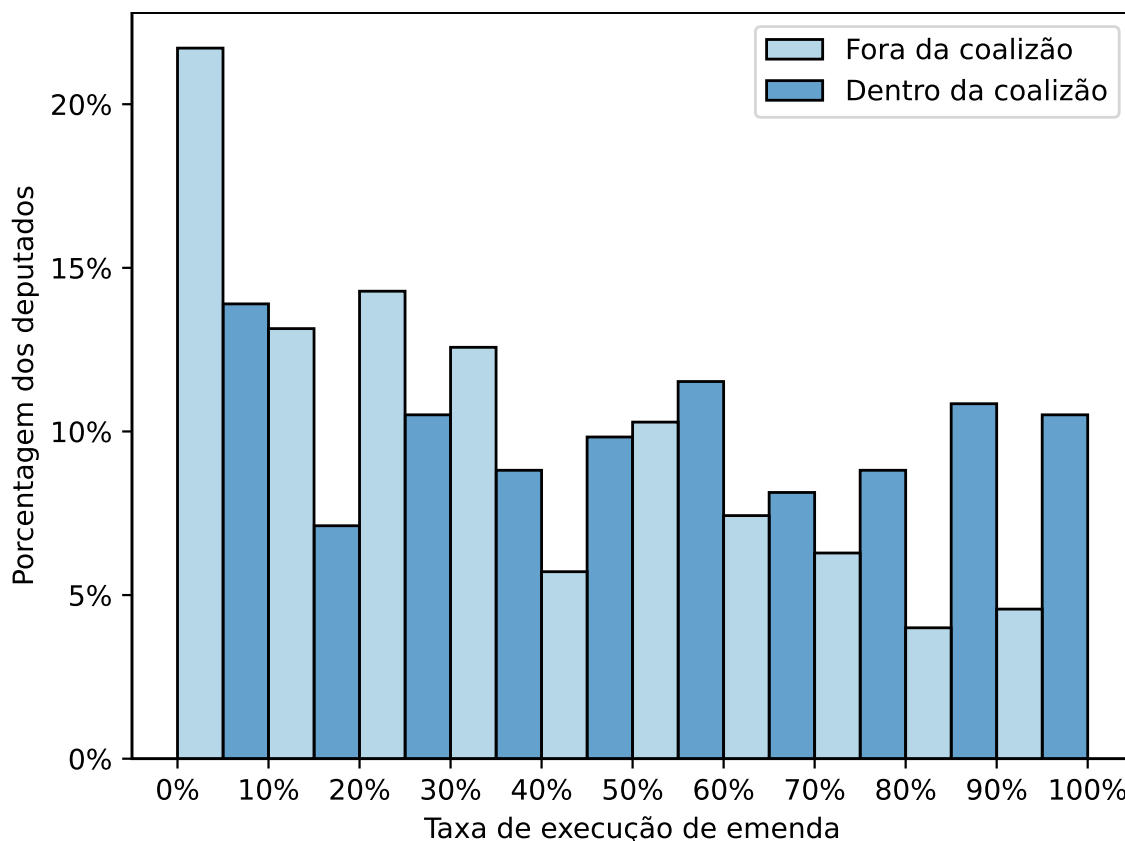
Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Para robustecer o achado anterior, comparando a distribuição de execução (E) das amostras dentro da coalizão (295 deputados) e fora da coalizão (175 deputados), usando teste U de Mann-Whitney (MWU), resulta na rejeição da hipótese nula³ ($p\text{-value} = 8,1 \times 10^{-6}$), então: $P(E_{dentro} > E_{fora}) > P(E_{dentro} < E_{fora})$. Em outras palavras, é mais provável a execução daqueles dentro da coalizão ser maior que daqueles fora da coalizão.

O resultado do teste U é visualmente evidente na Figura 4, onde há uma distância razoável, não apenas entre as medianas dos dois grupos (31% vs 49%), como também entre os seus respectivos intervalos interquartis (3.º quartil - 1.º quartil), que são visualmente representadas pelas caixas preenchidas.

³ $H_0: P(E_{dentro} > E_{fora}) = P(E_{dentro} < E_{fora})$.

Figura 5 – Histograma comparada de execução de emenda 2010

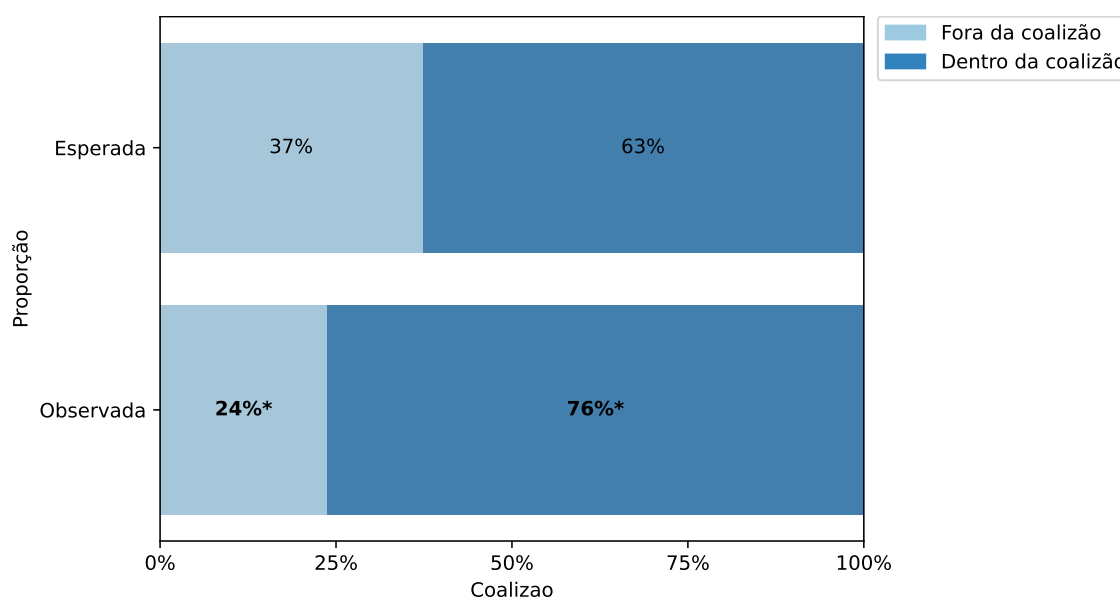


Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Já a Figura 5 permite explicar as conclusões obtidas nos outros testes: nas faixas de maior execução, à direita no histograma, predominam deputados da coalizão, representados pelo azul-escuro; enquanto, à esquerda no histograma, em especial o intervalo contendo execução nula, há presença dominante daqueles fora da coalizão. Daí porque se pode dizer que, no agregado, alto apoio formal está ligado à alta execução.

Outra maneira de verificar sobre-representação de aliados formais do governo entre os maiores executores é fazer o teste qui-quadrado (χ^2), o qual “nos diz com quanta certeza os valores observados podem ser explicados pela teoria em estudo” (SCHWARTZ; MARCIANO, 2020, p. 209). Para proceder, inicia-se recortando da amostra os deputados que estão entre os 25% maiores executores de emenda — ou seja, acima do 3.º quartil —, em seguida, verifica-se se a proporção de membros da coalizão nesse recorte é a mesma proporção quando da amostra geral. Caso haja discrepância detectável, atribuir-se-ia a diferença à existência de favorecimento àqueles que estão na base.

Figura 6 – Proporção de deputados entre os maiores executores de emenda 2010



Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Nota: * resultado com $p\text{-value} < 0,1$.

Ao final de 2010, 63% dos deputados faziam parte de partido que compunham a coalizão governamental, portanto, caso não exista discriminação partidária nas execuções, a proporção esperada desses deputados no grupo dos 25% maiores executores será os mesmos 63%. Porém, como visto na Figura 6, a proporção observada foi de 76%, com uma diferença grande o suficiente para se dizer com confiança ($p\text{-value}$ de $2,4 \times 10^{-3}$) que membros da coalizão foram favorecidos nas execuções de emenda individual em 2010 por estarem sobre-representados no grupo dos maiores executores.

4.1.4 Análise por apoio efetivo

A subseção 4.1.3 trata de comparações entre grupos separados de acordo com uma denominação formal, que é o pertencimento ou não à coalizão; já na presente subseção serão feitas comparações de acordo com o comportamento efetivo dos deputados nas votações nominais, independentemente de suas afiliações partidárias.

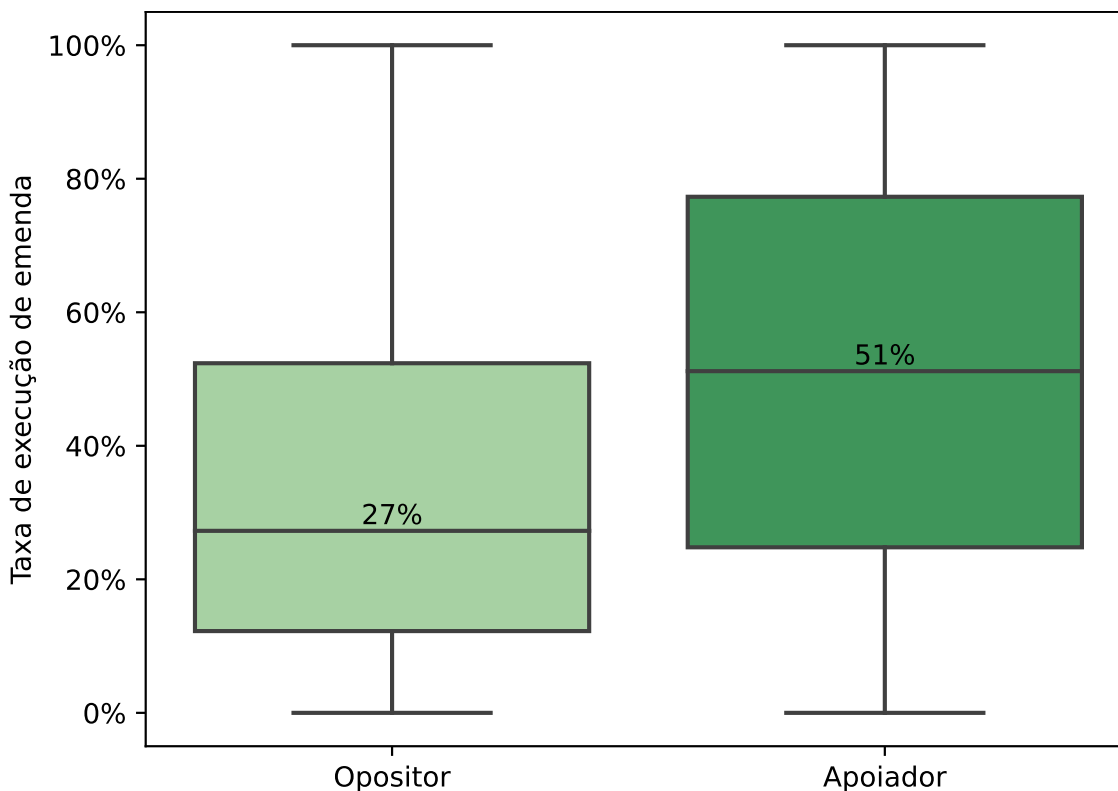
À primeira vista, estudar coalizão e também estudar apoiadores soa redundante, afinal os dos grupos são bastante interdependentes: fazer parte daquele grupo significa alta probabilidade de também fazer parte deste. No entanto, nem todos os deputados que fazem parte da coalizão formal estão entre os maiores apoiadores e, de forma análoga, nem todos os maiores apoiadores fazem parte da coalizão formal.

Estudar de forma separada esses dois conceitos permite ao analista comparar quais das vertentes no estudo do comportamento parlamentar se mostra mais evidente: a partidarista ou a

distributivista. Se os deputados executam mais emendas por fazerem parte da coalizão, diria-se que há prevalência partidarista, ao passo que, se os deputados executam mais emendas por votarem mais com o Executivo, haveria prevalência distributivista.

Para viabilizar esse procedimento analítico, é necessário manter os parâmetros os mais estáveis possível, daí porque será criada uma nova classificação emulando a divisão clássica de ‘Dentro da coalizão’ e ‘Fora da coalizão’ utilizada até agora: a partir da proporção de deputados pertencentes à base — a qual, em 2010, foi de 63% —, as amostras serão separadas em 1) ‘Apoiador’, contendo os 63% maiores apoiadores; e 2) ‘Opositor’, contendo o restante.

Figura 7 – Boxplot de execução orçamentária 2010



Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

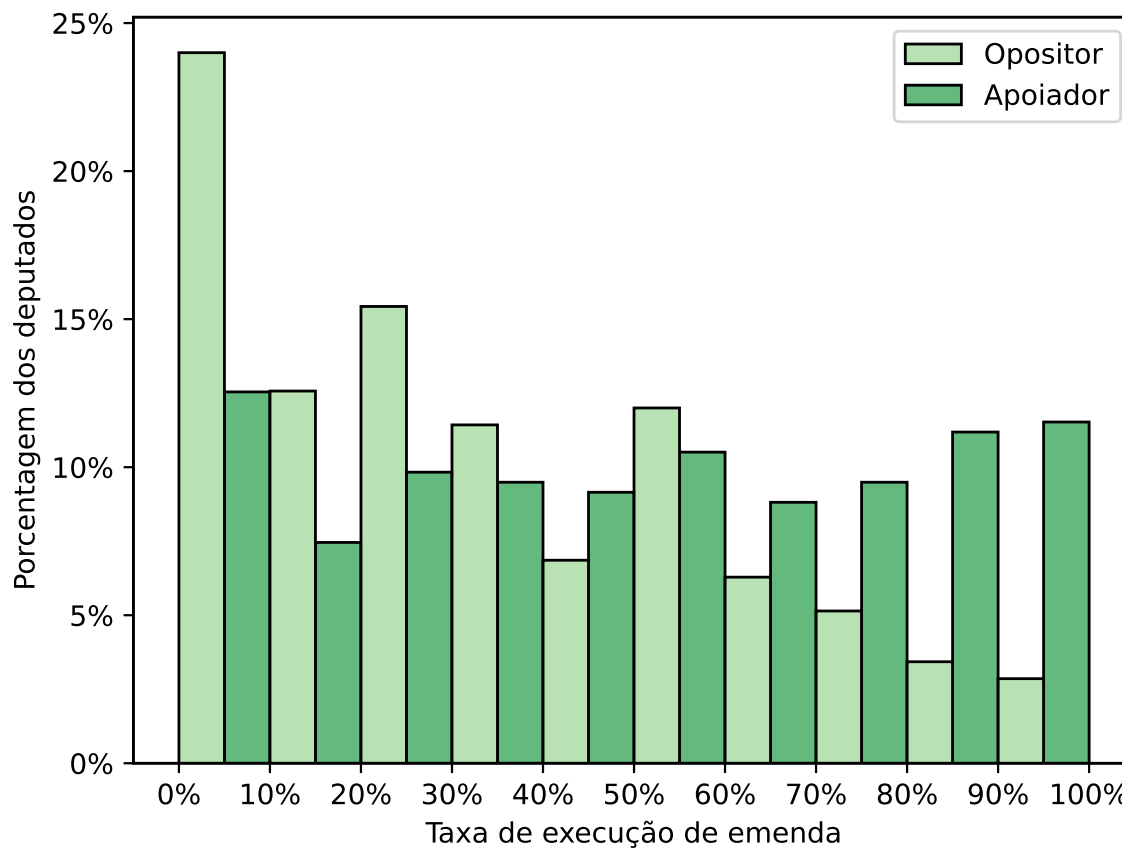
Fazendo o teste U, desta vez comparando os 295 maiores apoiadores do governo com os 175 maiores opositores do governo — mantendo paralelismo com número de deputados divididos conforme coalizão —, usando taxa de governismo como critério, resulta na rejeição da hipótese nula⁴ ($p\text{-value} = 8,6 \times 10^{-9}$), então: $P(E_{\text{apoiador}} > E_{\text{opositor}}) > P(E_{\text{apoiador}} < E_{\text{opositor}})$. Em outras palavras, é mais provável a execução maior daqueles que mais apoiam o governo comparado àqueles que mais se opõem.

Em 2010, comparando Figura 4 com Figura 7, vê-se que, em ambos os casos, confirmados pelos testes U, há diferença entre os grupos na primeira comparação com base na coalizão ($p\text{-value} = 8,1 \times 10^{-6}$) e também na segunda comparação com base em voto nominal ($p\text{-value} =$

⁴ $H_0: P(E_{\text{apoiador}} > E_{\text{opositor}}) = P(E_{\text{apoiador}} < E_{\text{opositor}})$.

$8,6 \times 10^{-9}$), mas a discrepância é maior na segunda comparação, sugerindo que, nesse ano, o fator distributivista foi maior que o partidarista.

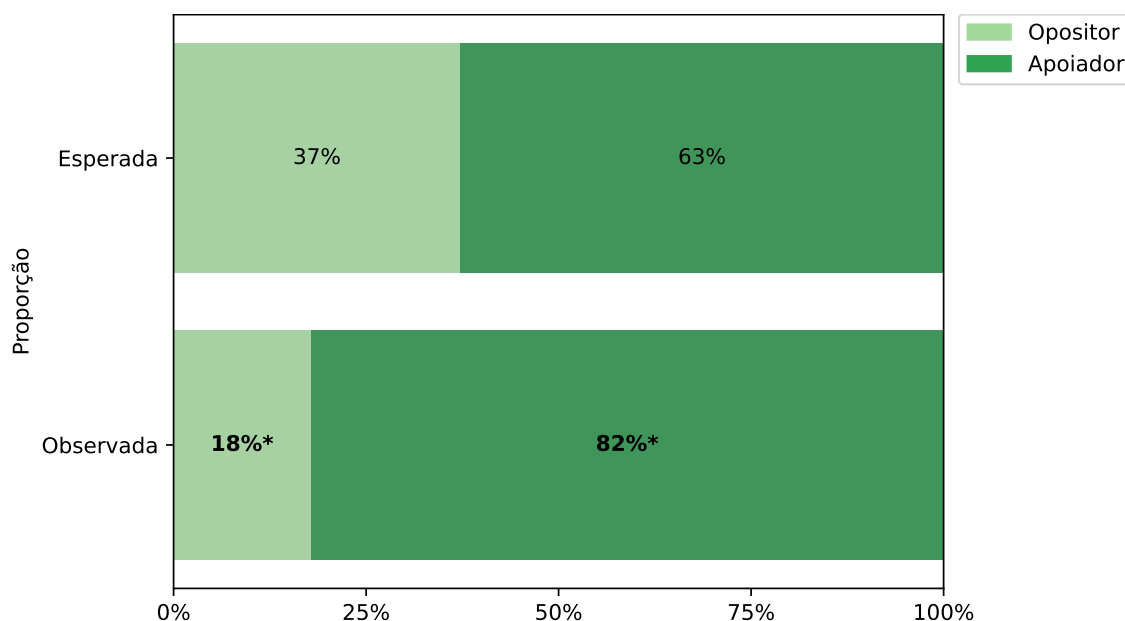
Figura 8 – Histograma comparada de execução de emenda 2010



Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Já a Figura 8 permite explicar as conclusões obtidas nos outros testes: nas faixas de maior execução, à direita no histograma, predominam deputados que mais apoiaram o governo, representados pelo verde-escuro; enquanto, à esquerda no histograma, em especial o intervalo contendo execução nula, há presença dominante daqueles que mais se opuseram ao governo. Daí porque se pode dizer que, no agregado, alto apoio efetivo está ligado à alta execução.

Figura 9 – Proporção de deputados entre os maiores executores de emenda 2010



Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Nota: * resultado com p -value < 0,1.

O predomínio do favor distributivista também é encontrado fazendo teste qui-quadrado, ao se verificar que a proporção observada de 82% do grupo ‘Apoiador’ (Figura 9, com p -value de $1,3 \times 10^{-5}$) é superior ao 76% do grupo ‘Dentro da coalizão’ (Figura 6), quando ambos têm a proporção esperada de 63%. Em outras palavras, pode-se dizer, com significância estatística, que a sobre-representação dos aliados efetivos foi detectada e é ainda maior que a dos aliados formais.

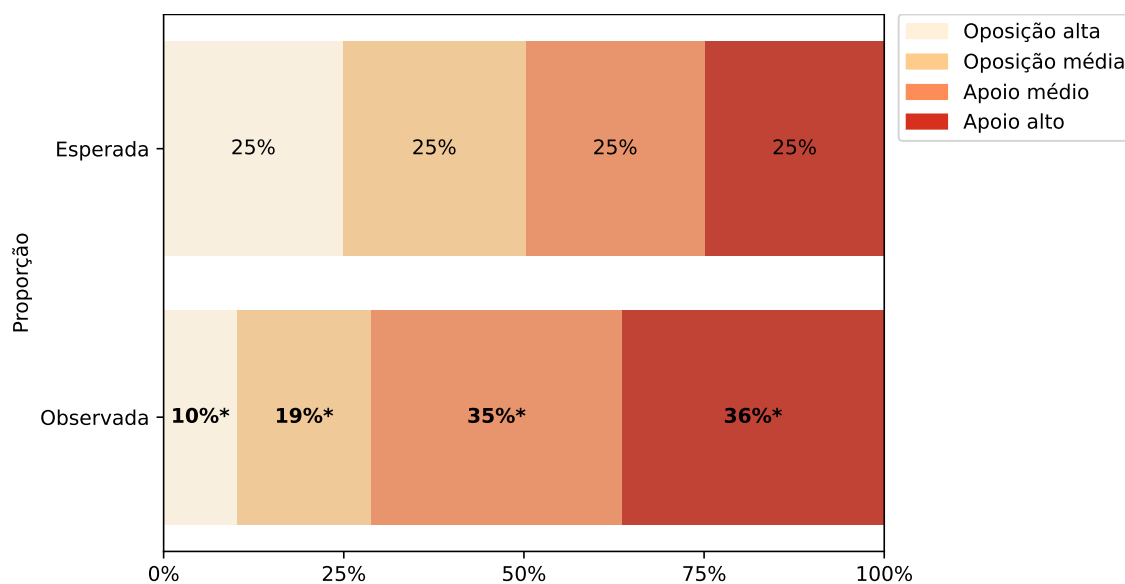
4.1.5 Análise por categorias de votante

Fazer análises separando as amostras em dois grupos, como nas subseções 4.1.3 e 4.1.4, é conveniente e produz resultados fáceis de serem interpretados, mas não fornece resultados mais granulares, ofuscando nuances que separam, por exemplo, posicionamento moderado do fervoroso. À vista disso, a presente subseção irá estudar os dados dividindo os deputados em quatro grupos a depender da sua taxa de governismo no ano: ‘Oposição alta’ se refere àqueles abaixo do primeiro quartil, *i.e.*, os 25% que menos apoiaram o governo; enquanto ‘Oposição média’, ‘Apoio médio’ e ‘Apoio alto’ ocupam, individual e sucessivamente, os espaços formados entre os quartis. Dessa forma, todos os grupos têm aproximadamente o mesmo tamanho, a saber, um quarto dos parlamentares na amostra.

Definida a proporção que cada grupo possui, o teste qui-quadrado verifica se a frequência esperada de 25% de cada um deles ainda é observada dentre os deputados que mais executaram emendas no ano, especificamente aqueles que estão acima do 4.º quartil no ranking de execução.

Se a frequência esperada e a observada são similares, pode-se dizer que apoio ao governo nas votações não altera a taxa de execução de emenda.

Figura 10 – Proporção de deputados entre os maiores executores de emenda 2010

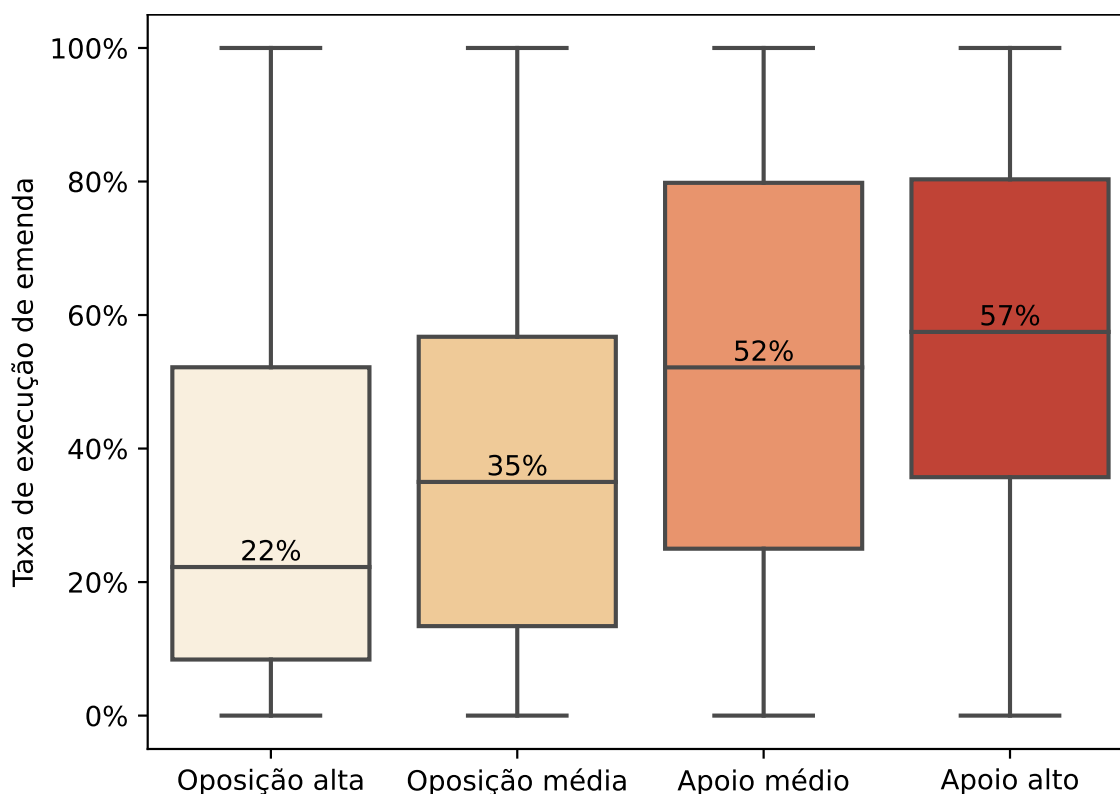


Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Nota: * resultado com p-value < 0,1.

Pela Figura 10, vê-se que todos os grupos apresentaram divergência grande o suficiente para acusar significância estatística. Interpretando o gráfico, os deputados que fizeram 'Oposição alta', apesar de somarem 25% da Casa, estão sub-representados na elite dos executores de emenda com apenas 10%, enquanto membros com 'Apoio médio' e 'Apoio alto' estão sobre-representados com pelo menos 35% de presença cada, apesar de que era esperada a proporção de 25% para cada categoria. Esse achado indica que, em 2010, o apoio ao governo nas votações faz diferença para um deputado estar entre os maiores executores, sendo suficiente o 'Apoio médio', sem requerer o 'Apoio alto'.

Figura 11 – Boxplot de execução orçamentária 2010



Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Já a Figura 11 torna bastante visível o favorecimento que se dá àqueles que estão com o governo: enquanto a ‘Oposição alta’ amarga mediana de apenas 22% na taxa de execução de emenda, ‘Apoio alto’ obteve 57%. Comparando a distribuição de execução (E) das amostras entre essa duas categorias de votante, usando teste U de Mann-Whitney, resulta na rejeição da hipótese nula⁵ ($p\text{-value} = 1,4 \times 10^{-9}$), então: $P(E_{\text{Apoioalto}} > E_{\text{Altaoposicao}}) > P(E_{\text{Apoioalto}} < E_{\text{Altaoposicao}})$. Em outras palavras, é mais provável a execução daqueles que dão ‘Apoio alto’ ao governo do que aqueles que lhe fazem ‘Oposição alta’.

4.1.6 Síntese de 2010

Os resultados de 2010 sugerem que há favorecimento político na execução de emendas de forma integral (todos os testes de hipótese deram resultado positivo) e com alto grau de confiança (os $p\text{-values}$ encontrados foram todos abaixo de 0,01). Ademais, houve prevalectimento do modelo distributivista sobre o modelo partidarista de representação.

⁵ $H_0: P(E_{\text{Apoioalto}} > E_{\text{Altaoposicao}}) = P(E_{\text{Apoioalto}} < E_{\text{Altaoposicao}})$.

4.2 Sem emenda impositiva: execução orçamentária 2011

4.2.1 Análise exploratória de dados e estatística descritiva

Em 2011 foram computados dados de 263 deputados, que é a intersecção de 478 autores de emendas exclusivas e 549 deputados votantes. Do lado das votações nominais, foram analisadas 59 consideradas competitivas.

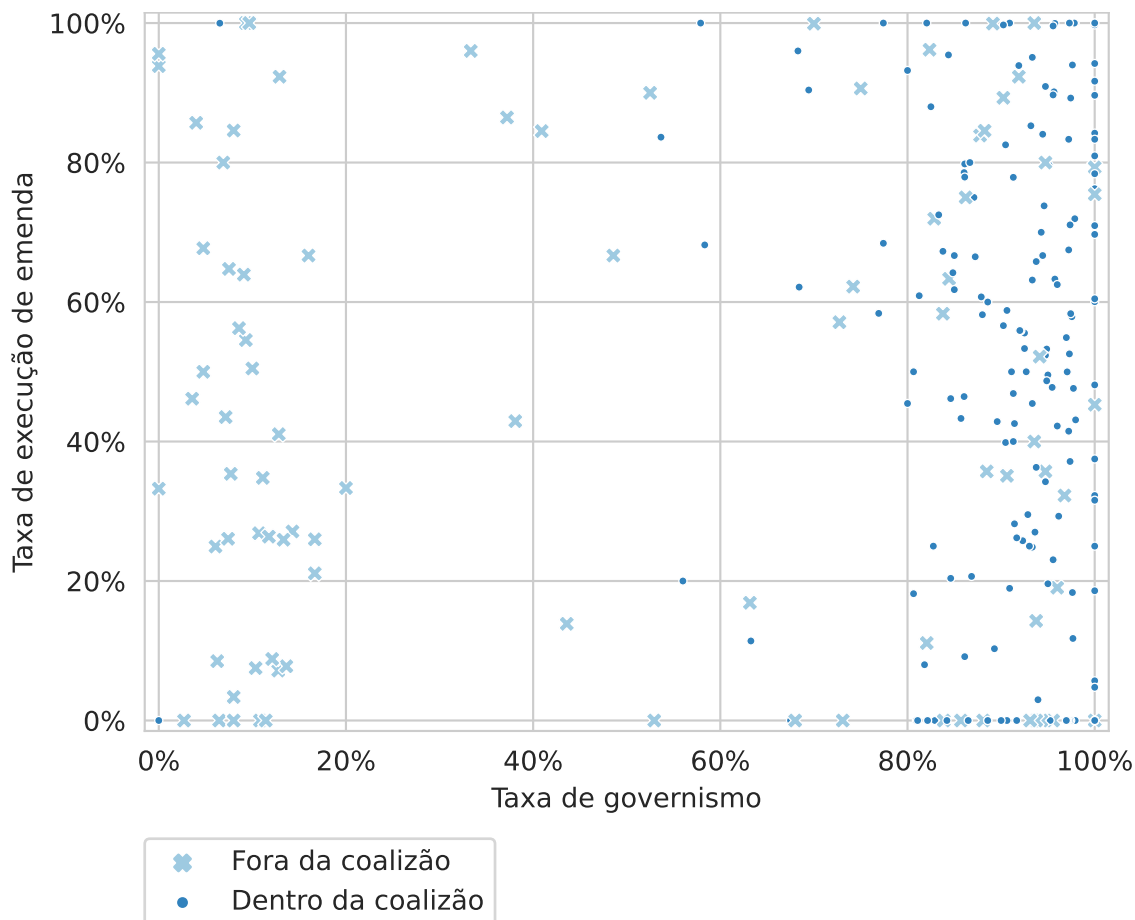
O diminuto número de amostras (263) é causado pela baixa intersecção entre aqueles que votaram no plenário e que, ao mesmo tempo, possuem emendas aprovadas para o ano. Isso se deve ao fato de 2011 ser o primeiro ano de uma nova legislatura, em que muitos deputados com emenda para 2011 não foram reeleitos; e porque muitos deputados recém-eleitos, por não terem participado do processo orçamentário no exercício anterior, não possuem emendas no ano analisado.

Das 7619 emendas individuais em 2011 totalizando R\$ 6.432.333.190:

- 3971 (52%) são emendas individuais exclusivas, totalizando R\$ 2.343.843.315 (36%);
- 3648 (48%) são emendas individuais que compartilham autoria com deputados, governo ou outros, totalizando R\$ 4.088.489.875 (64%).

Ainda, 764 (10%) são emendas individuais que reforçam programações com dotação prévia no PLOA, *i.e.*, de interesse explícito do Governo, totalizando R\$ 546.063.000 (8%). Em suma, emendas exclusivas são 52% das emendas individuais em quantidade e 36% em valores.

Figura 12 – Gráfico de dispersão de deputados 2011



Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

O gráfico de dispersão de 2011 (Figura 12), em comparação ao ano anterior, mostra uma grande polarização entre situação e oposição: a cisma que existia entre esses dois grupos está mais alargado, formando um grande deserto no meio entre 20% e 70% de taxa de governismo. Outra diferença perceptível é a menor concentração de deputados no topo do gráfico, significando que poucos tiveram 100% de execução das suas emendas.

Quadro 3 – Taxa de execução de emenda de 2011

Média	Mínimo	1.º Quartil	Mediana	3.º Quartil	Máximo
48%	0%	18%	50%	78%	100%

Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

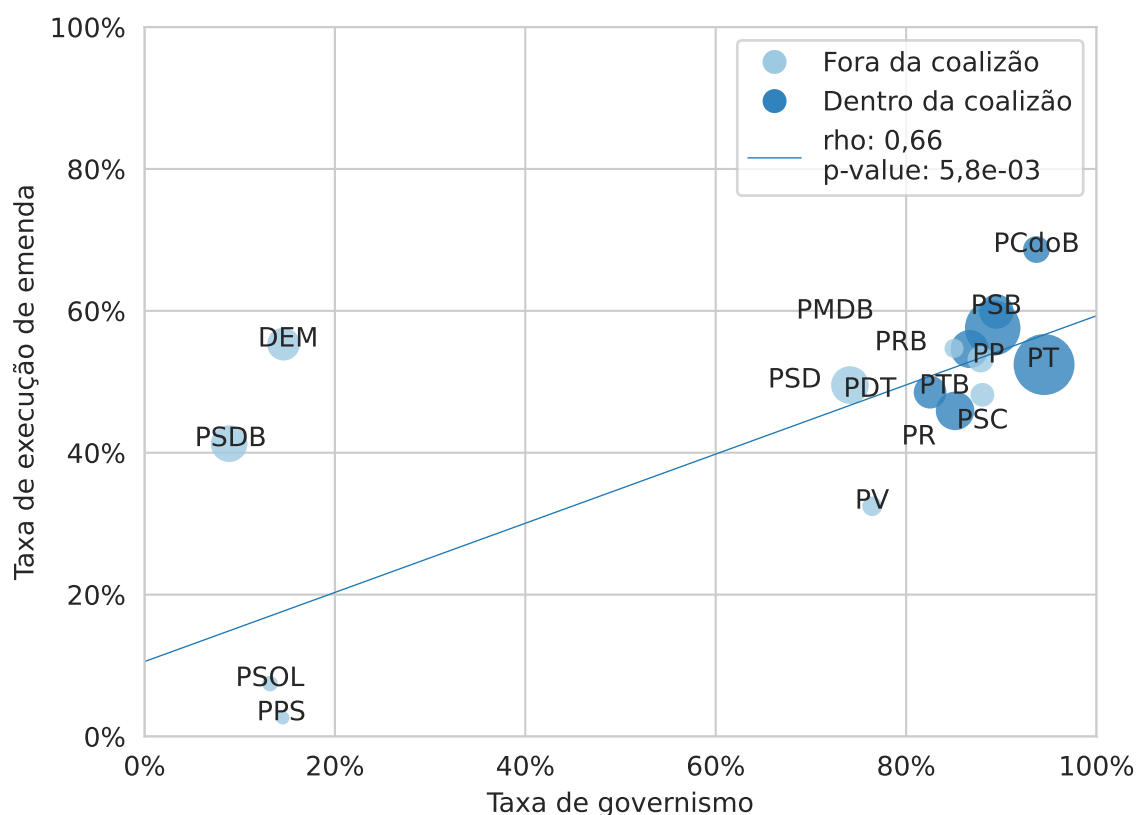
Quadro 4 – Taxa de governismo de 2011

Média	Mínimo	1.º Quartil	Mediana	3.º Quartil	Máximo
75%	0%	74%	90%	96%	100%

Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

4.2.2 Análise por partido

Figura 13 – Correlação entre TEE e TG agrupado por partido em 2011



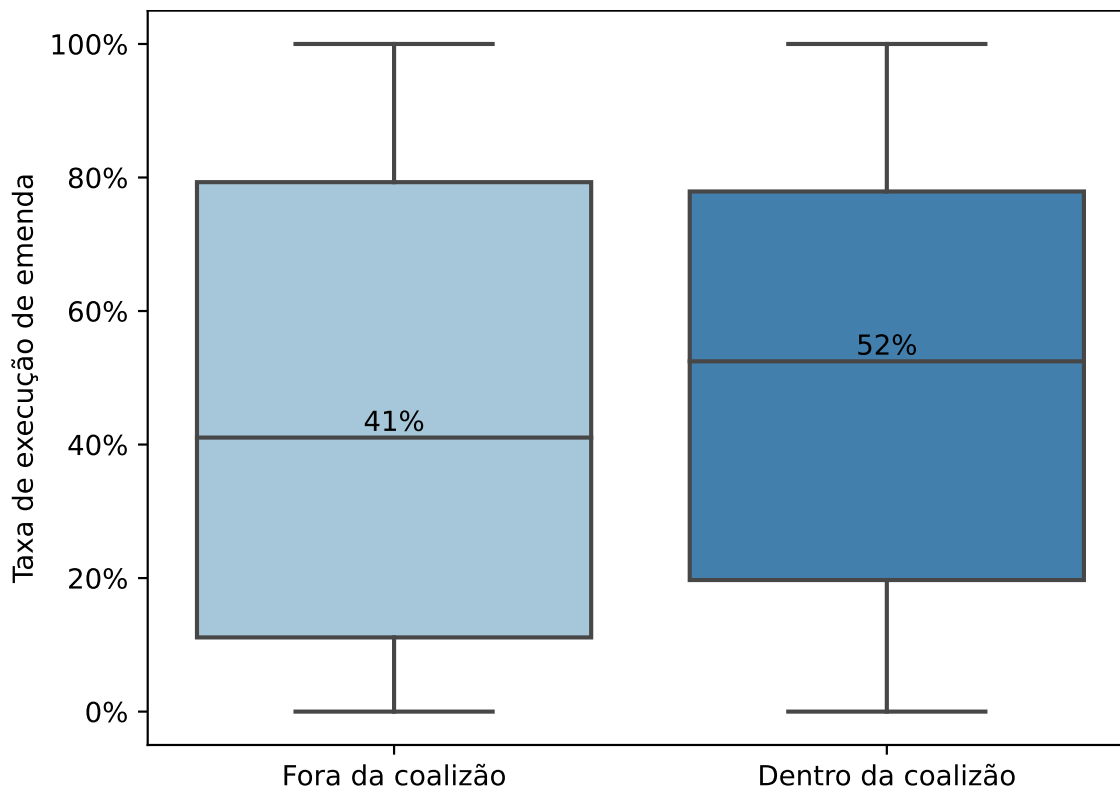
Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Nota: A área dos círculos é proporcional à bancada do respectivo partido.

Agrupando as amostras por partido (Figura 13), fica mais clara a formação de um fosso, em que partidos da oposição se encontram ainda mais afastados da agenda do Executivo. Mesmo assim, quando analisado o coeficiente de Spearman, há significância estatística para afirmar que taxa de governismo e taxa de execução de emenda possuem alto grau de associação entre si com ρ de 0,66 e p -value de $5,8 \times 10^{-3}$.

4.2.3 Análise por coalizão formal

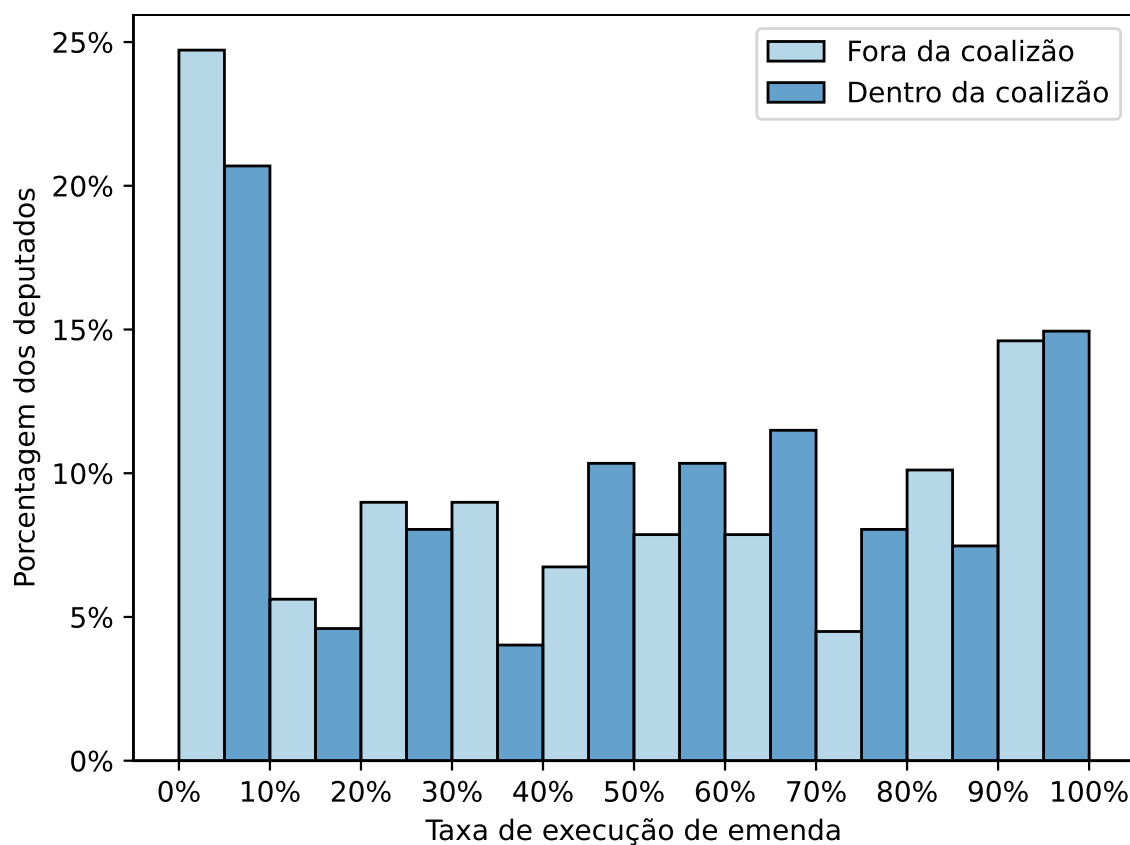
Figura 14 – Boxplot de execução orçamentária 2011



Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Comparando a distribuição de execução das amostras dentro da coalizão (174 deputados) e fora da coalizão (89 deputados), usando teste U de Mann-Whitney, resulta que a probabilidade de execução maior de emenda é indiferente entre os dois grupos ($p\text{-value} = 0,39$). O achado do teste U não é óbvio quando se vê a Figura 14 porque membros da coalizão apresentam mediana superior, mas essa vantagem não é suficiente para se afirmar que $P(E_{dentro} > E_{fora}) > P(E_{dentro} < E_{fora})$, ou seja, a probabilidade de execução maior dos membros não é maior do que a probabilidade de execução maior dos não membros.

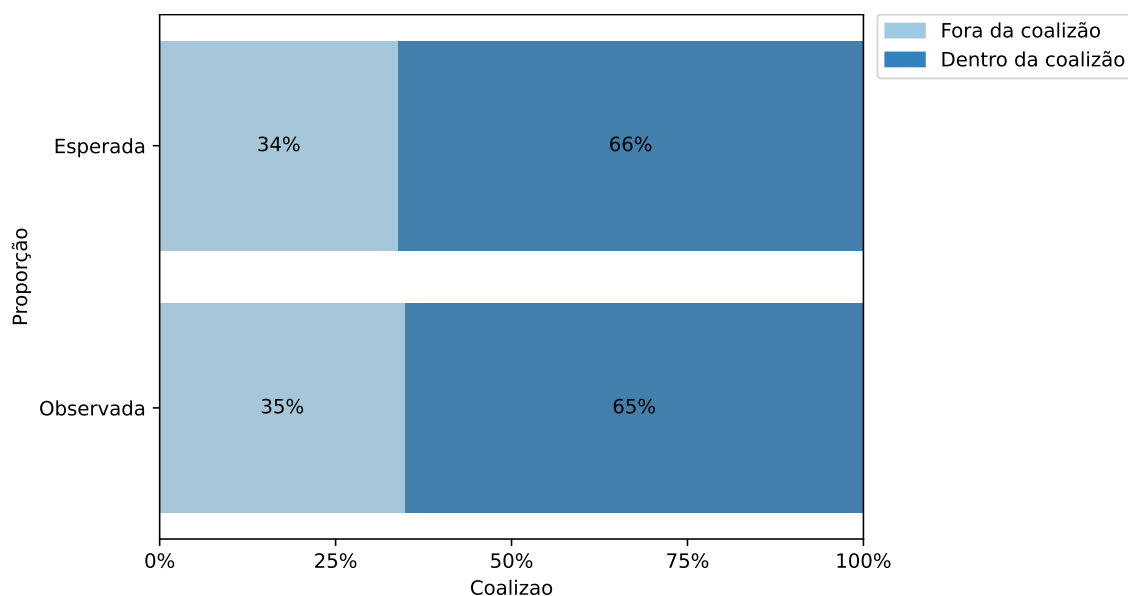
Figura 15 – Histograma comparada de execução de emenda 2011



Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Já a Figura 15, em grau muito menor do que em 2010, mostra leve vantagem dos membros da coalizão nas faixas superiores de execução de emenda, em especial de 50% a 80%.

Figura 16 – Proporção de deputados entre os maiores executores de emenda 2011



Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

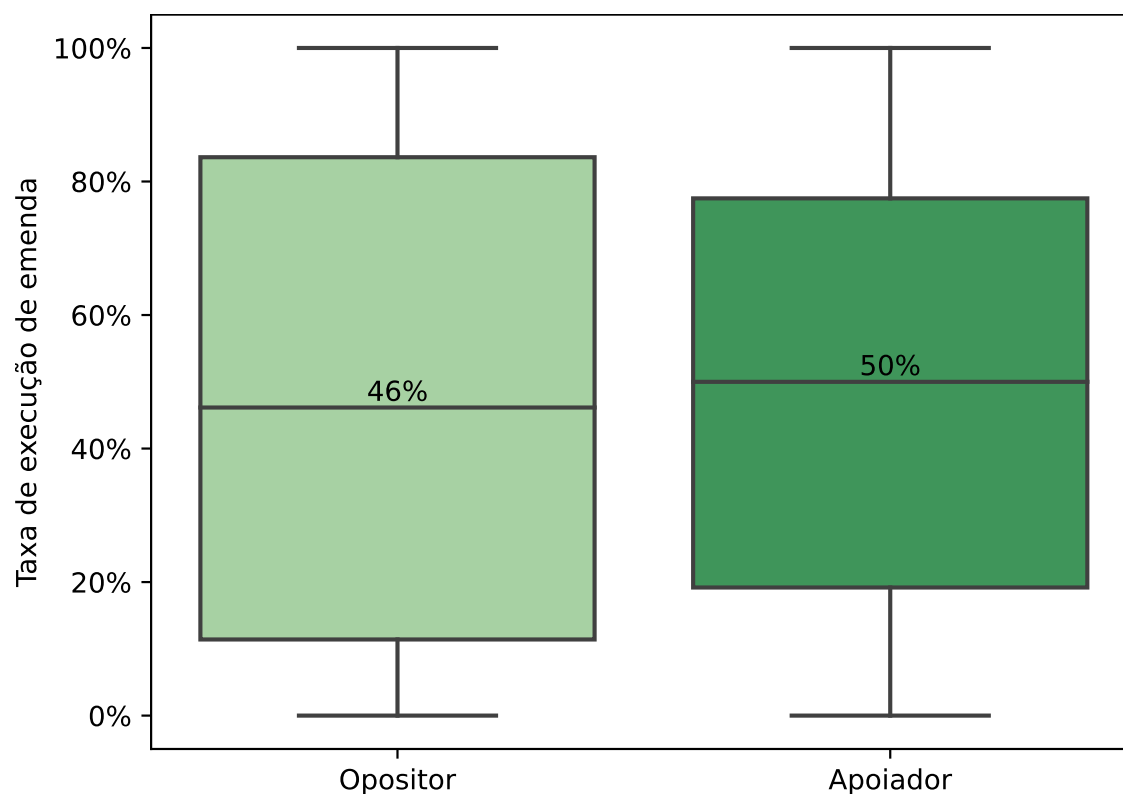
Segundo o teste qui-quadrado (Figura 16), na comparação entre a proporção esperada, que é de 66%,⁶ e a proporção observada, que é de 65%, não há significância estatística suficiente para se dizer que houve sobre ou sub-representação de aliados no grupo dos maiores executores pelo critério de coalizão formal ($p\text{-value} = 0,86$).

4.2.4 Análise por apoio efetivo

Os resultados do ano até aqui não mostraram haver favorecimento aos membros da coalizão. Falta agora averiguar se a isonomia também se aplica quando analisados os aliados efetivos, *i.e.*, aqueles que de fato votaram mais com o governo.

⁶ 66% das amostras em 2011 estão em partidos da coalizão.

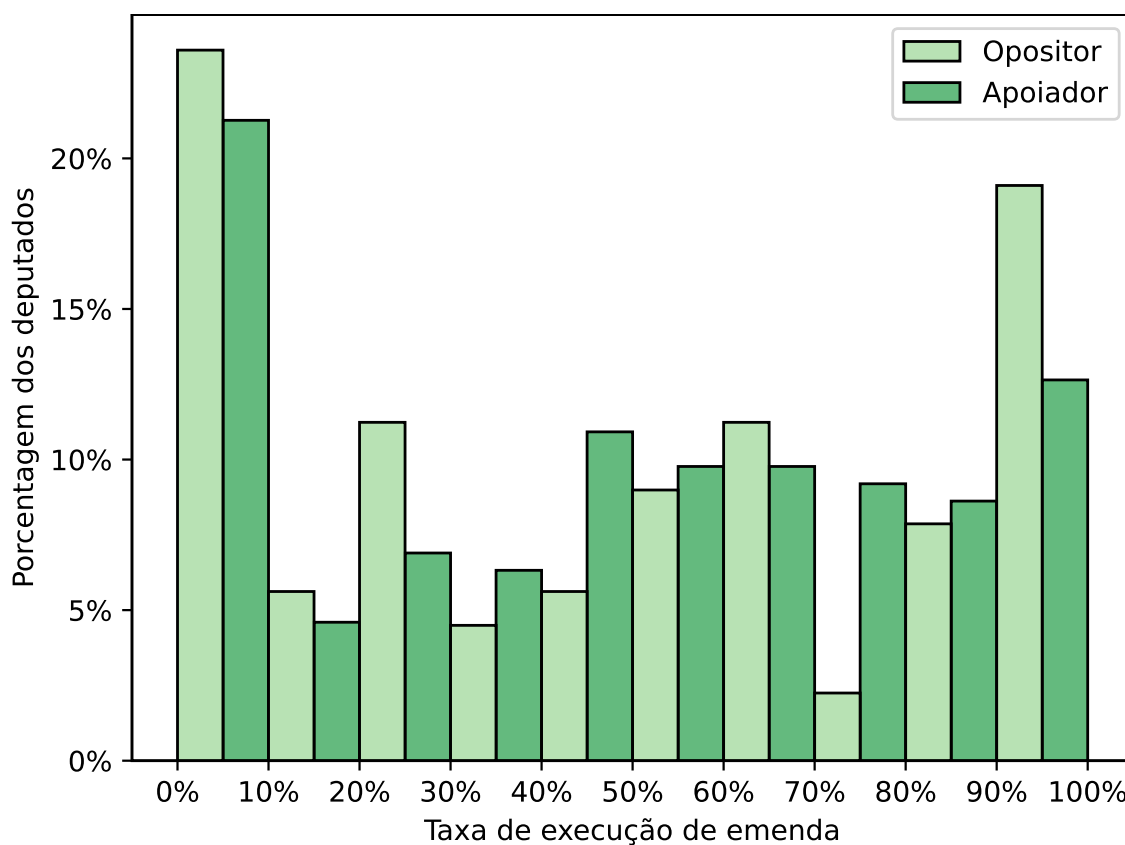
Figura 17 – Boxplot de execução orçamentária 2011



Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Pelo teste U, desta vez comparando os 174 maiores apoiadores do governo com os 89 maiores opositores do governo — mantendo paralelismo com número de deputados divididos conforme coalizão —, resulta que a probabilidade de execução maior de emenda não é diferente quando comparados apoiadores efetivos com opositores efetivos ($p\text{-value} = 0,96$). De fato, olhando a Figura 17, vê-se pouca diferença entre as distribuições de execuções nos dois grupos. Vale notar que a variância de execução dos opositores é maior, enquanto as execuções dos apoiadores são mais concentradas.

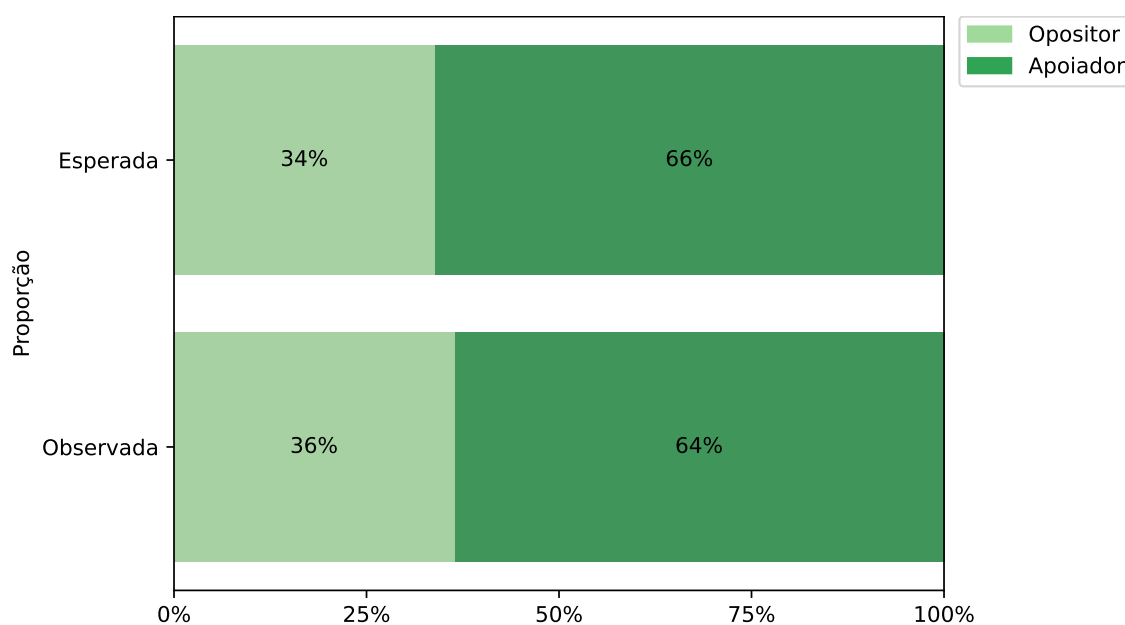
Figura 18 – Histograma comparada de execução de emenda 2011



Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

A diferença nas variâncias é observável também pelo histograma da Figura 18, em que opositores dominam os extremos, tanto na faixa inferior de 0 a 30%, quanto na faixa superior acima de 90%.

Figura 19 – Proporção de deputados entre os maiores executores de emenda 2011



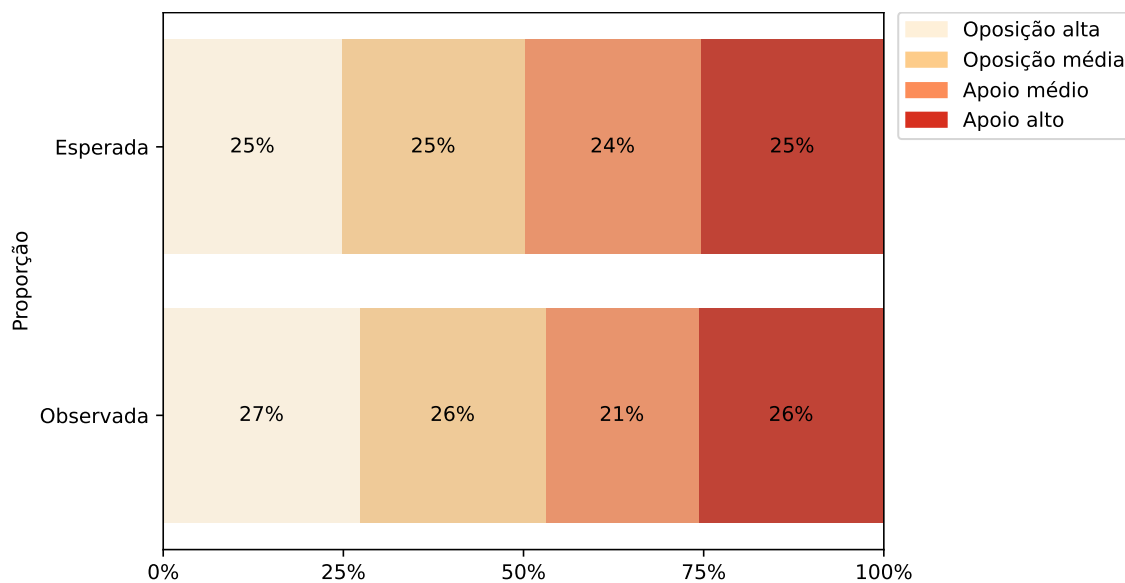
Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

O teste qui-quadrado (Figura 19) também mostra não haver vantagens aos apoiadores efetivos, visto que a proporção observada de 64% é muito próxima à proporção esperada de 66%.⁷ Assim, não há significância estatística suficiente para se dizer que houve sobre ou sub-representação de aliados no grupo dos maiores executores pelo critério do apoio efetivo ($p\text{-value} = 0,66$).

4.2.5 Análise por categorias de votante

⁷ 66% das amostras em 2011 estão em partidos da coalizão.

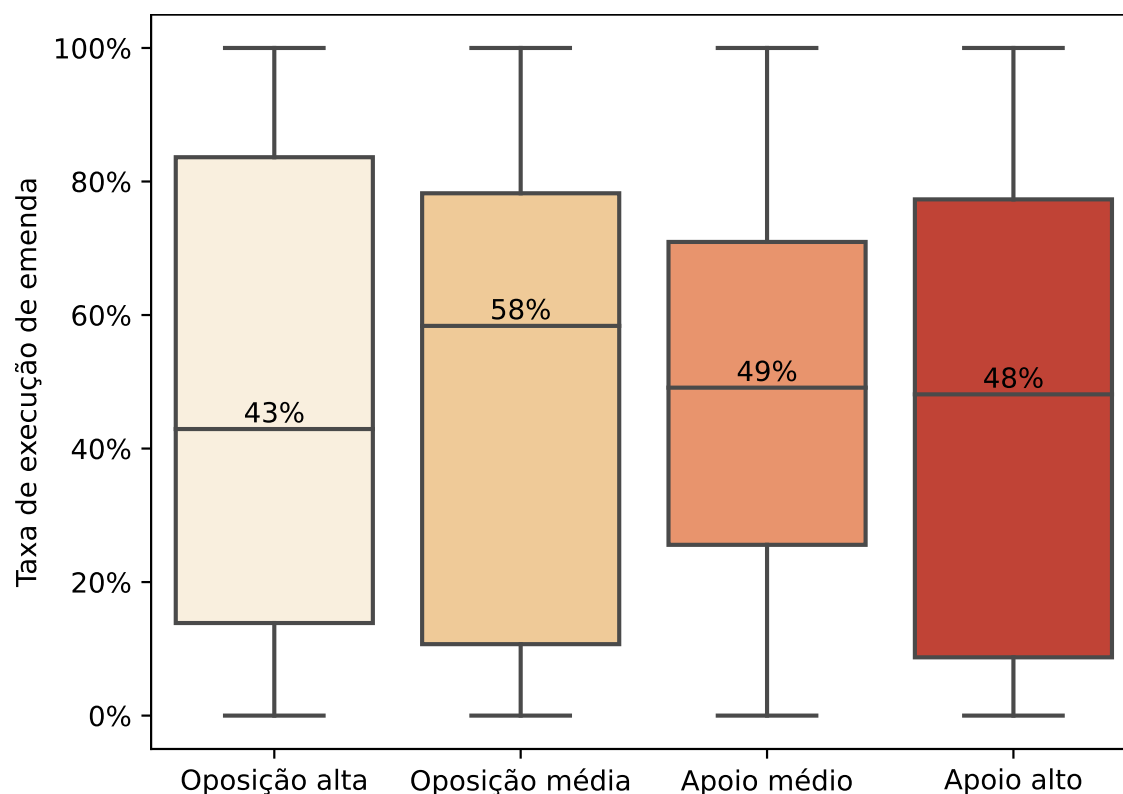
Figura 20 – Proporção de deputados entre os maiores executores de emenda 2011



Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Ainda com base em apoio efetivo, mas com maior granularidade, a Figura 20, no teste qui-quadrado, mostra que a categoria do votante não explica a presença maior ou menor de deputados na grupo dos maiores executores (o menor *p-value* encontrado é de 0,55).

Figura 21 – Boxplot de execução orçamentária 2011



Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

O *boxplot* da Figura 21 exibe certo equilíbrio de execução entre as categorias, exceto pelos deputados que fizeram ‘Oposição média’ apresentando mediana superior a todos os outros. Fazendo o teste U de Mann-Whitney, confrontando a execução de quem fez ‘Oposição alta’ (mediana 43%) com a execução de quem deu ‘Apoio alto’ (mediana 48%), não foi encontrada significância estatística suficiente para afirmar que a probabilidade de execução diferem entre essas duas categorias ($p\text{-value} = 0,99$).

4.2.6 Síntese de 2011

Em 2011, quase todos os testes apontam com confiança que não houve favorecimento aos aliados — tanto formais quanto efetivos — na execução de emendas em 2011. A exceção fica por conta da correlação agrupada por partido (Figura 13), sugerindo que a discriminação na execução foi detectada, mas apenas na dimensão partidária, e não na dimensão individual.

4.3 Sem emenda impositiva: execução orçamentária 2012

4.3.1 Análise exploratória de dados e estatística descritiva

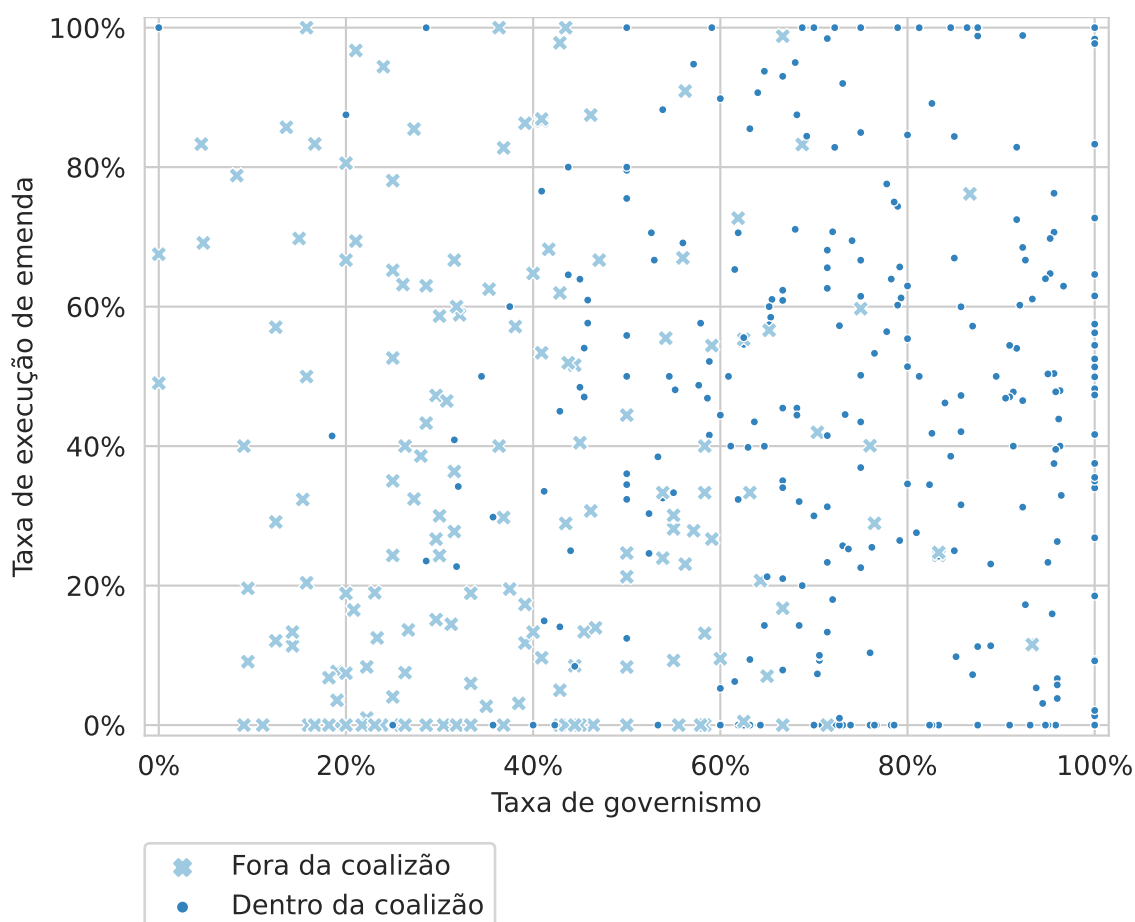
Em 2012 foram computados dados de 468 deputados, que é a intersecção de 474 autores de emendas exclusivas e 552 deputados votantes. Do lado das votações nominais, foram analisadas 40 consideradas competitivas.

Das 7587 emendas individuais em 2012 totalizando R\$ 7.691.150.000:

- 3066 (40%) são emendas individuais exclusivas, totalizando R\$ 1.981.238.415 (26%);
- 4521 (60%) são emendas individuais que compartilham autoria com deputados, governo ou outros, totalizando R\$ 5.709.911.585 (74%).

Ainda, 632 (8%) são emendas individuais que reforçam programações com dotação prévia no PLOA, *i.e.*, de interesse explícito do Governo, totalizando R\$ 310.050.000 (4%). Em suma, emendas exclusivas são 40% das emendas individuais em quantidade e 26% em valores.

Figura 22 – Gráfico de dispersão de deputados 2012



Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

O gráfico de dispersão de 2012 (Figura 22), em comparação ao ano anterior, não mais mostra uma grande polarização entre situação e oposição: agora há uma configuração espacial mais difusa em que participantes dos dois grupos se confundem formando uma intersecção no meio. Mais ainda, verifica-se também maior dispersão intragrupal, tanto dos membros da coalizão, que estão em sua maioria entre 40% a 100% de taxa de governismo, quanto dos não-membros, que estão majoritariamente presentes na faixa de 10% a 75%. Por outro lado, há semelhanças com o padrão do ano anterior, principalmente no grande número de deputados com execução nula.

Quadro 5 – Taxa de execução de emenda de 2012

Média	Mínimo	1.º Quartil	Mediana	3.º Quartil	Máximo
39%	0%	9%	36%	62%	100%

Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

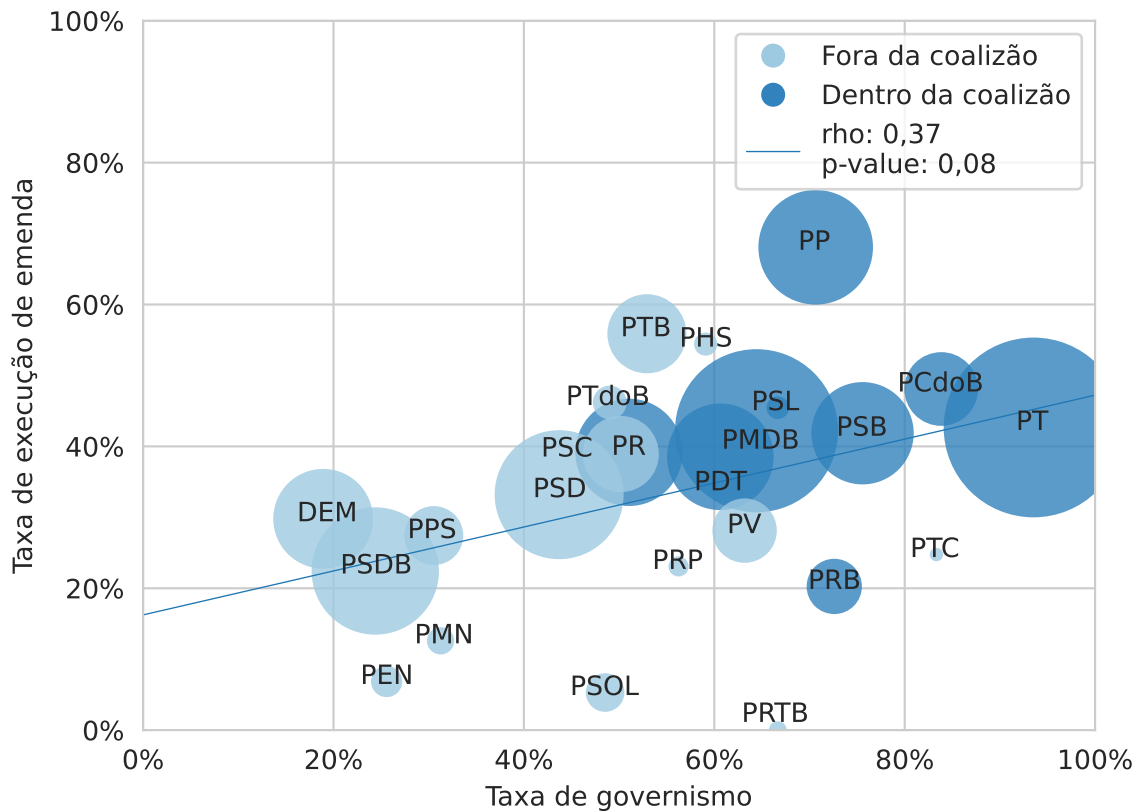
Quadro 6 – Taxa de governismo de 2012

Média	Mínimo	1.º Quartil	Mediana	3.º Quartil	Máximo
60%	0%	41%	63%	80%	100%

Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

4.3.2 Análise por partido

Figura 23 – Correlação entre TEE e TG agrupado por partido em 2012



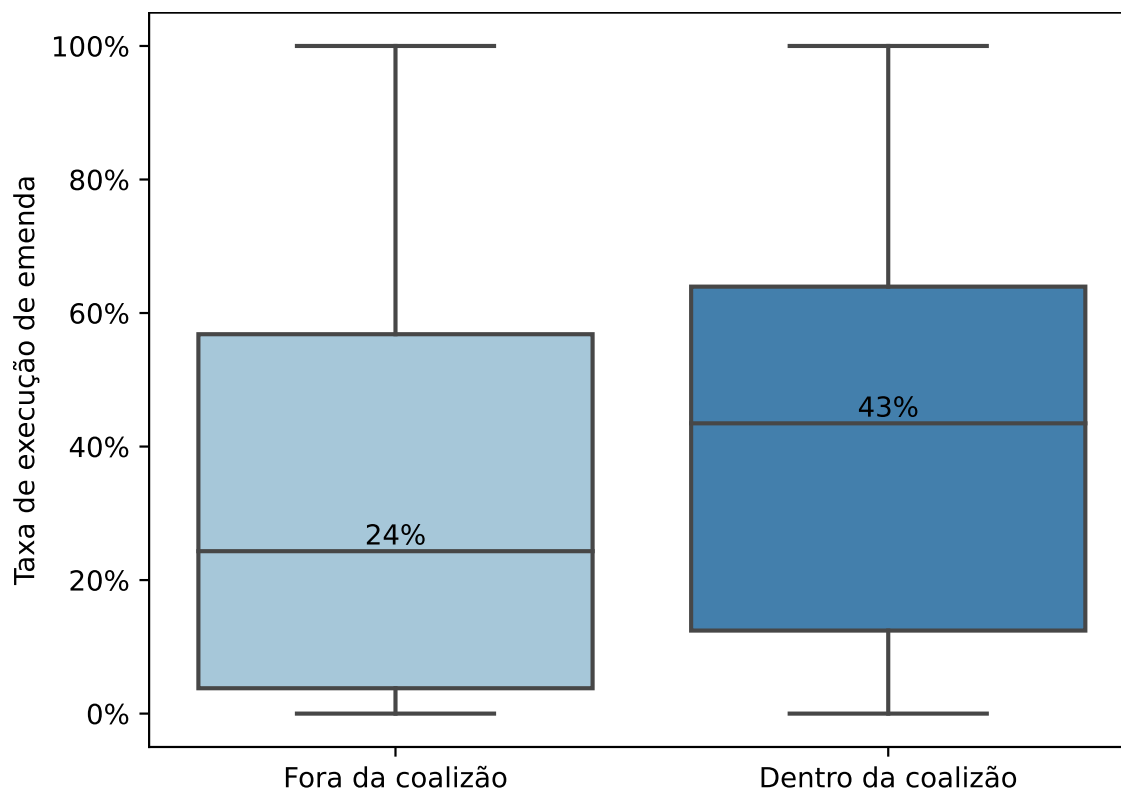
Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Nota: A área dos círculos é proporcional à bancada do respectivo partido.

Agrupando os deputados por partido (Figura 23), a maior proximidade entre as amostras fica mais evidente, e, ainda assim, quando analisado o coeficiente de Spearman, há significância estatística para afirmar que taxa de governismo e taxa de execução de emenda possuem moderado grau de associação entre si com ρ de 0,37 e p -value de 0,08.

4.3.3 Análise por coalizão formal

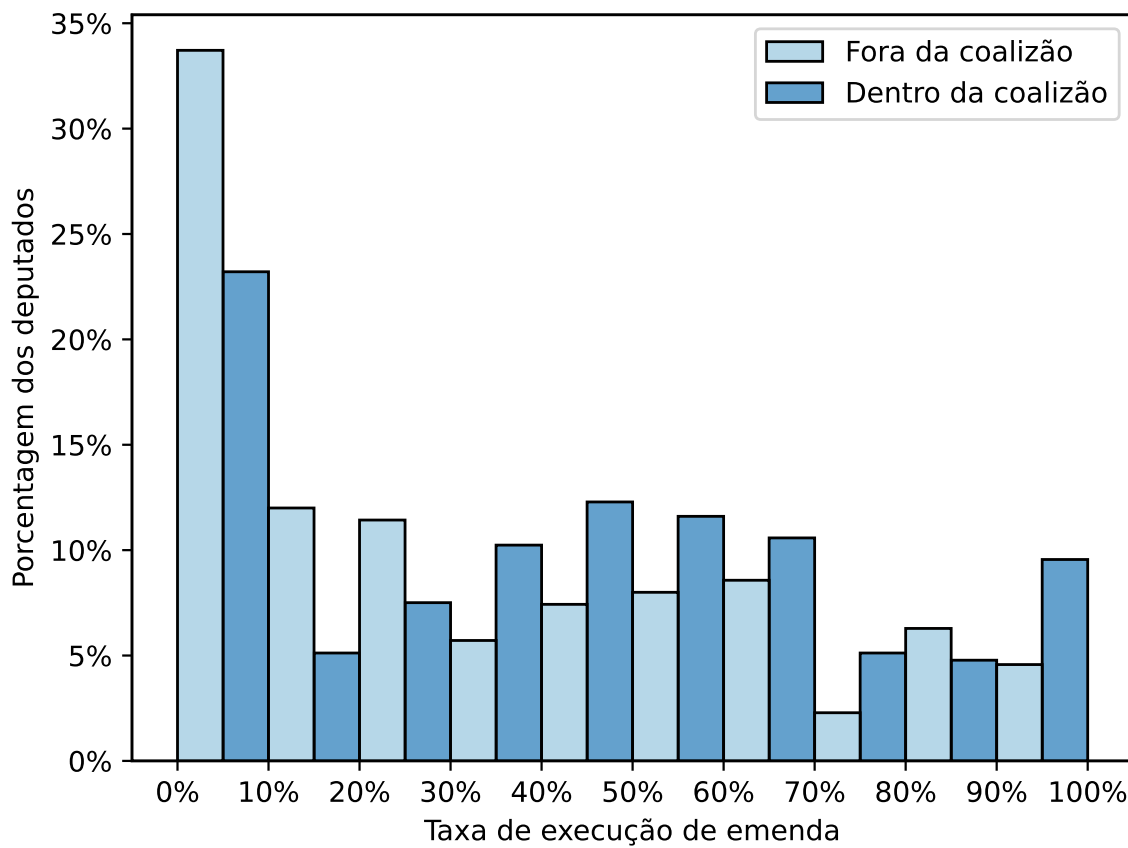
Figura 24 – Boxplot de execução orçamentária 2012



Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Comparando a distribuição de execução das amostras dentro da coalizão (293 deputados) e fora da coalizão (175 deputados), usando teste U de Mann-Whitney, resulta que a probabilidade de execução de emenda é maior para quem está dentro da coalizão do que para quem está fora dela ($p\text{-value} = 6,8 \times 10^{-4}$). O resultado do teste U é visível na Figura 24, onde há diferença entre as distribuições de execuções nos dois grupos, em especial quando comparadas as respectivas medianas.

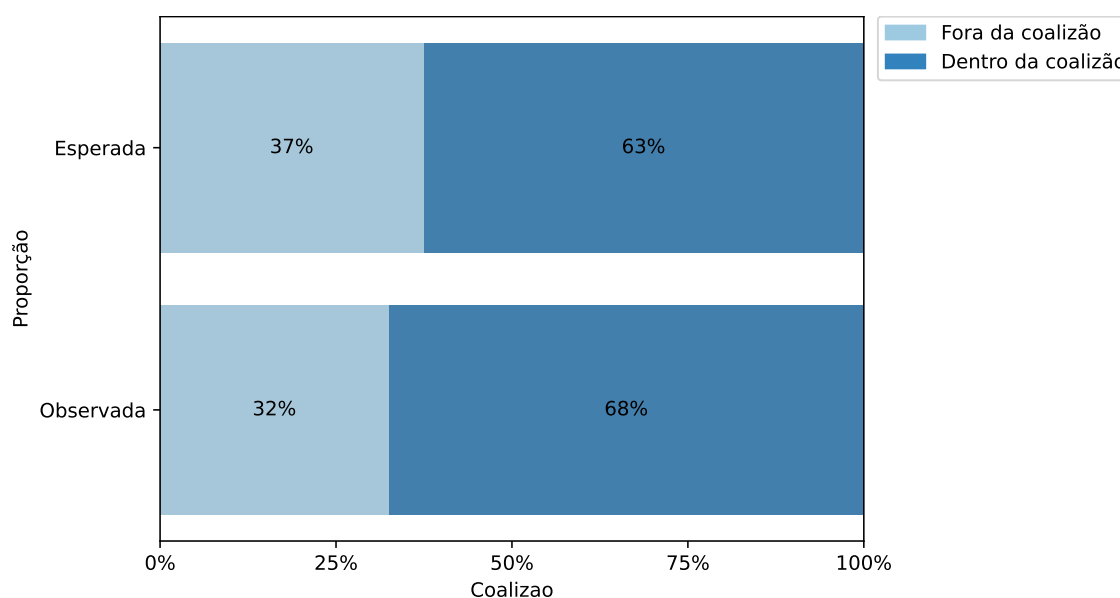
Figura 25 – Histograma comparada de execução de emenda 2012



Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Já a Figura 25 mostra por que os não-membros da coalizão obtiveram, em geral, menos execução: eles dominam a faixa de execução de 0% a 30%.

Figura 26 – Proporção de deputados entre os maiores executores de emenda 2012



Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

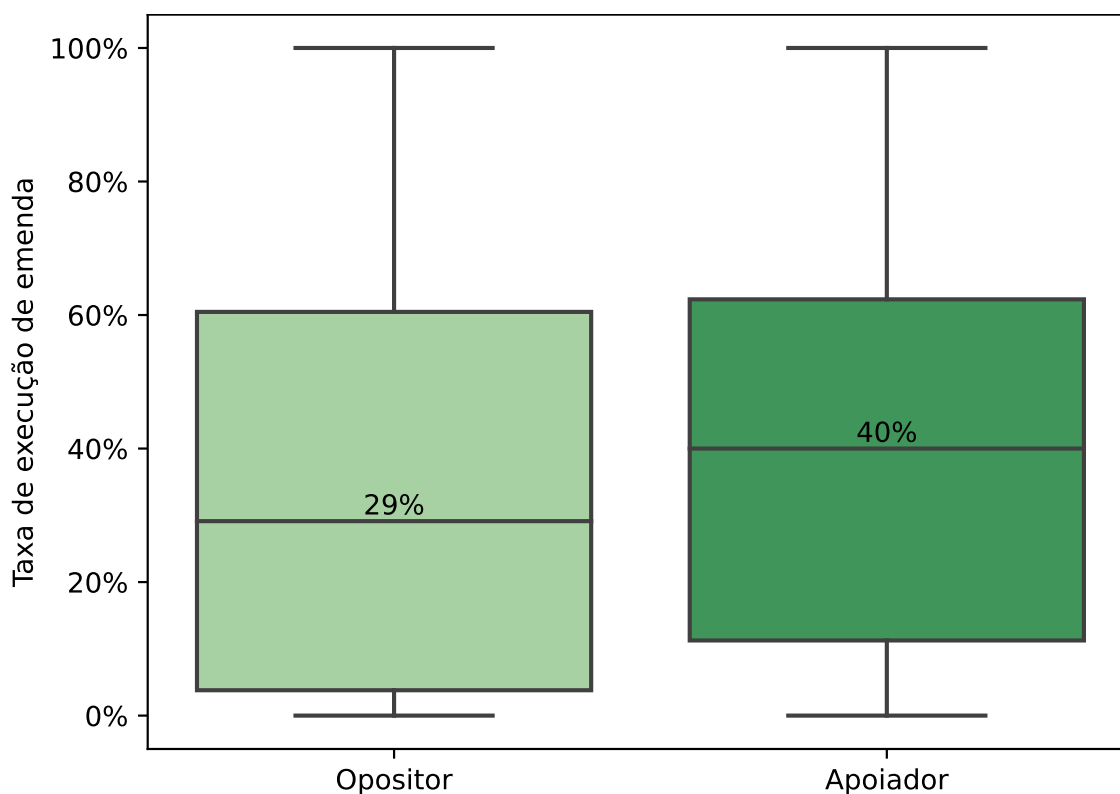
Segundo o teste qui-quadrado (Figura 26), na comparação entre a proporção esperada, que é de 63%,⁸ e a proporção observada, que é de 68%, não há significância estatística suficiente para se dizer que houve sobre ou sub-representação de aliados no grupo dos maiores executores critério de coalizão formal ($p\text{-value} = 0,27$).

4.3.4 Análise por apoio efetivo

O teste U feito na análise por coalizão formal sugere haver favorecimento geral aos membros da coalizão. Falta agora averiguar se o mesmo achado também se aplica quando analisados os aliados efetivos, *i.e.*, aqueles que de fato votaram mais com o governo.

⁸ 63% das amostras em 2012 estão em partidos da coalizão.

Figura 27 – Boxplot de execução orçamentária 2012

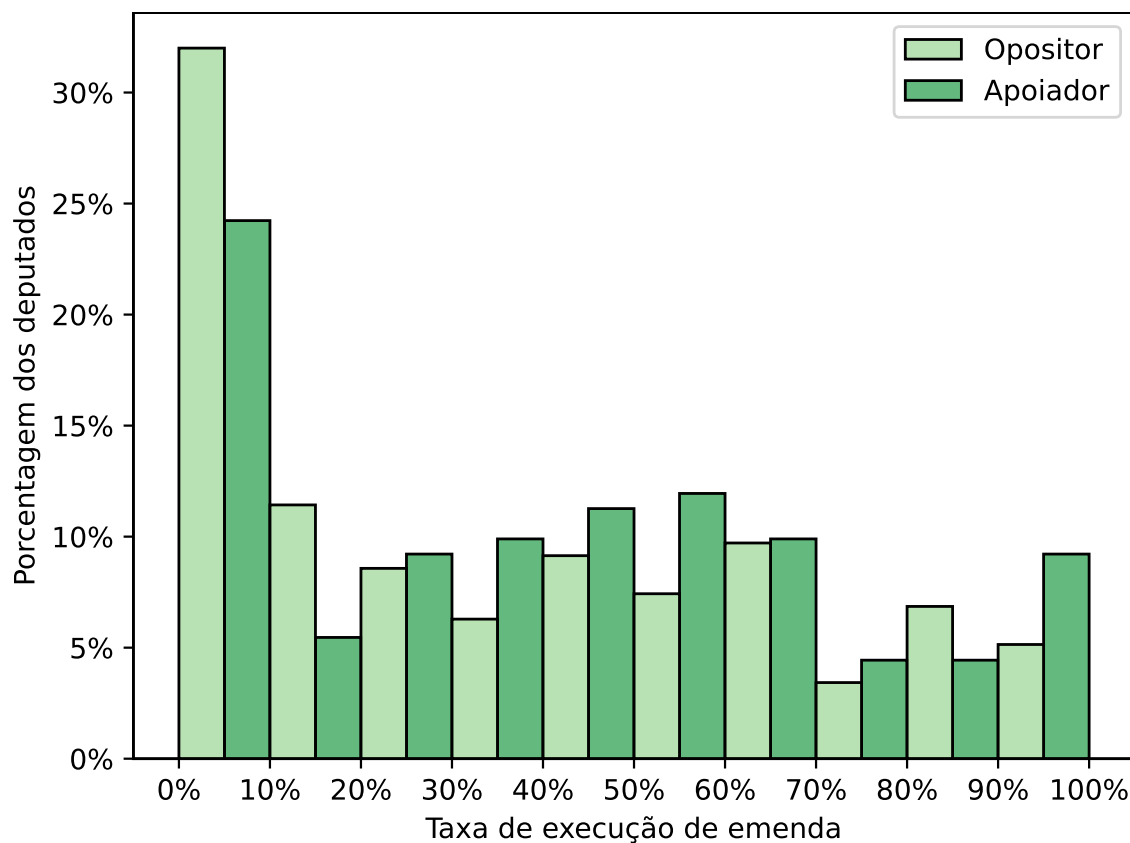


Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Novamente pelo teste U, desta vez comparando os 293 maiores apoiadores do governo com os 175 maiores opositores do governo — mantendo paralelismo com número de deputados divididos conforme coalizão —, resulta que a probabilidade de execução de emenda é maior para apoiadores efetivos do que para opositores efetivos ($p\text{-value} = 0,03$), porém a discrepância não é tão grande quanto na comparação entre membros e não-membros da coalizão.

De fato, contrapondo a Figura 27 com Figura 24, há maior diferença entre os grupos nesta última, sugerindo que, diferentemente de 2010, o fator partidarista, em 2012, prevaleceu mais que o distributivista.

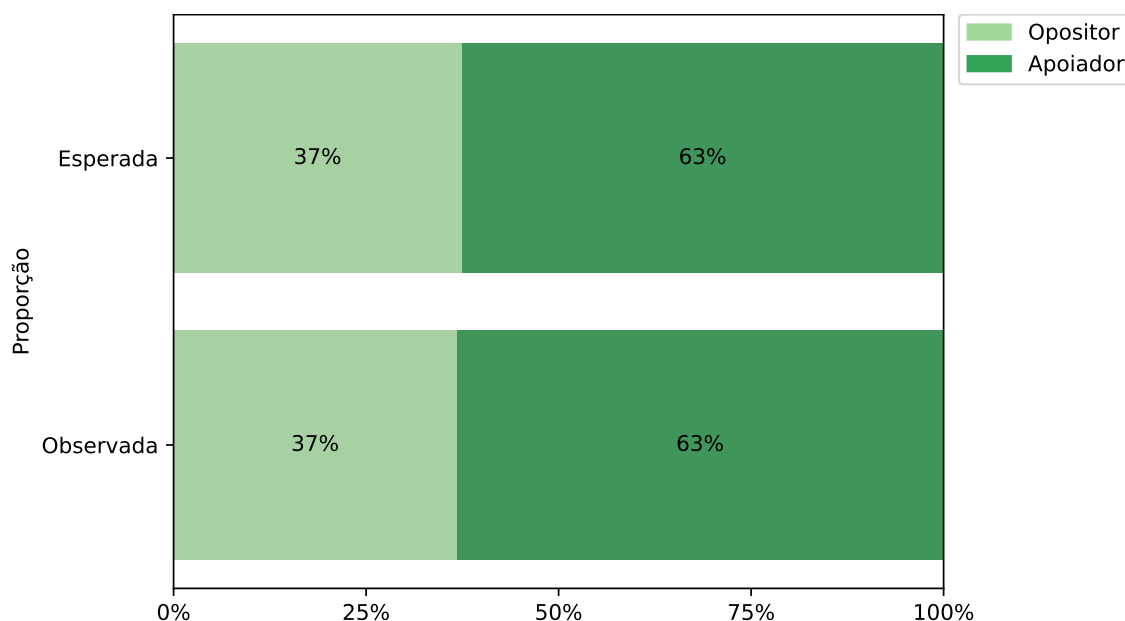
Figura 28 – Histograma comparada de execução de emenda 2012



Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

A desvantagem da execução dos opositores pode ser verificada no histograma da Figura 28, em que opositores dominam a faixa inferior de 0 a 20% e perdem em quase todas as faixas acima disso.

Figura 29 – Proporção de deputados entre os maiores executores de emenda 2012



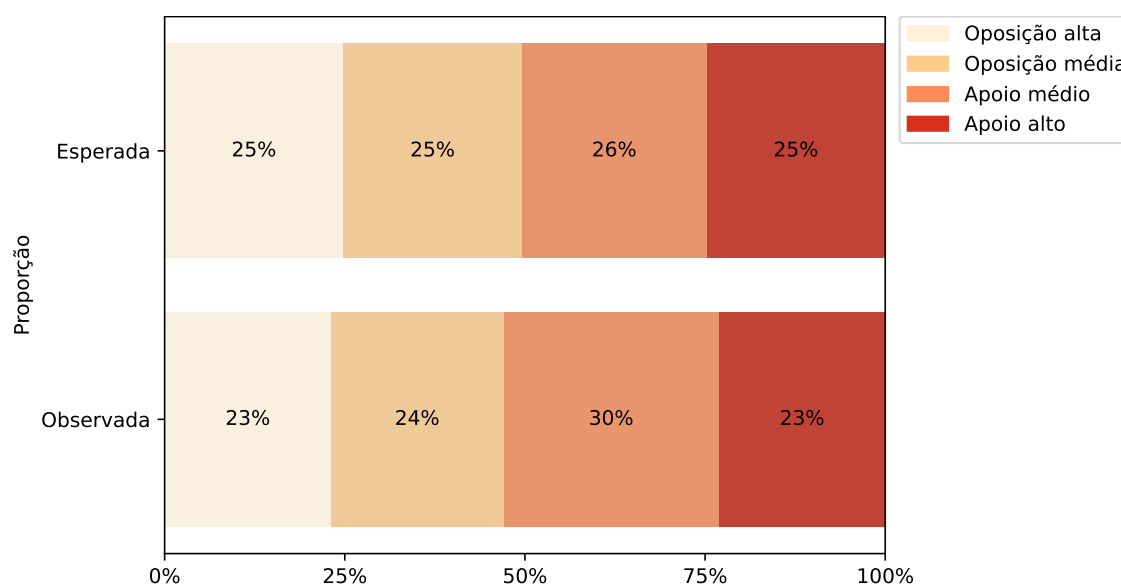
Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Para finalizar a subseção, o teste qui-quadrado (Figura 29) mostra não haver vantagens aos apoiadores efetivos quando estudados apenas os grandes executores de emenda, visto que a proporção observada de 63% é a mesma da proporção esperada de 63%.⁹ Assim, não há significância estatística suficiente para se dizer que houve sobre ou sub-representação de aliados no grupo dos maiores executores pelo critério do apoio efetivo ($p\text{-value} = 0,89$).

4.3.5 Análise por categorias de votante

⁹ 63% das amostras em 2012 estão em partidos da coalizão.

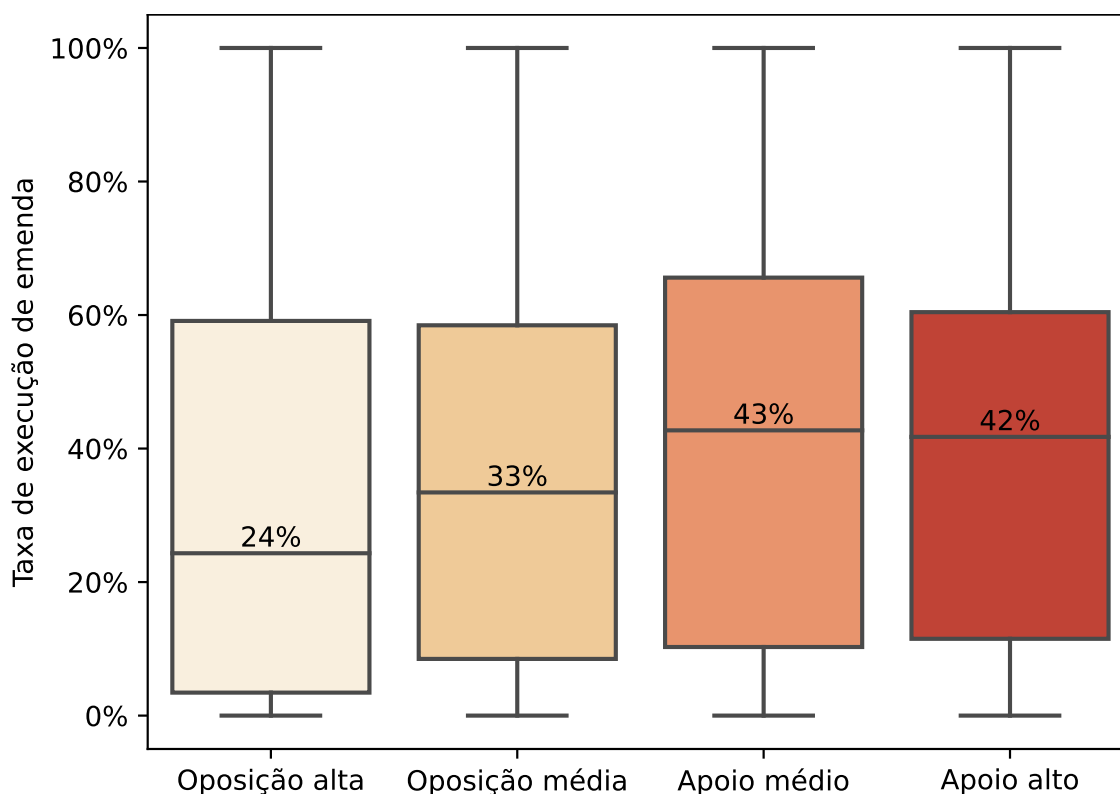
Figura 30 – Proporção de deputados entre os maiores executores de emenda 2012



Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Ainda com base em apoio efetivo, mas com maior granularidade, a Figura 30, no teste qui-quadrado com *p-value* mínimo de 0,29, mostra que a categoria do votante não explica a presença maior ou menor de deputados na grupo dos maiores executores.

Figura 31 – Boxplot de execução orçamentária 2012



Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Já a Figura 31 torna bastante visível o favorecimento que se dá àqueles que estão com o governo: enquanto a ‘Oposição alta’ amarga mediana de apenas 24% na taxa de execução de emenda, ‘Apoio alto’ obteve mediana de 42%. Pelo teste U, é verificada, com significância estatística ($p\text{-value} = 0,04$), maior probabilidade de execução para o grupo dos aliados mais ferrenhos em comparação aos opositores mais aferrados.

4.3.6 Síntese de 2012

Em 2012, quatro dos sete testes apontam com confiança que houve favorecimento aos aliados — tanto formais quanto efetivos — na execução de emendas. Os outros três, todos com base no teste qui-quadrado, não encontraram sobre-representação de aliados no grupo dos maiores executores. Dessa forma, pode-se concluir que, em 2012, os aliados formais e efetivos obtiveram, em média, mais execução, mas não o suficiente para dominarem o seletivo grupo do quartil superior de execução, diferentemente de 2010. Quanto ao debate entre o partidarismo e o distributivismo nas emendas individuais, em 2012 prevaleceu aquele primeiro.

4.4 Sem emenda impositiva: execução orçamentária 2013

4.4.1 Análise exploratória de dados e estatística descritiva

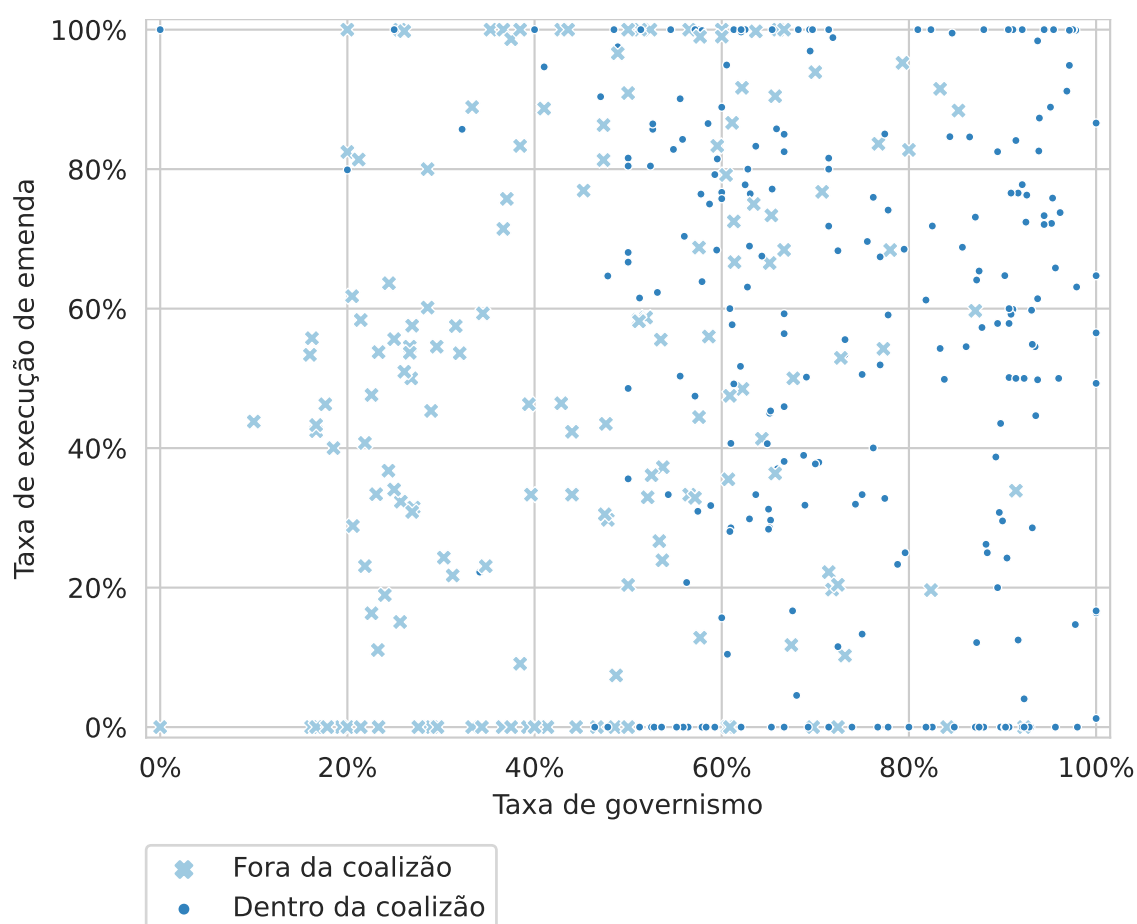
Em 2013 foram computados dados de 416 deputados, que é a intersecção de 455 autores de emendas exclusivas e 533 deputados votantes. Do lado das votações nominais, foram analisadas 93 consideradas competitivas.

Das 6730 emendas individuais em 2013 totalizando R\$ 7.679.047.454:

- 2550 (38%) são emendas individuais exclusivas, totalizando R\$ 1.841.215.480 (24%);
- 4180 (62%) são emendas individuais que compartilham autoria com deputados, governo ou outros, totalizando R\$ 5.837.831.974 (76%).

Ainda, 444 (7%) são emendas individuais que reforçam programações com dotação prévia no PLOA, *i.e.*, de interesse explícito do Governo, totalizando R\$ 213.830.236 (3%). Em suma, emendas exclusivas são 38% das emendas individuais em quantidade e 24% em valores.

Figura 32 – Gráfico de dispersão de deputados 2013



Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

O gráfico de dispersão de 2013 (Figura 32), assim como o do ano anterior, apresenta uma configuração espacial mais difusa em que participantes dos dois grupos se confundem formando uma intersecção no meio. Mais ainda, verifica-se também maior dispersão intragrupal, tanto dos membros da coalizão, que estão em sua maioria entre 50% a 100% de taxa de governismo, quanto dos não-membros, que estão majoritariamente presentes na faixa de 15% a 80%. Por fim, o grande número de deputados com execução nula, ocorrência presente desde 2011 e passando por 2012, permanece.

Quadro 7 – Taxa de execução de emenda de 2013

Média	Mínimo	1.º Quartil	Mediana	3.º Quartil	Máximo
50%	0%	21%	54%	81%	100%

Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

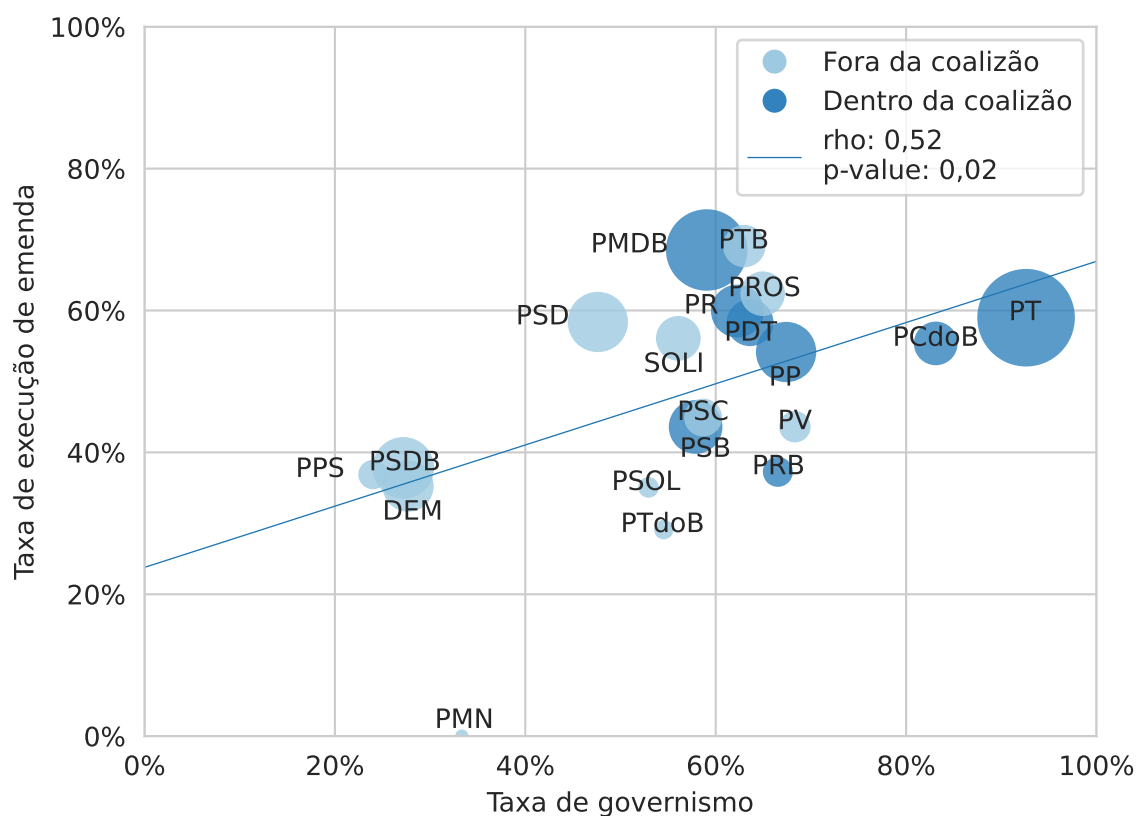
Quadro 8 – Taxa de governismo de 2013

Média	Mínimo	1.º Quartil	Mediana	3.º Quartil	Máximo
62%	0%	48%	62%	80%	100%

Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

4.4.2 Análise por partido

Figura 33 – Correlação entre TEE e TG agrupado por partido em 2013



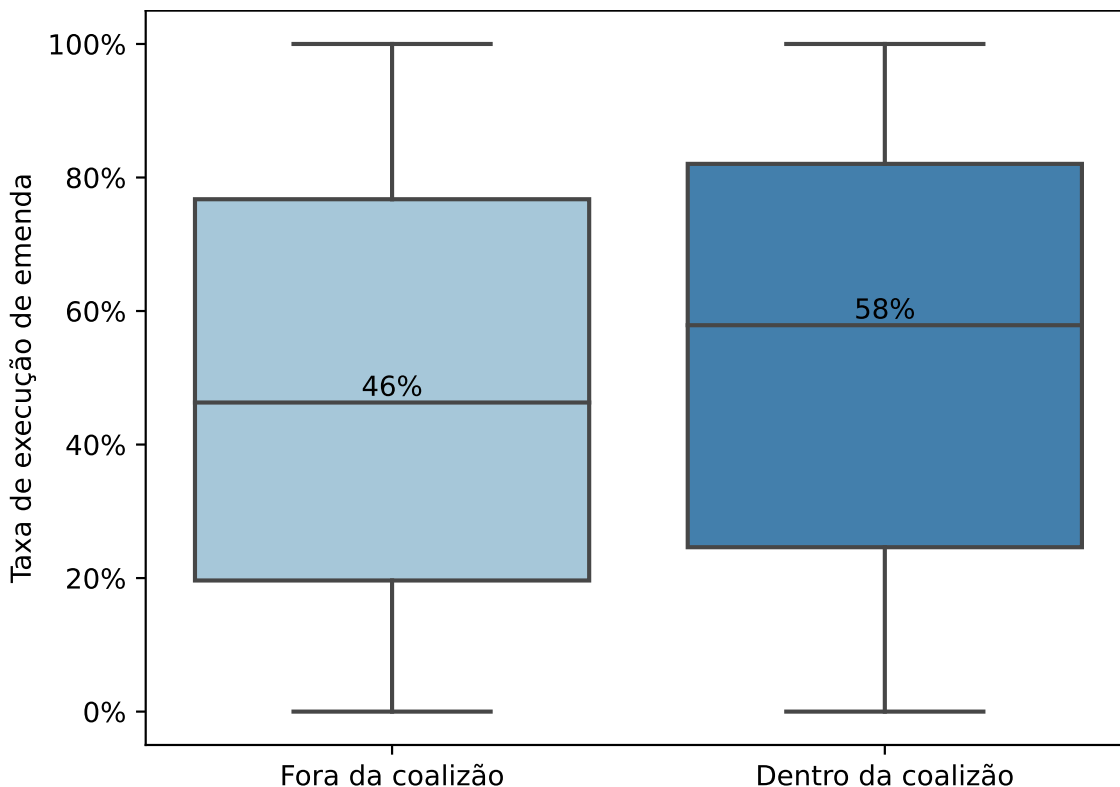
Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Nota: A área dos círculos é proporcional à bancada do respectivo partido.

Agrupando os deputados por partido (Figura 33), a maior proximidade entre as amostras fica mais evidente no centro, ao passo que aliados mais próximos do governo, como PT e PC do B, se distanciam à direita, e, de forma oposta, os maiores opositores, a saber PS, PSDB e DEM, se afastam à esquerda. Quando analisado o coeficiente de Spearman, há significância estatística para afirmar que taxa de governismo e taxa de execução de emenda possuem relevante grau de associação entre si com ρ de 0,52 e p -value de 0,02.

4.4.3 Análise por coalizão formal

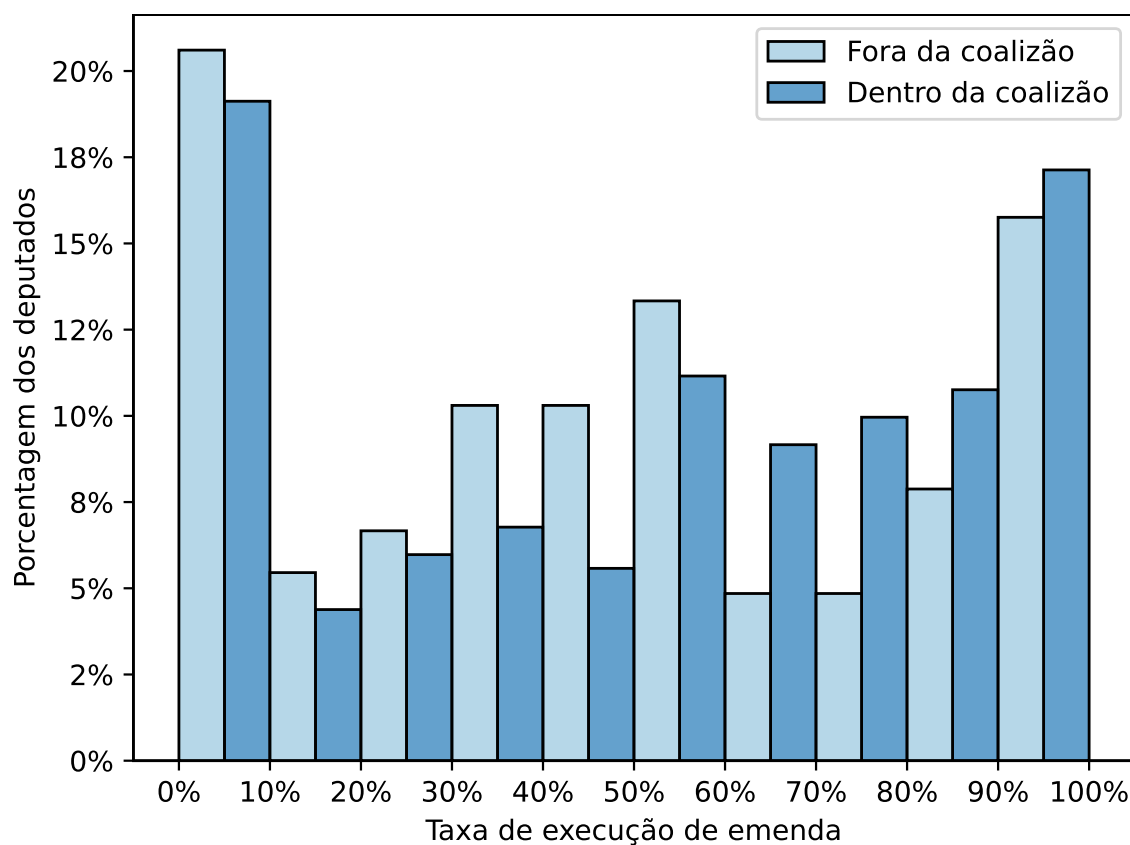
Figura 34 – Boxplot de execução orçamentária 2013



Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Comparando a distribuição de execução das amostras dentro da coalizão (251 deputados) e fora da coalizão (165 deputados), usando teste U de Mann-Whitney, resulta que a probabilidade de execução de emenda é maior para quem está dentro da coalizão do que para quem está fora dela ($p\text{-value} = 0,08$). O resultado do teste U é visível na Figura 34, onde há diferença entre as distribuições de execuções nos dois grupos, em especial quando comparadas as respectivas medianas.

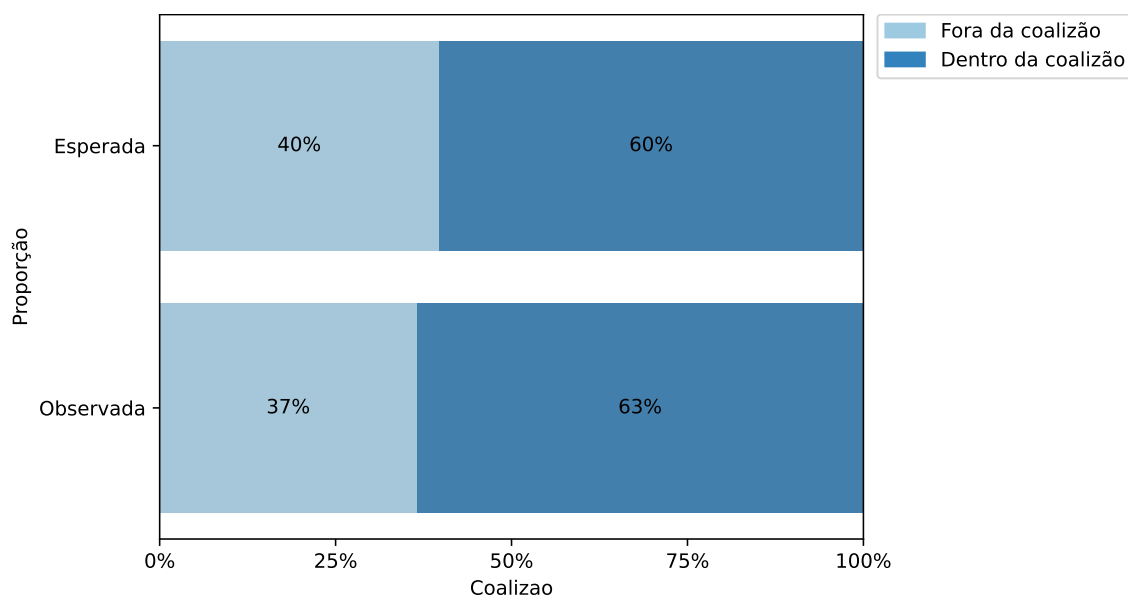
Figura 35 – Histograma comparada de execução de emenda 2013



Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Já a Figura 35 mostra por que os não-membros da coalizão obtiveram, em geral, menos execução: eles dominam a faixa de execução de 0% a 60%, enquanto os membros são maioria de 70% a 100%.

Figura 36 – Proporção de deputados entre os maiores executores de emenda 2013



Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

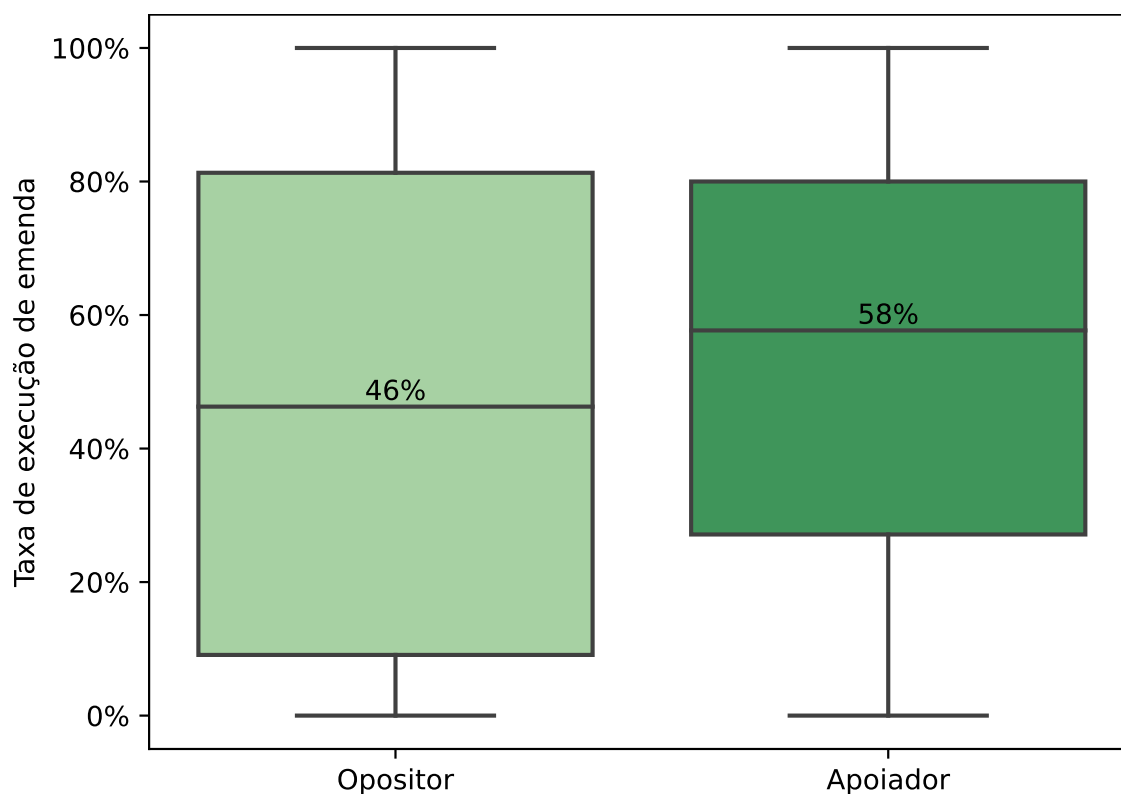
Segundo o teste qui-quadrado (Figura 36), na comparação entre a proporção esperada, que é de 60%,¹⁰ e a proporção observada, que é de 63%, não há significância estatística suficiente para se dizer que houve sobre ou sub-representação de aliados no grupo dos maiores executores pelo critério de coalizão formal ($p\text{-value} = 0,52$).

4.4.4 Análise por apoio efetivo

O teste U feito na Análise por coalizão formal sugere haver favorecimento geral aos membros da coalizão. Falta agora averiguar se o mesmo achado também se aplica quando analisados os aliados efetivos, *i.e.*, aqueles que de fato votaram mais com o governo.

¹⁰ 60% das amostras em 2013 estão em partidos da coalizão.

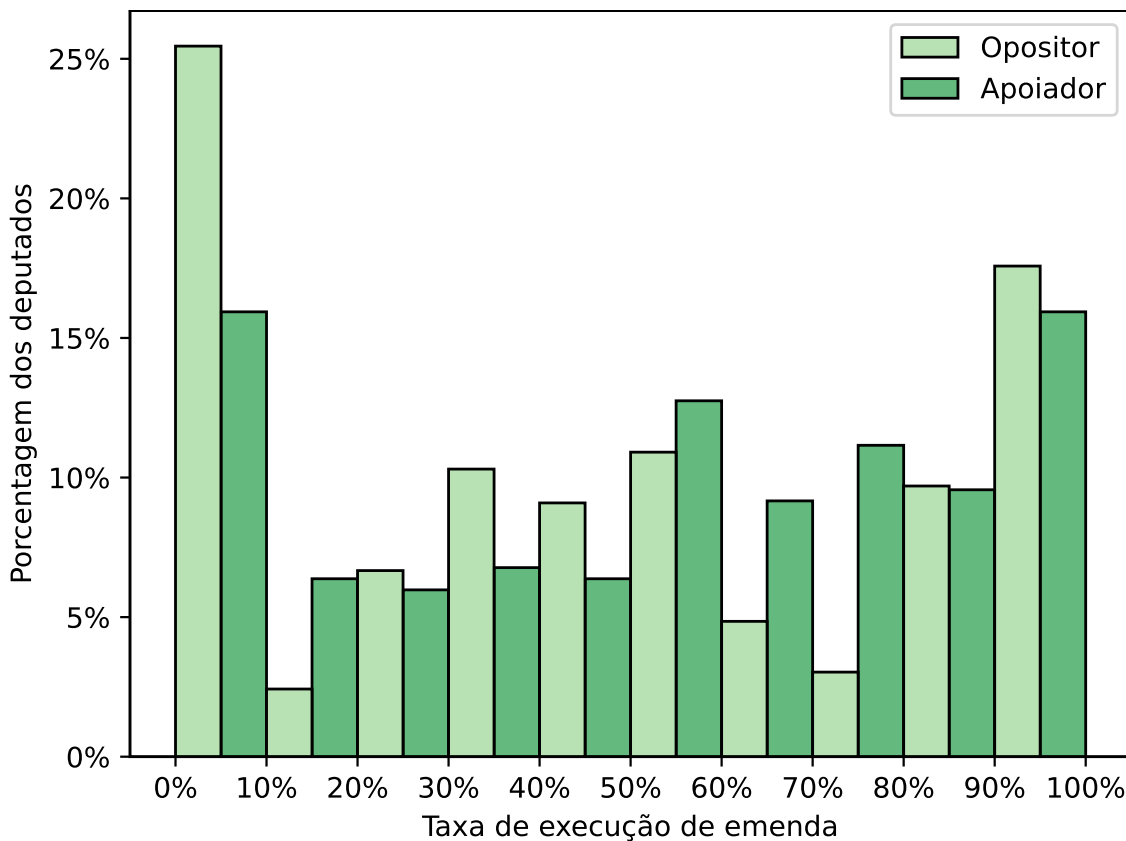
Figura 37 – Boxplot de execução orçamentária 2013



Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Novamente pelo teste U, desta vez comparando os 251 maiores apoiadores do governo com os 165 maiores opositores do governo — mantendo paralelismo com número de deputados divididos conforme coalizão —, resulta que a probabilidade de execução de emenda é maior para apoiadores efetivos do que para opositores efetivos ($p\text{-value} = 0,06$), e a discrepância entre os grupos é bem similar ao resultado encontrado da comparação entre membros e não-membros da coalizão. De fato, contrapondo a Figura 37 com Figura 34, não se vê muita diferença entre os dois gráficos, sugerindo que o fator partidarista e o distributivista empataram em 2013.

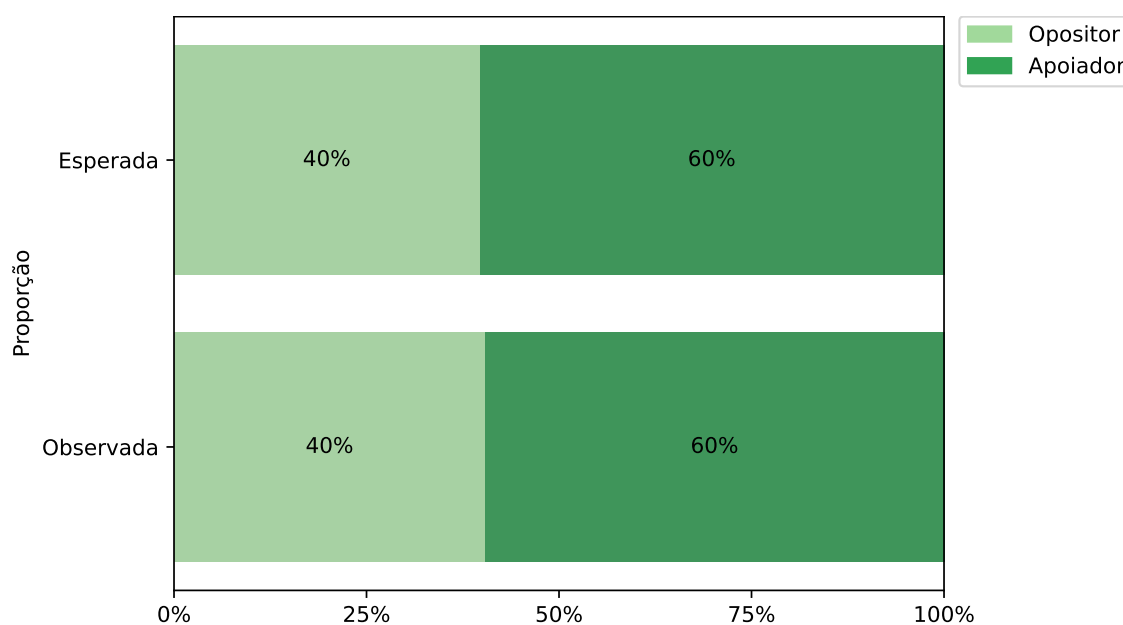
Figura 38 – Histograma comparada de execução de emenda 2013



Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

A desvantagem da execução dos opositores pode ser verificada no histograma da Figura 38, em que opositores dominam a faixa inferior de 0 a 10% e de 20% a 50%.

Figura 39 – Proporção de deputados entre os maiores executores de emenda 2013



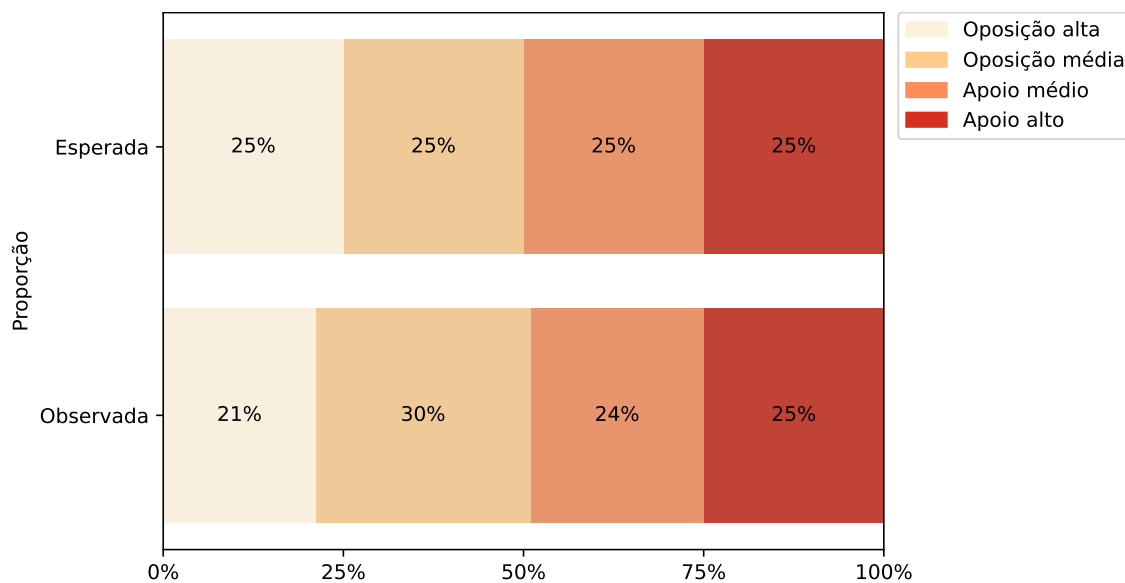
Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Para finalizar a subseção, o teste qui-quadrado (Figura 39) mostra não haver vantagens aos apoiadores efetivos quando estudados apenas os grandes executores de emenda, visto que a proporção observada de 60% é a mesma da proporção esperada de 60%.¹¹ Assim, não há significância estatística suficiente para se dizer que houve sobre ou sub-representação de aliados no grupo dos maiores executores pelo critério do apoio efetivo ($p\text{-value} = 0,88$).

4.4.5 Análise por categorias de votante

¹¹ 60% das amostras em 2013 estão em partidos da coalizão.

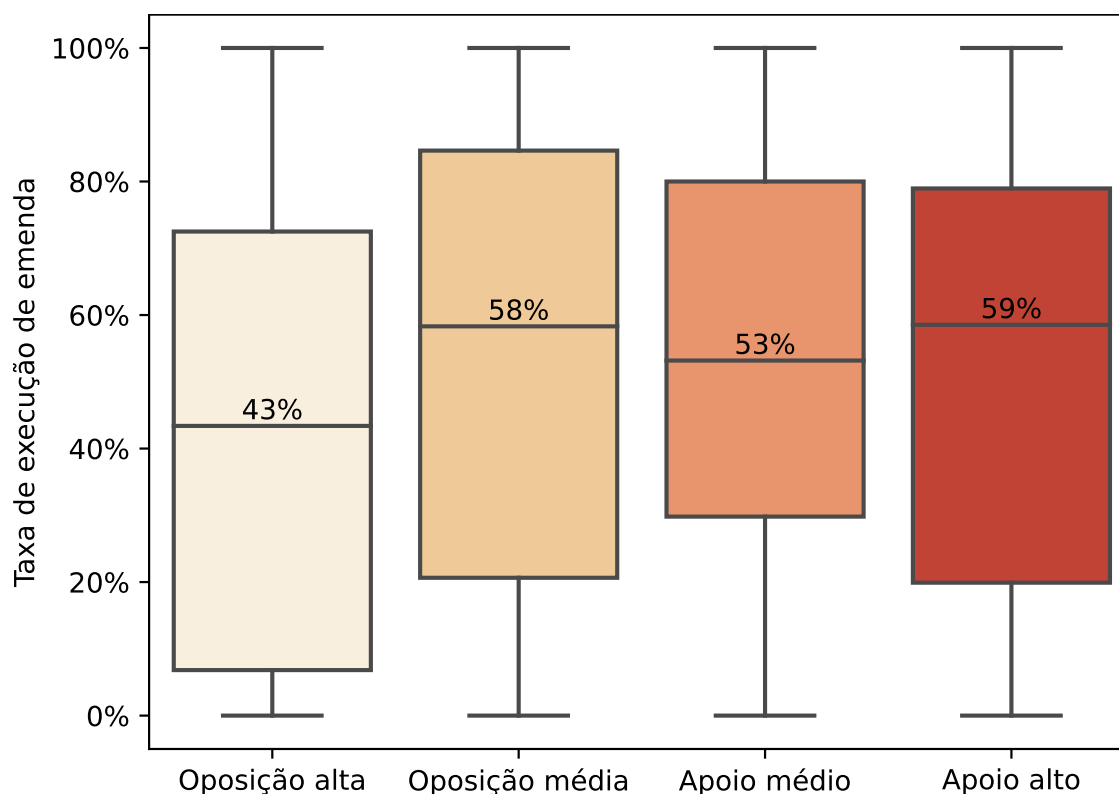
Figura 40 – Proporção de deputados entre os maiores executores de emenda 2013



Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Ainda com base em apoio efetivo, mas com maior granularidade, a Figura 40, no teste qui-quadrado com *p-value* mínimo de 0,26, mostra que a categoria do votante não explica a presença maior ou menor de deputados na grupo dos maiores executores.

Figura 41 – Boxplot de execução orçamentária 2013



Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Já a Figura 41 torna bastante visível o favorecimento que se dá àqueles que estão com o governo: enquanto a ‘Oposição alta’ amarga mediana de 43% na taxa de execução de emenda, ‘Apoio alto’ obteve mediana de 59%. Pelo teste U, é verificada, com significância estatística ($p\text{-value} = 0,04$), maior probabilidade de execução para o grupo dos aliados mais ferrenhos em comparação aos opositores mais aferrados.

4.4.6 Síntese de 2013

Em 2013, quatro dos sete testes apontam com confiança que houve favorecimento aos aliados — tanto formais quanto efetivos — na execução de emendas. Os outros três, todos com base no teste qui-quadrado, não encontraram sobre-representação de aliados no grupo dos maiores executores. Dessa forma, pode-se concluir que, em 2013, assim como foi em 2012, os aliados formais e efetivos obtiveram, em média, mais execução, mas não o suficiente para dominarem o seletivo grupo do quartil superior de execução, diferentemente de 2010. No embate entre partidarismo e distributivismo em 2013, os resultados encontrados são tão próximos, que é mais prudente decretar o empate entre as duas correntes.

4.5 Com emenda impositiva: execução orçamentária 2014

4.5.1 Análise exploratória de dados e estatística descritiva

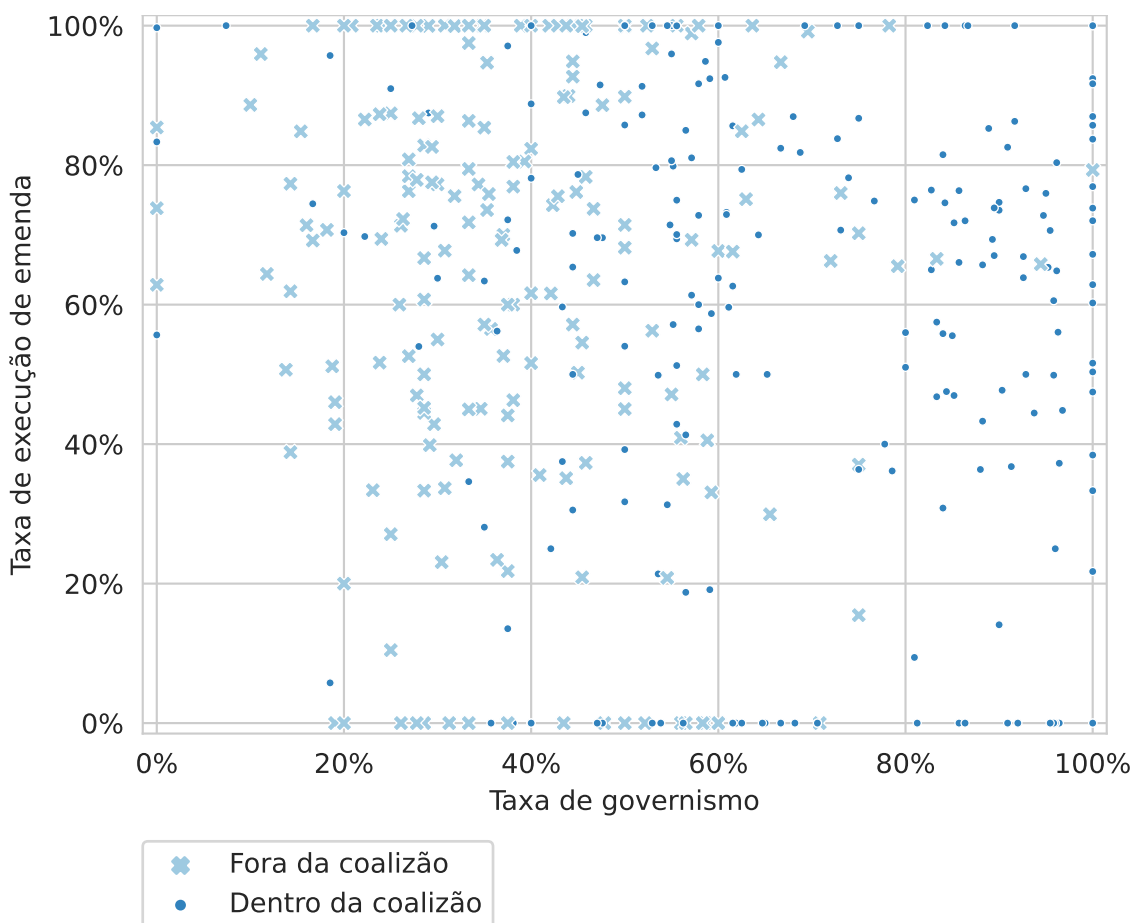
Em 2014 foram computados dados de 420 deputados, que é a intersecção de 426 autores de emendas exclusivas e 555 deputados votantes. Do lado das votações nominais, foram analisadas 37 consideradas competitivas.

Das 6770 emendas individuais em 2014 totalizando R\$ 7.533.795.000:

- 2362 (35%) são emendas individuais exclusivas, totalizando R\$1.361.483.750 (18%);
- 4408 (65%) são emendas individuais que compartilham autoria com deputados, governo ou outros, totalizando R\$ 6.172.311.250 (82%).

Ainda, 476 (7%) são emendas individuais que reforçam programações com dotação prévia no PLOA, *i.e.*, de interesse explícito do Governo, totalizando R\$ 235.378.100 (3%). Em suma, emendas exclusivas são 35% das emendas individuais em quantidade e 18% em valores.

Figura 42 – Gráfico de dispersão de deputados 2014



Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

O gráfico de dispersão de 2014 (Figura 42) difere dos anos anteriores por apresentar grande quantidade de deputados fora da base no topo do gráfico, *i.e.*, com 100% de taxa de execução de emenda; e, mais surpreendentemente, com poucos deputados da coalizão nessa faixa, em especial aqueles com mais de 80% de taxa de governismo.

Quadro 9 – Taxa de execução de emenda de 2014

Média	Mínimo	1.º Quartil	Mediana	3.º Quartil	Máximo
59%	0%	38%	67%	85%	100%

Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

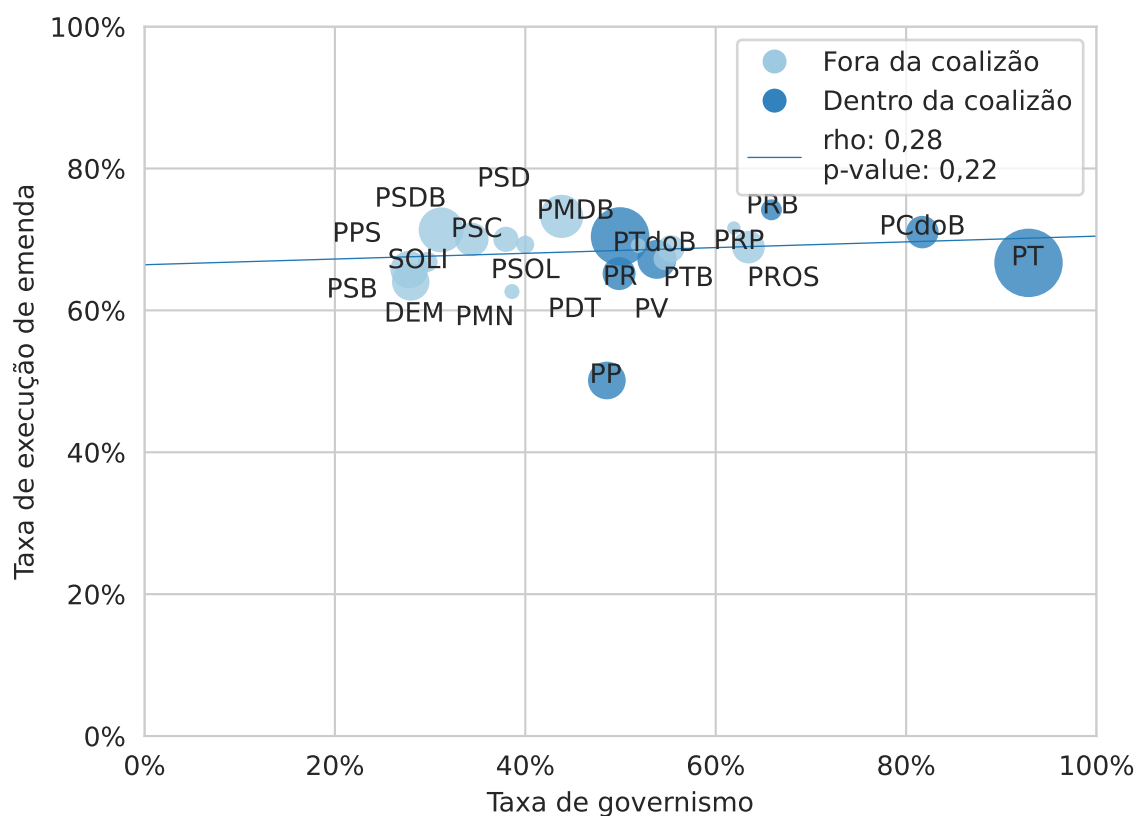
Quadro 10 – Taxa de governismo de 2014

Média	Mínimo	1.º Quartil	Mediana	3.º Quartil	Máximo
54%	0%	35%	50%	73%	100%

Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

4.5.2 Análise por partido

Figura 43 – Correlação entre TEE e TG agrupado por partido em 2014



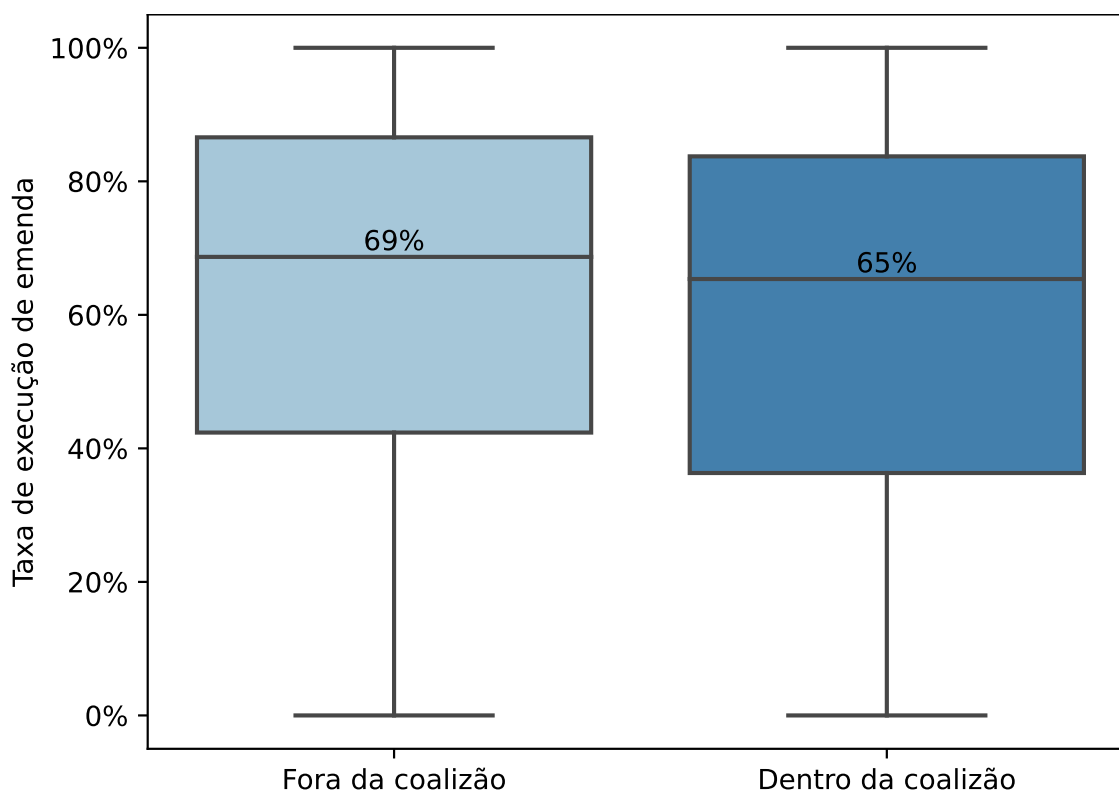
Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Nota: A área dos círculos é proporcional à bancada do respectivo partido.

Agrupando as amostras por partido, 2014 é o primeiro ano do escopo temporal em que não há significância estatística quando analisado o coeficiente de Spearman (Figura 43) para a relação entre taxa de governismo e taxa de execução de emenda ($p\text{-value} = 0,22$), sugerindo que essas duas variáveis não possuem grau de associação relevante entre si.

4.5.3 Análise por coalizão formal

Figura 44 – Boxplot de execução orçamentária 2014

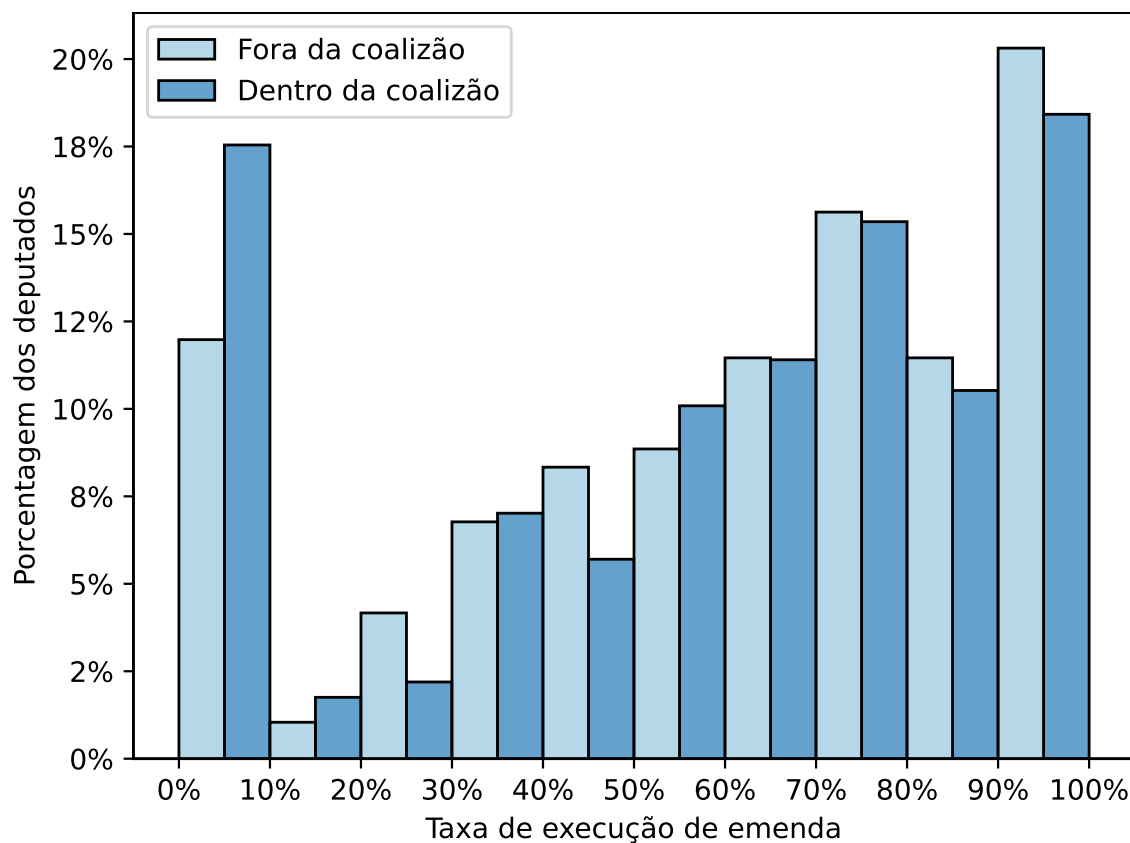


Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Comparando a distribuição de execução das amostras dentro da coalizão (228 deputados) e fora da coalizão (192 deputados), usando teste U de Mann-Whitney, resulta que a probabilidade de execução de emenda não é diferente quando se compara quem está dentro da coalizão com quem está fora dela ($p\text{-value} = 0,26$).

O resultado do teste U é visualmente evidente na Figura 44, onde há pouca diferença entre as distribuições de execuções nos dois grupos. É curioso verificar que a mediana da execução dos que estão na coalizão, bem como o seu intervalo interquartil, está levemente abaixo daqueles que estão fora da coalizão.

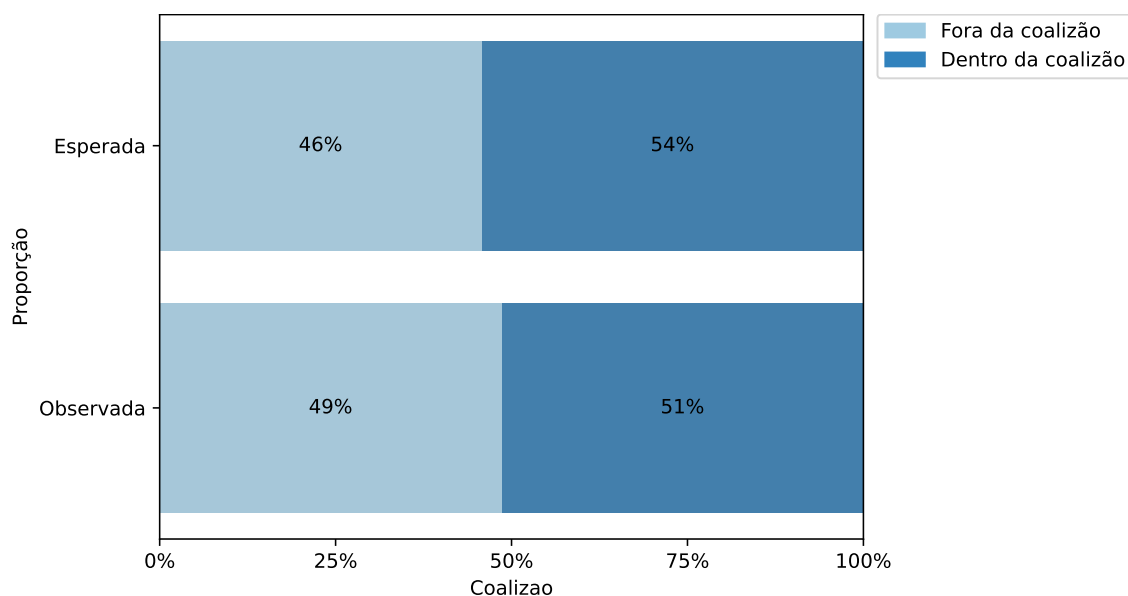
Figura 45 – Histograma comparada de execução de emenda 2014



Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Já a Figura 45 oferece outro ângulo do fenômeno, exibindo preponderância de aliados formais (azul escuro) justo na faixa de execução nula (0%), à ponta esquerda do histograma.

Figura 46 – Proporção de deputados entre os maiores executores de emenda 2014



Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

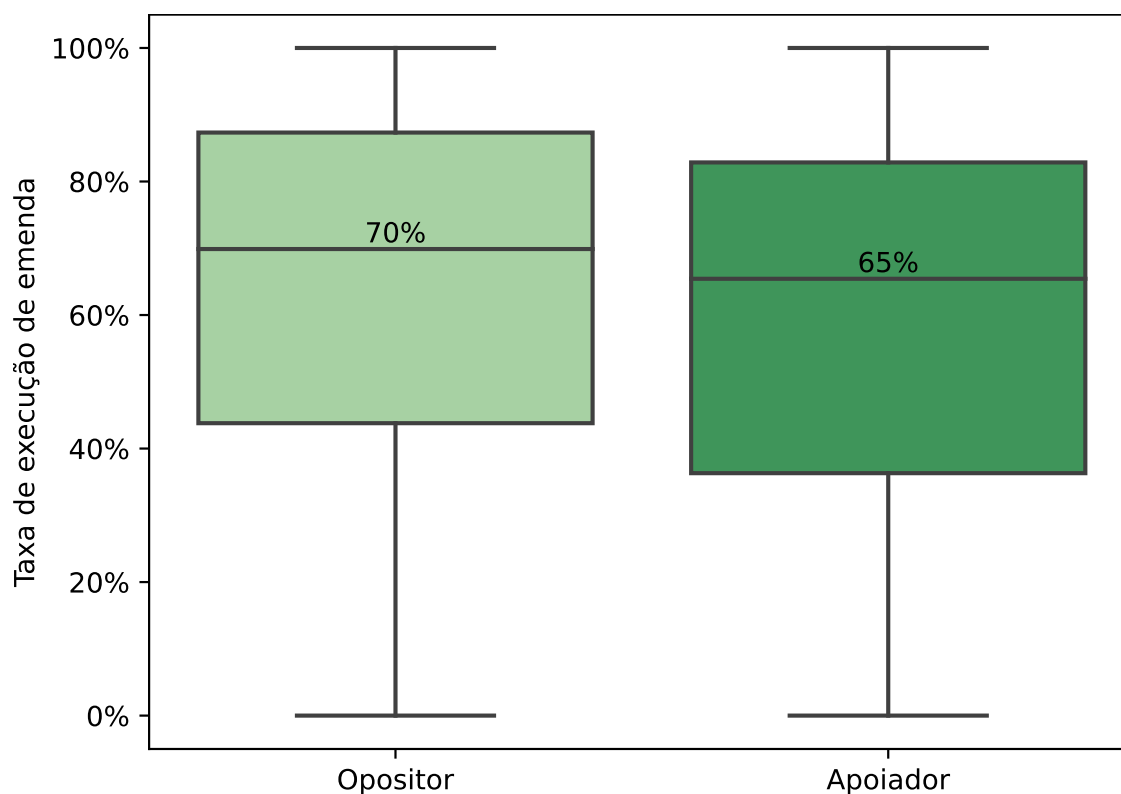
Segundo o teste qui-quadrado (Figura 46), na comparação entre a proporção esperada, que é de 54%,¹² e a proporção observada, que é de 51%, não há significância estatística suficiente para se dizer que houve sobre ou sub-representação de aliados no grupo dos maiores executores pelo critério de coalizão formal ($p\text{-value} = 0,56$).

4.5.4 Análise por apoio efetivo

Os resultados do ano até agora mostram não haver favorecimento dos aliados formais, *i.e.*, membros da coalizão. Falta agora averiguar se a isonomia também se aplica quando analisados os aliados efetivos, *i.e.*, aqueles que de fato votaram mais com o governo.

¹² 54% das amostras em 2014 estão em partidos da coalizão.

Figura 47 – Boxplot de execução orçamentária 2014

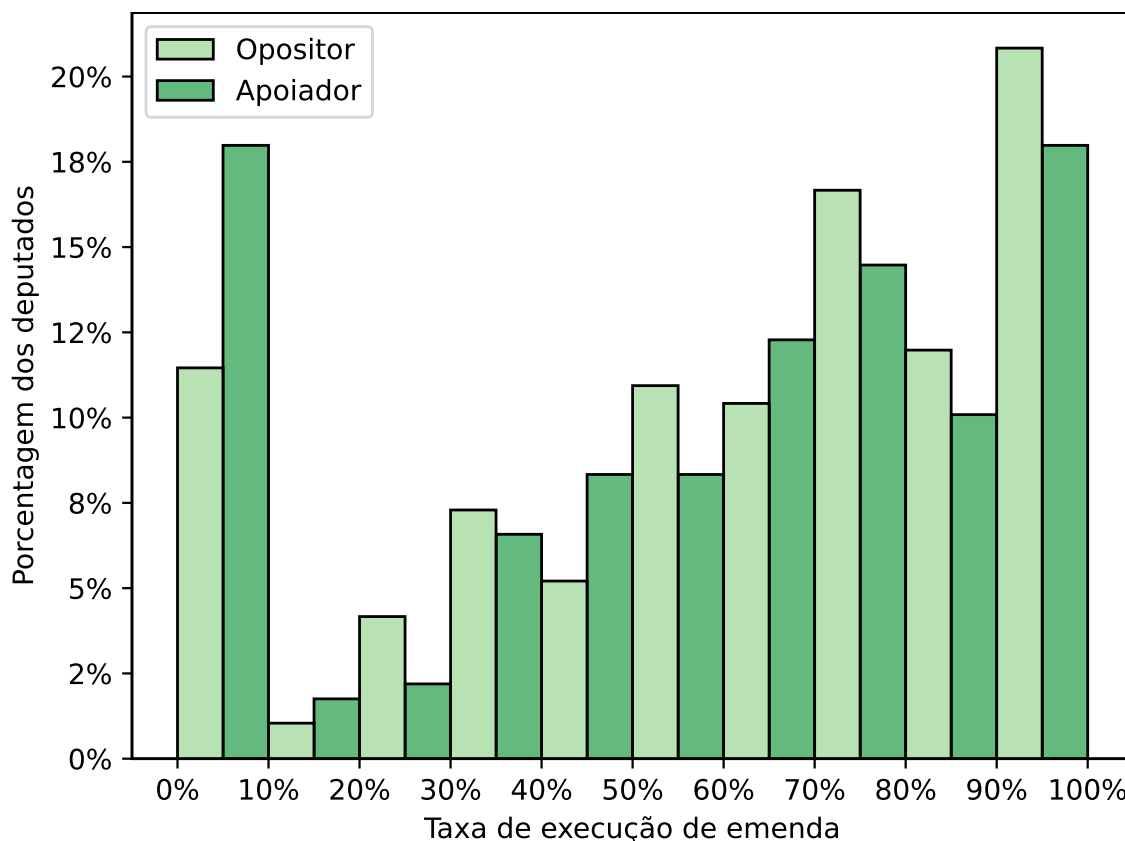


Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Pelo teste U, desta vez comparando os 228 maiores apoiadores do governo com os 192 maiores opositores do governo — mantendo paralelismo com número de deputados divididos conforme coalizão —, resulta que a probabilidade de execução de emenda é menor para os apoiadores efetivos, em comparação com opositores efetivos ($p\text{-value} = 0,09$).

Esse resultado, no entanto, não é evidente quando se vê o boxplot da Figura 47: as distâncias entre os intervalos interquartil e as medianas dos dois grupos não parecem grandes o suficiente para se atestar visualmente diferença entre os dois grupos, mas o teste de hipótese, se adotado nível de significância de 10%, revela que há, sim, diferença de execução.

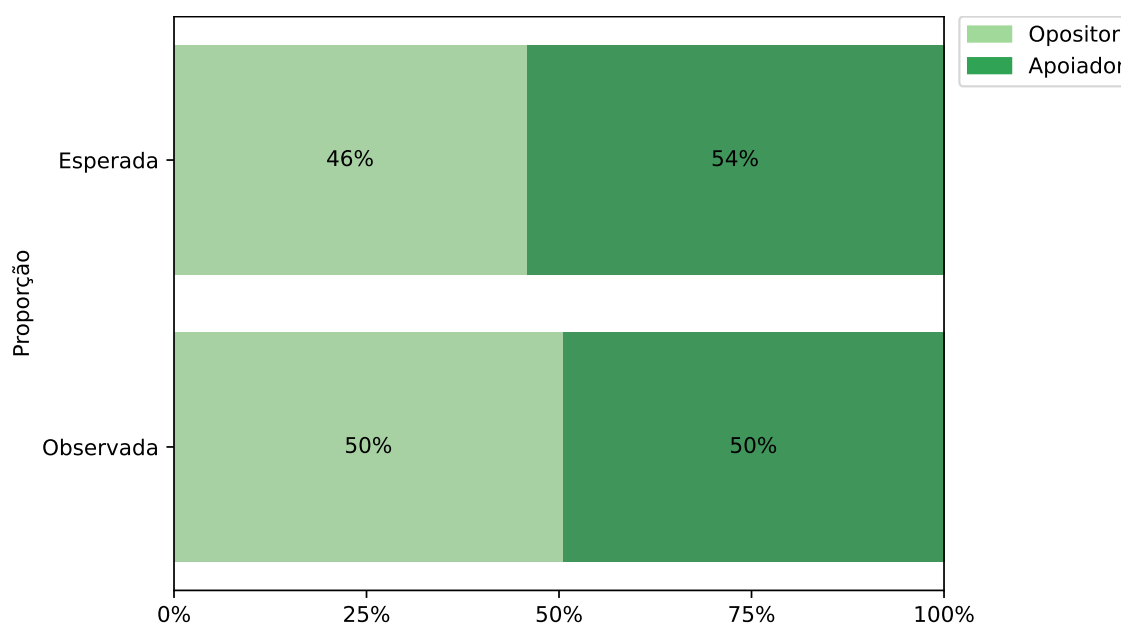
Figura 48 – Histograma comparada de execução de emenda 2014



Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Da mesma forma, aliados efetivos dominam a faixa mais à esquerda do histograma (Figura 48), onde a execução é nula, e são menos presentes nas faixas à direita, onde as execuções são mais altas.

Figura 49 – Proporção de deputados entre os maiores executores de emenda 2014



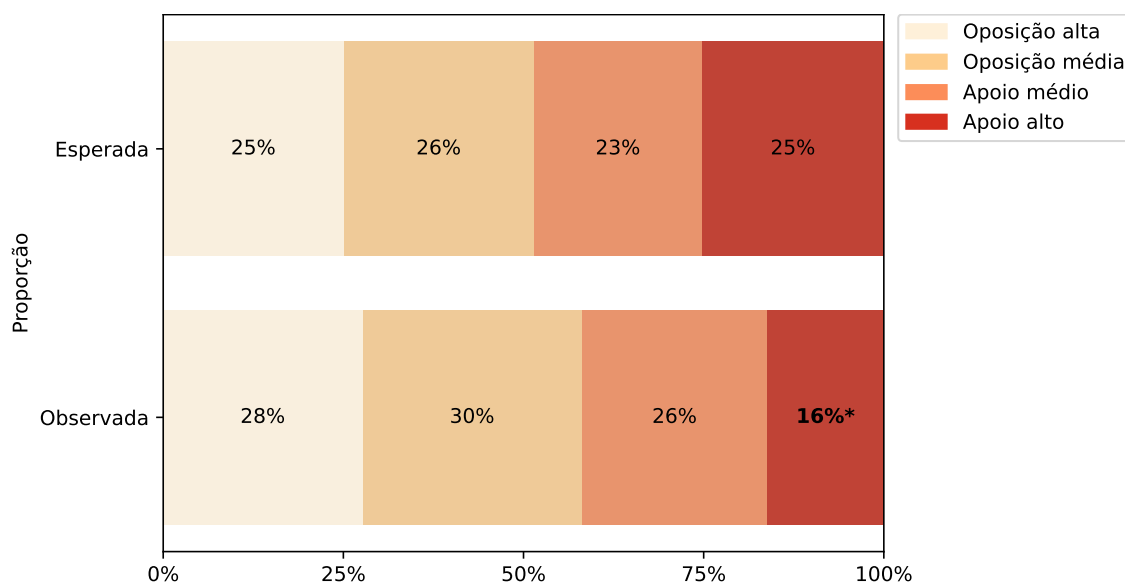
Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

A leve desvantagem na execução dos aliados efetivos também é detectada no teste qui-quadrado (Figura 49), ao se verificar que a proporção observada de 50% é menor do que a proporção esperada de 54%.¹³ No entanto, esse pequeno desvio não tem significância estatística suficiente para se dizer que houve sobre ou sub-representação de aliados no grupo dos maiores executores pelo critério do apoio efetivo ($p\text{-value} = 0,33$).

4.5.5 Análise por categorias de votante

¹³ 54% das amostras em 2014 estão em partidos da coalizão.

Figura 50 – Proporção de deputados entre os maiores executores de emenda 2014

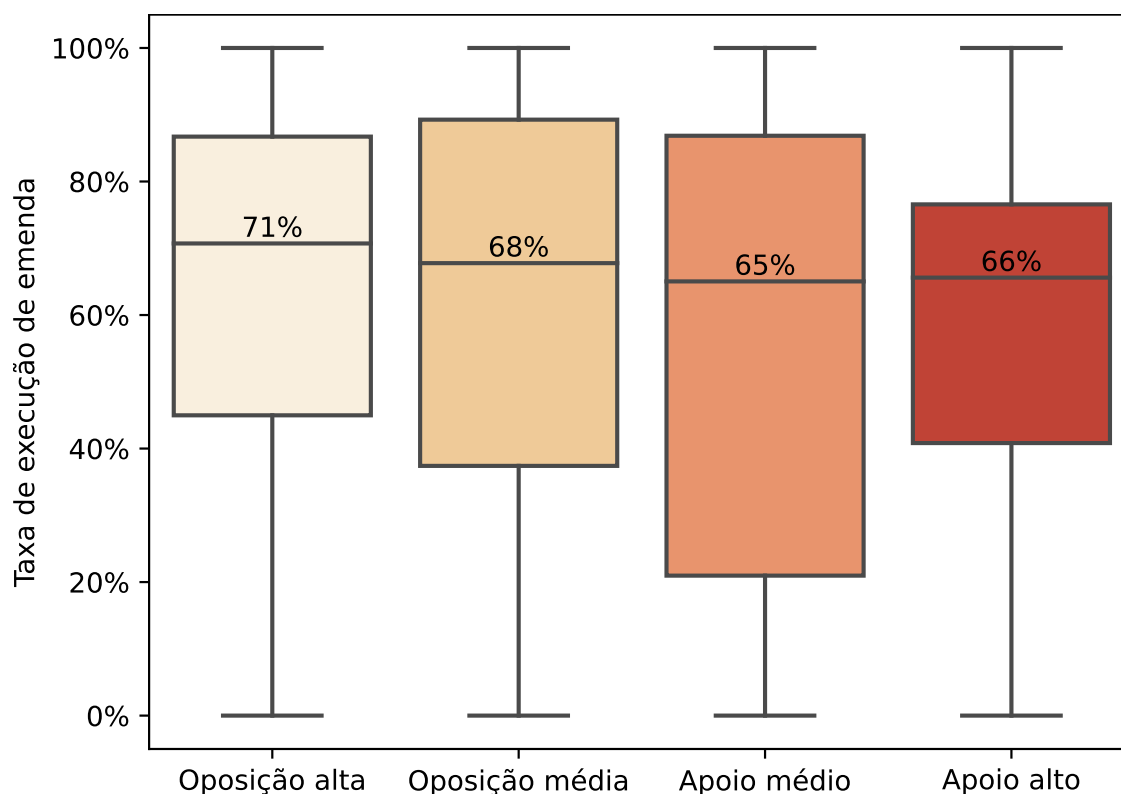


Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Nota: * resultado com $p\text{-value} < 0,1$.

Os dados de 2014 na Figura 50 são curiosos. A expectativa de não mais haver favorecimento político nas execuções com as emendas impositivas se confirmou, dado que fazer oposição não mais diminui a presença de deputados na elite dos executores, mas os resultados apontam para uma ocorrência inesperada: estar entre os parceiros mais íntimos do Executivo se tornou digno de punição, com menor presença deles dentre aqueles com alta execução. A proporção esperada dos que deram ‘Apoio alto’ é de 25%, mas somente 16% foi observada, resultado que mostra desfavorecimento estatisticamente significativo com $p\text{-value}$ de 0,03.

Figura 51 – Boxplot de execução orçamentária 2014



Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Confirmando o padrão encontrado no teste anterior, o *boxplot* da Figura 51 revela, em termos gerais, que deputados da oposição efetiva não sofreram discriminação na execução, tendo, inclusive, desempenho levemente superior aos deputados da situação efetiva. Mas, fazendo o teste U de Mann-Whitney, confrontando a execução de quem fez ‘Oposição alta’ (mediana 71%) com quem deu ‘Apoio alto’ (mediana 66%), não foi encontrada significância estatística suficiente para se afirmar que a probabilidade de execução de um grupo é superior ao outro ($p\text{-value} = 0,14$).

4.5.6 Síntese de 2014

Em 2014, todos os testes apontam com confiança que não houve favorecimento aos aliados — tanto formais quanto efetivos — na execução de emendas em 2014; porém, o contrário foi verificado nas subseções 4.5.4 e 4.5.5: de modo geral, aliados efetivos têm probabilidade menor de execução (Figura 47), mais ainda, aqueles que deram ‘Apoio alto’ estão sub-representados no grupos dos grandes executores de emenda (Figura 50). Assim, 2014, o primeiro exercício com emenda impositiva, não foi um bom ano para os deputados mais próximos do governo em termos de execução de emenda individual.

4.6 Com emenda impositiva: execução orçamentária 2015

4.6.1 Análise exploratória de dados e estatística descritiva

Em 2015 foram computados dados de 227 deputados, que é a intersecção de 434 autores de emendas exclusivas e 548 deputados votantes. Do lado das votações nominais, foram analisadas 235 consideradas competitivas.

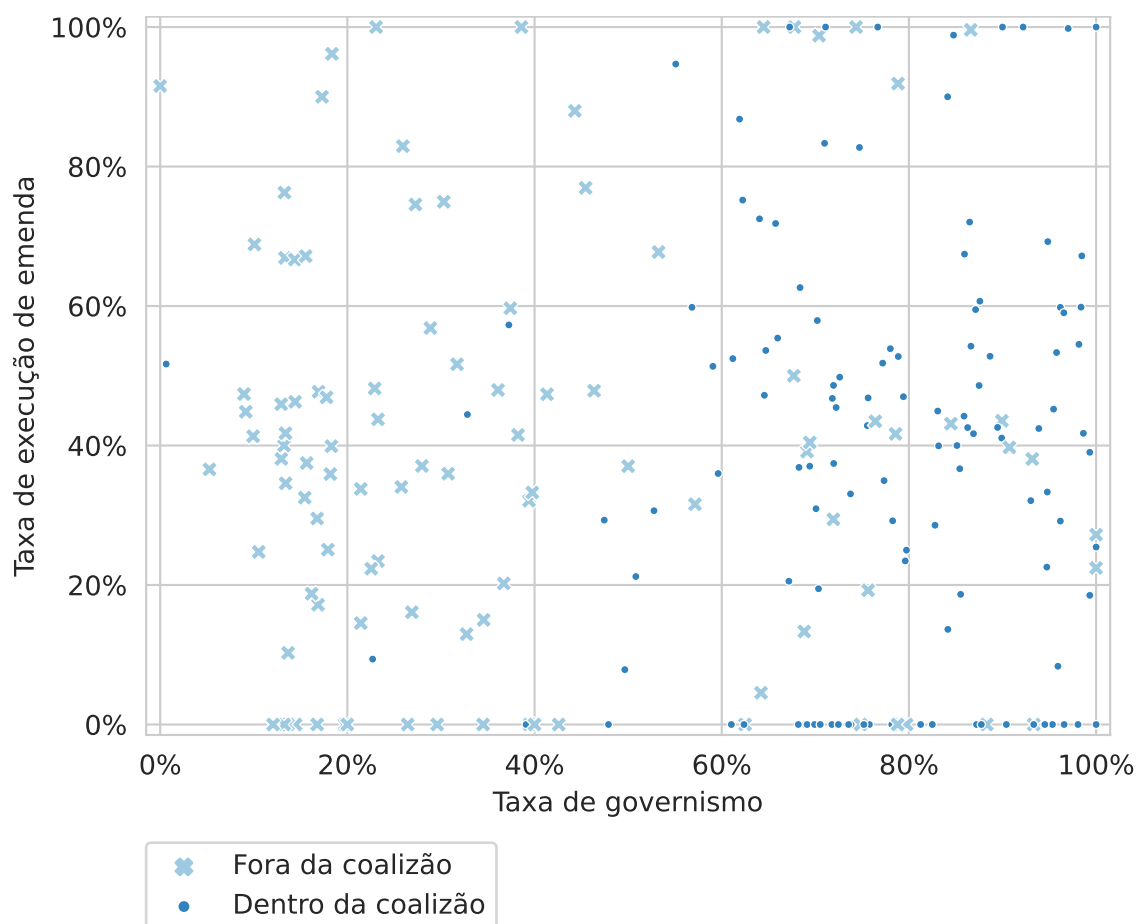
O diminuto número de amostras (227) é causado pela baixa intersecção entre aqueles que votaram no plenário e que, ao mesmo tempo, possuem emendas aprovadas para o ano. Isso se deve ao fato de 2015 ser o primeiro ano de uma nova legislatura, em que muitos deputados com emenda para 2015 não foram reeleitos; e porque muitos deputados recém-eleitos, por não terem participado do processo orçamentário no exercício anterior, não possuem emendas no ano analisado.

Das 7684 emendas individuais totalizando R\$ 8.341.450.341:

- 3564 (46%) são emendas individuais exclusivas, totalizando R\$2.450.373.409 (29%);
- 4120 (54%) são emendas individuais que compartilham autoria com deputados, governo ou outros, totalizando R\$ 5.891.076.932 (71%).

Ainda, 387 (5%) são emendas individuais que reforçam programações com dotação prévia no PLOA, *i.e.*, de interesse explícito do Governo, totalizando R\$ 181.897.641 (2%). Em suma, emendas exclusivas são 46% das emendas individuais em quantidade e 29% em valores.

Figura 52 – Gráfico de dispersão de deputados 2015



Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

O gráfico de dispersão de 2015 (Figura 52) difere dos anos anteriores por apresentar baixíssima quantidade de deputados, tanto da base quanto fora, no topo do gráfico, *i.e.*, com 100% de taxa de execução de emenda.

Quadro 11 – Taxa de execução de emenda de 2015

Média	Mínimo	1.º Quartil	Mediana	3.º Quartil	Máximo
38%	0%	12%	38%	54%	100%

Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

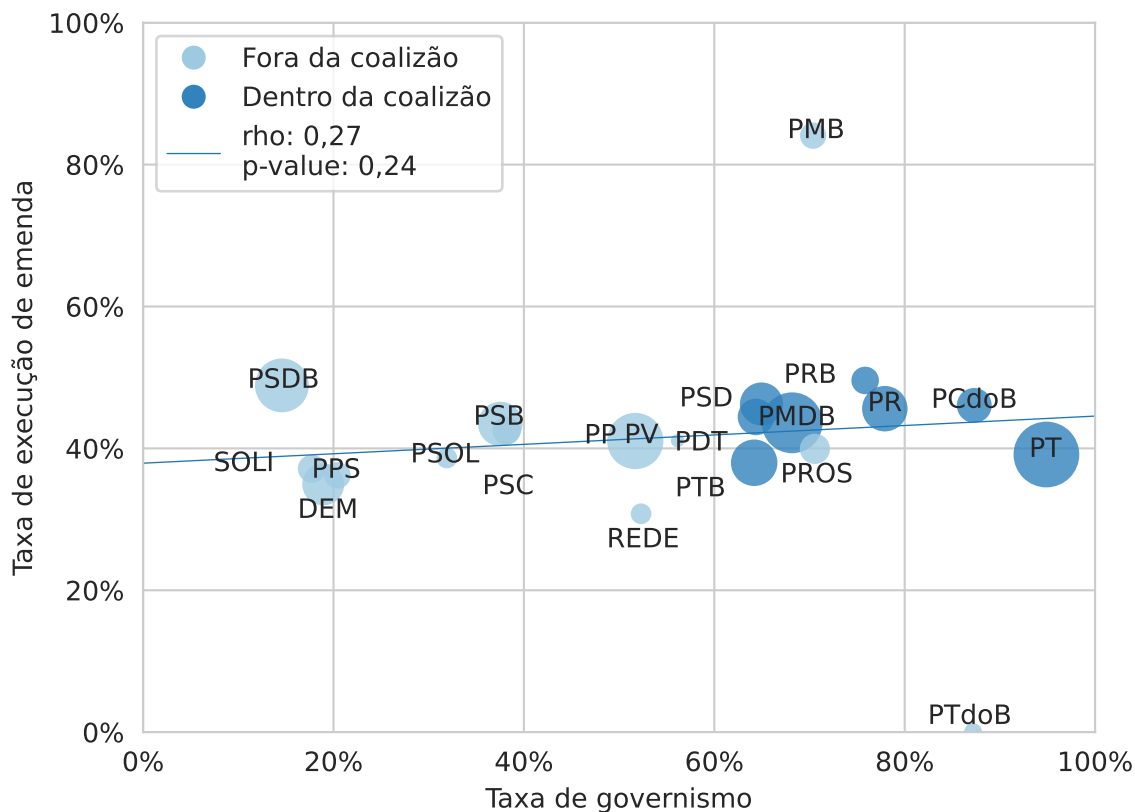
Quadro 12 – Taxa de governismo de 2015

Média	Mínimo	1.º Quartil	Mediana	3.º Quartil	Máximo
59%	0%	30%	69%	84%	100%

Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

4.6.2 Análise por partido

Figura 53 – Correlação entre TEE e TG agrupado por partido em 2015



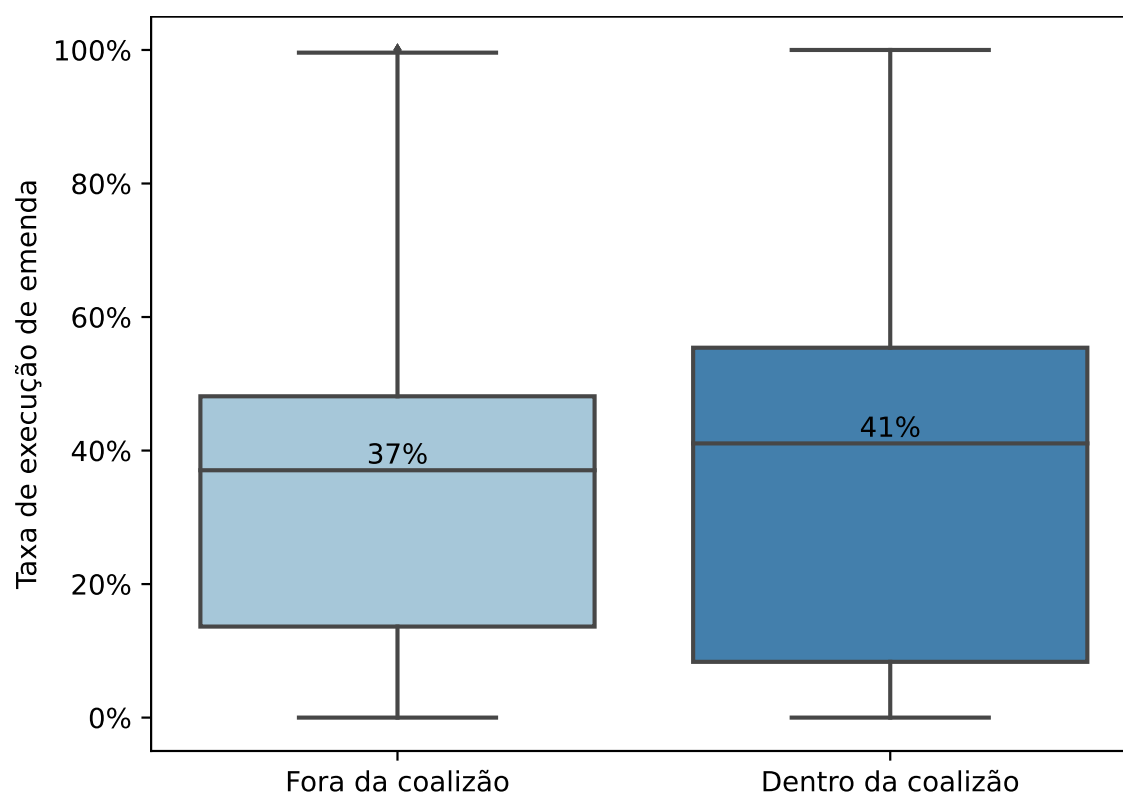
Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Nota: A área dos círculos é proporcional à bancada do respectivo partido.

Agrupando as amostras por partido, em 2015, assim como 2014, não há significância estatística quando analisado o coeficiente de Spearman (Figura 53) para a relação entre taxa de governismo e taxa de execução de emenda ($p\text{-value} = 0,24$), sugerindo que essas duas variáveis não possuem grau de associação relevante entre si.

4.6.3 Análise por coalizão formal

Figura 54 – Boxplot de execução orçamentária 2015

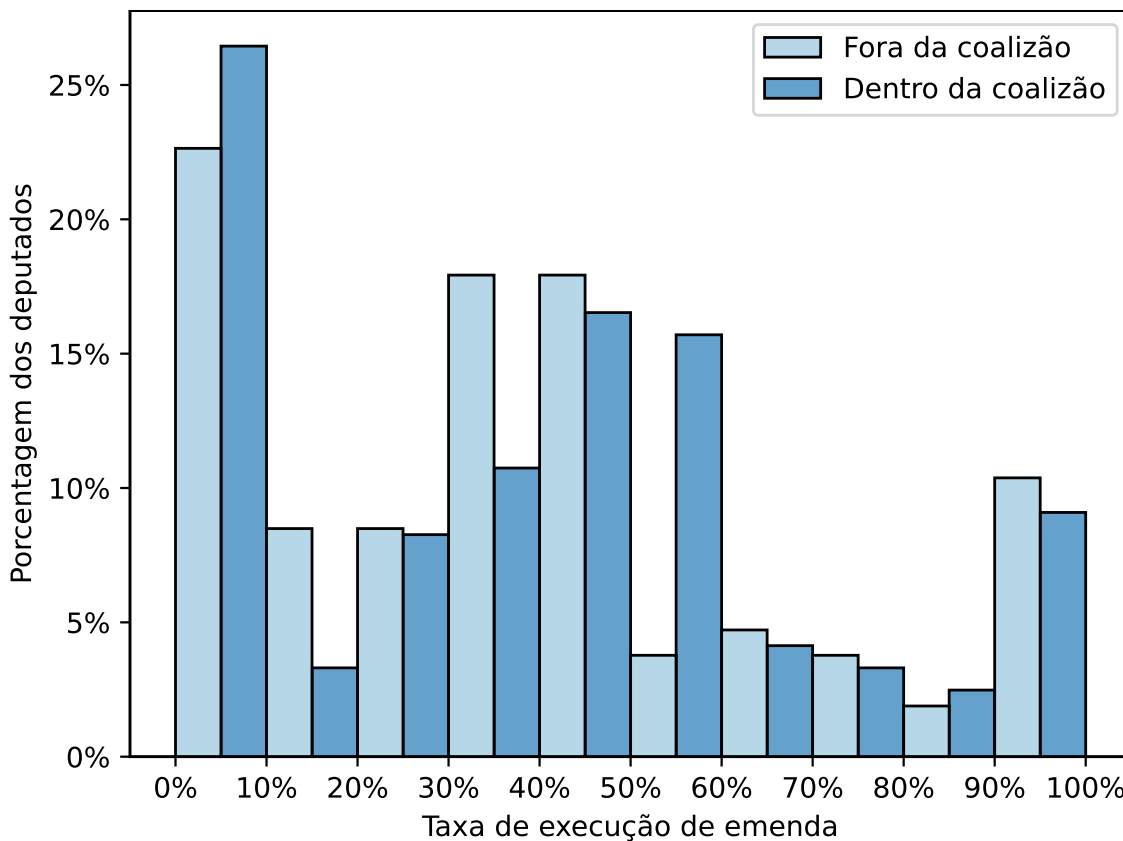


Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Comparando a distribuição de execução das amostras dentro da coalizão (121 deputados) e fora da coalizão (106 deputados), usando teste U de Mann-Whitney, resulta que a probabilidade de execução de emenda não é diferente quando se compara quem está dentro da coalizão com quem está fora dela ($p\text{-value} = 0,54$).

O resultado do teste U é visualmente evidente na Figura 54, onde há pouca diferença entre as distribuições de execuções nos dois grupos. De diferente entre os dois grupos está apenas a variância intragrupal, que é mais concentrada para não-membros quando comparada à variância dos membros da coalizão.

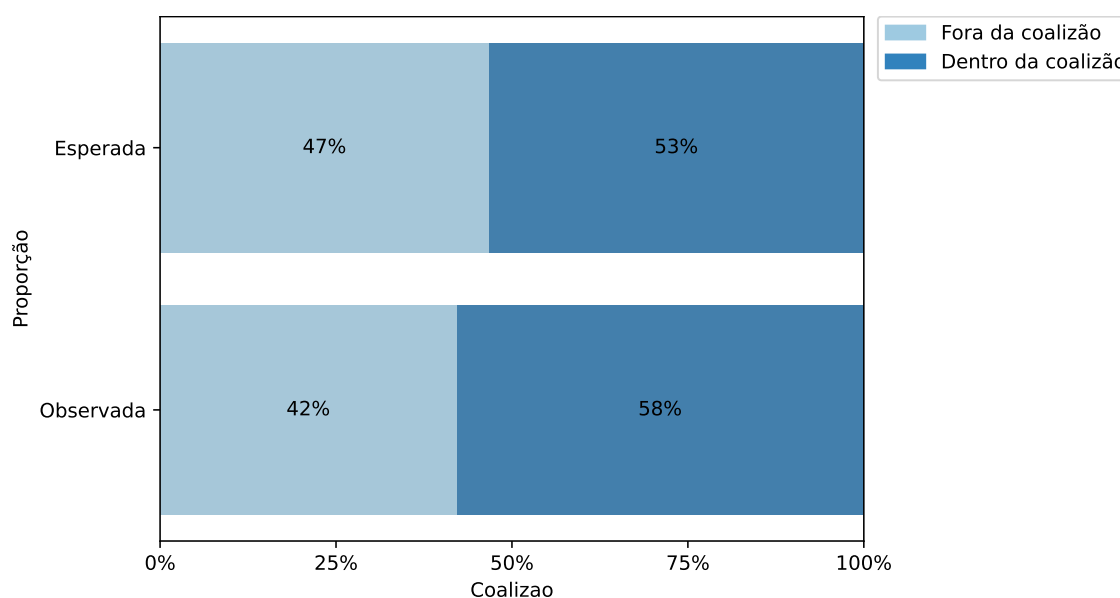
Figura 55 – Histograma comparada de execução de emenda 2015



Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Já o histograma na Figura 55 mostra grande parcela de ambos os grupos com 0% de taxa de execução de emenda; bem como baixa frequência de deputados, também dos dois lados, na faixa de 60% a 90%.

Figura 56 – Proporção de deputados entre os maiores executores de emenda 2015



Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

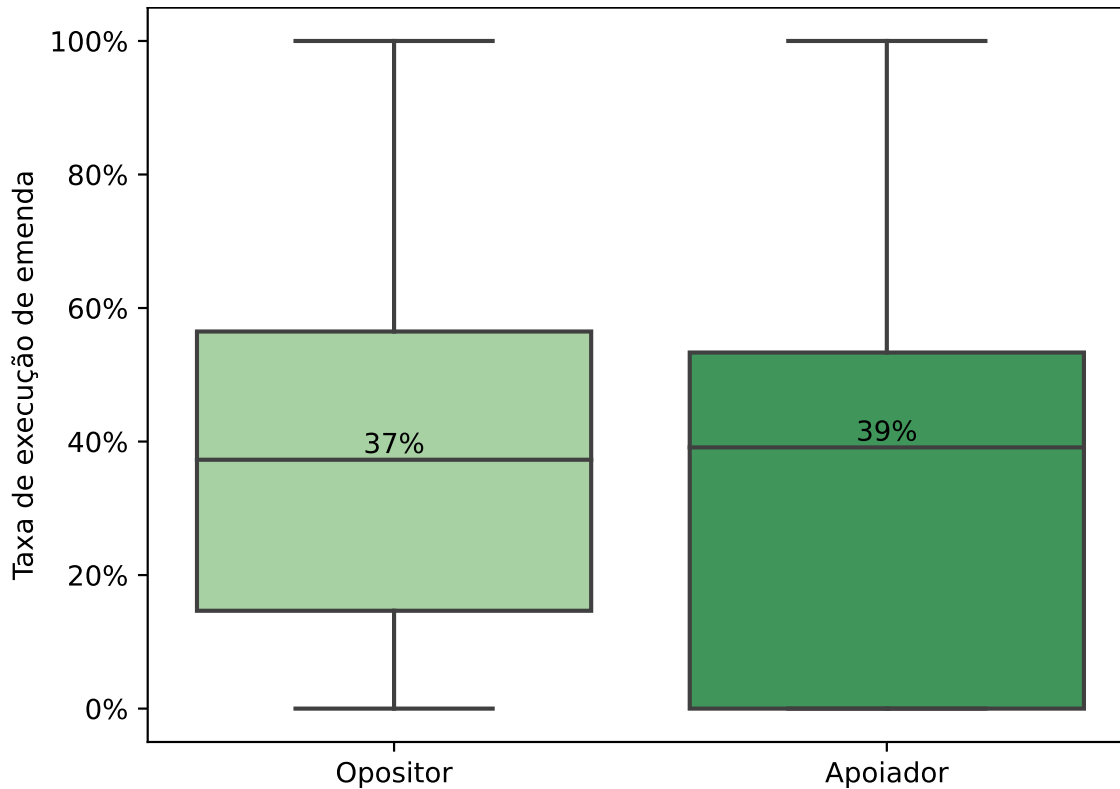
Segundo o teste qui-quadrado (Figura 56), na comparação entre a proporção esperada, que é de 53%,¹⁴ e a proporção observada, que é de 58%, não há significância estatística suficiente para se dizer que houve sobre ou sub-representação de aliados no grupo dos maiores executores pelo critério de coalizão formal ($p\text{-value} = 0,49$).

4.6.4 Análise por apoio efetivo

Os resultados do ano até agora mostram não haver favorecimento dos aliados formais, *i.e.*, membros da coalizão. Falta agora averiguar se a isonomia também se aplica quando analisados os aliados efetivos, *i.e.*, aqueles que de fato votaram mais com o governo.

¹⁴ 53% das amostras em 2015 estão em partidos da coalizão.

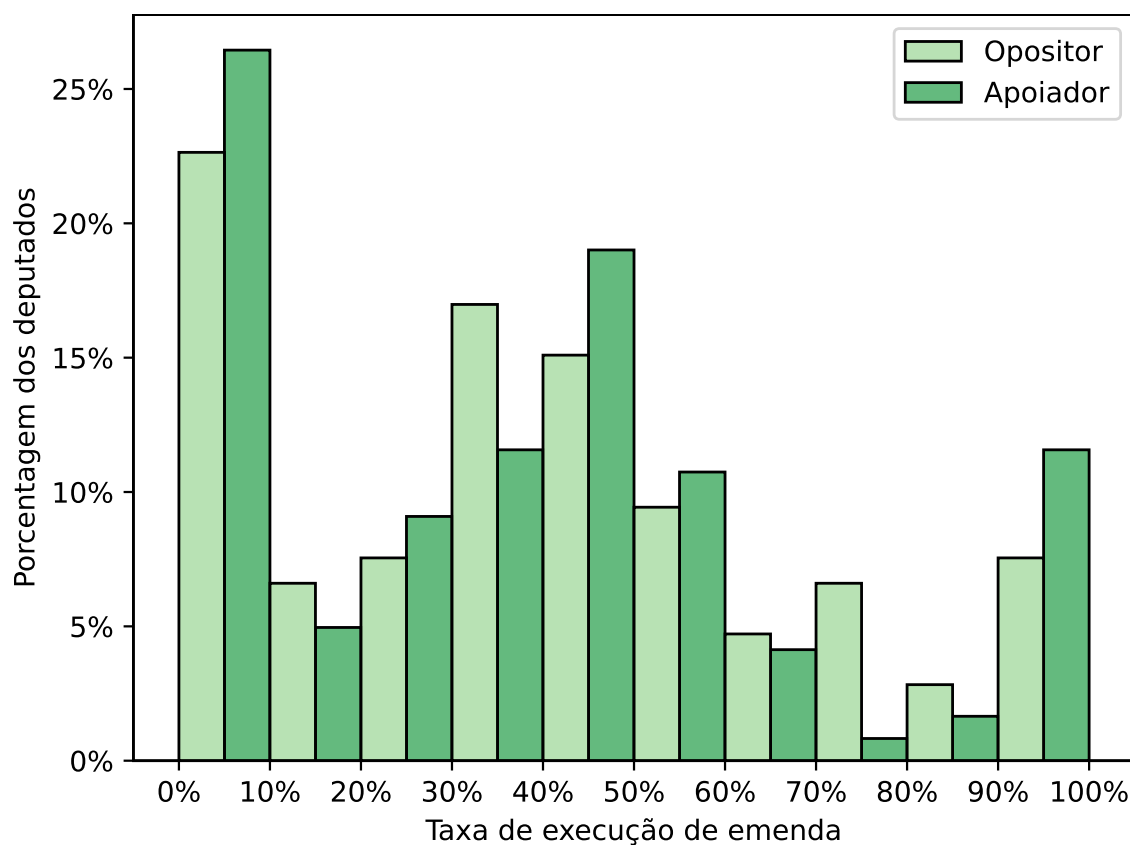
Figura 57 – Boxplot de execução orçamentária 2015



Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Pelo teste U, desta vez comparando os 121 maiores apoiadores do governo com os 106 maiores opositores do governo — mantendo paralelismo com número de deputados divididos conforme coalizão —, resulta que a probabilidade de execução de emenda não é diferente quando comparados apoiadores efetivos com opositores efetivos ($p\text{-value} = 0,68$). De fato, olhando a Figura 57, percebe-se grande similaridade nas distribuições de execuções nos dois grupos.

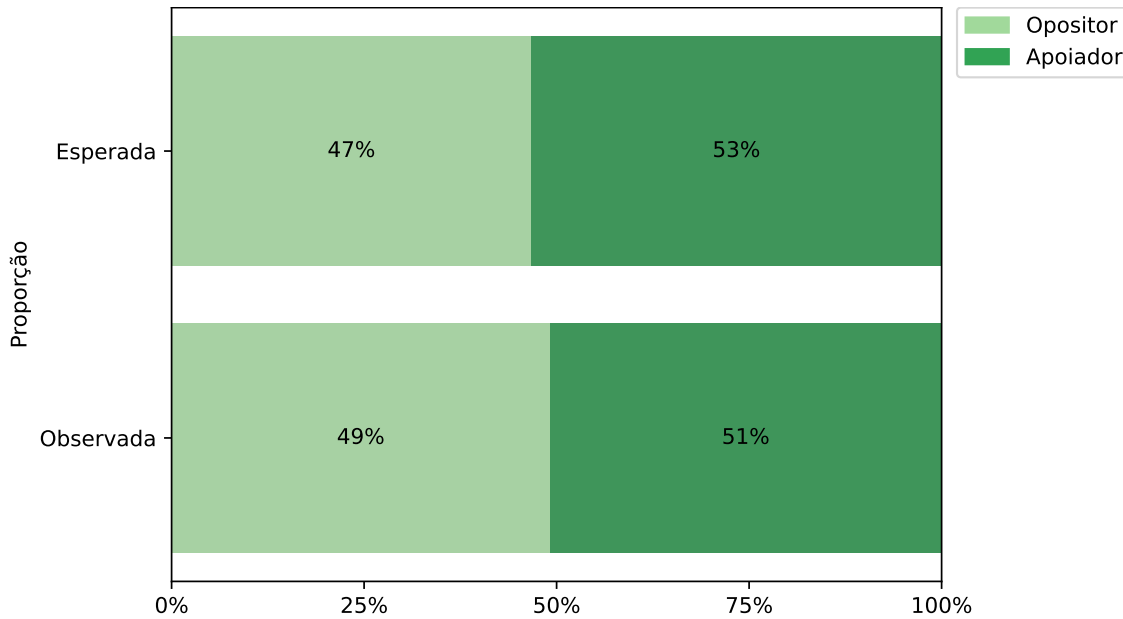
Figura 58 – Histograma comparada de execução de emenda 2015



Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

O histograma na Figura 58 indica quase um quarto de ambos os grupos na faixa de execução que inclui 0%, confirmando que execução de emendas de 2015 foi nula para parcela considerável das amostras estudadas no ano.

Figura 59 – Proporção de deputados entre os maiores executores de emenda 2015



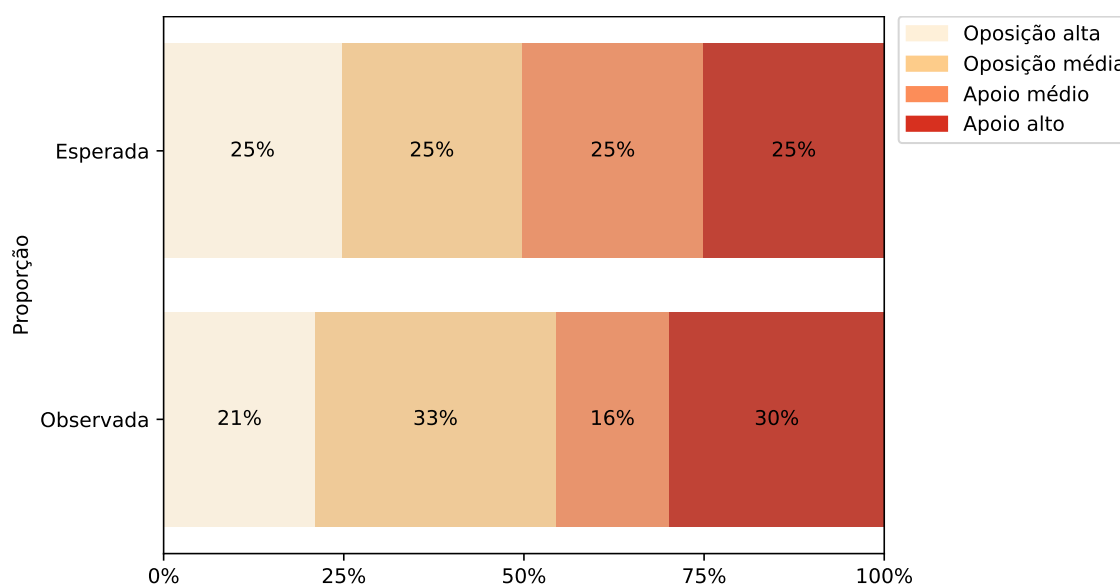
Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

No teste qui-quadrado (Figura 59), a proporção observada de 51% é próxima à proporção esperada de 53%¹⁵, a ponto de não haver significância estatística suficiente para se dizer que houve sobre ou sub-representação de aliados no grupo dos maiores executores pelo critério do apoio efetivo ($p\text{-value} = 0,71$).

4.6.5 Análise por categorias de votante

¹⁵ 53% das amostras em 2015 estão em partidos da coalizão.

Figura 60 – Proporção de deputados entre os maiores executores de emenda 2015

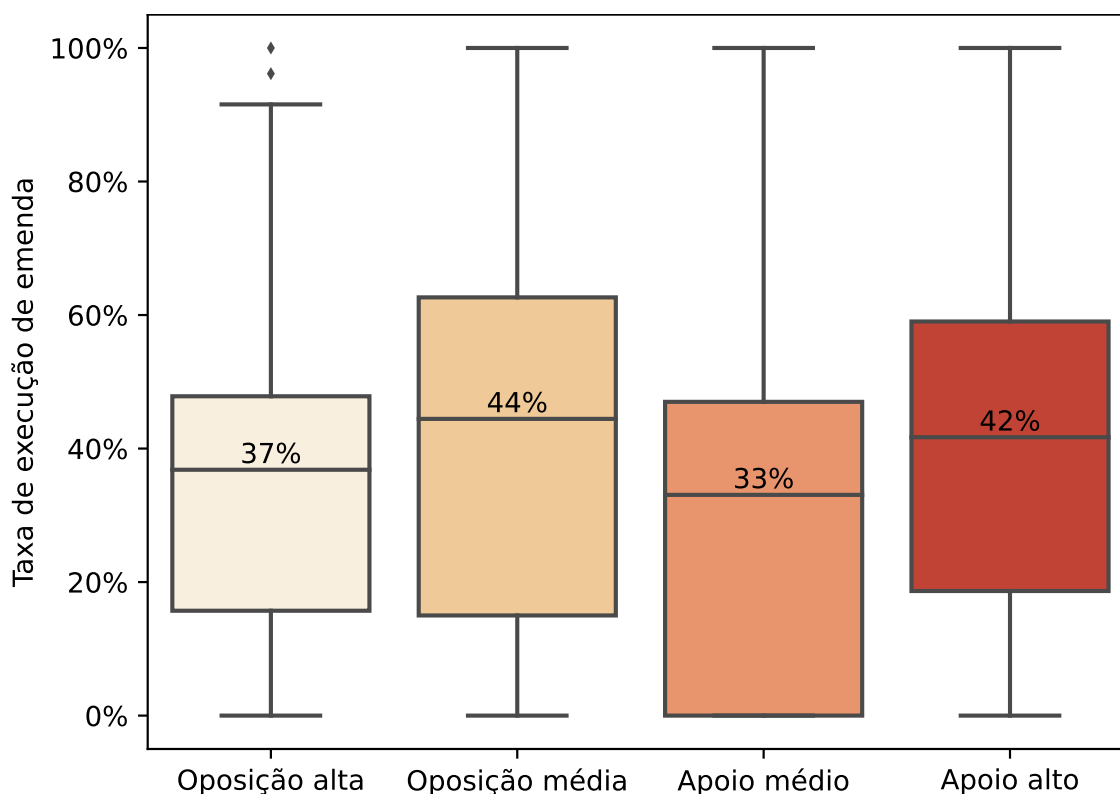


Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Ainda com base em apoio efetivo, mas com maior granularidade, a Figura 60, no teste qui-quadrado, não acusa significância estatística porque o menor *p-value* encontrado, de 0,105 — referente aos que deram ‘Apoio médio’ ao governo —, é levemente maior que o nível de significância adotado de 10%.

Essa diferença minúscula deveria ser ignorada, e poder-se-ia afirmar que houve desfavorecimento para aliados efetivos, mas, dado que o esvaziamento da categoria ‘Apoio médio’ é compensado pelo estufamento da categoria ‘Apoio alto’, o mais sensato seria concluir pela ausência de favorecimento e de desfavorecimento na execução de emendas individuais, quando levado em conta apoio efetivo dado.

Figura 61 – Boxplot de execução orçamentária 2015



Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Confirmando o padrão encontrado no teste anterior, o *boxplot* da Figura 61 sugere, em termos gerais, que não houve discriminação na execução. Esse achado é reiterado pelo teste U de Mann-Whitney, o qual resultou em *p-value* de 0,46, quando confrontadas a execução de quem fez ‘Oposição alta’ (mediana 37%) com a de quem deu ‘Apoio alto’ (mediana 42%). Assim, não foi encontrada significância estatística suficiente para afirmar que a probabilidade de execução de um grupo é superior ao outro.

4.6.6 Síntese de 2015

Em 2015, todos os testes apontam com confiança que não houve favorecimento nem desfavorecimento aos aliados — tanto formais quanto efetivos — na execução de emendas em 2015.

4.7 Com emenda impositiva: execução orçamentária 2016

4.7.1 Análise exploratória de dados e estatística descritiva

Em 2016 foram computados dados de 375 deputados, que é a intersecção de 391 autores de emendas exclusivas e 542 deputados votantes. Do lado das votações nominais, foram

analisadas 114 consideradas competitivas.

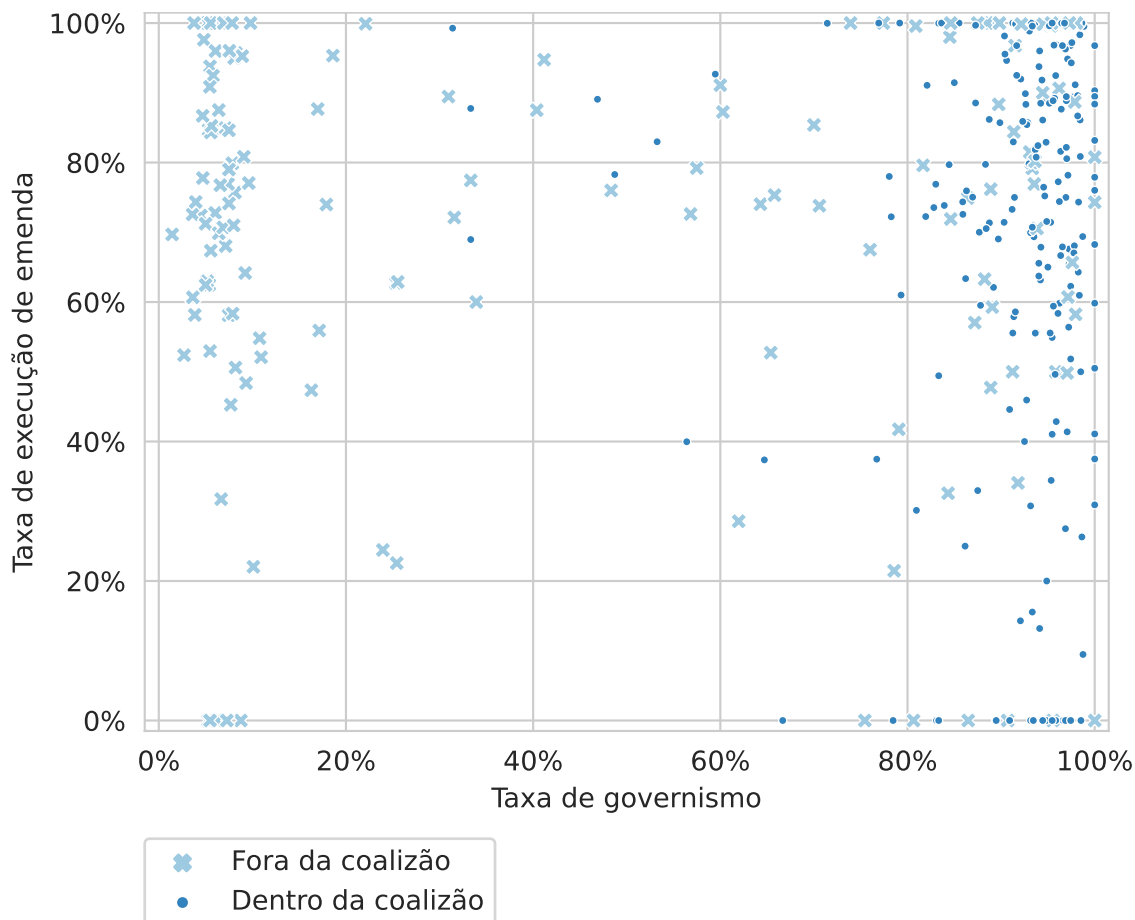
Das 6306 emendas individuais totalizando R\$ 7.821.619.162,99:

- 1949 (31%) são emendas individuais exclusivas, totalizando R\$1.228.254.866,99 (16%);
- 4357 (69%) são emendas individuais que compartilham autoria com deputados, governo ou outros, totalizando R\$ 6.593.364.296 (84%).

Ainda, 438 (7%) são emendas individuais que reforçam programações com dotação prévia no PLOA, *i.e.*, de interesse explícito do Governo, totalizando R\$ 219,060,097.0 (3%). Em suma, emendas exclusivas são 31% das emendas individuais em quantidade e 16% em valores.

O ano de 2016 merece considerações extras, dado que, em maio daquele ano, a presidenta eleita foi afastada do cargo e, em seu lugar, assumiu o seu vice-presidente, o qual possui uma agenda legislativa distinta. Para controlar possíveis distorções por conta desse fato, a metodologia para determinar taxa de governismo teve de ser adaptada: só foram computadas as votações em que há orientação explícita do novo governo, ou seja, as ocorridas após o afastamento da presidenta. Fora isso, não foram necessárias outras mudanças, tais como redefinir o critério para determinar pertencimento à coalizão, dado que a regra geral, de utilizar o status do partido no último dia do ano, continua válido mesmo em anos com transições abruptas, como foi em 2016.

Figura 62 – Gráfico de dispersão de deputados 2016



Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

O gráfico de dispersão de 2016 (Figura 62) difere dos anos anteriores por mostrar que a maioria dos deputados, independentemente de rótulos, conseguiu taxa de execução acima de 75%, que é um percentual bastante alto comparado a todos os anos estudados até aqui.

Outro fato que chama atenção é a distância formada entre situação e oposição, criando três tipos de categoria: 1) dos aliados que apoiaram o governo com bastante afinco, espremidos no canto direito; 2) dos opositores ferrenhos que votaram com o governo em menos de 18% das ocasiões; e 3) pequeno número de ‘nômades’ dispersos no deserto que se formou entre os dois primeiros grupos.

Quadro 13 – Taxa de execução de emenda de 2016

Média	Mínimo	1.º Quartil	Mediana	3.º Quartil	Máximo
69%	0%	57%	76%	92%	100%

Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

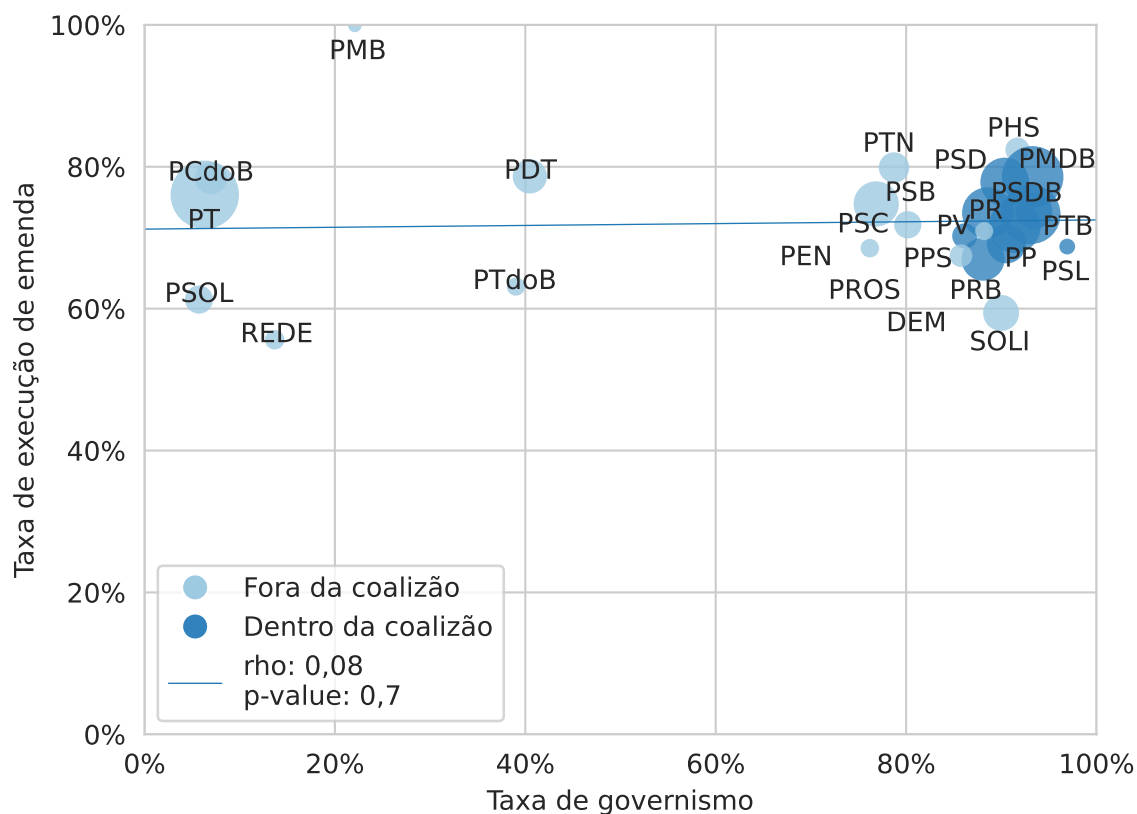
Quadro 14 – Taxa de governismo de 2016

Média	Mínimo	1.º Quartil	Mediana	3.º Quartil	Máximo
72%	1%	60%	91%	96%	100%

Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

4.7.2 Análise por partido

Figura 63 – Correlação entre TEE e TG agrupado por partido em 2016



Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Nota: A área dos círculos é proporcional à bancada do respectivo partido.

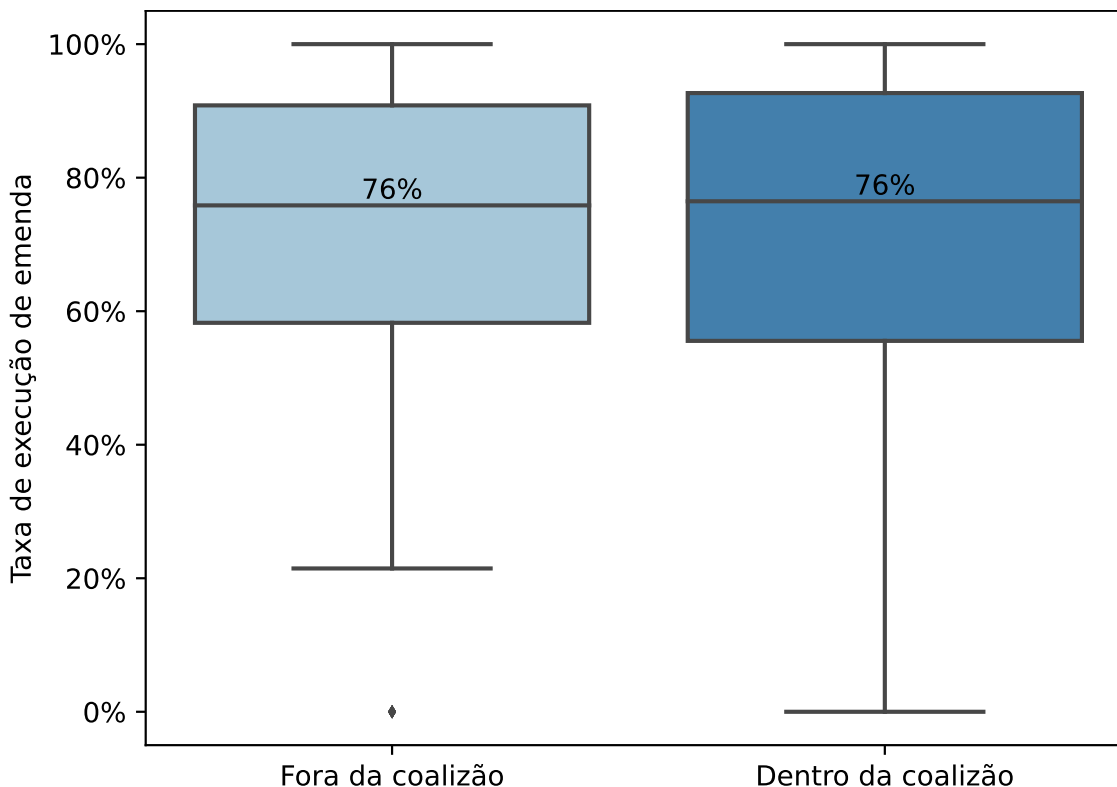
Agrupando as amostras por partido, em 2016, assim como 2014, não há significância estatística quando analisado o coeficiente de Spearman (Figura 63) para a relação entre taxa de governismo e taxa de execução de emenda ($p\text{-value} = 0,70$), sugerindo que essas duas variáveis não possuem grau de associação relevante entre si.

Mais ainda, a mesma figura mostra o quão afastada horizontalmente está a oposição da situação, mas, ao mesmo tempo, o quão próximas elas estão verticalmente, refletindo de forma óbvia que a execução orçamentária de emendas individuais não dependeu de apoio legislativo ao governo. Admitidamente os anos de 2014 (Figura 43) e 2015 (Figura 53) já mostravam equivalência no eixo vertical, mas 2016 é o primeiro ano a mostrar tamanha divergência partidária

no eixo horizontal, talvez um reflexo da forma traumática como a ‘nova’ oposição, liderada pelo PT, fora afastada do Poder Executivo Federal.

4.7.3 Análise por coalizão formal

Figura 64 – Boxplot de execução orçamentária 2016

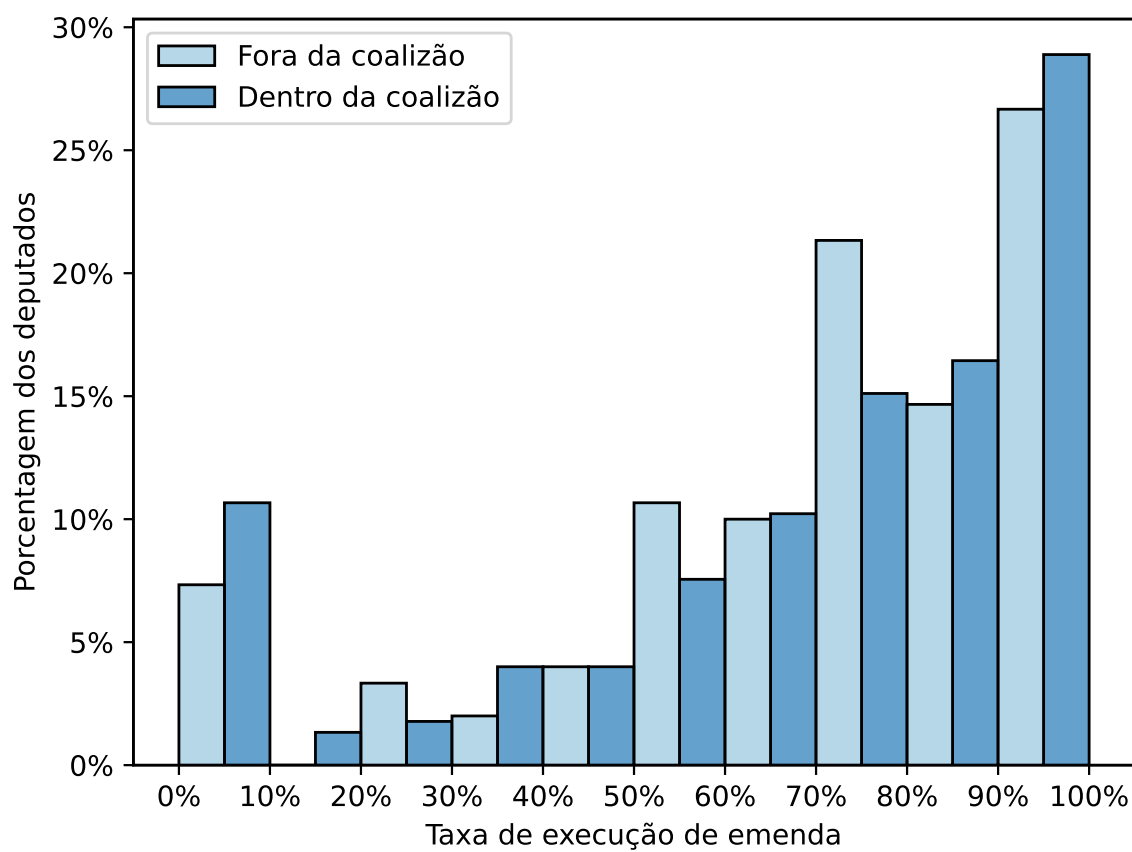


Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Comparando a distribuição de execução das amostras dentro da coalizão (225 deputados) e fora da coalizão (150 deputados), usando teste U de Mann-Whitney, resulta que a probabilidade de execução de emenda não é diferente quando se compara quem está dentro da coalizão com quem está fora dela ($p\text{-value} = 0,94$).

O resultado do teste U é visualmente evidente na Figura 64, onde há pouca diferença entre as distribuições de execuções nos dois grupos. De diferente entre os dois grupos está apenas a variância intragrupal, que é discretamente mais concentrada para não-membros quando comparada à variância dos membros da coalizão.

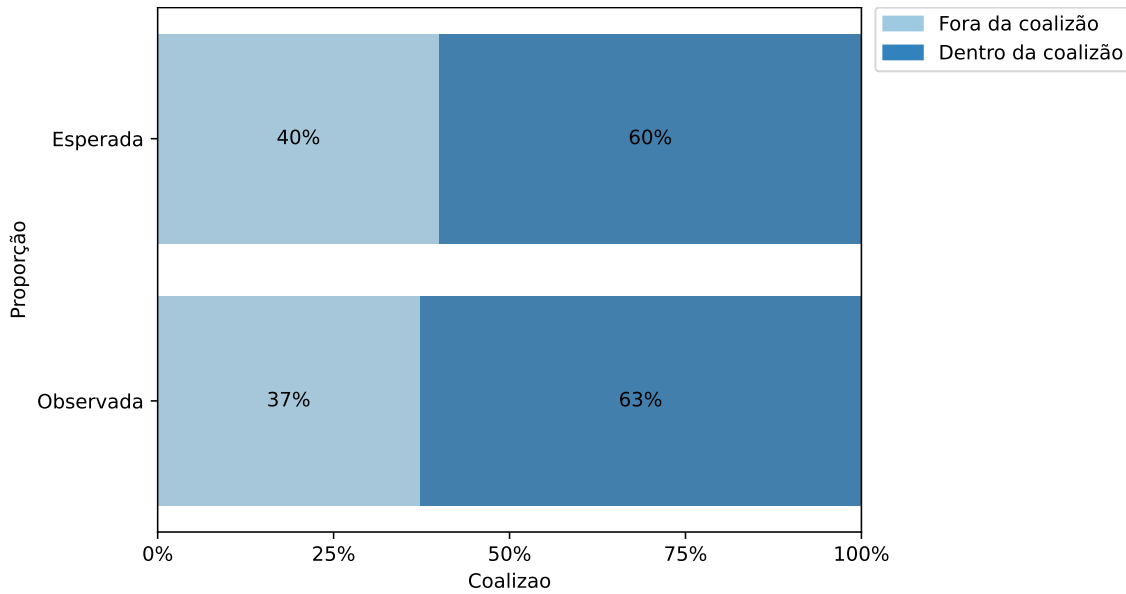
Figura 65 – Histograma comparada de execução de emenda 2016



Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

O histograma na Figura 65 mostra, pela primeira vez na série histórica analisada, a faixa de 90% a 100% de taxa de governismo como a mais popular para ambos os grupos.

Figura 66 – Proporção de deputados entre os maiores executores de emenda 2016



Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

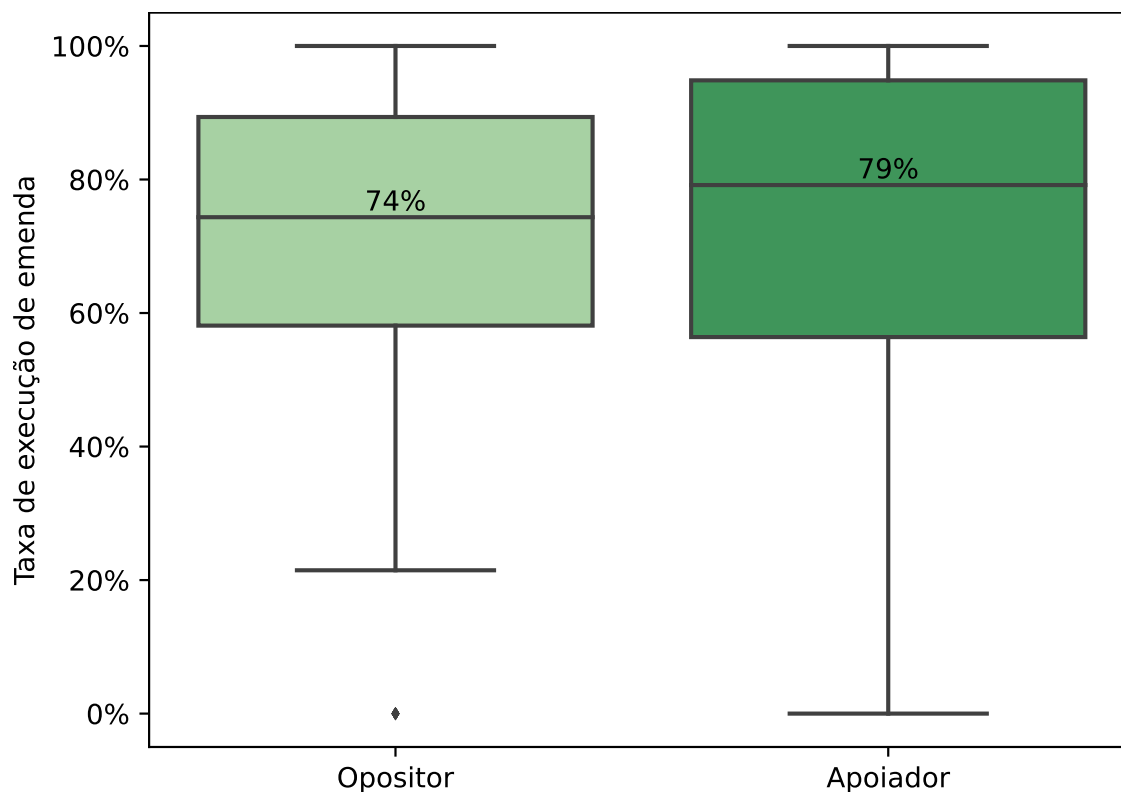
Segundo o teste qui-quadrado (Figura 66), na comparação entre a proporção esperada, que é de 60%,¹⁶ e a proporção observada, que é de 63%, não há significância estatística suficiente para se dizer que houve sobre ou sub-representação de aliados no grupo dos maiores executores pelo critério de coalizão formal ($p\text{-value} = 0,58$).

4.7.4 Análise por apoio efetivo

Os resultados do ano até agora mostram não haver favorecimento dos aliados formais, *i.e.*, membros da coalizão. Falta agora averiguar se a isonomia também se aplica quando analisados os aliados efetivos, *i.e.*, aqueles que de fato votaram mais com o governo.

¹⁶ 60% das amostras em 2016 estão em partidos da coalizão.

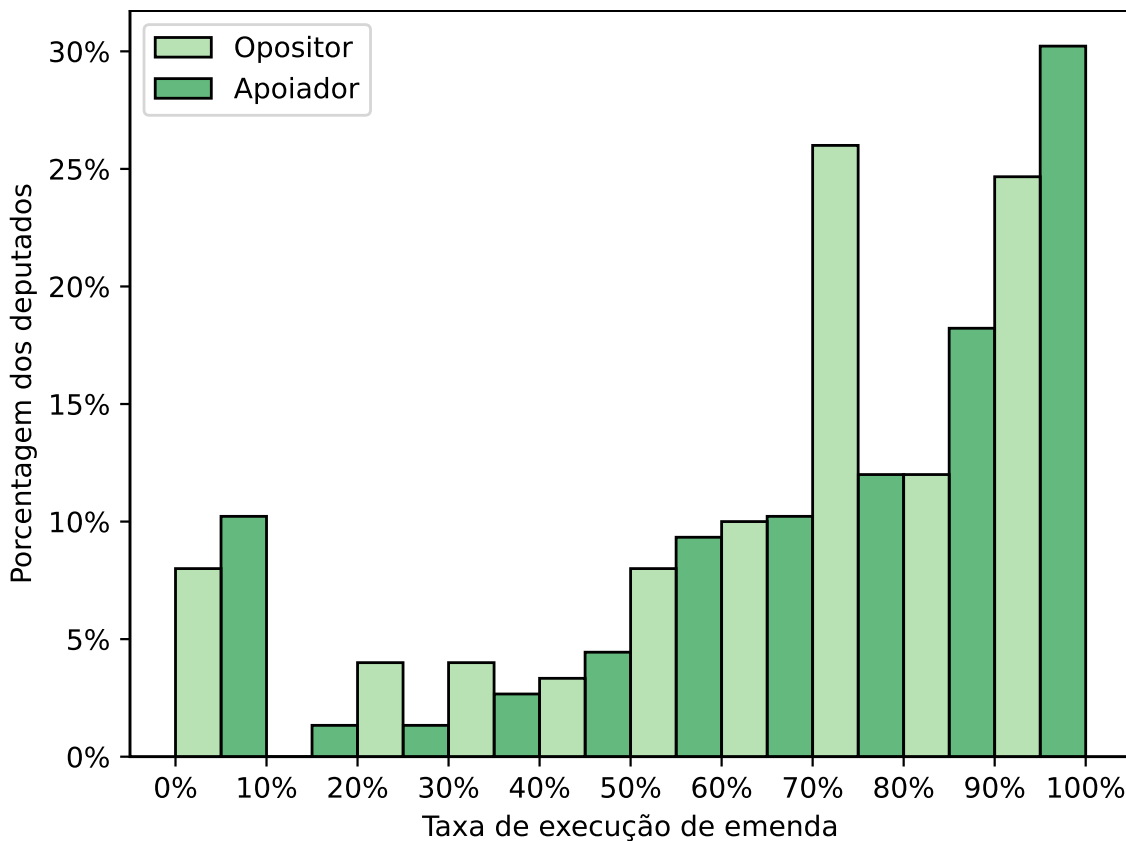
Figura 67 – Boxplot de execução orçamentária 2016



Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Pelo teste U, desta vez comparando os 225 maiores apoiadores do governo com os 150 maiores opositores do governo — mantendo paralelismo com número de deputados divididos conforme coalizão —, resulta que a probabilidade de execução de emenda não é diferente quando comparados apoiadores efetivos com opositores efetivos ($p\text{-value} = 0,36$). De fato, olhando a Figura 67, percebe-se discreta vantagem dos apoiadores na distribuição de execução, mas não o suficiente para acusar significância estatística.

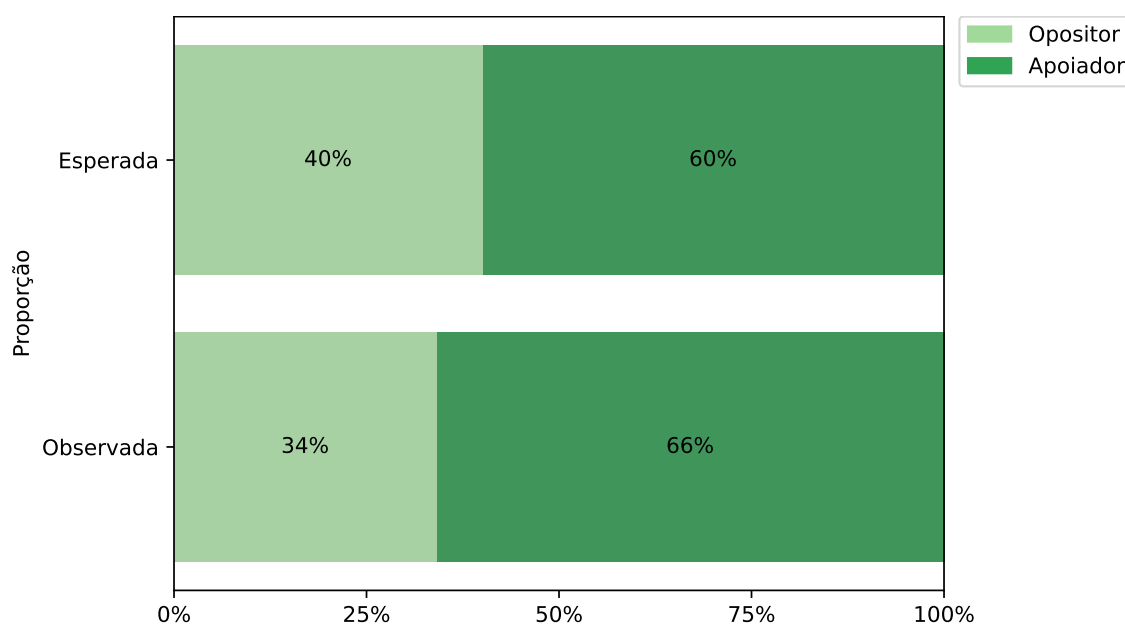
Figura 68 – Histograma comparada de execução de emenda 2016



Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

O histograma na Figura 68 mostra por que os apoiadores efetivos mostraram pequena vantagem na taxa de execução de emenda: as duas faixas mais populosas dos membros está entre 80% e 100%, ao passo que os não-membros estão concentrados na faixa de 70% a 80% e de 90% a 100%.

Figura 69 – Proporção de deputados entre os maiores executores de emenda 2016



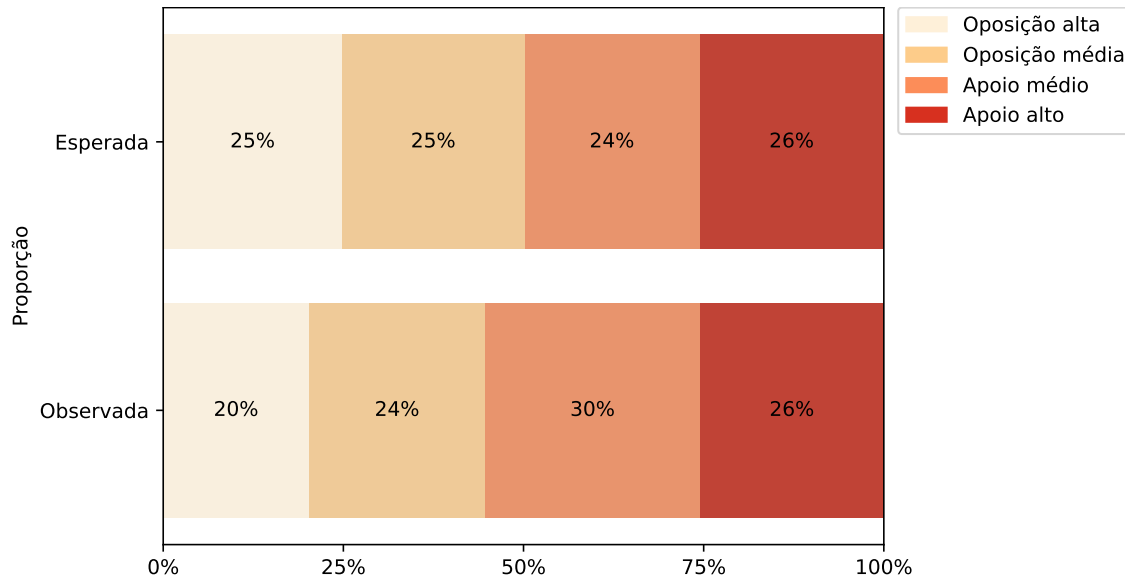
Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

No teste qui-quadrado (Figura 69), a proporção observada de 66% é próxima à proporção esperada de 60%,¹⁷ a ponto de não haver significância estatística suficiente para se dizer que houve sobre ou sub-representação de aliados no grupo dos maiores executores pelo critério do apoio efetivo ($p\text{-value} = 0,24$).

4.7.5 Análise por categorias de votante

¹⁷ 60% das amostras em 2016 estão em partidos da coalizão.

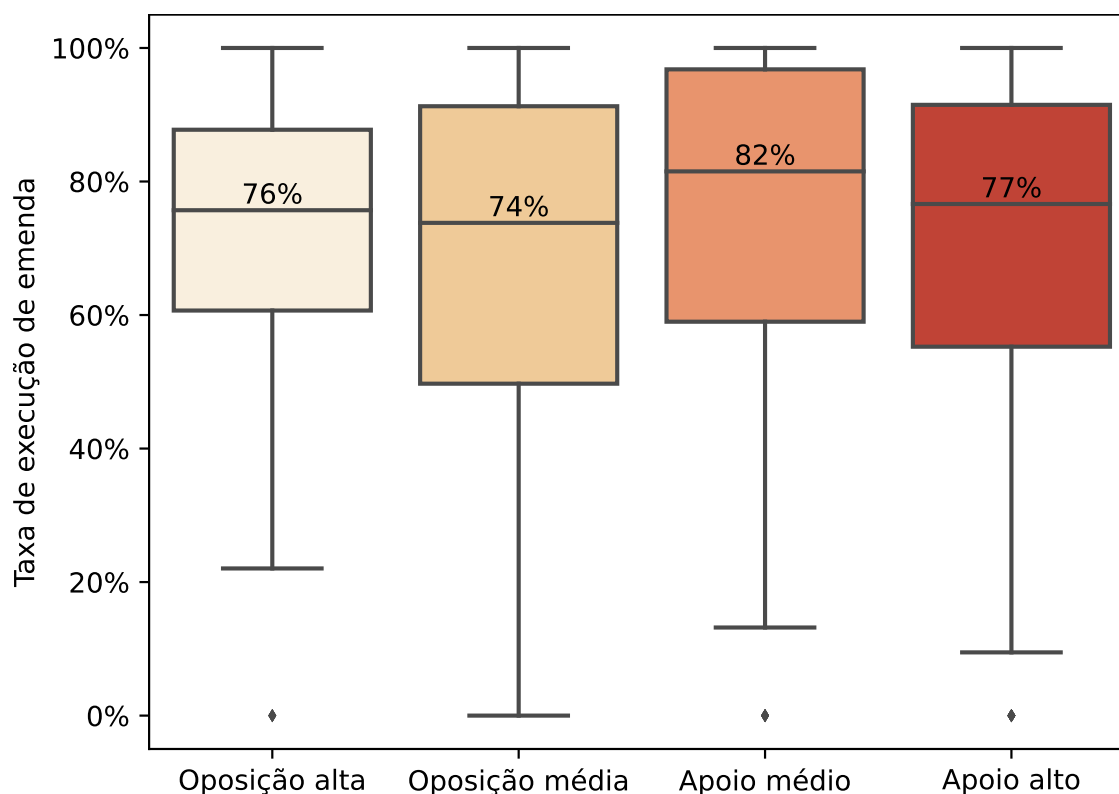
Figura 70 – Proporção de deputados entre os maiores executores de emenda 2016



Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Ainda com base em apoio efetivo, mas com maior granularidade, a Figura 70, no teste qui-quadrado, não acusa significância estatística (o menor *p-value* encontrado é de 0,21), ou seja, não há confiança suficiente para se dizer que houve sobre-representação de quaisquer uma das categorias no grupo dos maiores executores pelo critério do apoio efetivo.

Figura 71 – Boxplot de execução orçamentária 2016



Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Confirmando o padrão encontrado no teste anterior, o *boxplot* da Figura 71 revela, em termos gerais, que não houve discriminação na execução, achado reiterado pelo teste U de Mann-Whitney ao confrontar a execução de quem fez ‘Oposição alta’ (mediana 76%) com quem deu ‘Apoio alto’ (mediana 77%), o qual resultou em *p-value* de 0,87. Assim, não foi encontrada significância estatística suficiente para afirmar que a probabilidade de execução de um grupo é superior ao outro.

4.7.6 Síntese de 2016

Todos os testes do ano apontam com confiança que não houve favorecimento nem desfavorecimento aos aliados — tanto formais quanto efetivos — na execução de emendas. Mais importante ainda, apesar de ser o terceiro ano em que a emenda impositiva foi implementada — e o terceiro ano da série histórica em que não houve favorecimento dos aliados na execução de emendas —, 2016 é o primeiro ano em que o desejo dos deputados por maior execução foi melhor atendido até então, com mediana superior a 75%, em contraposição à mediana de 38% em 2015, 67% em 2014, 54% em 2013, 36% em 2012, 50% em 2011 e 41% em 2010.

4.8 Com emenda impositiva: execução orçamentária 2017

4.8.1 Análise exploratória de dados e estatística descritiva

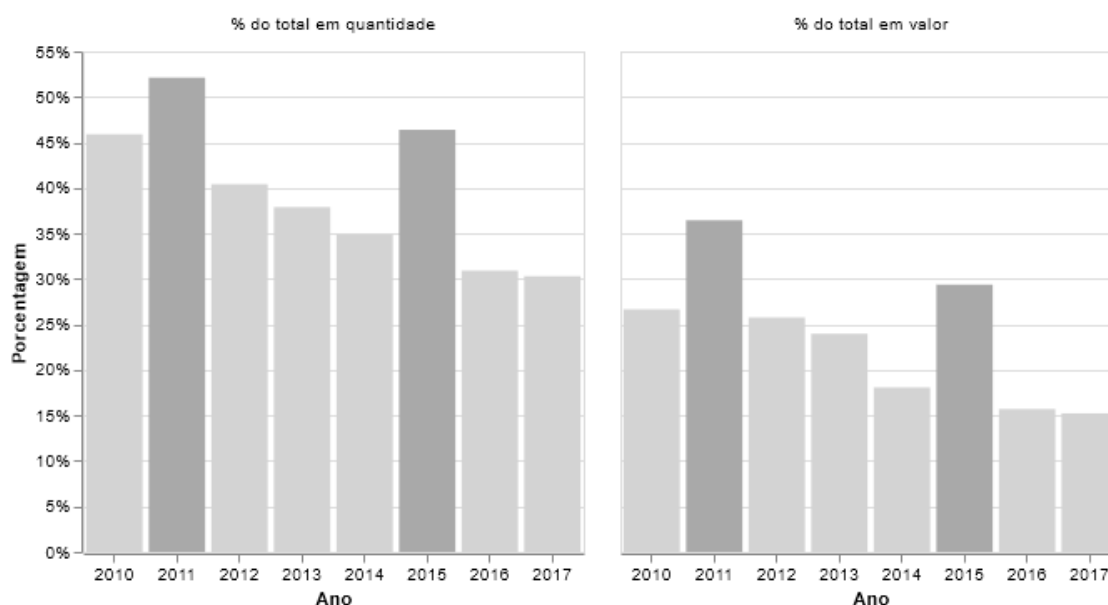
Em 2017 foram computados dados de 369 deputados, que é a intersecção de 394 autores de emendas exclusivas e 541 deputados votantes. Do lado das votações nominais, foram analisadas 151 consideradas competitivas.

Das 6336 emendas individuais totalizando R\$ 7.857.775.613:

- 1920 (30%) são emendas individuais exclusivas, totalizando R\$1.197.345.541 (15%);
- 4416 (70%) são emendas individuais que compartilham autoria com deputados, governo ou outros, totalizando R\$ 6.660.430.072 (85%).

Ainda, 515 (8%) são emendas individuais que reforçam programações com dotação prévia no PLOA, *i.e.*, de interesse explícito do Governo, totalizando R\$ 195.802.525 (2%). Em suma, emendas exclusivas são 30% das emendas individuais em quantidade e 15% em valores.

Figura 72 – Participação das emendas exclusivas no total das emendas individuais:

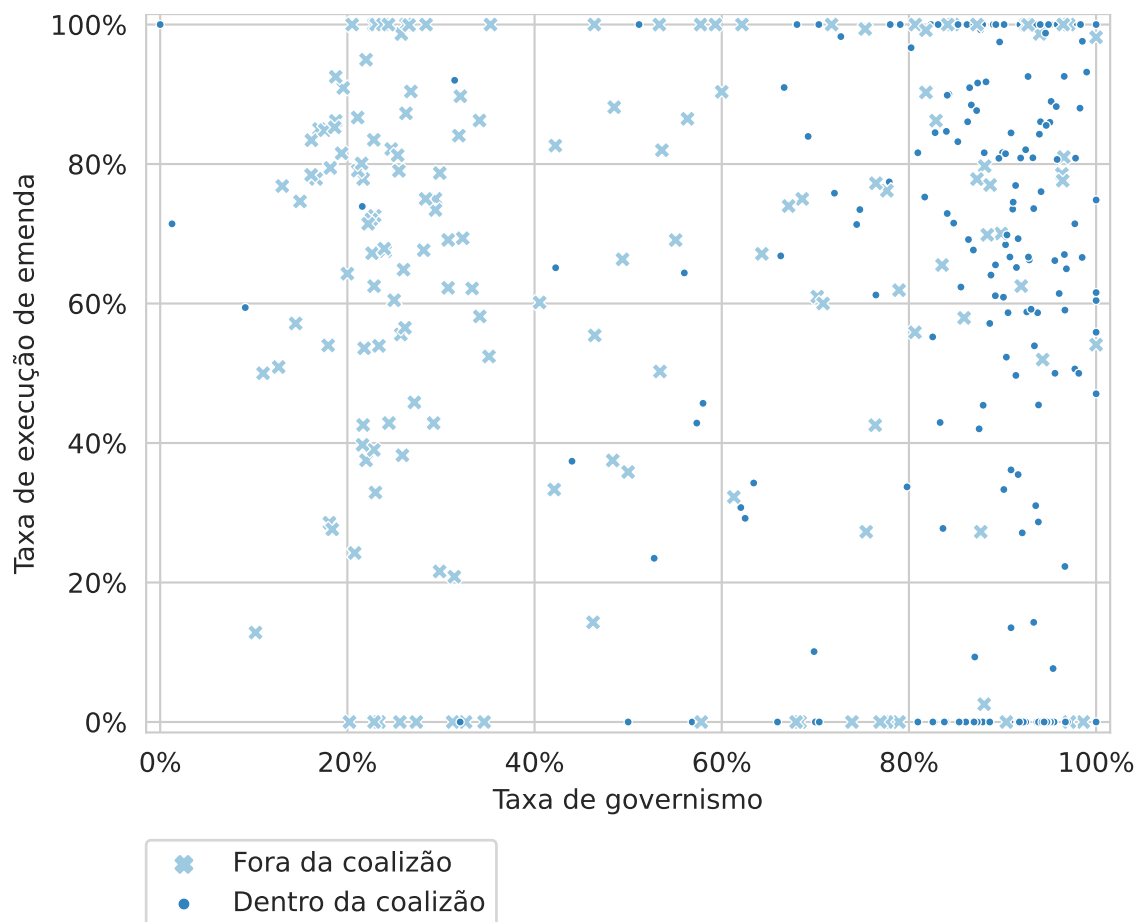


Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Em relação à participação das emendas executivas no total das emendas individuais, a Figura 72 consolida os dados de todos os anos do escopo, mostrando que a introdução da emenda impositiva em 2014 não levou os deputados a dedicarem mais do seu saldo orçamentário individual às programações exclusivas. Na verdade, a tendência que se observa é que, a cada ano, a participação das emendas exclusivas, tanto em quantidade quanto em valor, tem caído, exceto pelos surtos que ocorrem nos primeiros anos de uma nova legislatura, a saber 2011 e 2015. Isso

pode ter acontecido porque as programações desses anos são estabelecidas no processo legislativo orçamentário do ano anterior, possivelmente como uma promessa de campanha eleitoral que pode ser melhor cumprida caso o deputado seja reeleito e, assim, ter poder de barganha para pressionar pela execução das emendas.

Figura 73 – Gráfico de dispersão de deputados 2017



Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

O gráfico de dispersão de 2017 (Figura 73) segue o padrão de 2016, em que a maioria dos deputados, independentemente de rótulos, conseguiu taxa de execução acima de 67%, que é um percentual alto, perdendo apenas para os 75% do ano anterior. Assim como em 2016, ainda há um distanciamento horizontal considerável entre os agrupamentos de situação e oposição, mas que não é mais tão pronunciado como naquele ano.

Quadro 15 – Taxa de execução de emenda de 2017

Média	Mínimo	1.º Quartil	Mediana	3.º Quartil	Máximo
60%	0%	34%	68%	88%	100%

Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

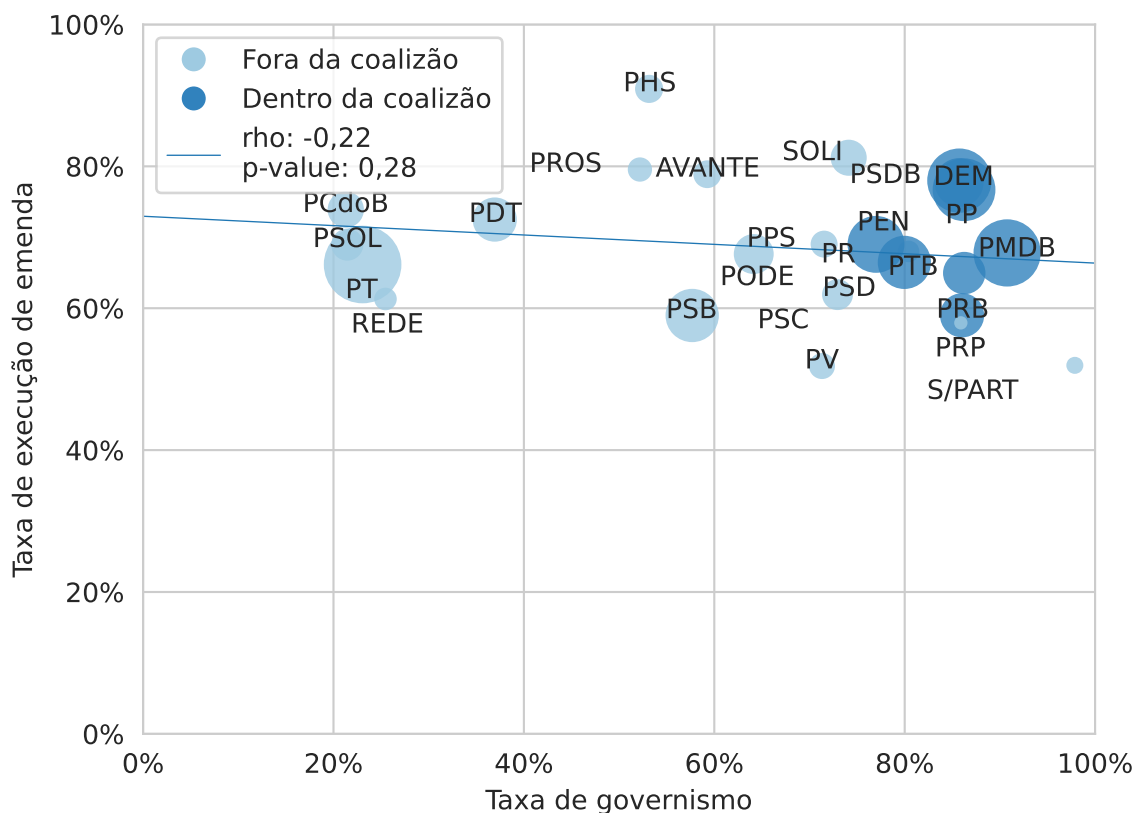
Quadro 16 – Taxa de governismo de 2017

Média	Mínimo	1.º Quartil	Mediana	3.º Quartil	Máximo
68%	0%	34%	83%	93%	100%

Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

4.8.2 Análise por partido

Figura 74 – Correlação entre TEE e TG agrupado por partido em 2017



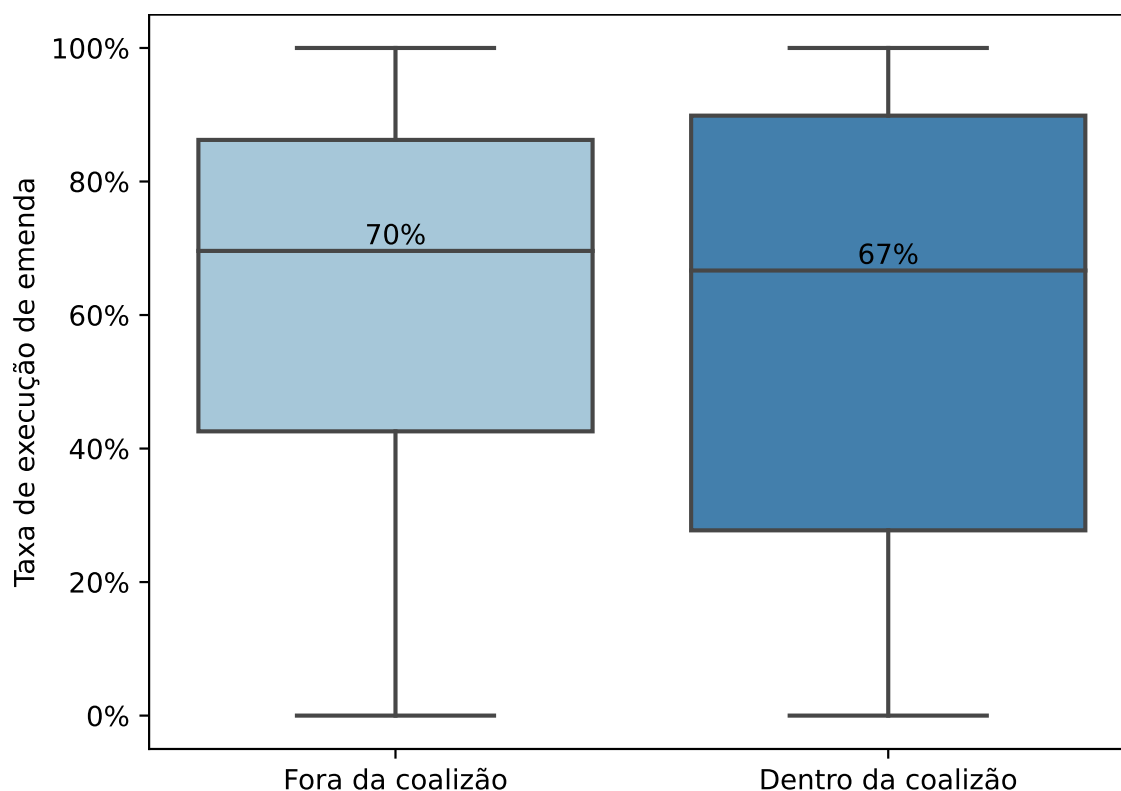
Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Nota: A área dos círculos é proporcional à bancada do respectivo partido.

Agrupando as amostras por partido, em 2017, assim como em todos os anos desde 2014, não há significância estatística quando analisado o coeficiente de Spearman (Figura 74) para a relação entre taxa de governismo e taxa de execução de emenda ($p\text{-value} = 0,28$), sugerindo que essas duas variáveis não possuem grau de associação relevante entre si, apesar de o ρ encontrado ser o primeiro da série histórica com valor negativo. Mais ainda, o agrupamento por partido reitera a observação de que os extremos partidários-ideológicos (eixo horizontal) não estão mais tão afastados quanto foi em 2016.

4.8.3 Análise por coalizão formal

Figura 75 – Boxplot de execução orçamentária 2017

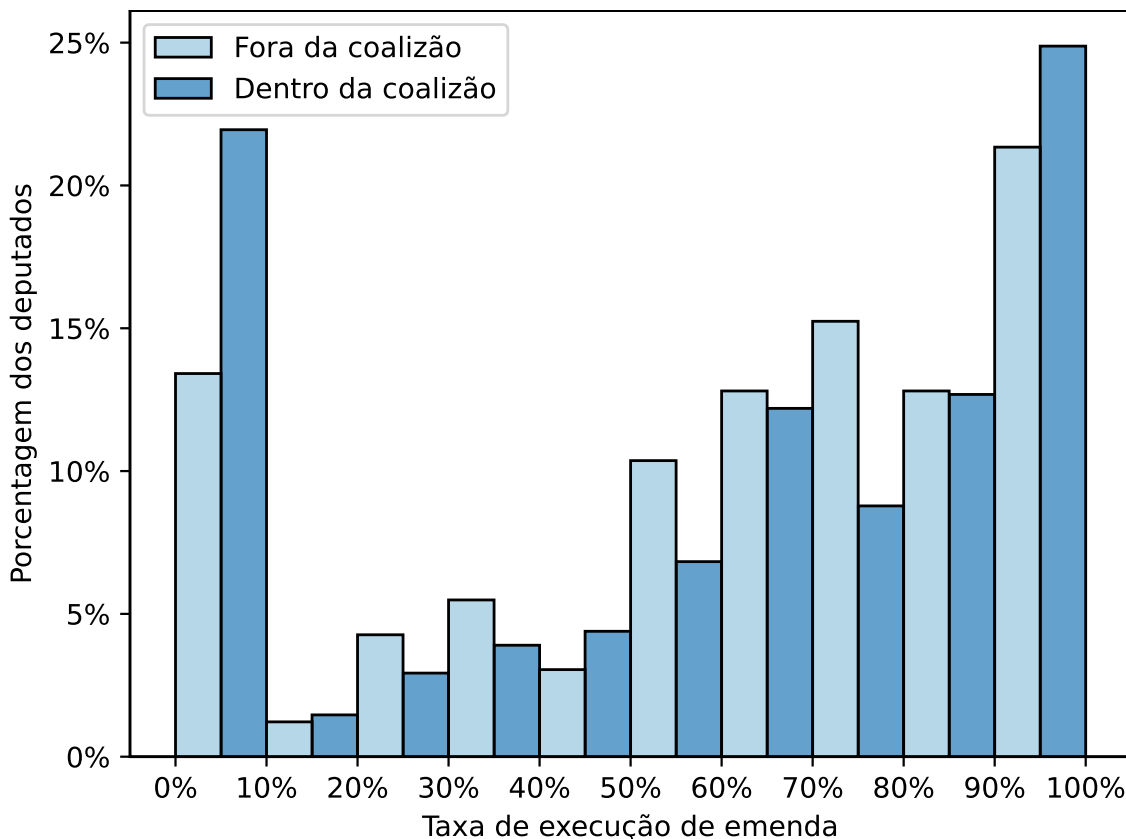


Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Comparando a distribuição de execução das amostras dentro da coalizão (205 deputados) e fora da coalizão (164 deputados), usando teste U de Mann-Whitney, resulta que a probabilidade de execução de emenda não é diferente quando se compara quem está dentro da coalizão com quem está fora dela ($p\text{-value} = 0,55$).

O resultado do teste U é visualmente evidente na Figura 75, onde há pouca diferença entre as distribuições de execuções nos dois grupos. De diferente entre os dois grupos está apenas a variância intragrupal, que é discretamente mais concentrada para não-membros quando comparada à variância dos membros da coalizão.

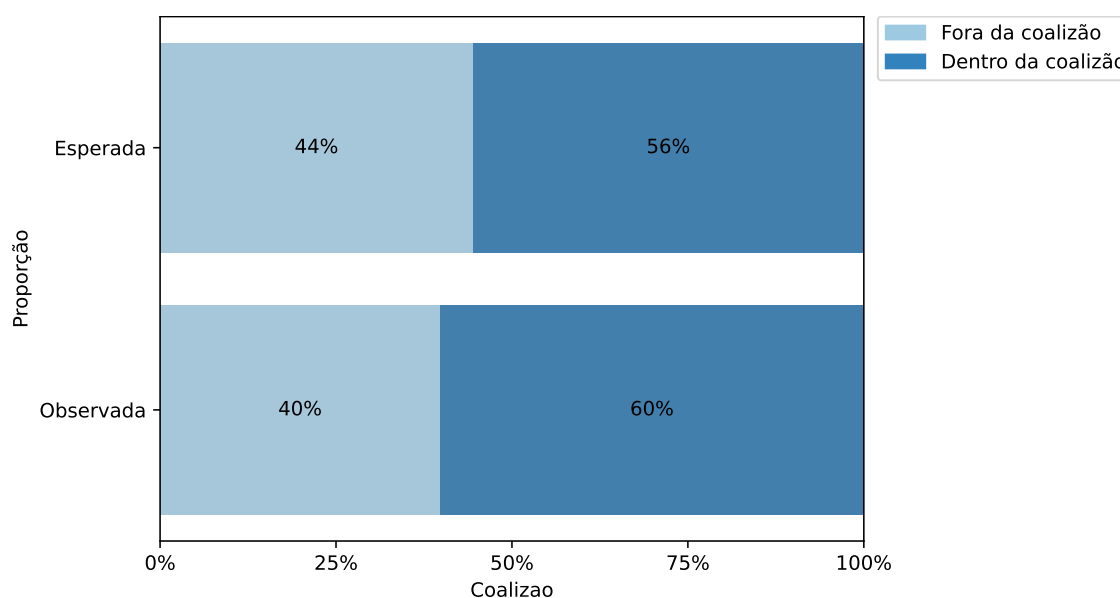
Figura 76 – Histograma comparada de execução de emenda 2017



Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

O histograma na Figura 76 repete o resultado do histograma de 2016 mostrando a faixa de 90% a 100% de taxa de governismo como a mais popular para ambos os grupos.

Figura 77 – Proporção de deputados entre os maiores executores de emenda 2017



Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

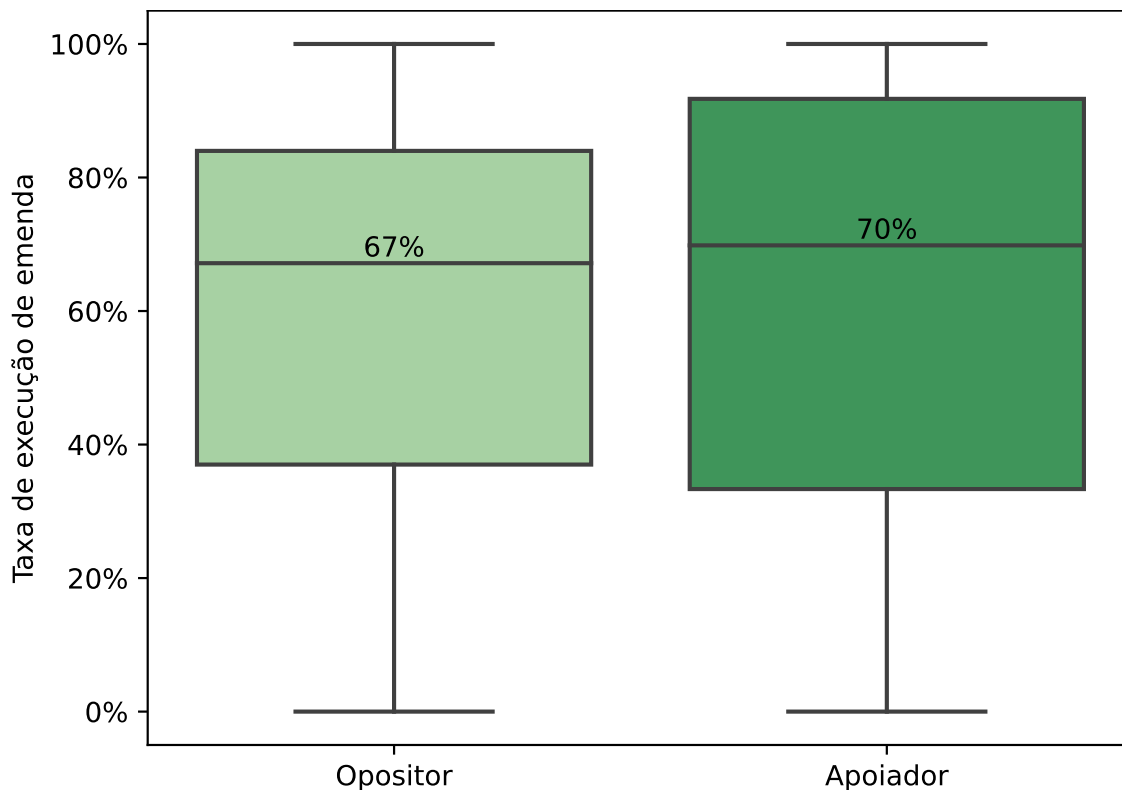
Segundo o teste qui-quadrado (Figura 77), na comparação entre a proporção esperada, que é de 56%,¹⁸ e a proporção observada, que é de 60%, não há significância estatística suficiente para se dizer que houve sobre ou sub-representação de aliados no grupo dos maiores executores pelo critério de coalizão formal ($p\text{-value} = 0,37$).

4.8.4 Análise por apoio efetivo

Os resultados do ano até agora mostram não haver favorecimento dos aliados formais, *i.e.*, membros da coalizão. Falta agora averiguar se a isonomia também se aplica quando analisados os aliados efetivos, *i.e.*, aqueles que de fato votaram mais com o governo.

¹⁸ 56% das amostras em 2017 estão em partidos da coalizão.

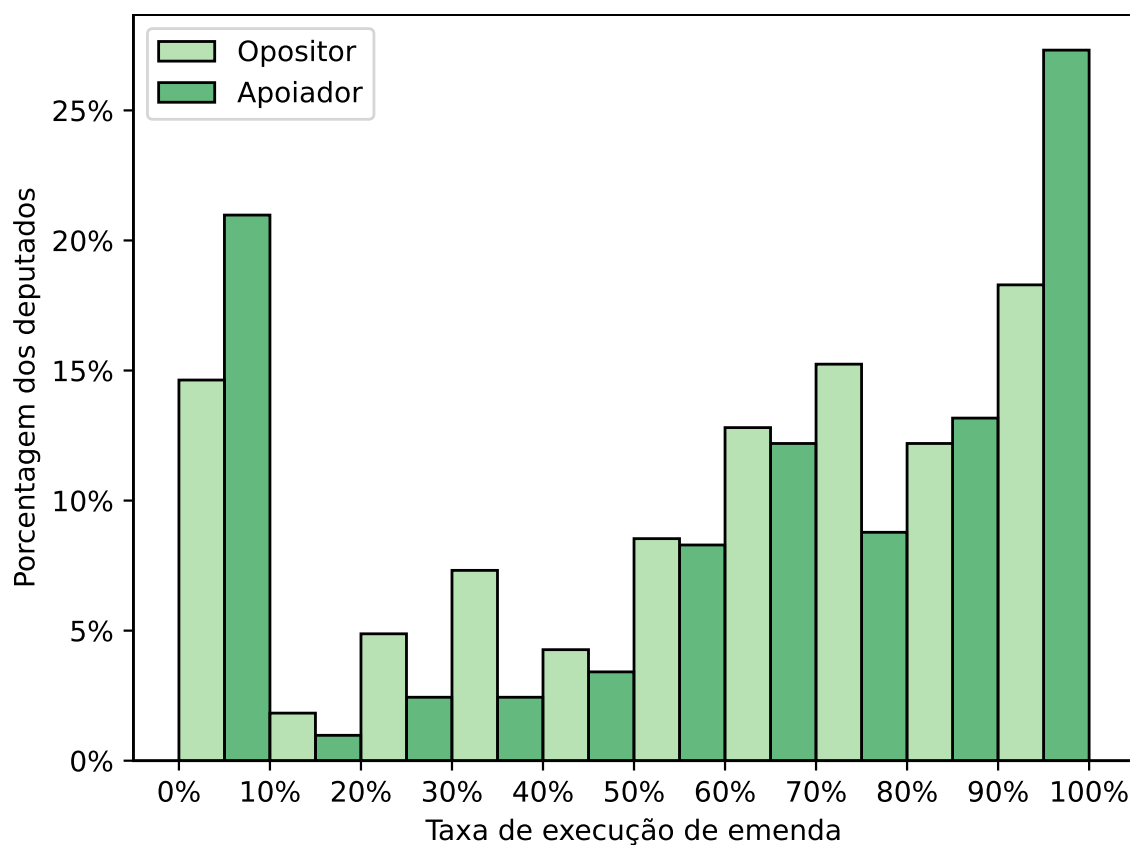
Figura 78 – Boxplot de execução orçamentária 2017



Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Pelo teste U, desta vez comparando os 205 maiores apoiadores do governo com os 164 maiores opositores do governo — mantendo paralelismo com número de deputados divididos conforme coalizão —, resulta que a probabilidade de execução de emenda não é diferente quando comparados apoiadores efetivos com opositores efetivos ($p\text{-value} = 0,29$). De fato, olhando a Figura 78, percebe-se discreta vantagem dos apoiadores na distribuição de execução, mas não o suficiente para acusar significância estatística.

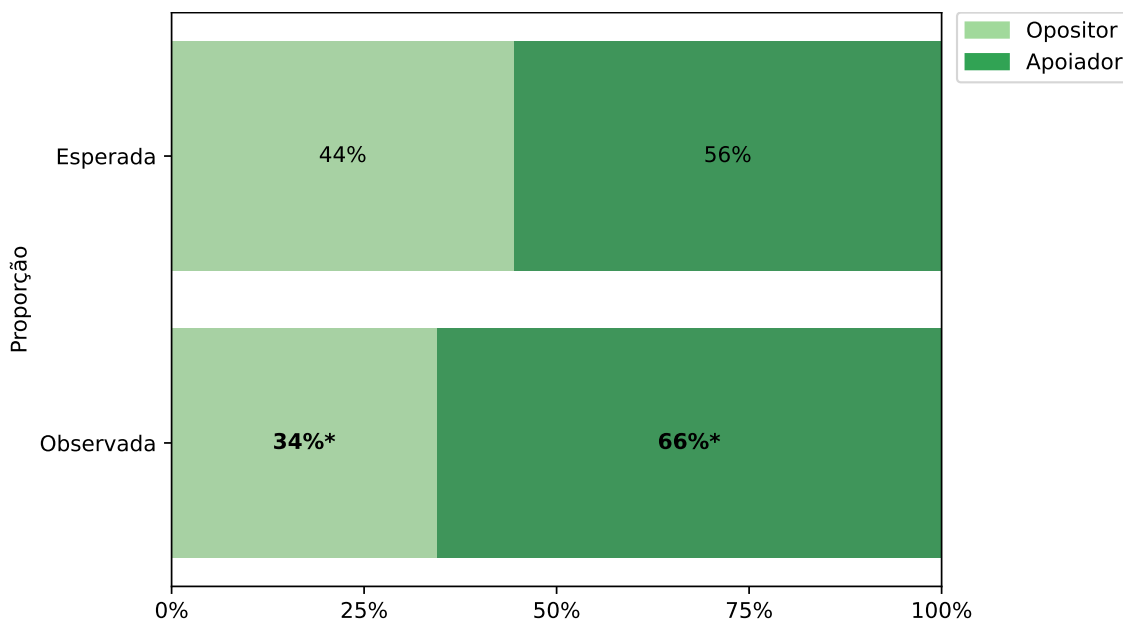
Figura 79 – Histograma comparada de execução de emenda 2017



Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

O histograma na Figura 79 mostra por que os apoiadores efetivos mostraram pequena vantagem na taxa de execução de emenda: na faixa mais alta de execução, *i.e.*, de 90% a 100%, a vantagem dos aliados efetivos sobre os opositores efetivos é considerável.

Figura 80 – Proporção de deputados entre os maiores executores de emenda 2017



Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

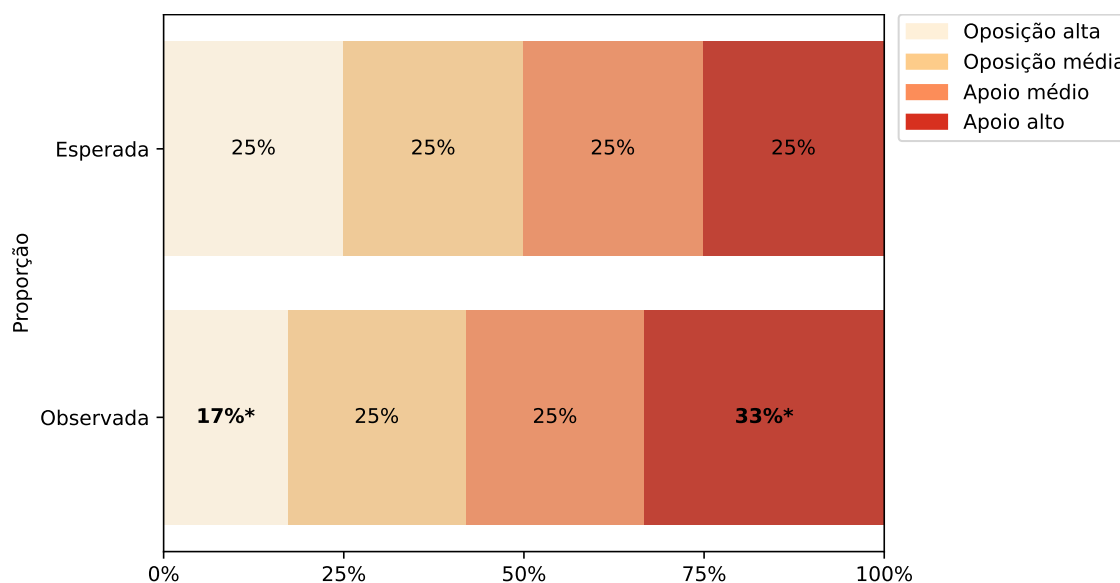
Nota: * resultado com $p\text{-value} < 0,1$.

No teste qui-quadrado (Figura 80), a proporção observada de 66% é superior à proporção esperada de 56%,¹⁹ a ponto de haver significância estatística suficiente para se dizer que há sobre-representação de aliados efetivos no grupo dos maiores executores de emenda ($p\text{-value} = 0,05$).

4.8.5 Análise por categorias de votante

¹⁹ 56% das amostras em 2017 estão em partidos da coalizão.

Figura 81 – Proporção de deputados entre os maiores executores de emenda 2017

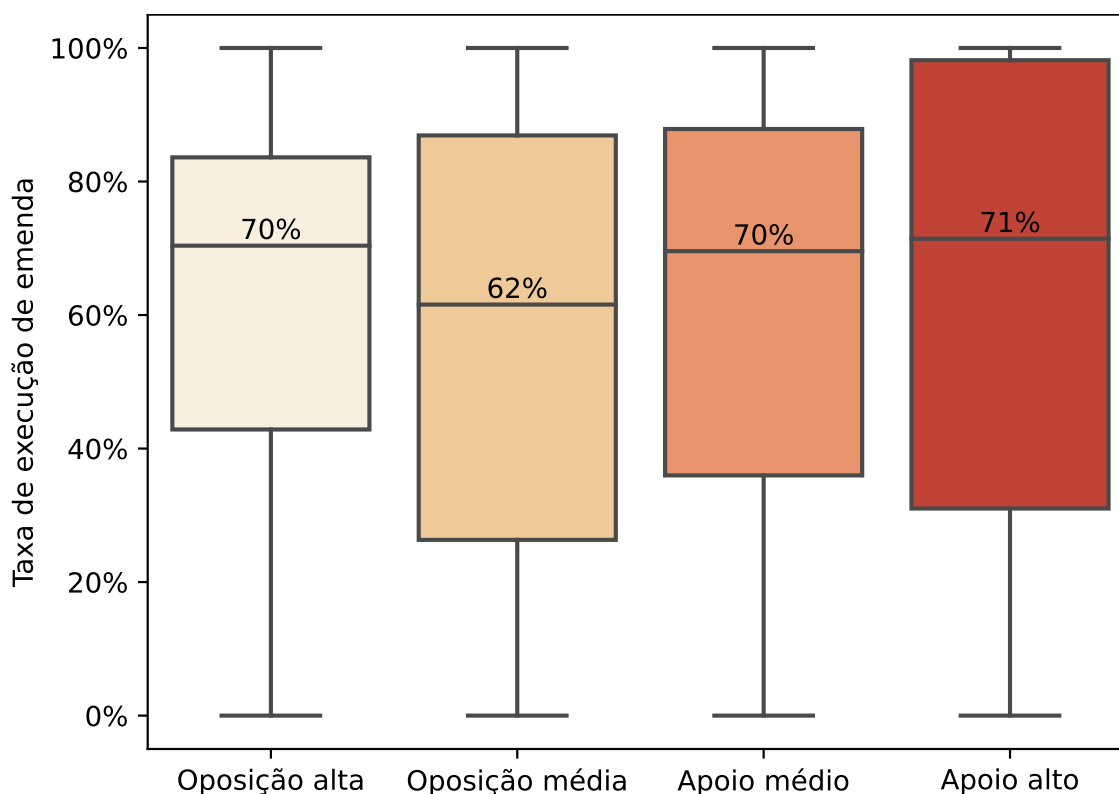


Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Nota: * resultado com $p\text{-value} < 0,1$.

Ainda com base em apoio efetivo, mas com maior granularidade, a Figura 81, no teste qui-quadrado, acusa significância estatística tanto para sub-representação de quem fez 'Oposição alta' ($p\text{-value} = 0,08$) quanto para sobre-representação de quem deu 'Apoio alto' ($p\text{-value} = 0,07$).

Figura 82 – Boxplot de execução orçamentária 2017



Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Curiosamente, em que pese as categorias ‘Oposição alta’ e ‘Apoio alto’ terem apresentado divergência estatisticamente significativa no teste qui-quadrado para averiguar representação no grupo dos grandes executores de emenda, quando essas duas categorias são comparadas no geral — incluindo, portanto, todas as faixas de execução, e não apenas o topo —, usando o teste U de Mann-Whitney, vê-se que não há diferenças em suas probabilidade de execução ($p\text{-value} = 0,55$). Tal achado é confirmado visualmente no *boxplot* da Figura 82, em que vemos medianas muito próximas entre as duas categorias (70% e 71%).

4.8.6 Síntese de 2017

Os resultados de 2017 quebram a expectativa criada pelos resultados obtidos desde 2014, que foi o ano da introdução da emenda impositiva. Até então, de 2014 a 2016, não foram detectados em nenhum dos testes quaisquer tipos de favorecimento aos aliados, formais ou efetivos, havendo, inclusive, instâncias de desfavorecimento daqueles que apoiaram o governo efetivamente, como visto em 2014 (Figuras 50 e 51).

Tais achados davam a crer que o cumprimento da execução equitativa — assim como foi nos anos de 2014, 2015 e 2016 — persistiria, até que a análise de 2017 quebra esse histórico ao revelar que, no grupo dos grandes executores, há sobre-representação dos aliados efetivos. Interessantemente esse favorecimento não se estende aos aliados formais, *i.e.*, aqueles pertencentes à

coalizão formal, dando, em 2017, a vitória ao modelo representativo distributivista no embate com o modelo representativo partidarista.

De fato, evidências de execução não equitativa, mesmo após implementação da emenda impositiva, já foram detectadas nos trabalhos referenciados na seção 2.6, mas é importante dissecar o fenômeno e ver como ele se diferencia em relação aos anos prévios à emenda impositiva. Para isso, a próxima seção irá resumir os resultados de execução orçamentária num quadro geral para que a comparação possa ser feita lado a lado, e ano a ano.

4.9 Síntese geral da execução orçamentária

Figura 83 – Apoio legislativo resulta em execução orçamentária:

	Sem emenda impositiva				Com emenda impositiva			
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Correlação: por partido	Maior **	Maior **	Maior .	Maior *	Indiferente	Indiferente	Indiferente	Indiferente
MWU: oposição alta vs. apoio alto	Maior **	Indiferente	Maior *	Maior *	Indiferente	Indiferente	Indiferente	Indiferente
MWU: fora vs. dentro da coalizão	Maior **	Indiferente	Maior **	Maior .	Indiferente	Indiferente	Indiferente	Indiferente
MWU: opositor vs. apoiador	Maior **	Indiferente	Maior *	Maior .	Menor .	Indiferente	Indiferente	Indiferente
X ² : categorias de votante	Maior **	Indiferente	Indiferente	Indiferente	Menor *	Indiferente	Indiferente	Maior .
X ² : fora e dentro da coalizão	Maior **	Indiferente	Indiferente	Indiferente	Indiferente	Indiferente	Indiferente	Indiferente
X ² : opositor e apoiador	Maior **	Indiferente	Indiferente	Indiferente	Indiferente	Indiferente	Indiferente	Maior .

Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Nota: ** resultado com $p\text{-value} < 0,01$.

* resultado com $p\text{-value} < 0,05$.

. resultado com $p\text{-value} < 0,10$.

A Figura 83 mostra de maneira comparativa os resultados de cada teste realizado em cada ano. Células verdes indicam que há significância estatística para se afirmar que houve favorecimento de aliados, enquanto células em salmão indicam que há significância estatística para se afirmar que houve o desfavorecimento. A intensidade da cor e os símbolos **, * e . refletem a magnitude do $p\text{-value}$ encontrado. Já as células cinzas indicam resultado de teste sem significância estatística, ou seja, sem evidências de que há favorecimento ou desfavorecimento de aliados.

Em 2010, o favorecimento aos aliados, formais e efetivos, não apenas era geral (todos os testes apontaram significância estatística) como também explícita e evidente (pode-se afirmar com bastante confiança dado que todos os $p\text{-values}$ encontrados estão abaixo de 0,01). A depender do presidente da República ou da situação econômica do País, o mesmo padrão pode não se repetir, como se vê em 2011 a 2013: o favorecimento a aliados não mais é extensivo, dado que em alguns testes não foi encontrada significância estatística. Mesmo assim, em todos os anos em que não vigorava ainda a emenda impositiva, a discriminação poderia ser detectada na dimensão

partidária ao se calcular a correlação de taxa de governismo e taxa de execução de emenda agrupada por partido.

Já nos anos em que vigorou a emenda impositiva, a discriminação na dimensão partidária não é mais detectada, e o padrão para esses anos é de que não há mais favorecimento aos aliados. No entanto, 2017 mostra que ainda há espaço para se premiar os aliados efetivos, mas essa benesse ocorre de forma discreta e pontual para alguns dos correligionários e não de forma geral, como foi de 2010 a 2013.

Para explorar melhor a diferença entre o resultado apontando favorecimento em 2017 e o de anos anteriores à emenda impositiva, é vantajoso refletir novamente sobre a natureza dos testes feitos. Se o resultado positivo veio dos testes qui-quadrado (χ^2) — como foi em 2010 e 2017 —, pode-se dizer que alguns deputados aliados tiveram alta execução relativa; enquanto, se o resultado positivo veio dos testes U de Mann-Whitney (MWU) — como foi em 2010, 2012 e 2013 —, sugere-se que os aliados em conjunto tiveram alguma vantagem, não importa se grande ou pequena. Já o resultado positivo no teste de correlação por partido — como foi de 2010 a 2013 — revela se há favorecimento sistemático e partidário de aliados na execução de emendas individuais.

A partir dos resultados consolidados de execução orçamentária (Figura 83), é possível afirmar que anos prévios à emenda impositiva apresentam padrões distintos aos dos anos após a emenda impositiva. Naqueles primeiros, o favorecimento a aliados é no atacado, geral e evidente (2010 a 2013); enquanto, nestes últimos, não há, como regra, beneficiamento (2014 a 2016), mas, na exceção (2017), o favoritismo ocorreu no varejo, de forma pontual e discreta, em apenas um dos sete testes estabelecidos e num ano em que apoiadores e opositores tiveram mediana alta de execução: 70% e 67% respectivamente.

Quanto ao debate sobre qual modelo representativo prevalece na execução de emendas individuais, se é o distributivo ou o partidário, tal confronto só pôde ser medido nos anos em que foi confirmada a presença de favorecimento individual aos apoiadores efetivos e/ou formais, para que a intensidade de cada tipo pudesse ser comparada. Atendem a esse critério os anos de 2010, 2012, 2013 e 2017; mas não 2011 porque em 2011 não foi detectado favorecimento na dimensão individual. Em 2010 se mostrou mais presente o fator distributivista; em 2012 venceu o fator partidarista; em 2013 ambos os fatores tiveram efeitos equivalentes; e, em 2017, o fator distributivista é o único detectado, dando-lhe a vitória nesse ano. Assim, em resumo e dentro do escopo trabalhado, pode-se dizer que as evidências favorecem mais o modelo distributivista, mas a diferença não é grande, dado o placar de 2 a 1, com um empate no meio.

4.10 Execução financeira de 2010 a 2017

Diferentemente do estudo da execução orçamentária das seções anteriores — em que foi feita discussão completa de todos os testes de todos os anos, culminando em um resultado

consolidado final — o estudo da execução financeira começará com o resultado consolidado final e discutirá, individualmente, apenas os testes que encontraram algum achado relevante.

Isso se dá porque: 1) dos 56 testes feitos,²⁰ apenas 4 tiveram significância estatística; e 2) a discussão de um resultado nulo se aplica a todos os outros, sendo desnecessário repeti-la. De qualquer maneira, os gráficos de todos os testes para execução financeira podem ser consultados no Apêndice A.

Figura 84 – Apoio legislativo resulta em execução financeira:

	Sem emenda impositiva					Com emenda impositiva		
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Correlação: por partido	Indiferente	Indiferente	Indiferente	Indiferente	Indiferente	Indiferente	Indiferente	Indiferente
MWU: oposição alta vs. apoio alto	Indiferente	Menor .	Indiferente	Indiferente	Indiferente	Indiferente	Menor *	Indiferente
MWU: fora vs. dentro da coalizão	Indiferente	Indiferente	Indiferente	Indiferente	Indiferente	Indiferente	Indiferente	Indiferente
MWU: opositor vs. apoiador	Maior .	Indiferente	Indiferente	Indiferente	Indiferente	Indiferente	Indiferente	Indiferente
X ² : categorias de votante	Indiferente	Indiferente	Indiferente	Indiferente	Indiferente	Indiferente	Indiferente	Indiferente
X ² : fora e dentro da coalizão	Indiferente	Indiferente	Indiferente	Indiferente	Indiferente	Indiferente	Indiferente	Indiferente
X ² : opositor e apoiador	Indiferente	Indiferente	Indiferente	Indiferente	Indiferente	Indiferente	Indiferente	Indiferente

Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Nota: * resultado com $p\text{-value} < 0,05$.

. resultado com $p\text{-value} < 0,10$.

A Figura 84 mostra de forma resumida que, apesar de uma exceção localizada, a regra, tanto nos anos anteriores à emenda impositiva, quanto nos anos posteriores, é de não haver favorecimento na execução financeira para aqueles que apoiam o governo nas votações nominais, havendo inclusive instâncias em que eles são desfavorecidos. Tal resultado surpreende, mas pode ser explicado.

O cidadão comum habituado a ler nos jornais sobre ‘liberação de verbas’ em troca de apoio legislativo é levado a crer que essa etapa envolve o desembolso financeiro, quando, na verdade, se trata da fase de empenho apenas,²¹ ou seja, há confusão entre execução orçamentária e execução financeira nos meios leigos. Já no meio acadêmico também há confusão, mas por outro motivo: estudos que encontraram discriminação política integral na execução financeira não isolaram o efeito da discriminação na fase anterior, *i.e.*, na execução orçamentária, o qual, naturalmente, se refletirá nos valores finais de pagamento.

No presente trabalho, devido à forma como foram modeladas a taxa de execução orçamentária e a taxa de execução financeira (ver Equação 3.1 e Equação 3.2), os efeitos políticos numa fase são separados da outra, por isso não foi encontrado, como regra, favorecimento de aliados na execução financeira. Em resumo, pode-se dizer que, nos anos anteriores à emenda

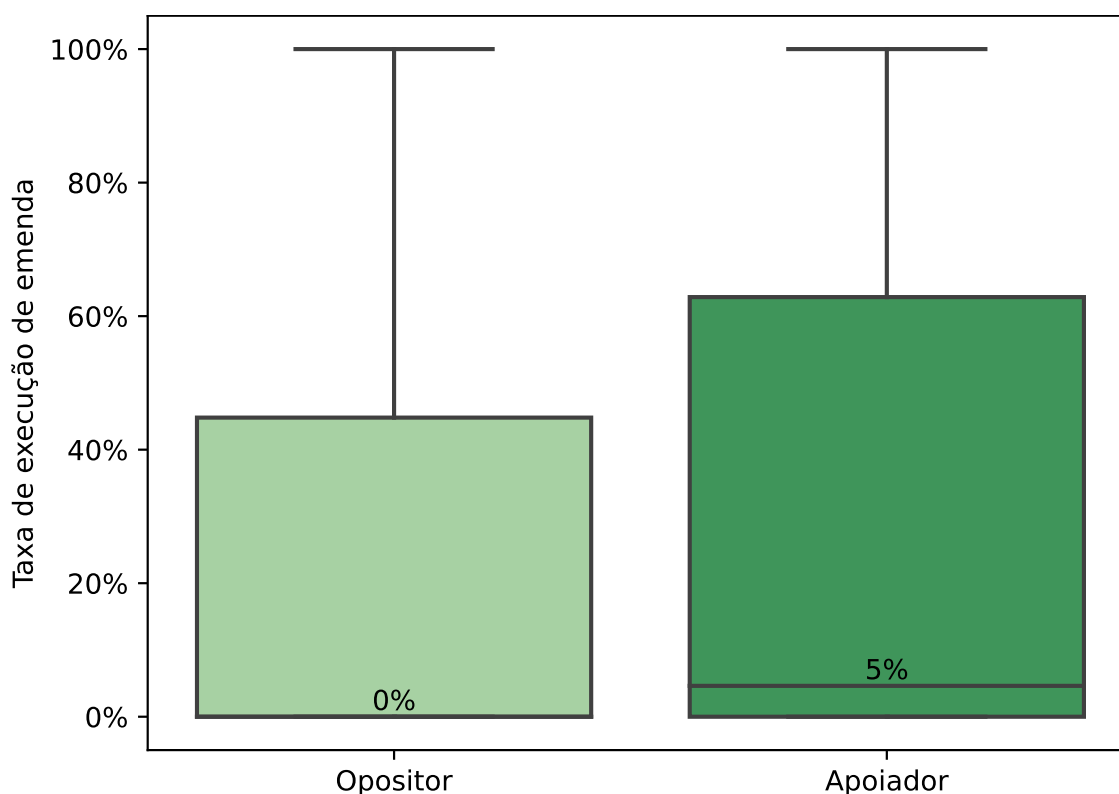
²⁰ 7 testes para cada um dos 8 anos do escopo.

²¹ Ver, por exemplo, <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/05/31/em-um-dia-governo-libera-r-17-bilhao-em-emendas-para-a-camara.ghtml>

impositiva, não há discriminação política geral na execução financeira de forma líquida (*net effect*), mas pode haver a discriminação geral de forma bruta (*gross effect*), herdada da execução orçamentária.

Quanto ao debate sobre qual modelo representativo prevalece na execução financeira de emendas individuais, se é o distributivo ou o partidário, tal embate, dentro do escopo temporal de 8 anos, só pôde ser medido em 2010,²² com vitória do distributivismo uma vez que só foi detectado favorecimento dos aliados efetivos, mas não dos aliados formais.

Figura 85 – Boxplot de execução financeira 2010



Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

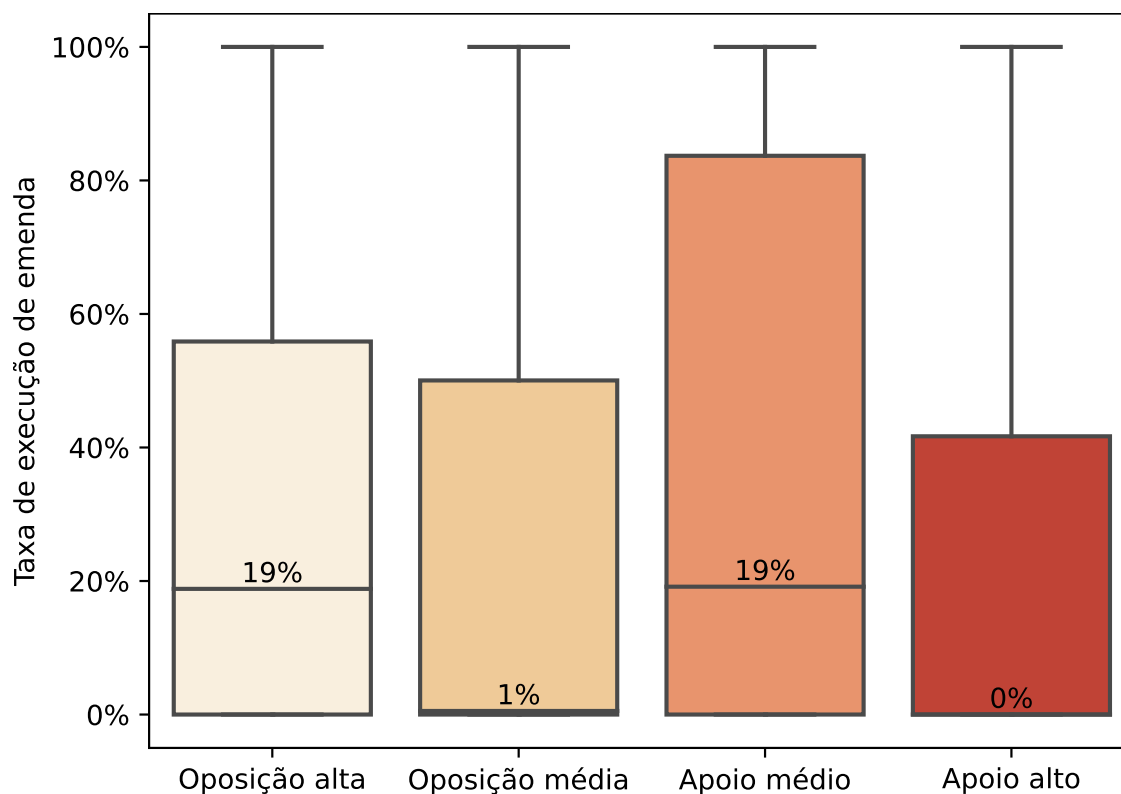
Uma vez determinado que é indiferente a execução financeira com base em apoio legislativo na maioria dos testes (Figura 84), passa-se à discussão dos testes com significância estatística. Começando por Figura 85: fazendo o teste U comparando os 295 maiores apoiadores do governo com os 175 maiores opositores do governo em 2010 — mantendo paralelismo com número de deputados divididos conforme coalizão —, resulta que a probabilidade de execução de emenda é maior para apoiadores efetivos do que para opositores efetivos ($p\text{-value} = 0,09$). O achado é visualmente perceptível dado que a mediana e o terceiro quartil dos apoiadores é superior aos dos opositores.

Tal resultado é exceção à regra geral de que não há vantagem aos apoiadores na execução financeira, e, ainda assim, os dados no todo dão confiança suficiente para se afirmar pela ausência

²² 2010 foi o único ano em que foi detectado favorecimento individual de aliado na execução financeira.

de favorecimento na generalidade, porque a exceção encontrada, além de única, também é localizada. Mais ainda, a métrica que mensura discriminação sistemática e partidária, *i.e.*, correlação de taxa de governismo e taxa de execução de emenda agrupada por partido, resultou em negativo para todos os anos do escopo temporal.

Figura 86 – Boxplot de execução financeira 2011



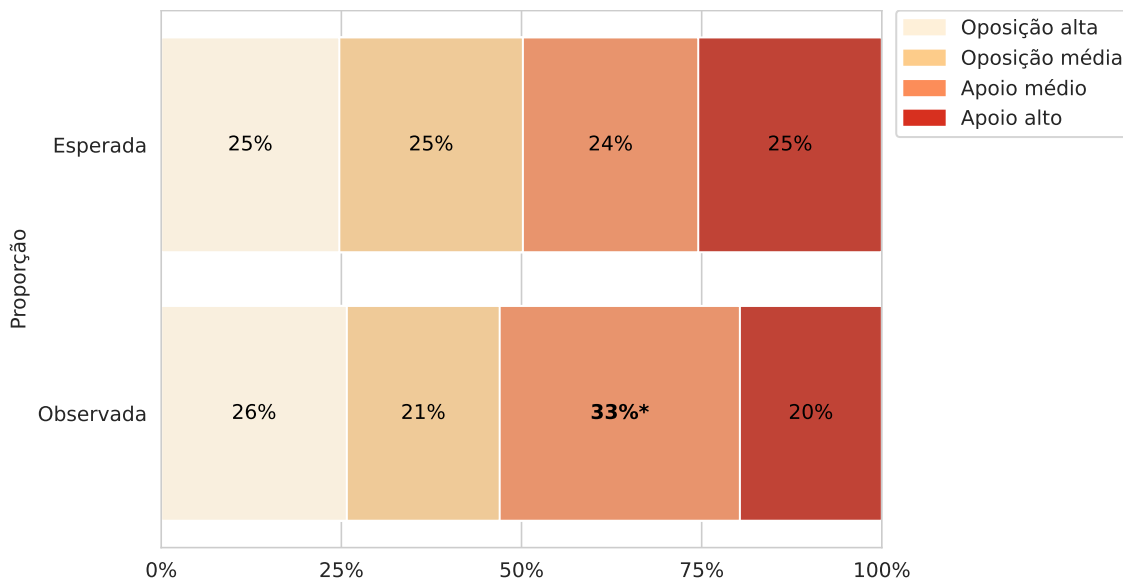
Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Quanto à Figura 86, é bastante visível o desfavorecimento que se dá àqueles mais próximos ao governo em 2011: enquanto a ‘Oposição alta’ obteve mediana de 19% na taxa de execução financeira, ‘Apoio alto’ obteve mediana de 0%, ou seja, metade dos maiores apoiadores tiveram execução financeira nula. Pelo teste U, é verificada, com significância estatística (p -value = 0,09), maior probabilidade de execução para o grupo dos opositores mais aferrados em comparação aos aliados mais ferrenhos.

Em seguida, baseado em apoio efetivo com maior granularidade, a Figura 87, no teste qui-quadrado, acusa significância estatística para sobre-representação de quem deu ‘Apoio médio’ (p -value = 0,09) no grupo dos maiores executores financeiros em 2011, mas, como esse alargamento se deu principalmente às custas de quem deu ‘Apoio alto’, não se pode dizer que houve favorecimento dos aliados como todo. Por isso, o resultado consolidado da execução financeira (Figura 84), para o resultado de χ^2 : categorias de votante do ano de 2011, aponta que apoio legislativo resulta em execução financeira ‘Indiferente’.

Por fim, a Figura 88 de 2016 repete o resultado de 2011, em que, quem fez ‘Oposição

Figura 87 – Proporção entre os maiores executores financeiros 2011

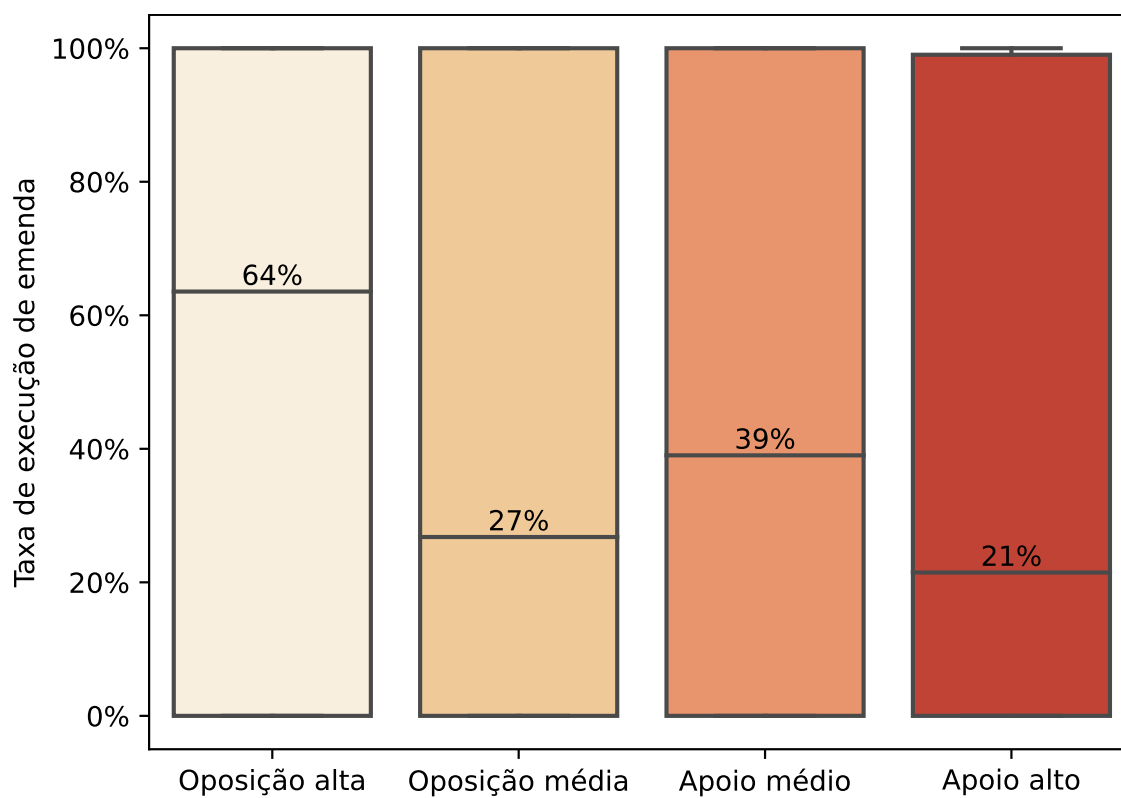


Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Nota: * resultado com $p\text{-value} < 0,1$.

alta' obteve, pelo teste U, maior probabilidade de execução financeira do que quem deu 'Apoio alto' ($p\text{-value} = 0,03$). A diferença é que 2016 está sob a vigência da emenda impositiva e, por isso, se vê que a variância de execução financeira no intervalo interquartil é bem maior, indo de praticamente 0% a praticamente 100% para todas as categoriais, sugerindo que, de fato, a obrigatoriedade da execução financeira foi respeitada, mas não a execução equitativa, visto que quem deu 'Apoio alto' foi desprestigiado.

Figura 88 – Boxplot de execução financeira 2016



Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

5 CONCLUSÃO

Discutidos os resultados, passa-se à confrontação destes com as hipóteses formuladas na Metodologia. A Hipótese 1 — a qual enuncia que apoio legislativo alto reflete em maior execução de emenda nos anos anteriores ao orçamento impositivo (2010-2013) — se confirmou. Em 2010, o favorecimento aos aliados, formais e efetivos, não apenas foi geral (todos os testes apontaram significância estatística) como também explícita e evidente (pode-se afirmar com bastante confiança dado que todos os *p-values* encontrados estão abaixo de 0,01). A depender do presidente da República ou da situação econômica do País, o mesmo padrão pode não se repetir, como se viu em 2011 a 2013: o favorecimento a aliados não é mais extensivo, dado que em alguns testes não foi encontrada significância estatística. Mesmo assim, em todos os anos anteriores à emenda impositiva, a discriminação foi detectada na dimensão partidária.

No que concerne a Hipótese 2 — a qual enuncia que apoio legislativo alto não reflete em maior execução de emenda nos anos com orçamento impositivo (2014-2017) —, os resultados sugerem que a hipótese se confirmou em boa parte, mas não totalmente. Nos anos com emenda impositiva, a discriminação na dimensão partidária não é mais detectada, e o padrão para esses anos é de que não há mais favorecimento aos aliados no atacado. No entanto, 2017 mostra que ainda há espaço para se premiar os aliados efetivos, mas essa benesse ocorre no varejo, de forma discreta e pontual, para alguns dos correligionários e não de forma geral, como foi de 2010 a 2013.

Já a Hipótese 3 — a qual enuncia que barganha para obtenção de execução de emenda é mais detectável quando a moeda de troca é apoio efetivo (esfera individual) do que quando é apoio formal (esfera coletiva-partidária) — se confirmou, mas não de forma certa e nem definitiva. Dentro dos quatro anos em foi detectado favorecimento individual para apoiador efetivo e/ou formal, *i.e.*, anos em que a comparação para averiguar Hipótese 3 pode ser feita, em 2010 e 2017 prevaleceu o modelo representativo distributivista, em que voto individual do deputado a favor do governo foi mais vantajoso; em 2012 predominou o modelo representativo partidarista, em que fazer parte de partido da base do governo rendeu mais execução; e, em 2013, houve empate entre as duas vertentes. Assim, os resultados apontam para leve vantagem do distributivismo com placar de 2 a 1, incluindo um empate no meio, mas não o suficiente para se afirmar que um dos modelos prevalece de forma consistente sobre o outro.

As conclusões obtidas acima são válidas para a execução orçamentária. Para execução financeira, conforme debatido na seção 4.10, valores pagos para emendas, incluindo restos a pagar, por si só e isolados dos efeitos políticos provenientes da execução orçamentária, não demonstraram haver, como regra, favorecimento de aliados, mesmo nos anos anteriores à emenda impositiva. Dessa forma, para a execução financeira, Hipótese 1 não se confirmou em regra,

apesar de ter apresentado favorecimento localizado em 2010; Hipótese 2 se confirmou; e Hipótese 3, no único exercício em que se poderia testá-la de um total de oito analisados, se mostrou válida.

Uma vez testadas as hipóteses e obtidas as conclusões, convém explorar o mérito e também as limitações do presente trabalho. De positivo, a metodologia, por propor sete testes diferentes por ano, permitiu identificar nuances que teriam escapado se fosse adotado apenas um teste. Como exemplo, pode-se citar o resultado de 2017, em que foi detectado favorecimento a aliados, mas o caráter e a dimensão desse fenômeno são distintos ao dos anos sem emenda impositiva. Essa visão multi-graduada permite ao analista perceber que respostas binárias — como ‘sim’ ou ‘não’ — são insuficientes para entender o tema, e que as conclusões estudadas na Revisão literária são apenas conflitantes quando o resultado da pesquisa precisa ser resumido em uma linha. Dessa maneira, espera-se que a presente dissertação tenha contribuído para fornecer mais perspectivas para a questão.

No tocante às insuficiências, as quais ficam como propostas de estudos posteriores, temos:

- a pesquisa detectou relação entre execução de emenda e apoio legislativo, mas não procurou estabelecer se uma dessas ações precede a outra;
- a revisão literária e a contextualização do tema não mencionou o impacto do Mensalão e da expectativa pelo financiamento público de campanha eleitoral na implantação da emenda impositiva;
- a discussão dos resultados não abordou o nível de execução das emendas individuais do partido do governo, o qual, por não liderar as médias de execução, dá indícios de que membros mais proeminentes do partido podem ter seus programas de preferência acoplados aos programas orçamentários do Executivo, não necessitando dar atenção às suas emendas individuais;
- da mesma forma, não houve debate relacionando os dados encontrados com temas importantes como conexão eleitoral ou corrupção;
- o trabalho não discutiu a implantação das emendas impositivas como parte da estratégia eleitoral dos deputados incumbentes para se preservarem no cargo;
- e o escopo temporal da pesquisa não incluiu anos cujos acontecimentos podem alterar a interpretação dos resultados encontrados, tais como introdução do resultado primário 9, conhecido popularmente como “Orçamento Secreto”, e das transferências especiais, também conhecidas como “Emendas PIX”.

Caso algum interessado tenha a intenção de executar esses desdobramentos de pesquisa, o autor da presente pesquisa pode lhe dar apoio quantitativo, sem que ninguém, a exemplo do presidente da Câmara, precise ir de pires na mão mendigar dados e código-fonte.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sérgio Henrique Hudson de. Presidencialismo de coalizão: O dilema institucional brasileiro. **Dados**, v. 31, p. 5–32, 1 1988.

ALVES, Henrique Eduardo. **Discurso proferido na 119ª Sessão da Câmara dos Deputados, em 6 de maio de 2014, sobre a Proposta de Emenda à Constituição Nº 358, de 2013**. Câmara dos Deputados: Brasília, 2014a. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD0020140507000640000.PDF#page=181>. Acesso em: 17 ago. 2022.

ALVES, Henrique Eduardo. **Discurso proferido na 292ª Sessão da Câmara dos Deputados, em 16 de dezembro de 2014, sobre a Proposta de Emenda à Constituição Nº 358-B, de 2013**. Câmara dos Deputados: Brasília, 2014b. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD0020141217001950000.PDF#page=186>. Acesso em: 17 ago. 2022.

AMES, Barry. **The deadlock of democracy in Brazil**. Ann Arbor [Mich.]: University of Michigan Press, 2001. ISBN 9780472089048.

AMES, Barry; PEREIRA, Carlos; RENNÓ, Lucio. Famintos por pork. *In*: POWER, Timothy Joseph; ZUCCO JR., Cesar (org.). **O Congresso por ele mesmo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. P. 239–272.

BERTHOLINI, Frederico; PEREIRA, Carlos. Pagando o preço de governar: custos de gerência de coalizão no presidencialismo brasileiro. **Revista de Administração Pública**, Fundação Getúlio Vargas, v. 51, p. 528–550, 4 2017. ISSN 0034-7612. DOI: 10.1590/0034-7612154969. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/9przPh6zP4sTwMds84qcj3B/?lang=pt>.

CAPELLINI, Gustavo de Almeida. **Comportamento estratégico do Poder Executivo na execução de emendas parlamentares individuais após o orçamento impositivo**. 2018. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2018. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/96/96133/tde-01032019-112308/en.php>. Acesso em: 17 ago. 2022.

CEBRAP. **Banco de Dados Legislativos do CEBRAP**. [S. l.: s. n.], 2022. Disponível em: <https://bancodedadoslegislativos.com.br>. Acesso em: 17 ago. 2022.

CRISÓSTOMO, João Francisco Passos. **Comportamento estratégico do Poder Executivo na execução de emendas parlamentares individuais após o orçamento impositivo**. 2020. TCC (Graduação em Economia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2020. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/29050>. Acesso em: 17 ago. 2022.

CUNHA, Eduardo. **Discurso proferido na 2ª Sessão Preparatória, em 1º de fevereiro de 2015, sobre a posse como Presidente da Câmara dos Deputados**. Câmara dos Deputados: Brasília, 2015. Disponível em:

<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD0020150202000100000.PDF#page=34>.

Acesso em: 17 ago. 2022.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; LIMONGI, Fernando. Incentivos Eleitorais, Partidos e Política Orçamentária. **Dados**, v. 45, p. 303–344, 2 2002. ISSN 0011-5258. DOI:

10.1590/S0011-52582002000200005. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/dados/a/tFqDPSbVfHfXfkt8WmGMTjD/?lang=pt>.

GRATON, Luis Henrique Teixeira; BONACIM, Carlos Alberto Grespan;

SAKURAI, Sérgio Naruhiko. Práticas de barganha política por meio da execução orçamentária federal. **Revista de Administração Pública**, Fundação Getúlio Vargas, v. 54, p. 1361–1381, 5 nov. 2020. ISSN 0034-7612. DOI: 10.1590/0034-761220190399. Disponível em:

<http://www.scielo.br/j/rap/a/vRW5qtKKtnHVg3f3M485wz/?format=html&lang=pt>.

GREGGIANIN, Eugênio. **As deficiências do modelo autorizativo e as perspectivas do orçamento impositivo**: impactos das emendas orçamentárias de execução impositiva nas relações entre Poder Executivo e Legislativo da União. 2015. Dissertação (Mestrado profissional em Poder Legislativo) – Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento, Câmara dos Deputados, Brasília, 2015. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2482728.

Acesso em: 17 ago. 2022.

GUIMARÃES, André Rehbein Sathler; PERLIN, Giovana Dal Bianco; MAIA, Lincon Macário. Do presidencialismo de coalizão ao parlamentarismo de ocasião: análise das relações entre Executivo e Legislativo no governo Dilma Rousseff. *In*: PERLIN, Giovana;

SANTOS, Manoel Leonardo (org.). **Presidencialismo de coalizão em movimento**. Brasília: Edições Câmara, 2019. P. 25–59.

KELLEHER, John D.; TIERNEY, Brendan. **Data science**. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 2018. (The MIT Press essential knowledge series). ISBN 9780262535434.

LIMONGI, Fernando; FIGUEIREDO, Argelina. Processo orçamentário e comportamento Legislativo: emendas individuais, apoio ao Executivo e programas de governo. **Dados**, v. 48, p. 737–776, 4 dez. 2005. ISSN 0011-5258. DOI: 10.1590/S0011-52582005000400002.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/dPgKJBWVLQHCxmHWw9pqWBD/?lang=pt>.

PEDERIVA, João Henrique; RENNÓ, Lucio Remuzat. **Responsividade democrática no Brasil de Lula e na Argentina dos Kirchner**. Jundiaí: Paco Editorial, 2015. ISBN 9788581489063. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=z3zUzQEACAAJ>.

PEREIRA, Carlos; MUELLER, Bernardo. Comportamento Estratégico em Presidencialismo de Coalizão: As Relações entre Executivo e Legislativo na Elaboração do Orçamento Brasileiro. **Dados**, v. 45, p. 265–301, 2 2002. ISSN 0011-5258. DOI: 10.1590/S0011-52582002000200004.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/SvvxHRVpQ975Rk3WYmvvyHB/?lang=pt>.

PRAÇA, Sérgio. Corrupção e reforma institucional no Brasil, 1988-2008. **Opinião Pública**, Centro de Estudos de Opinião Pública da Universidade Estadual de Campinas, v. 17, p. 137–162, 1 2011. ISSN 0104-6276. DOI: 10.1590/S0104-62762011000100005. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/op/a/rt9WQH4WMj5MZk9vFGJ33rb/?lang=pt>.

RAILE, Eric D.; PEREIRA, Carlos; POWER, Timothy J. The Executive Toolbox: Building Legislative Support in a Multiparty Presidential Regime: <http://dx.doi.org/10.1177/1065912909355711>, SAGE Publications Sage CA: Los Angeles, CA, v. 64, p. 323–334, 2 mar. 2010. ISSN 10659129. DOI: 10.1177/1065912909355711. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1065912909355711?journalCode=prqb>.

RODRIGUES, Taíla Albuquerque. **Emendas parlamentares individuais: a relação entre os Poderes Executivo e Legislativo após a promulgação da Emenda Constitucional 86/2015**. Brasília: Conselho editorial da CONORF, 2019. (Orçamento em discussão nº 45). Disponível em: https://www12.senado.leg.br/orcamento/resultadopesquisa?tipo_estudo=orcamento-em-discussao. Acesso em: 17 ago. 2022.

SCHWARTZ, Fabiano Peruzzo; MARCIANO, João Luiz Pereira. **Análise estatística de dados com ênfase em pesquisas legislativas**. Brasília: [s. n.], 2020.

SIGA. **Sistema de Informações sobre Orçamento Federal**. [S. l.: s. n.], 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/orcamento/sigabrazil>. Acesso em: 17 ago. 2022.

SILVA, Eduardo Rodrigues da. **Presidencialismo de coalizão no Brasil: instrumentos para formação de maiorias na Câmara dos Deputados**. 2019. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/12516>. Acesso em: 17 ago. 2022.

SILVA, Fernando Veiga Barros e; BITTENCOURT, Fernando Moutinho Ramanho. **Entre o mar do “autorizativo” e a pedra do “impositivo das emendas”**: sobre a possibilidade de resgate institucional do orçamento brasileiro. Brasília: Conselho editorial da CONORF, 2019. (Orçamento em discussão nº 44). Disponível em: https://www12.senado.leg.br/orcamento/resultadopesquisa?tipo_estudo=orcamento-em-discussao. Acesso em: 17 ago. 2022.

SILVA, Paulo Roberto Ramos. **Orçamento público e político: relações institucionais sob o contexto da Emenda Constitucional do orçamento impositivo**. 2020. Dissertação (Mestrado em Gestão Econômica) – Universidade de Brasília, Brasília, 2020. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/40322>. Acesso em: 17 ago. 2022.

SOUZA, Caio Túlio Guimarães de. **Relações executivo-legislativo no presidencialismo de coalizão brasileiro: emendas individuais como ferramenta de barganha no governo Temer**. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/30895>. Acesso em: 17 ago. 2022.

TEIXEIRA FILHO, Socrates Arantes. **Emenda constitucional N° 86/2015**: impactos das emendas orçamentárias de execução impositiva nas relações entre Poder Executivo e Legislativo da União. 2020. Dissertação (Mestrado profissional em Poder Legislativo) – Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento, Câmara dos Deputados, Brasília, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9356642. Acesso em: 17 ago. 2022.

THERIAULT, Sean; HICKEY, Patrick; BLASS, Abby. Roll-Call Votes. **The Oxford Handbook of the American Congress**, Oxford University Press, mar. 2011. DOI: 10.1093/OXFORDHB/9780199559947.003.0025. Disponível em: <https://www.oxfordhandbooks.com/view/10.1093/oxfordhb/9780199559947.001.0001/oxfordhb-9780199559947-e-25>.

VOLPE, Ricardo Alberto. O papel das emendas parlamentares no presidencialismo de coalizão: análise da execução antes e após o Orçamento Impositivo (EC 86/2015). **Cadernos Aslegis**, p. 83–118, 56 2019. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/40632>.

GLOSSÁRIO

Contingenciamento

Limitação de empenho e/ou limitação de pagamento.

Hipótese 1

Apoio legislativo alto reflete em maior execução de emenda nos anos anteriores ao orçamento impositivo (2010-2013).

Hipótese 2

Apoio legislativo alto não reflete em maior execução de emenda nos anos com orçamento impositivo (2014-2017).

Hipótese 3

Barganha para obtenção de execução de emenda é mais detectável quando a moeda de troca é apoio efetivo (esfera individual) do que quando é apoio formal (esfera coletiva-partidária).

Limitação de empenho

Diferença entre a dotação autorizada e o limite de empenho; essa diferença representa o contingenciamento da despesa na fase de empenho.

Limitação de pagamento

Diferença entre o montante das autorizações LOA ou por créditos adicionais, inclusive quando as despesas correspondentes estiverem inscritas em restos a pagar) e o limite de pagamento; essa diferença representa o contingenciamento da despesa na fase de pagamento legais para que se efetuem pagamentos (na forma de dotações autorizadas pela LOA ou por créditos adicionais, inclusive quando as despesas correspondentes estiverem inscritas em restos a pagar) e o limite de pagamento; essa diferença representa o contingenciamento da despesa na fase de pagamento.

Orçamento impositivo (OI)

Torna obrigatória a execução orçamentária (empenho e liquidação) e financeira (pagamento) de forma equitativa das programações previstas na emendas ao projeto de lei orçamentária, exceto nos casos de impedimento de ordem técnica.

Taxa de execução de emenda

Proporção de valor empenhado em relação ao valor autorizado das emendas individuais de um deputado, no caso da execução orçamentária; e proporção de valor pago (incluindo restos a pagar) em relação ao valor liquidado mais restos a pagar inscrito das emendas individuais de um deputado, no caso da execução orçamentária.

Taxa de governismo

Proporção de votos a favor do governo em relação ao número de votos totais de um deputado.

Apêndices

APÊNDICE A – RESULTADOS DE EXECUÇÃO FINANCEIRA

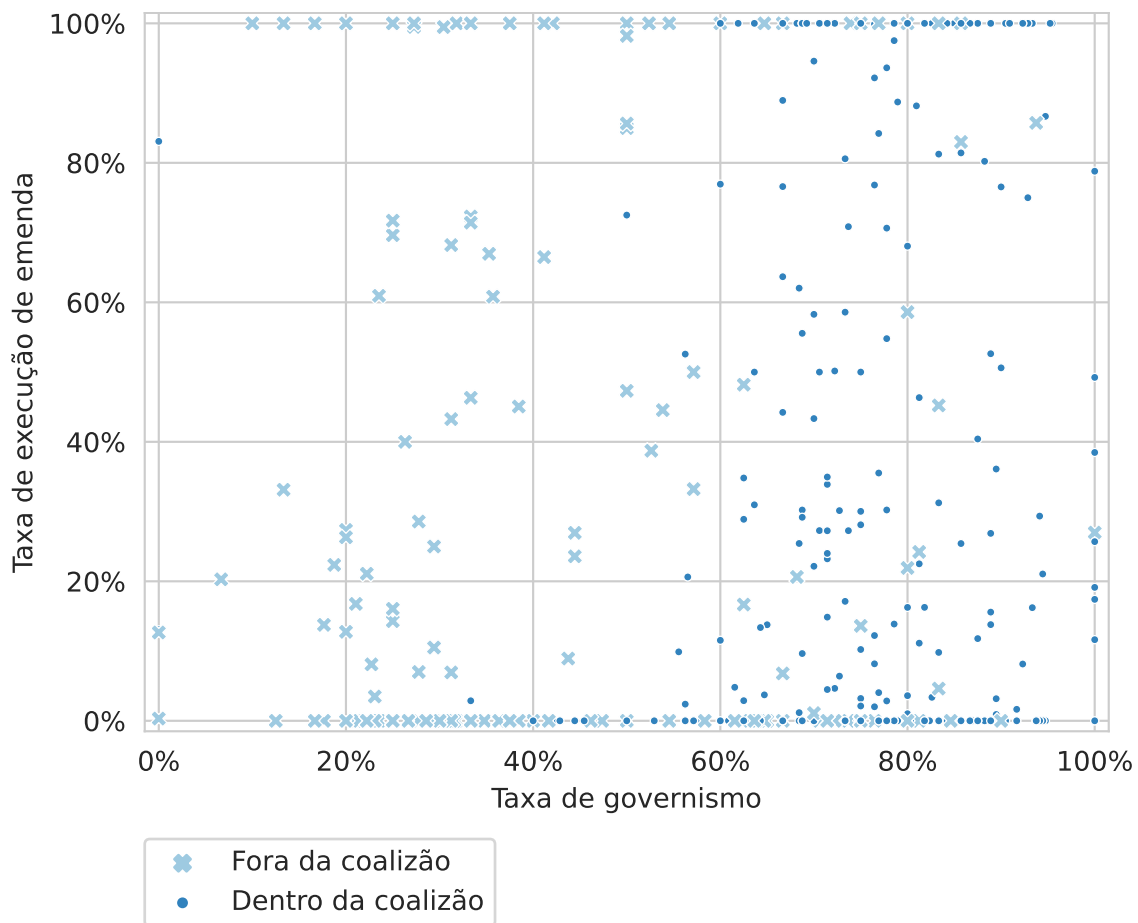
A.1 2010

Figura 89 – Deputados com execução financeira nula 2010



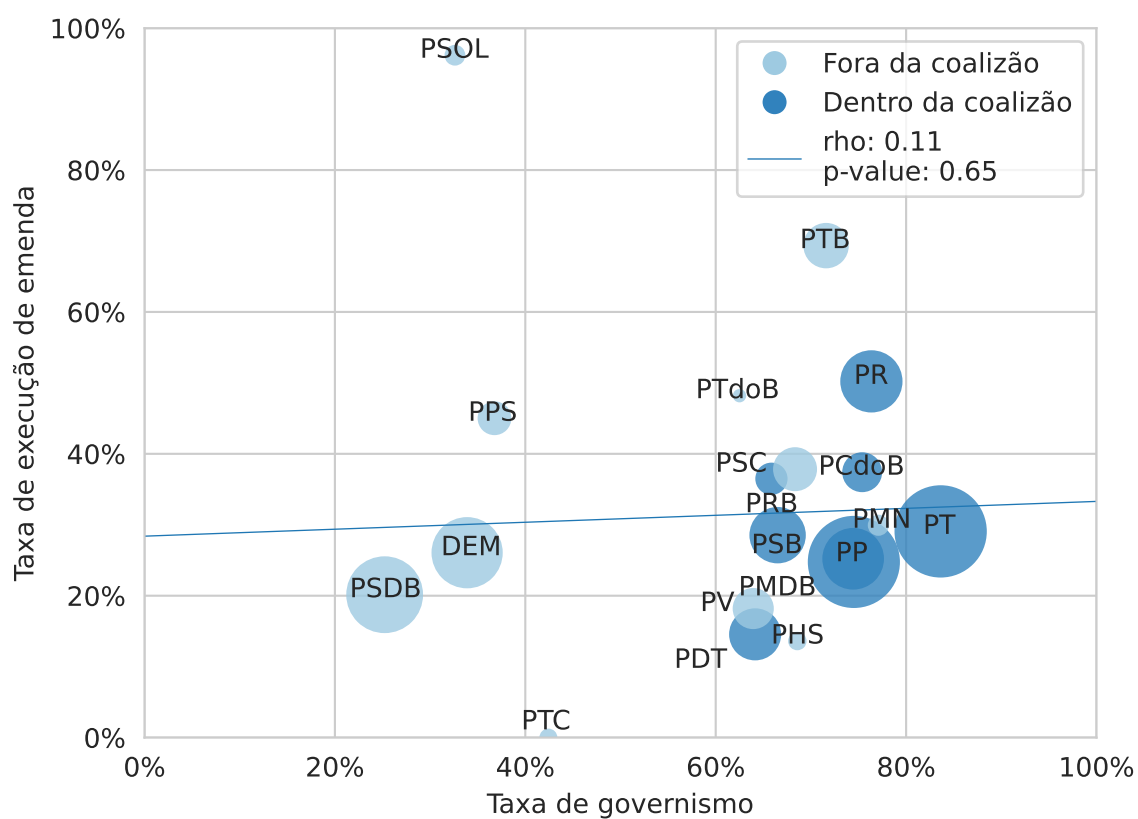
Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Figura 90 – Gráfico de dispersão de deputados 2010



Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

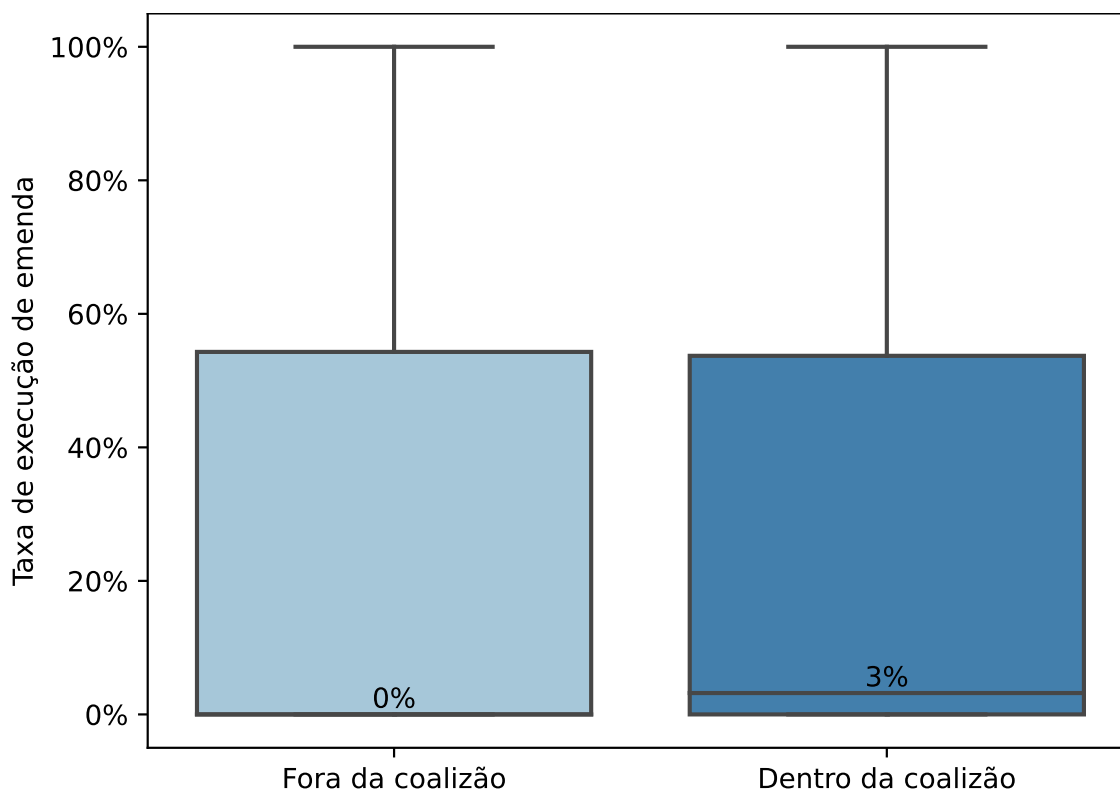
Figura 91 – Correlação entre TEE e TG agrupado por partido em 2010



Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

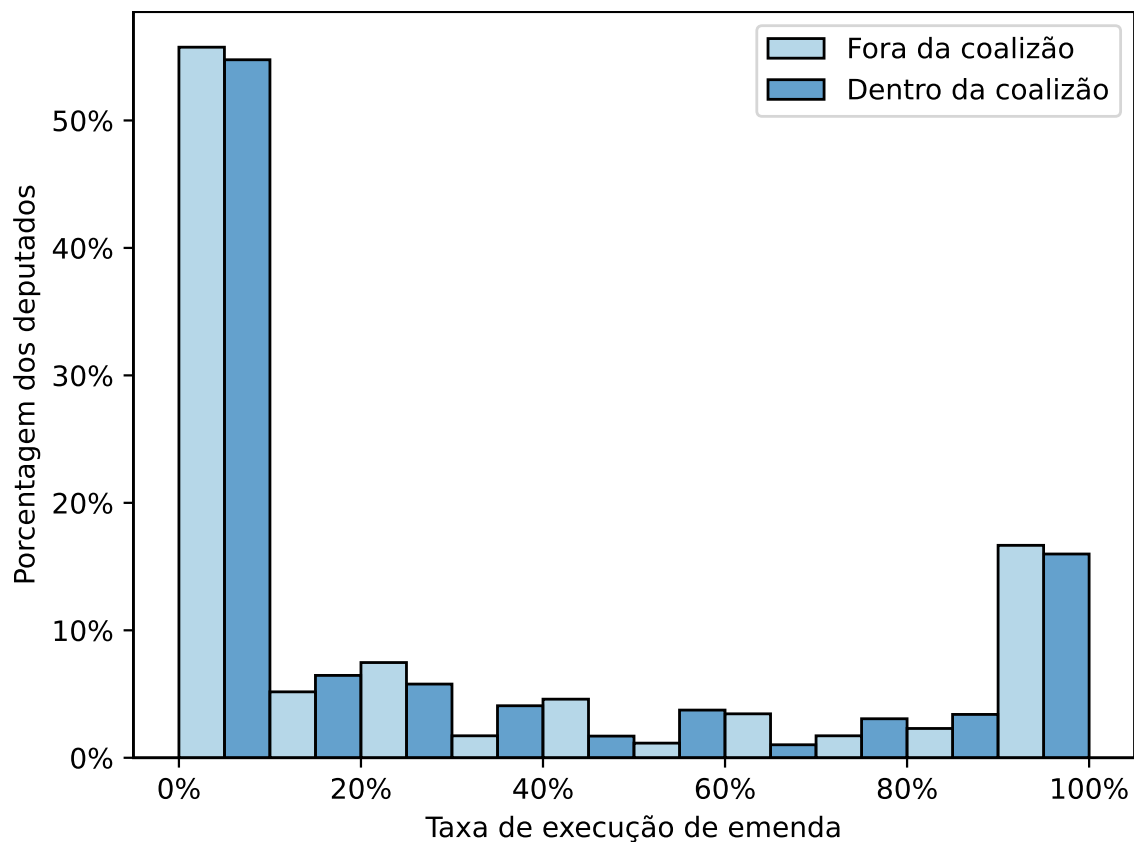
Nota: A área dos círculos é proporcional à bancada do respectivo partido.

Figura 92 – Boxplot de execução financeira 2010



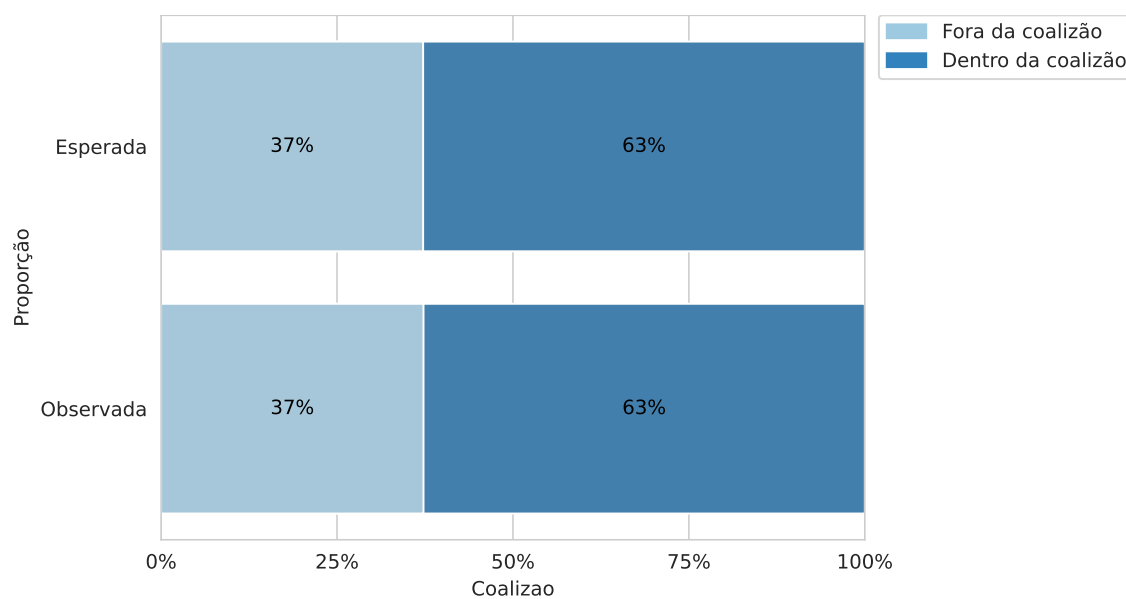
Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Figura 93 – Histograma comparada de execução de emenda 2010



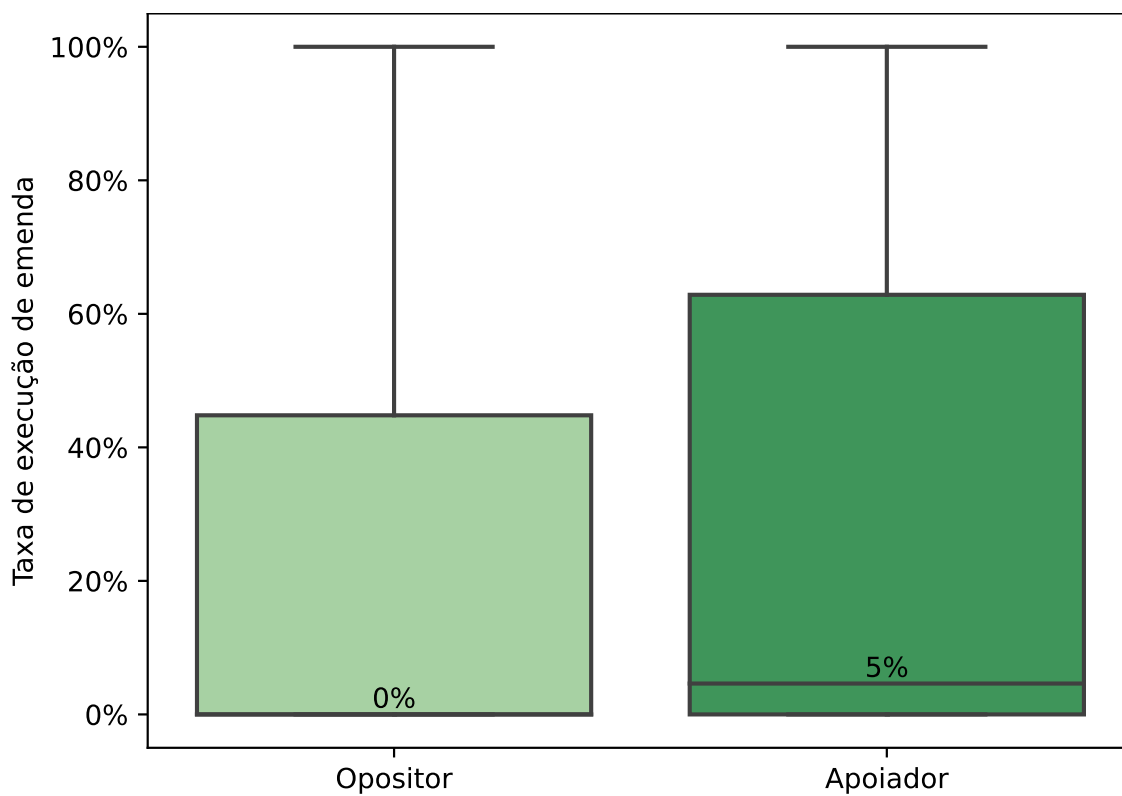
Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Figura 94 – Proporção de deputados entre os maiores executores de emenda 2010



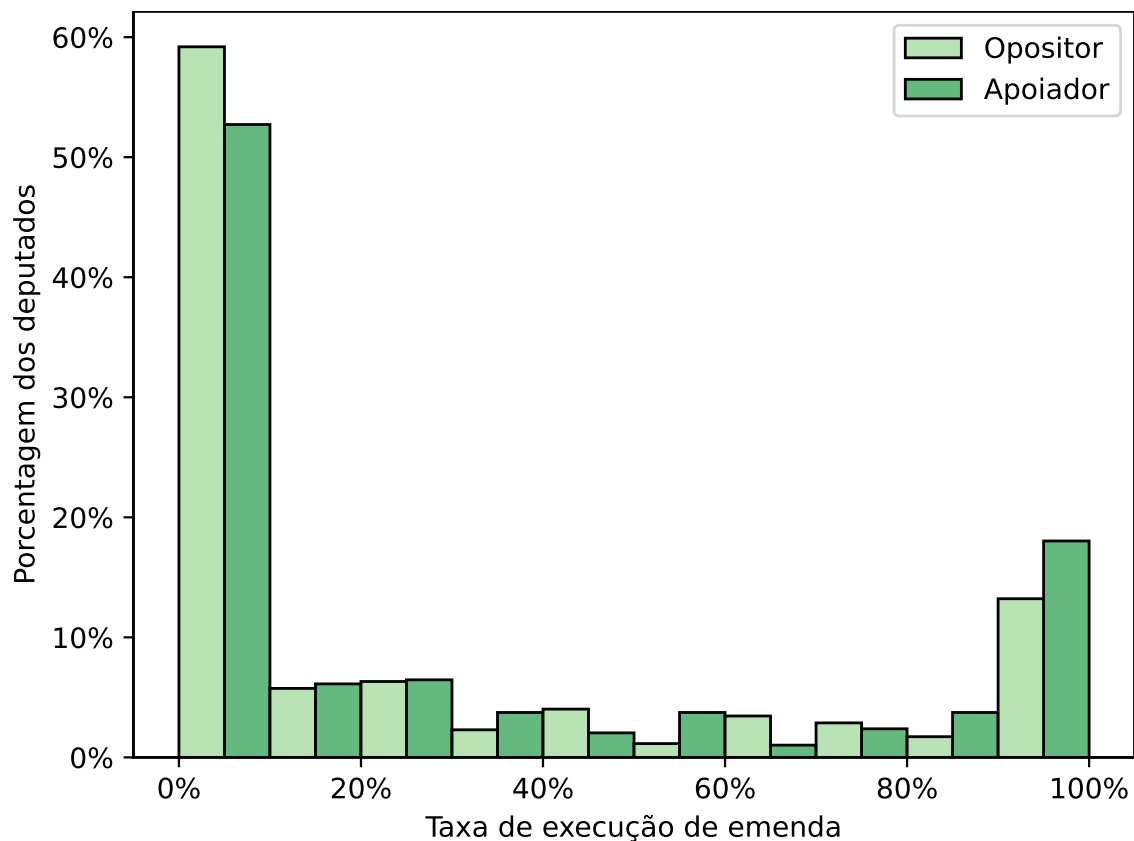
Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Figura 95 – Boxplot de execução financeira 2010



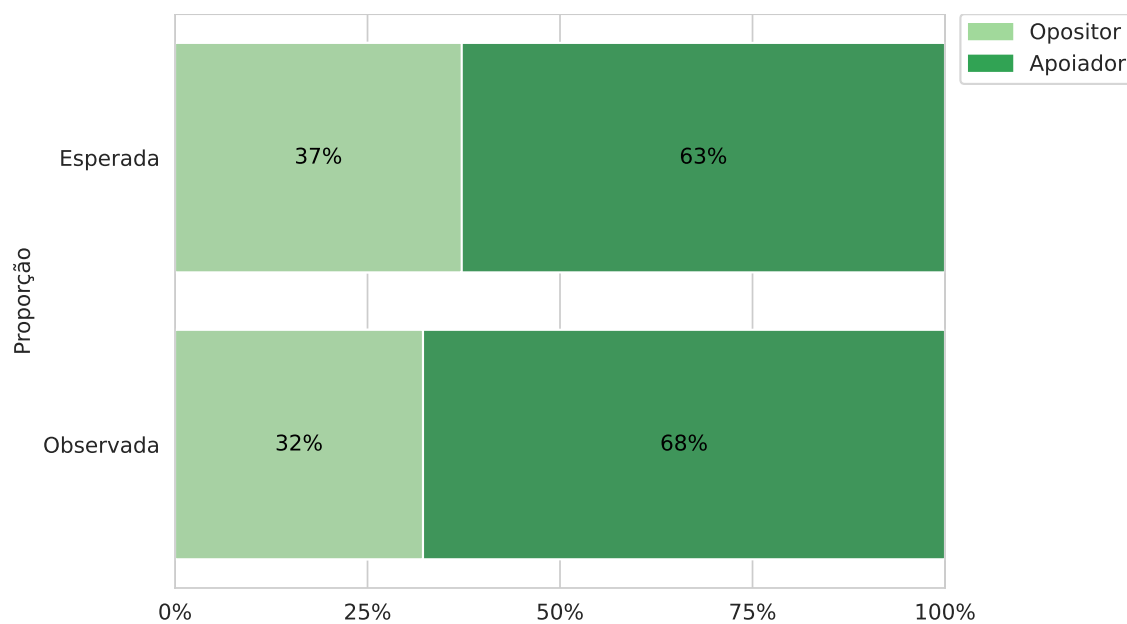
Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Figura 96 – Histograma comparada de execução de emenda 2010



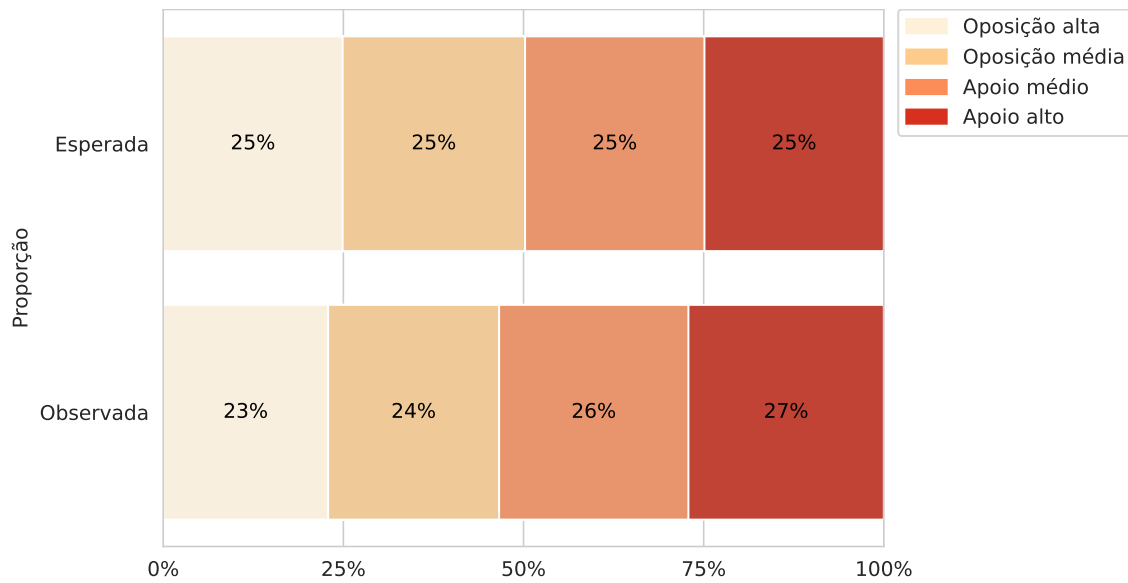
Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Figura 97 – Proporção de deputados entre os maiores executores de emenda 2010



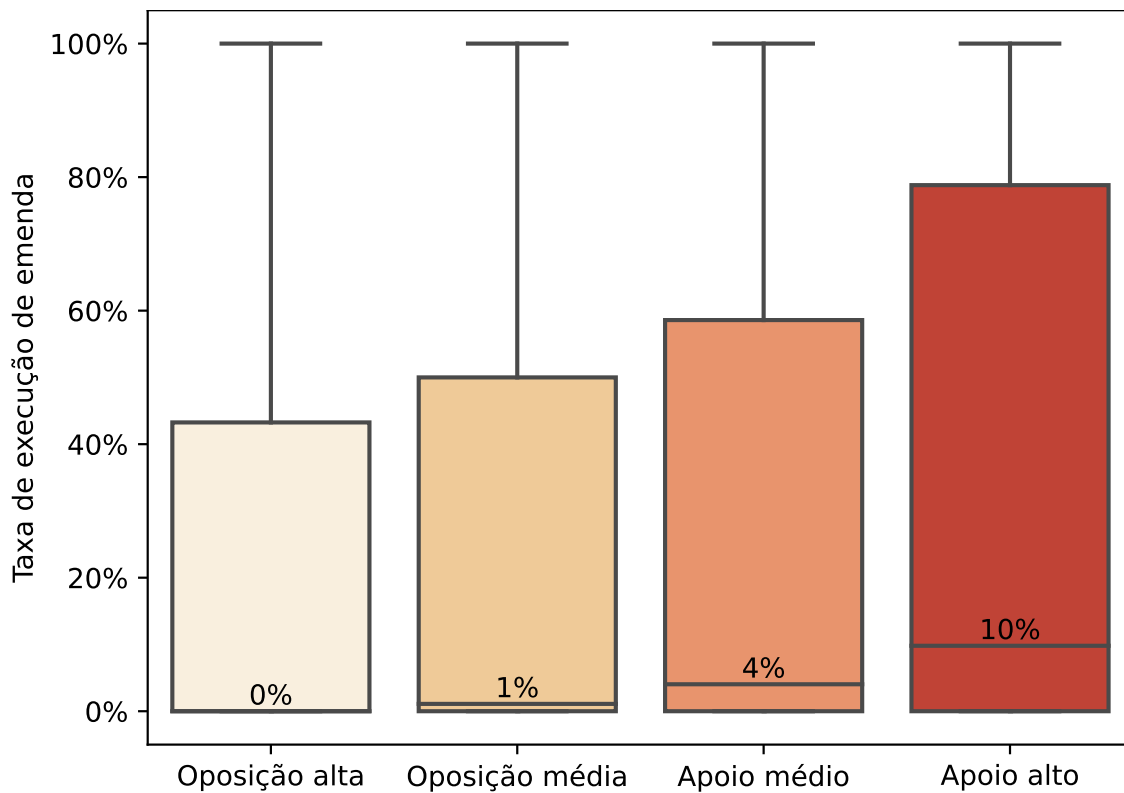
Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Figura 98 – Proporção de deputados entre os maiores executores de emenda 2010



Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

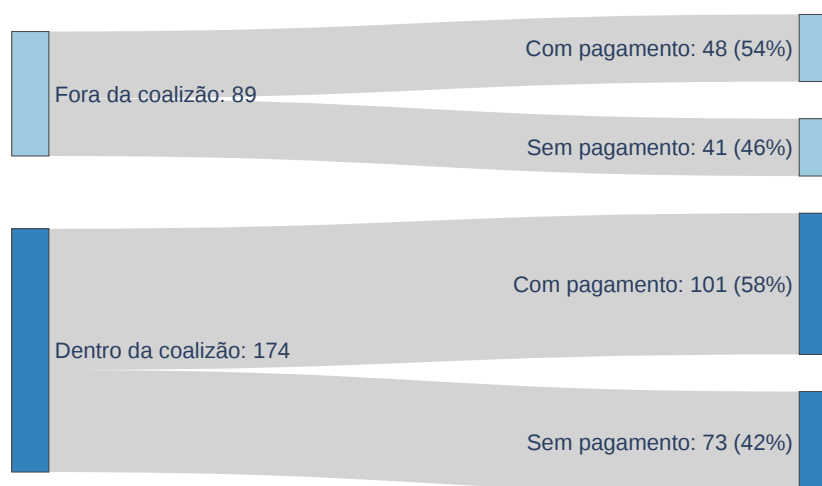
Figura 99 – Boxplot de execução financeira 2010



Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

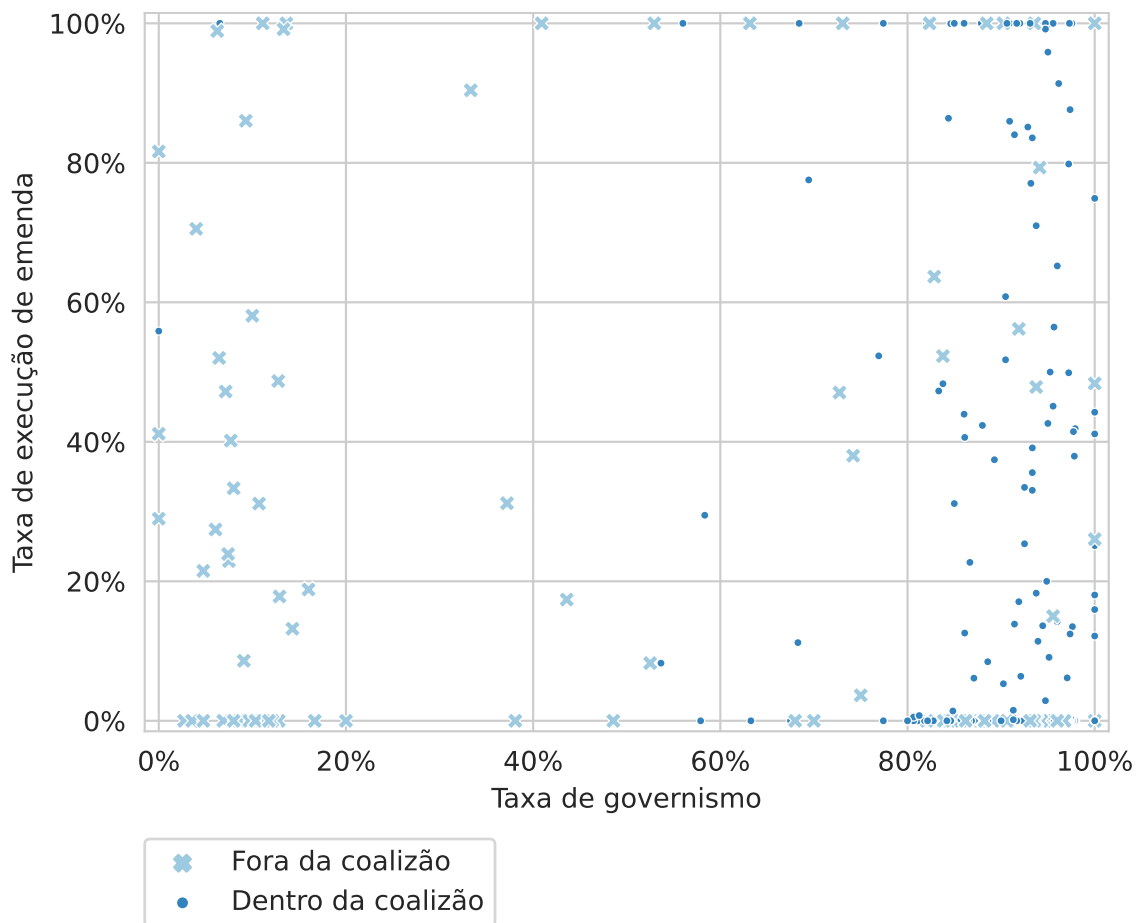
A.2 2011

Figura 100 – Deputados com execução financeira nula 2011



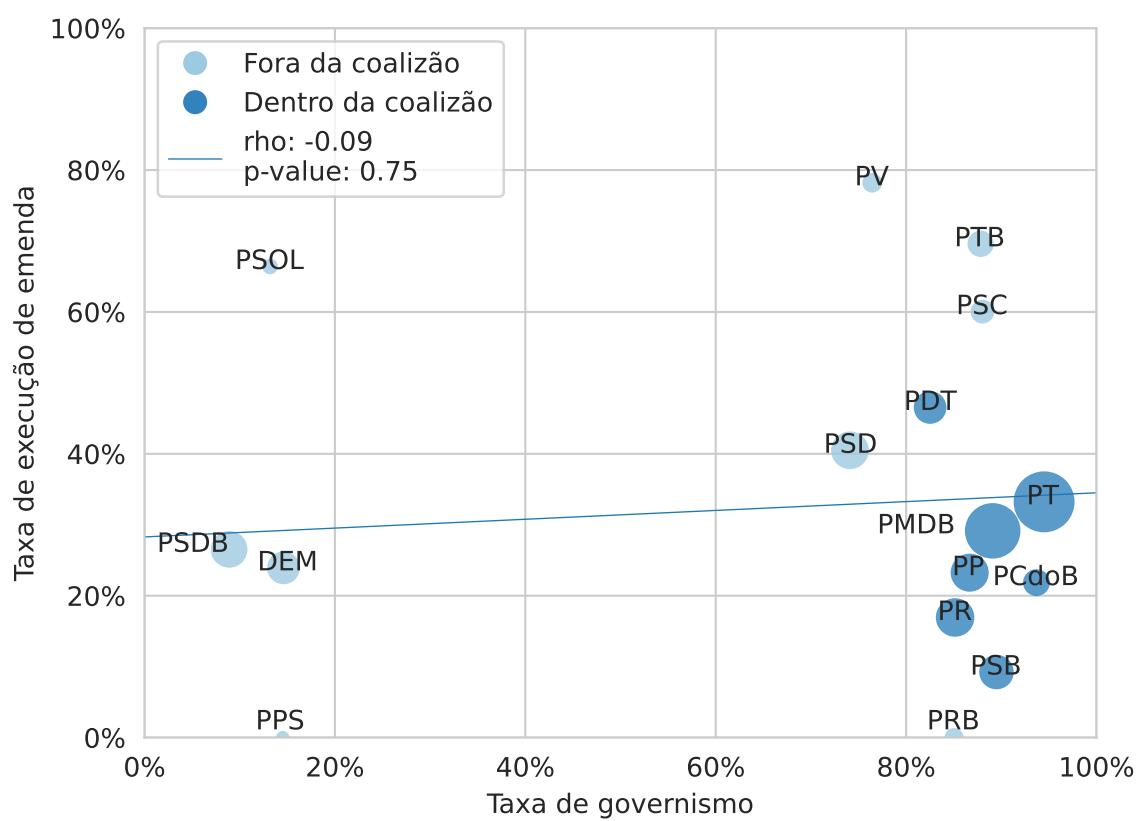
Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Figura 101 – Gráfico de dispersão de deputados 2011



Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

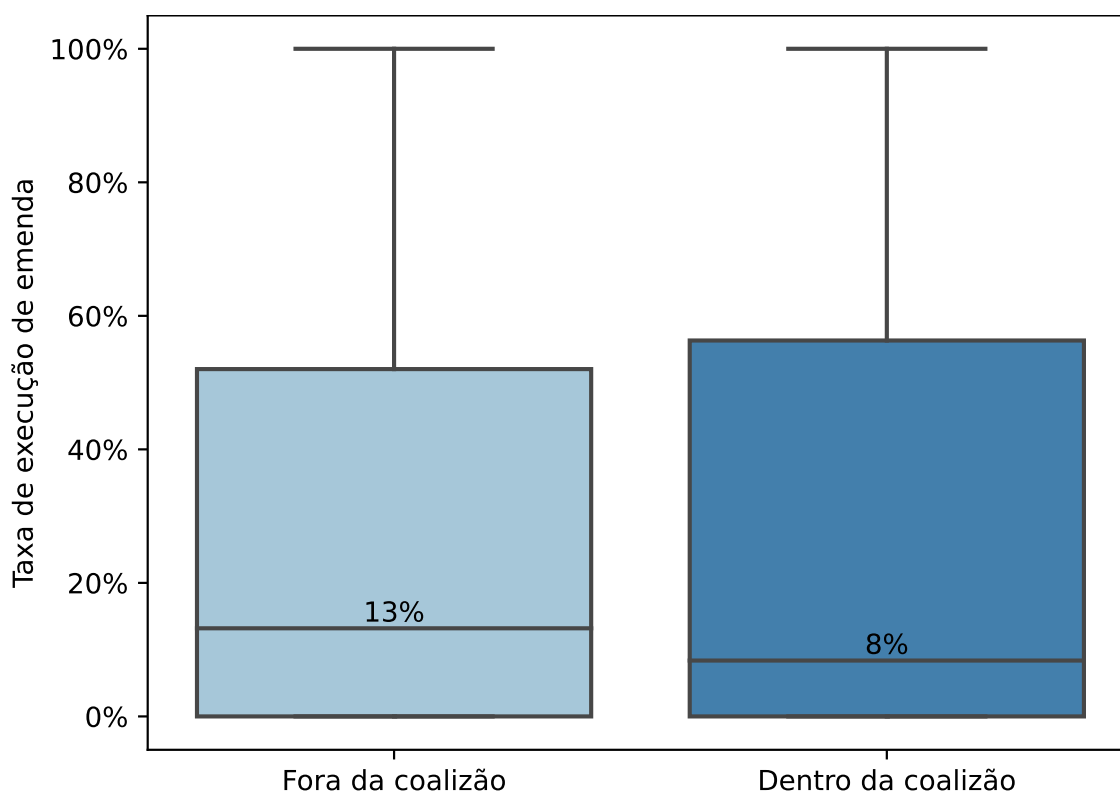
Figura 102 – Correlação entre TEE e TG agrupado por partido em 2011



Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

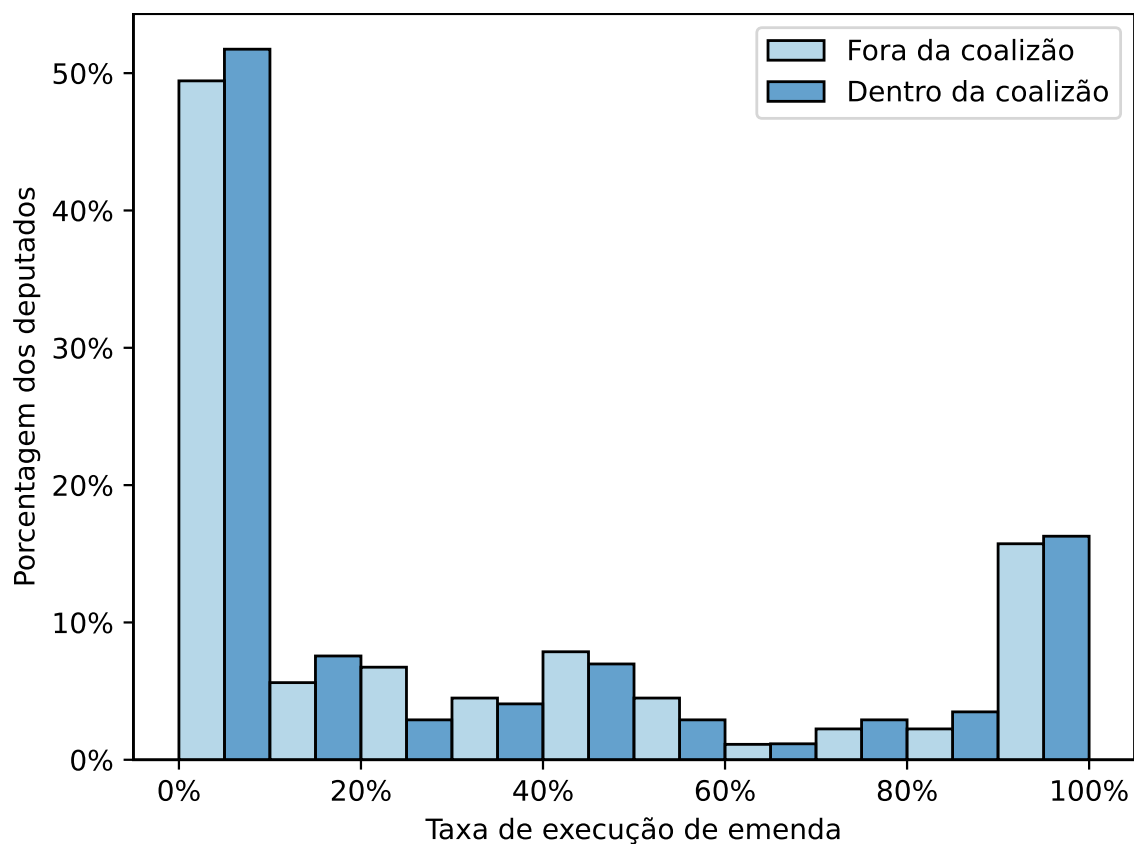
Nota: A área dos círculos é proporcional à bancada do respectivo partido.

Figura 103 – Boxplot de execução financeira 2011



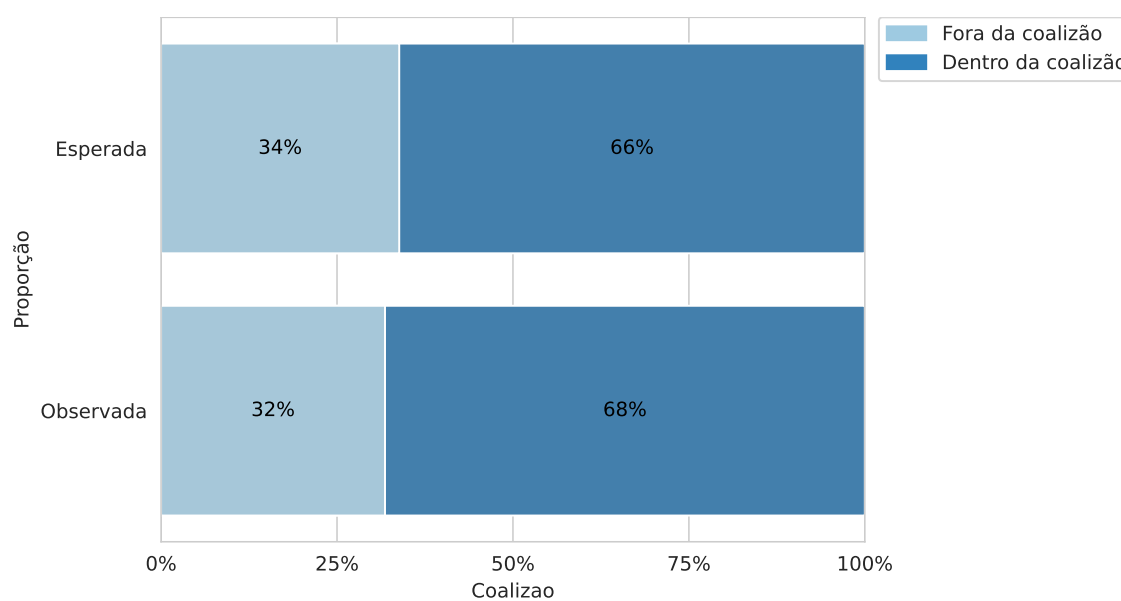
Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Figura 104 – Histograma comparada de execução de emenda 2011



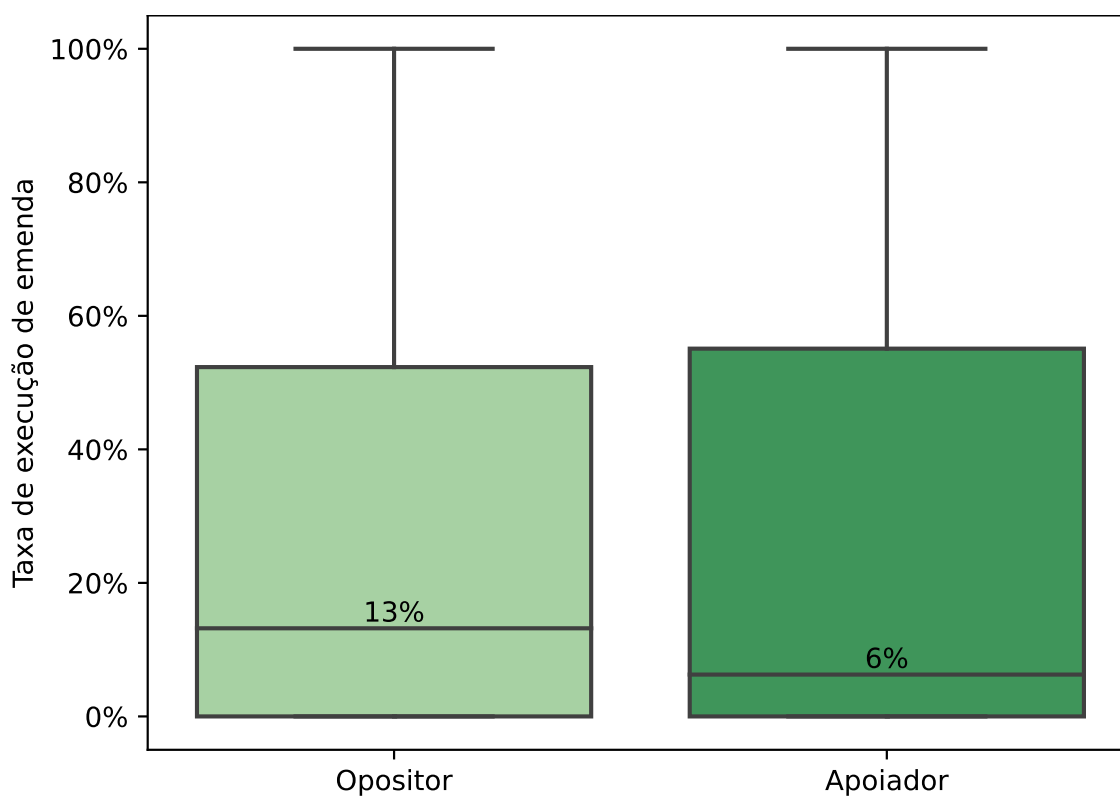
Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Figura 105 – Proporção de deputados entre os maiores executores de emenda 2011



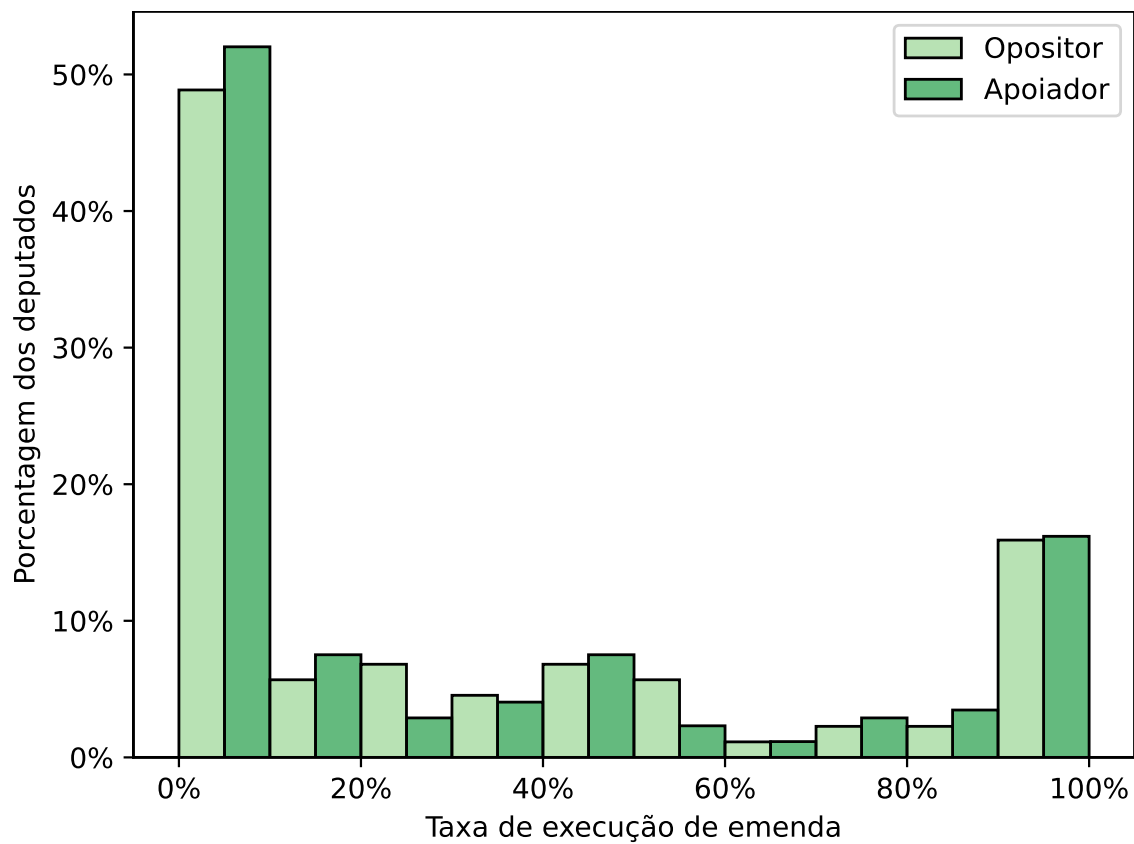
Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Figura 106 – Boxplot de execução financeira 2011



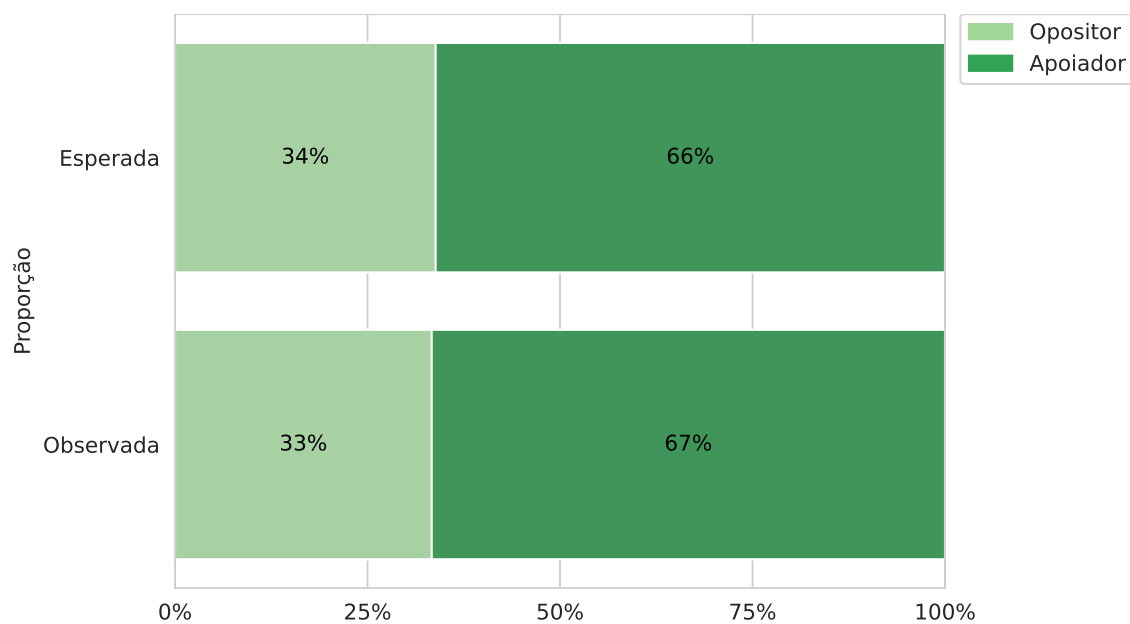
Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Figura 107 – Histograma comparada de execução de emenda 2011



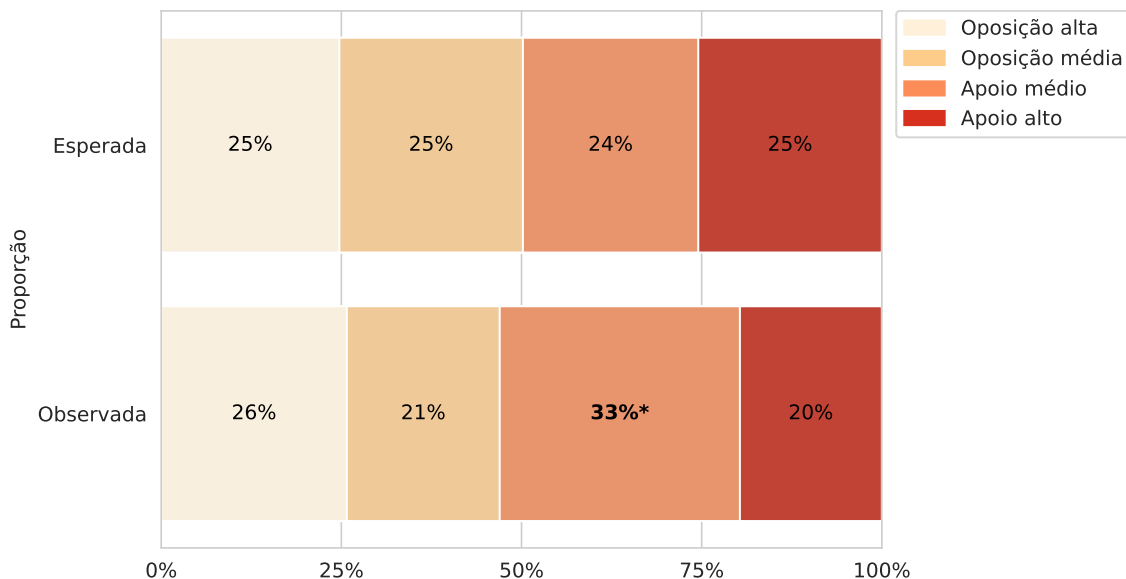
Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Figura 108 – Proporção de deputados entre os maiores executores de emenda 2011



Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

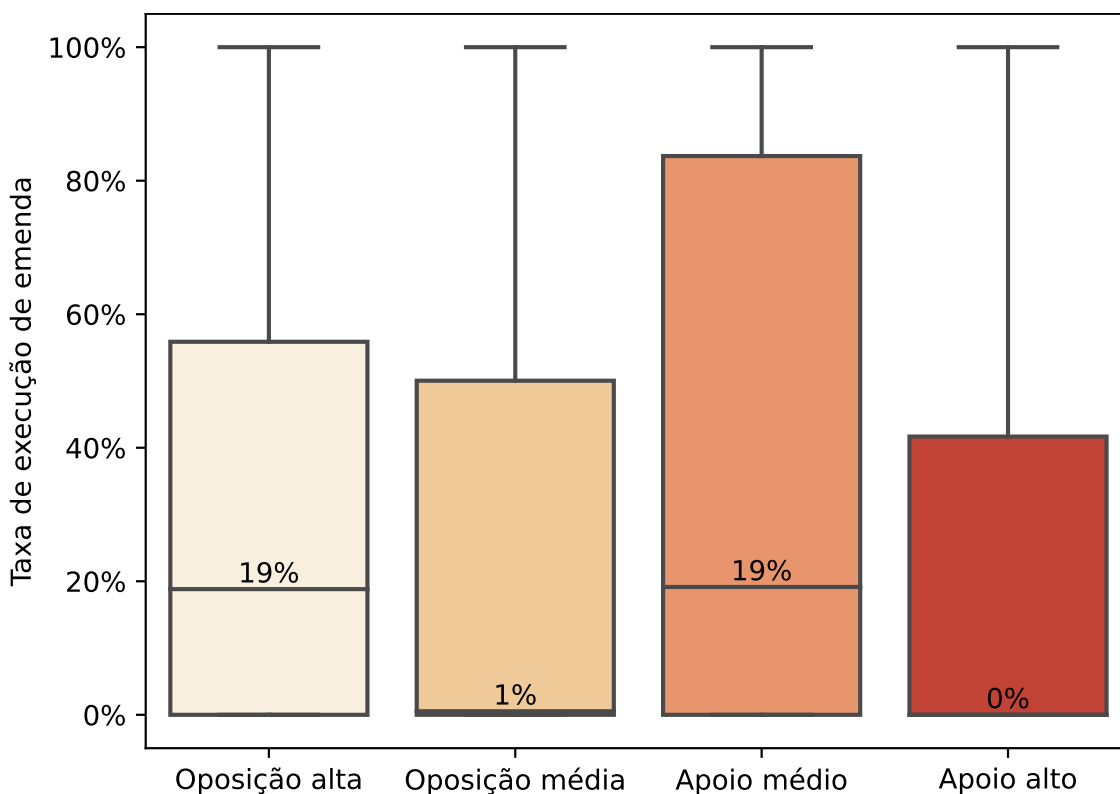
Figura 109 – Proporção de deputados entre os maiores executores de emenda 2011



Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Nota: * resultado com $p\text{-value} < 0,1$.

Figura 110 – Boxplot de execução financeira 2011



Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

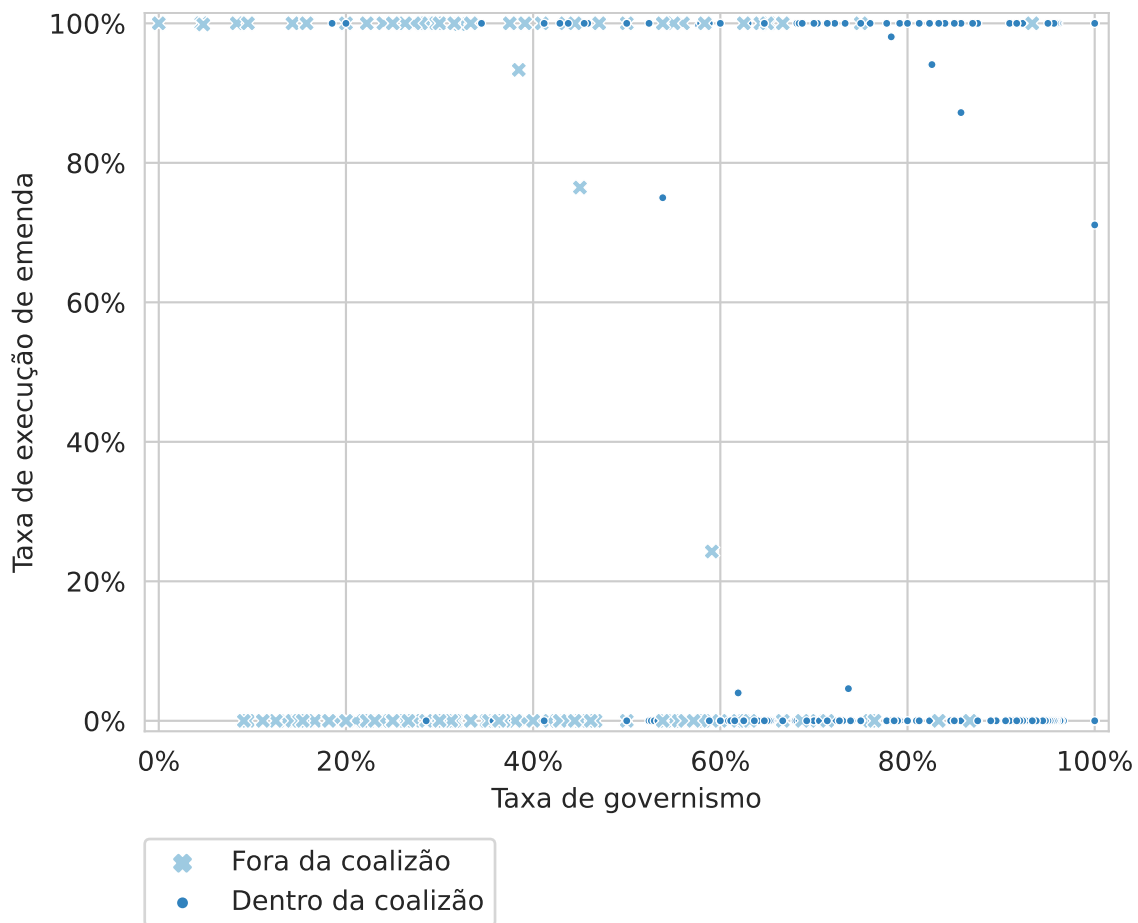
A.3 2012

Figura 111 – Deputados com execução financeira nula 2012



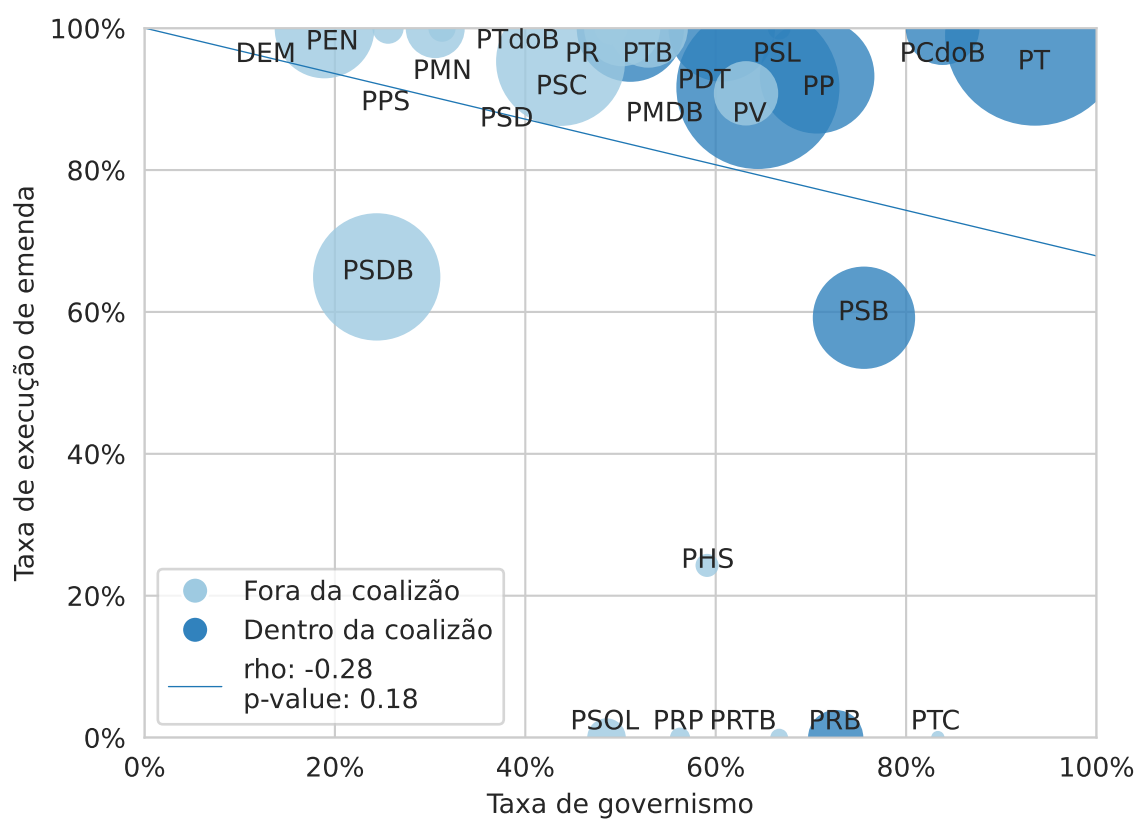
Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Figura 112 – Gráfico de dispersão de deputados 2012



Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

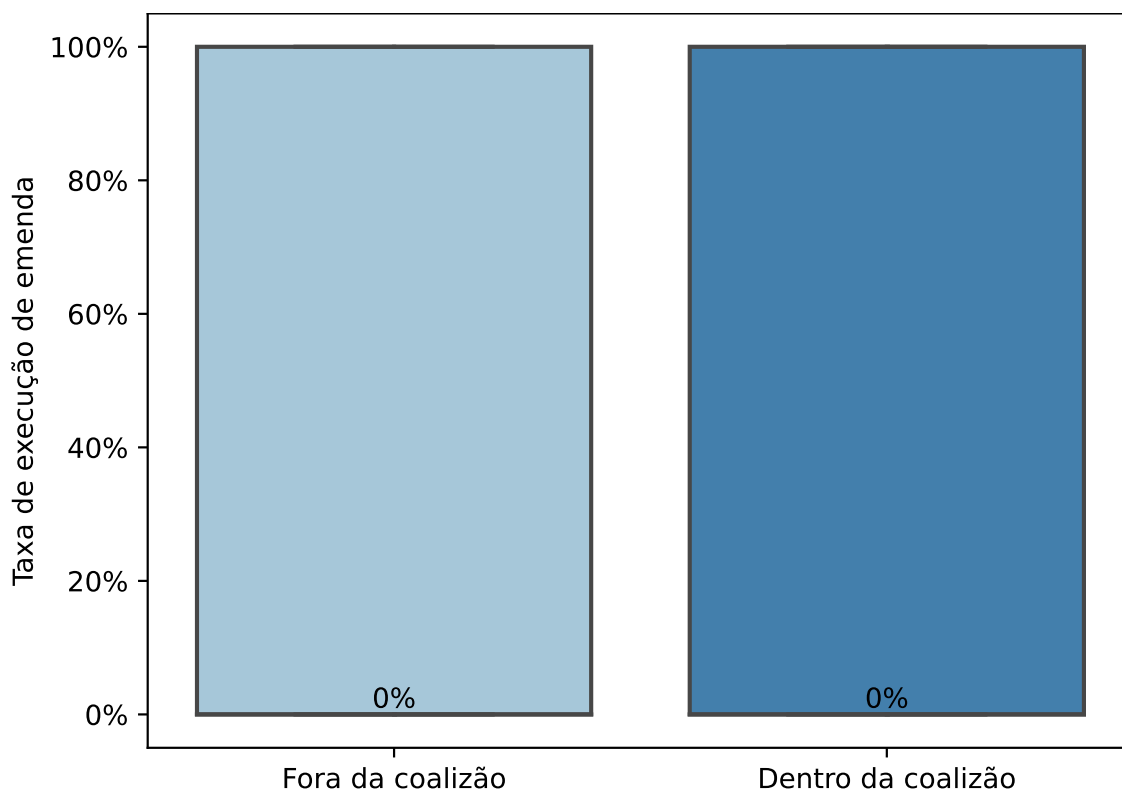
Figura 113 – Correlação entre TEE e TG agrupado por partido em 2012



Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

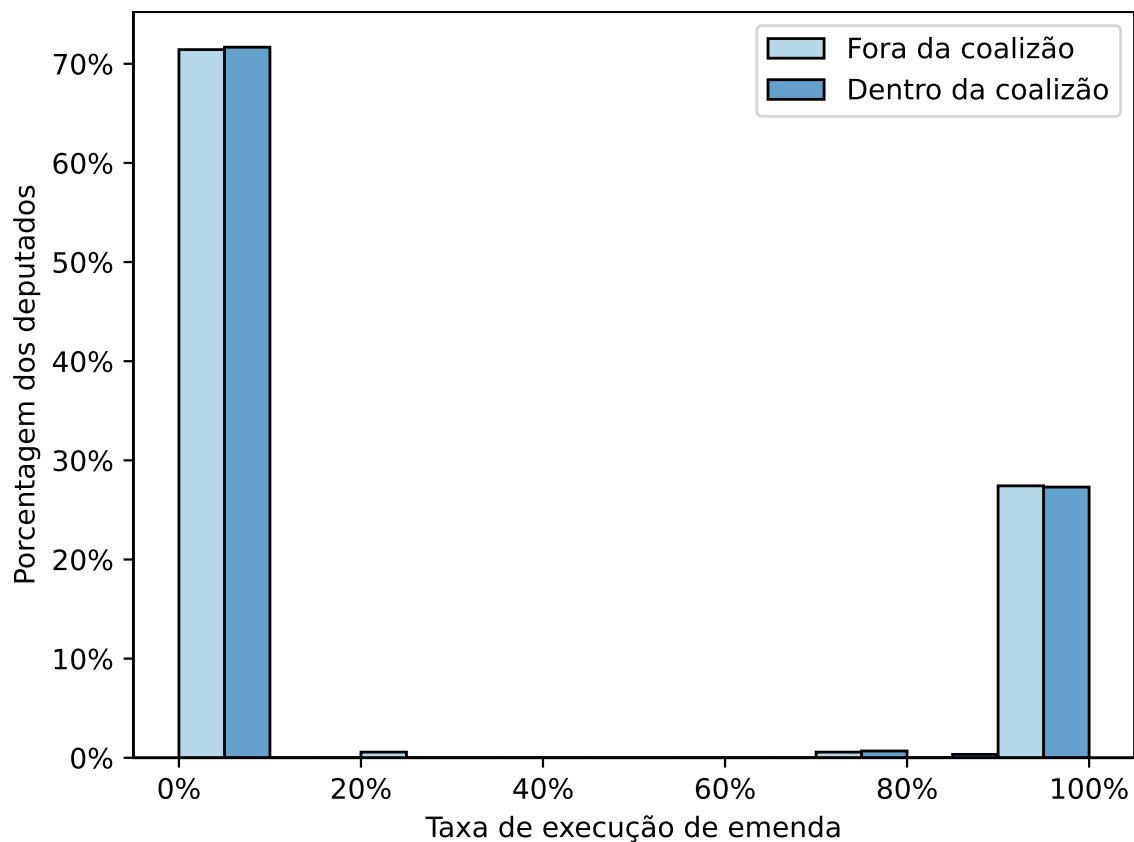
Nota: A área dos círculos é proporcional à bancada do respectivo partido.

Figura 114 – Boxplot de execução financeira 2012



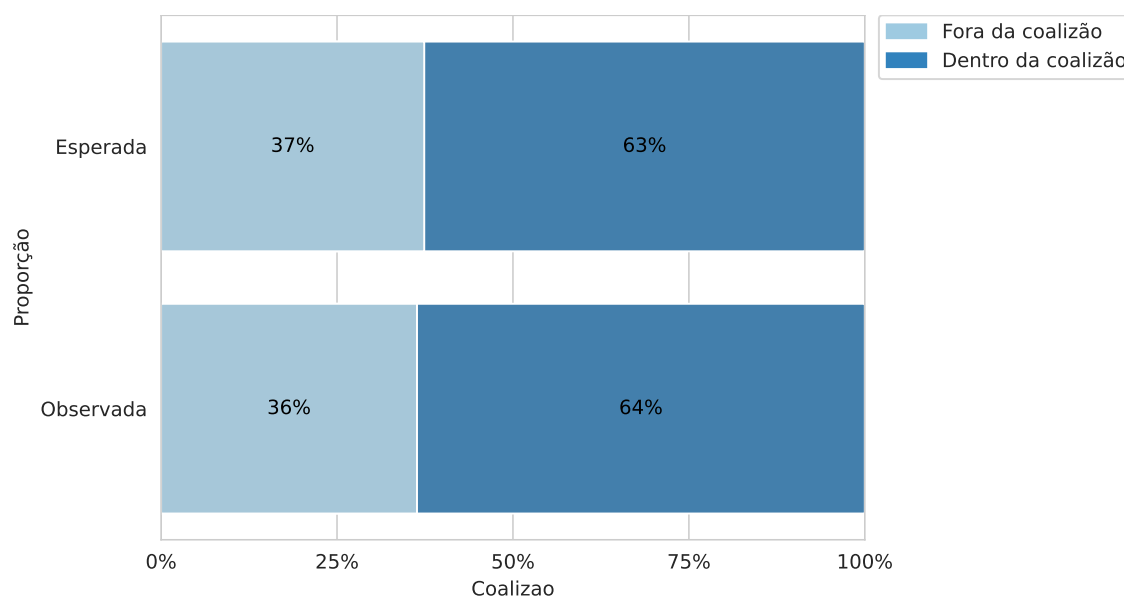
Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Figura 115 – Histograma comparada de execução de emenda 2012



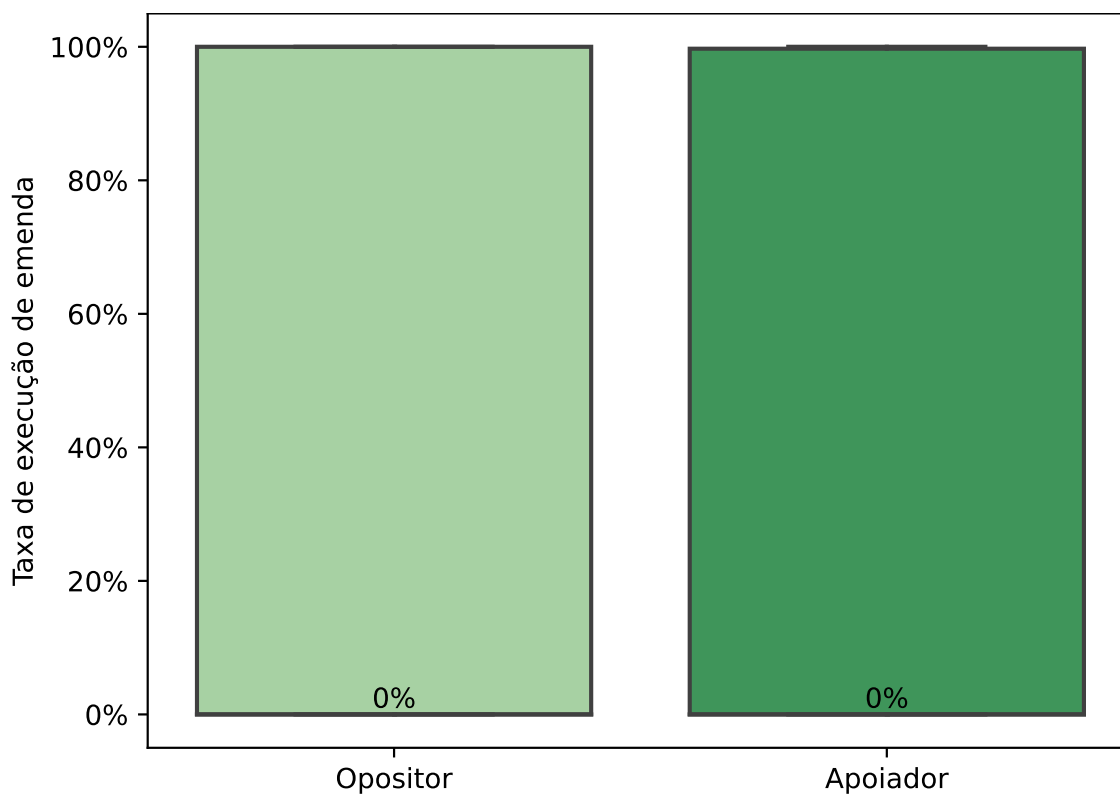
Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Figura 116 – Proporção de deputados entre os maiores executores de emenda 2012



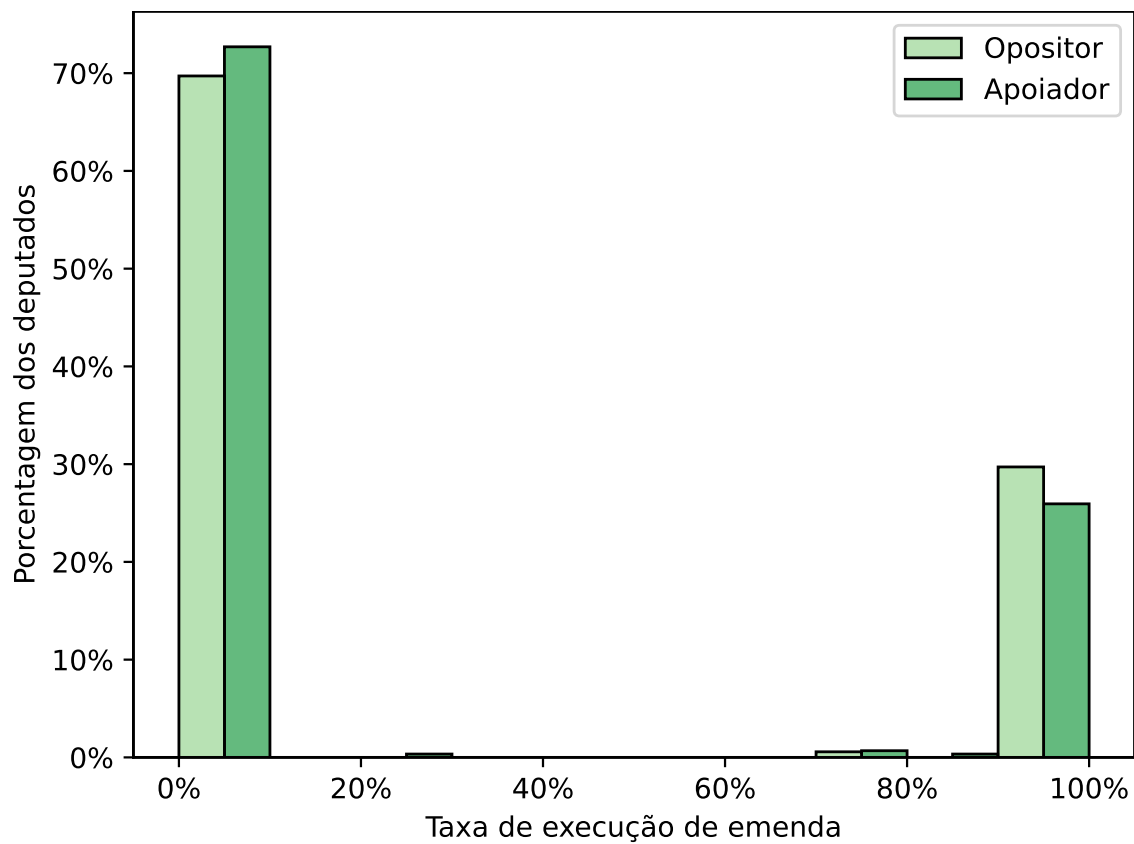
Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Figura 117 – Boxplot de execução financeira 2012



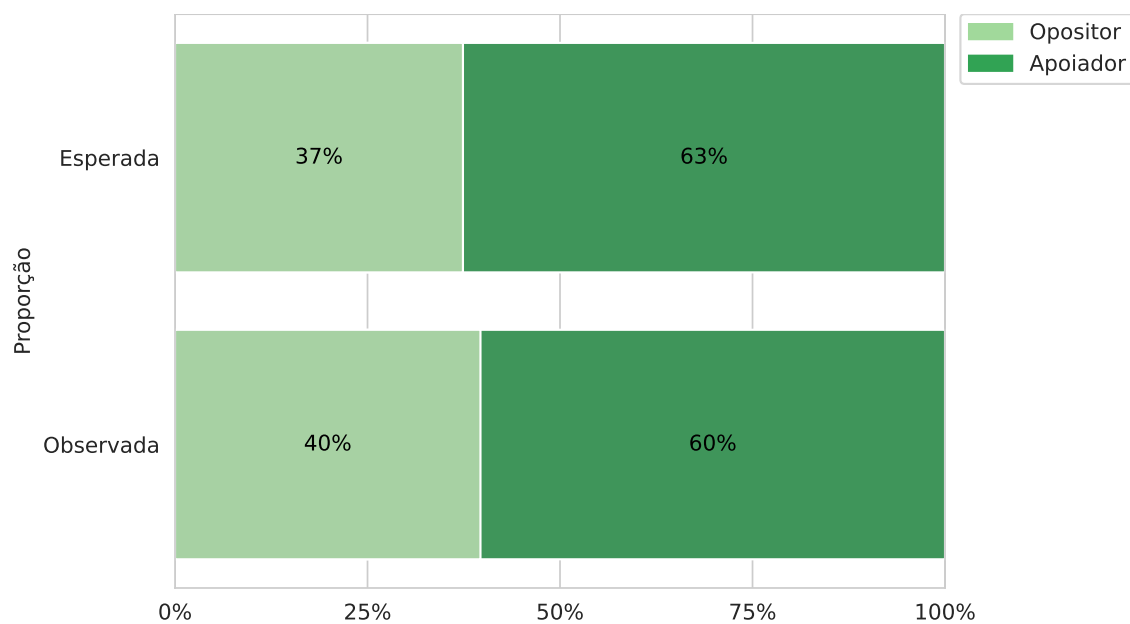
Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Figura 118 – Histograma comparada de execução de emenda 2012



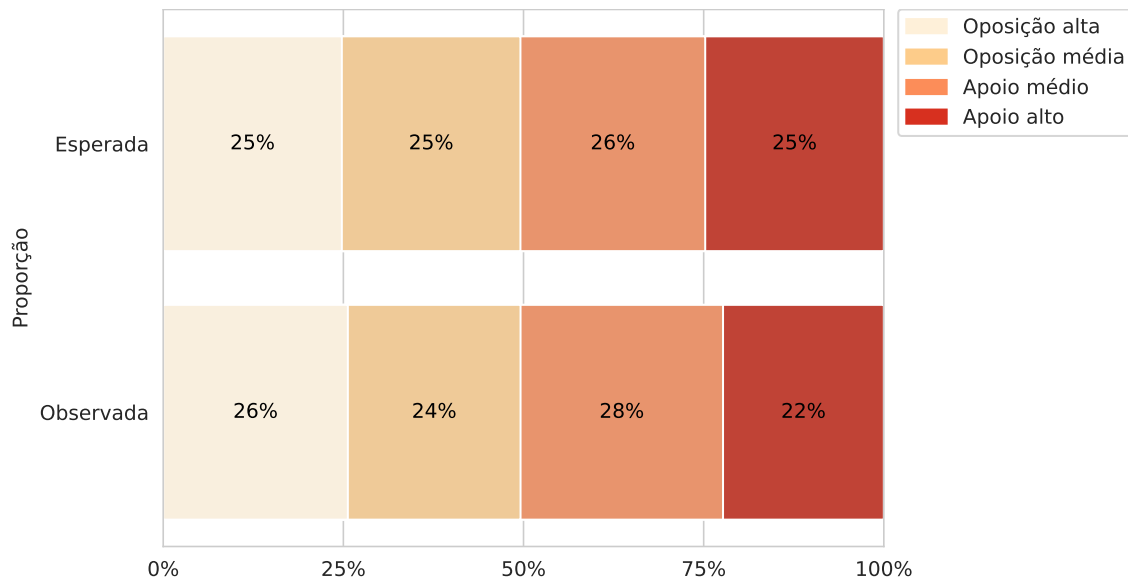
Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Figura 119 – Proporção de deputados entre os maiores executores de emenda 2012



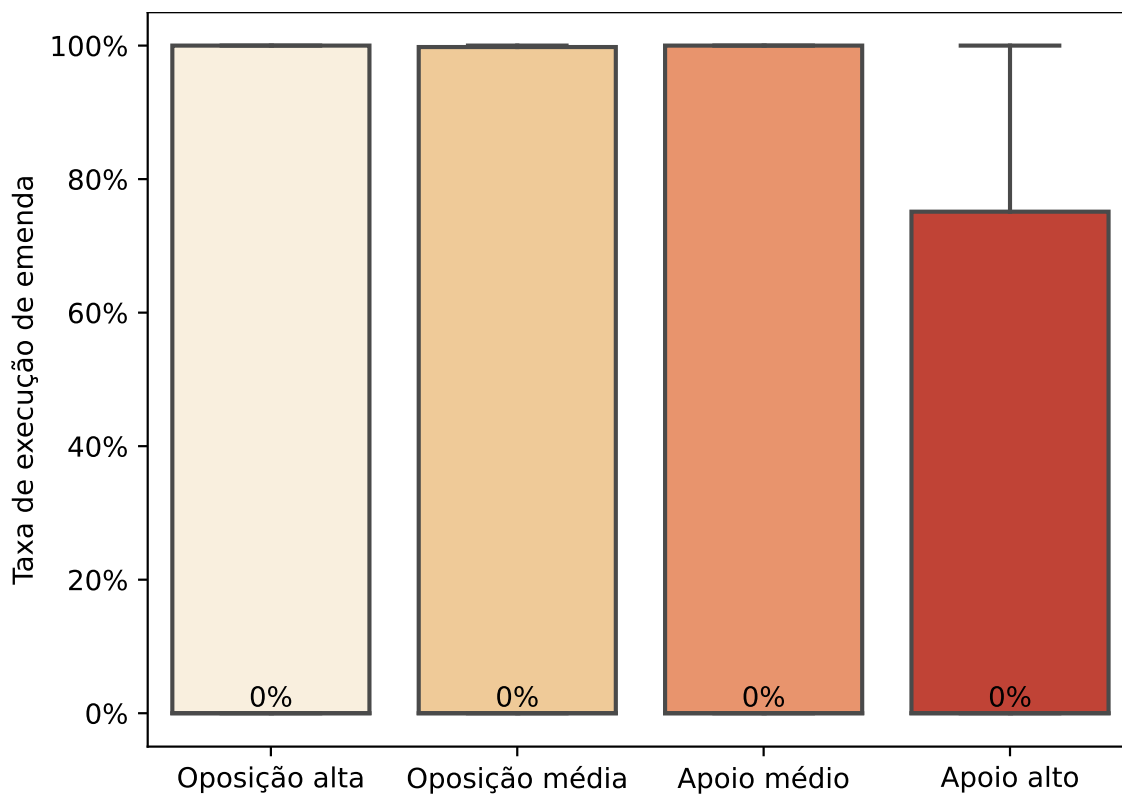
Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Figura 120 – Proporção de deputados entre os maiores executores de emenda 2012



Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Figura 121 – Boxplot de execução financeira 2012



Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

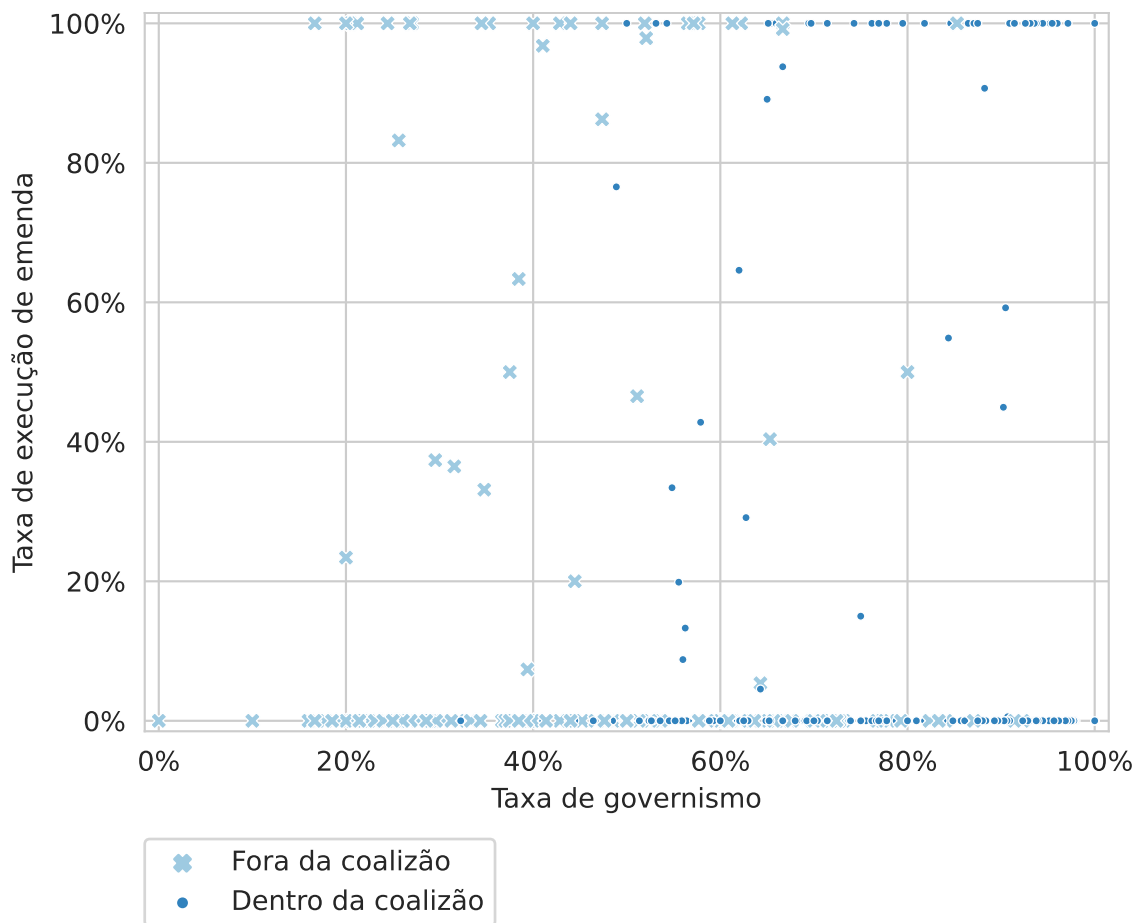
A.4 2013

Figura 122 – Deputados com execução financeira nula 2013



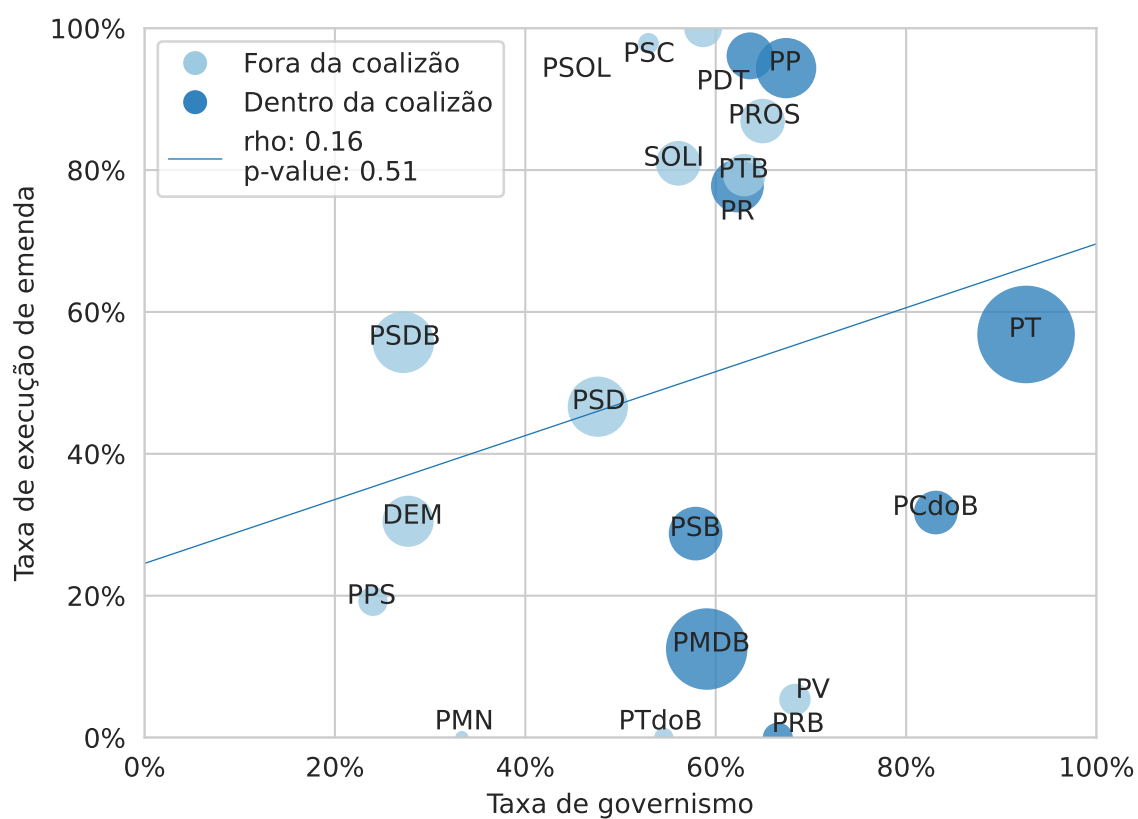
Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Figura 123 – Gráfico de dispersão de deputados 2013



Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

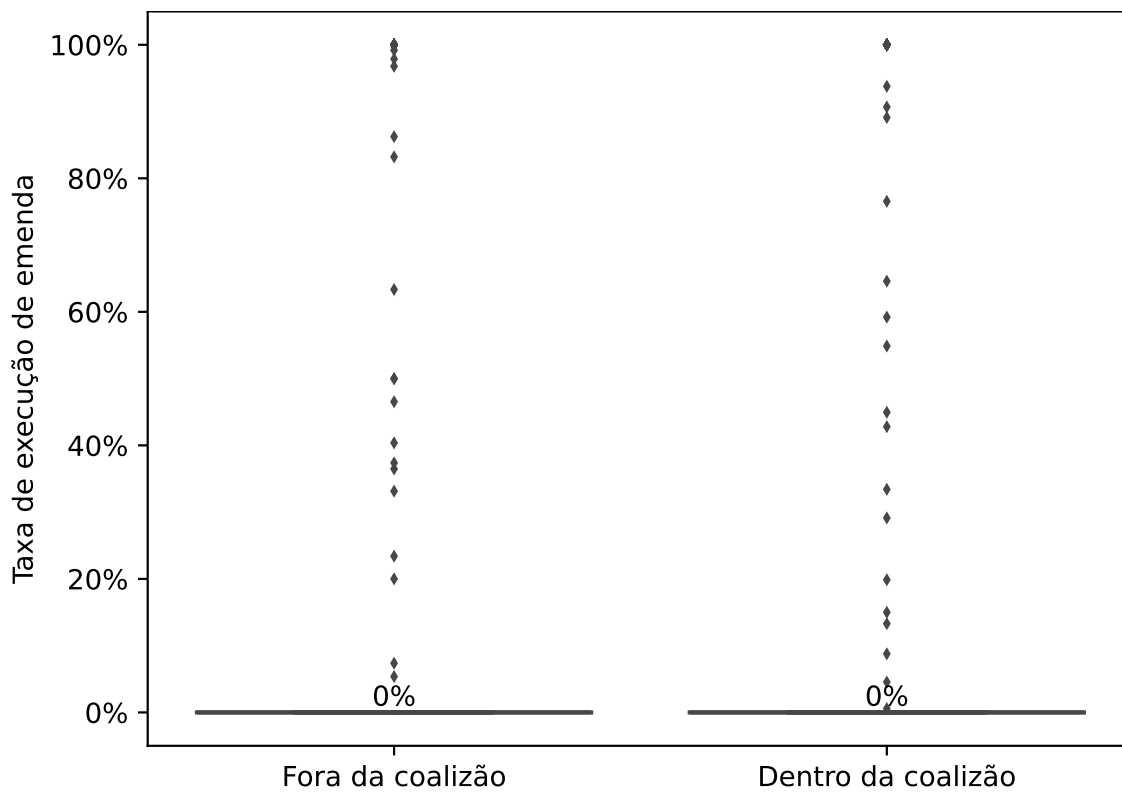
Figura 124 – Correlação entre TEE e TG agrupado por partido em 2013



Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

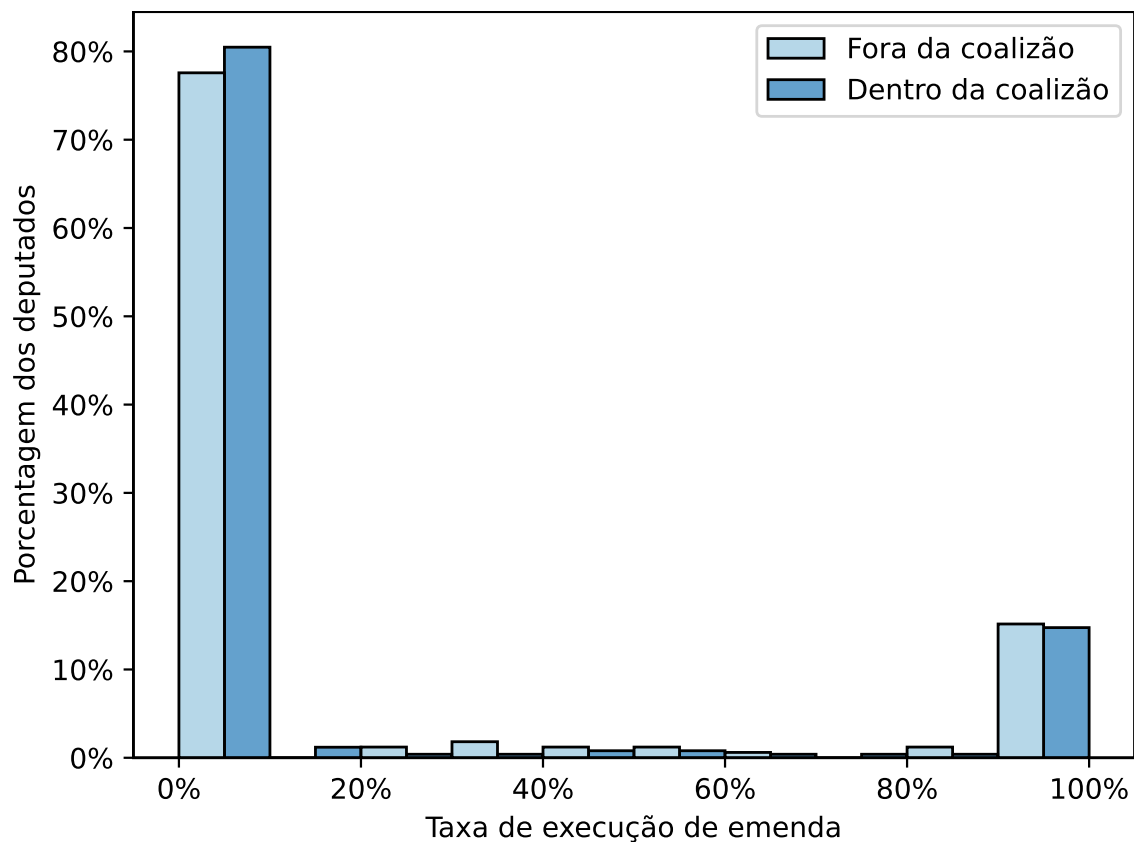
Nota: A área dos círculos é proporcional à bancada do respectivo partido.

Figura 125 – Boxplot de execução financeira 2013



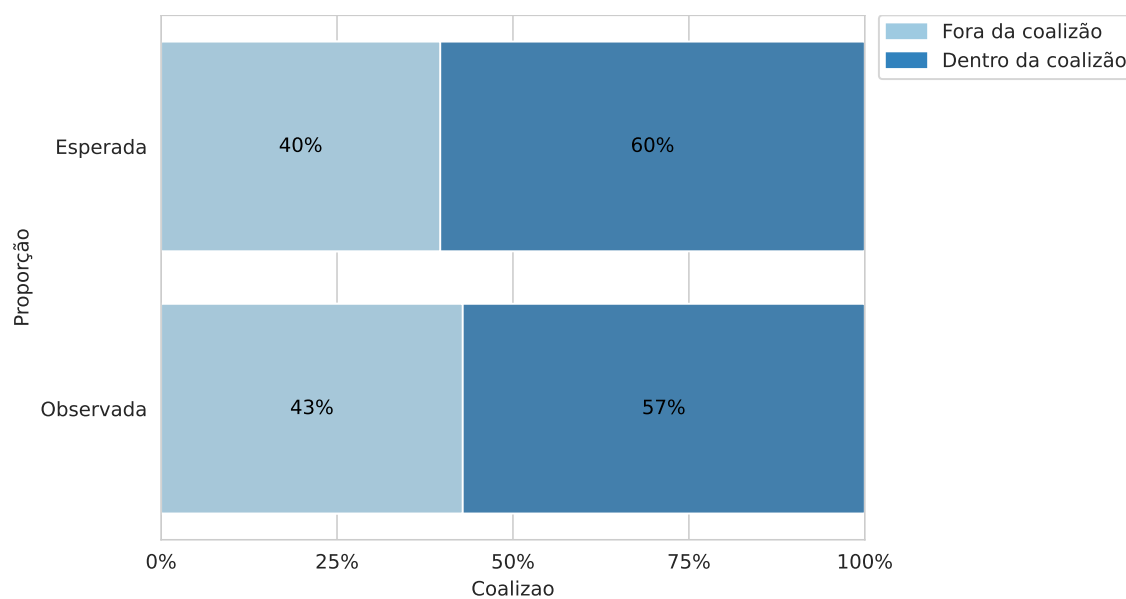
Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Figura 126 – Histograma comparada de execução de emenda 2013



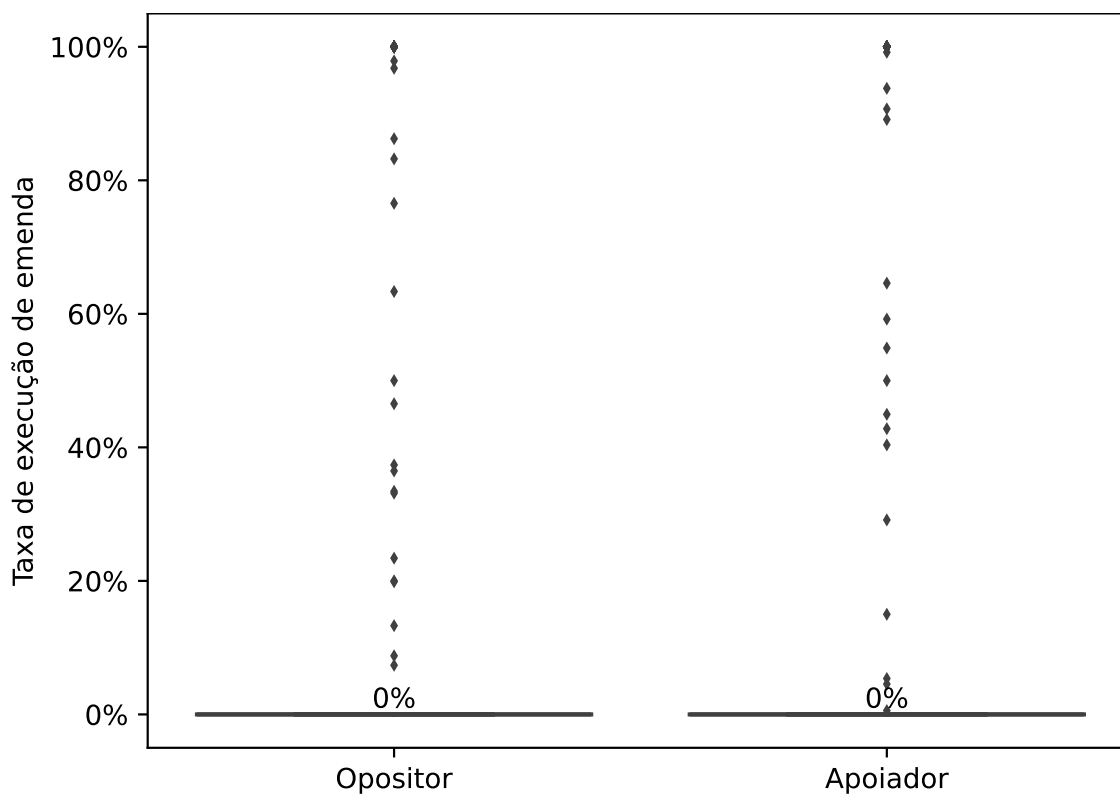
Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Figura 127 – Proporção de deputados entre os maiores executores de emenda 2013



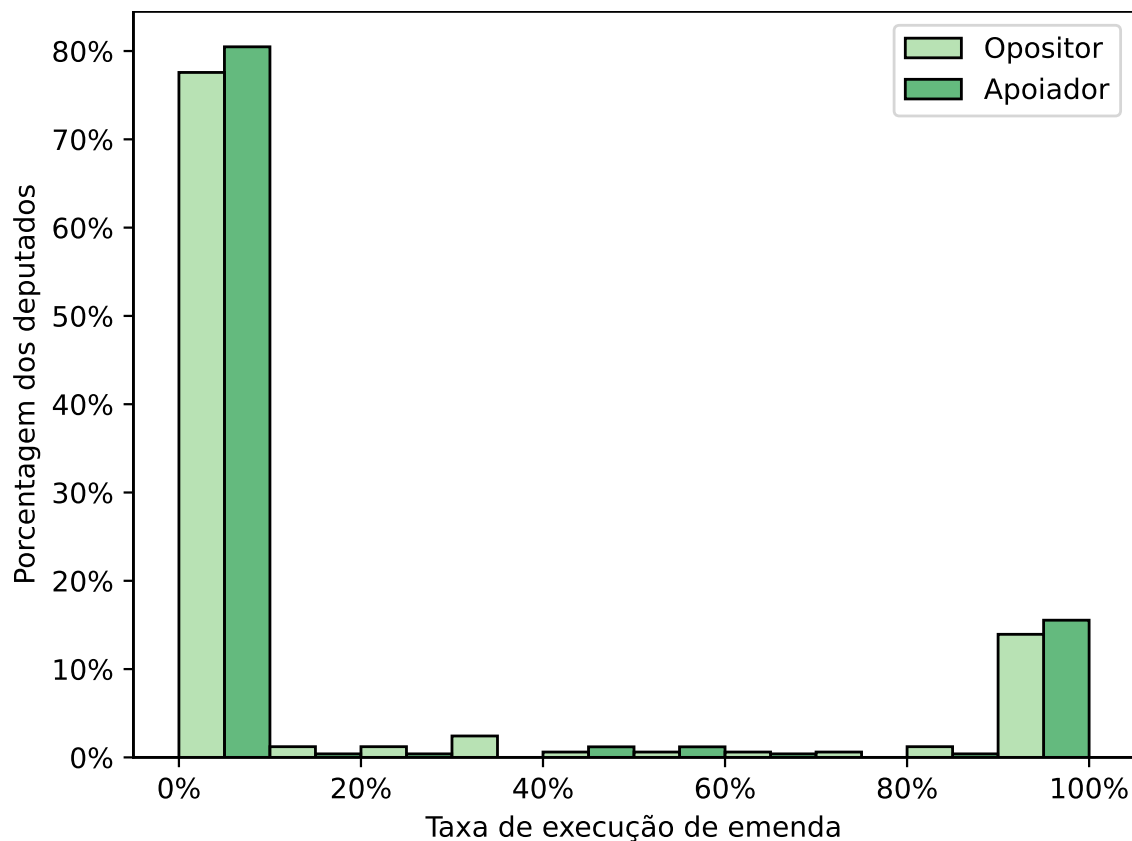
Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Figura 128 – Boxplot de execução financeira 2013



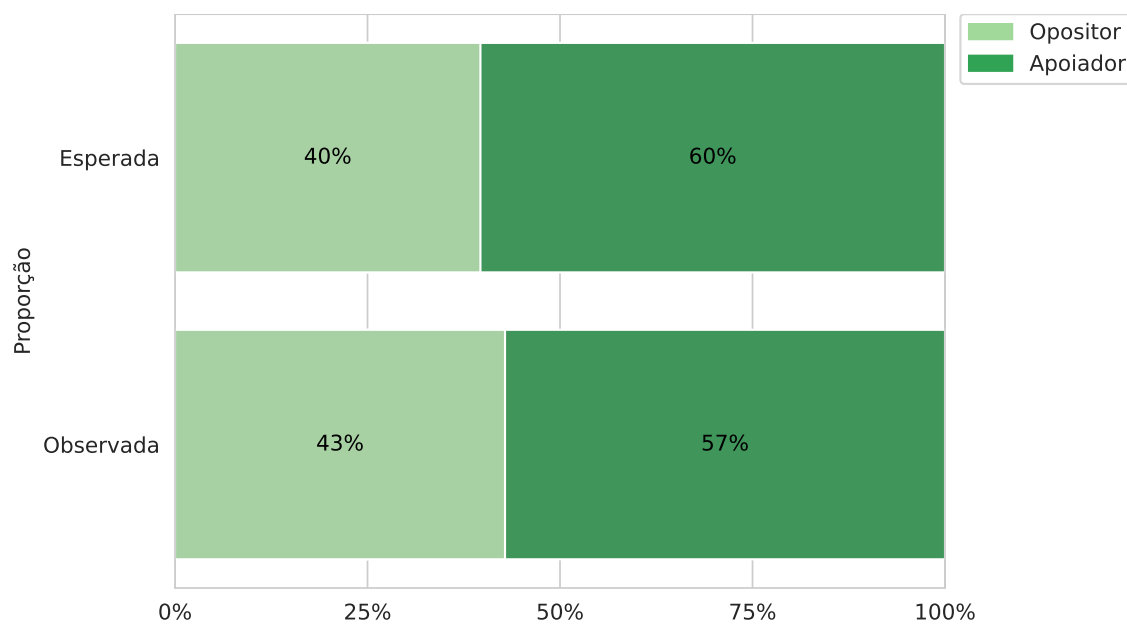
Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Figura 129 – Histograma comparada de execução de emenda 2013



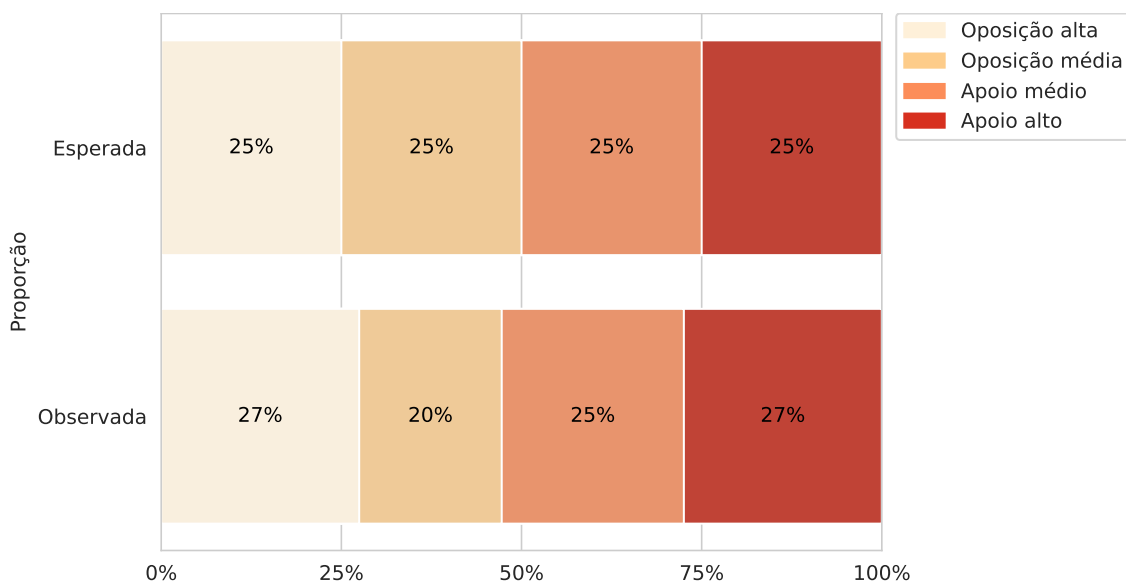
Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Figura 130 – Proporção de deputados entre os maiores executores de emenda 2013



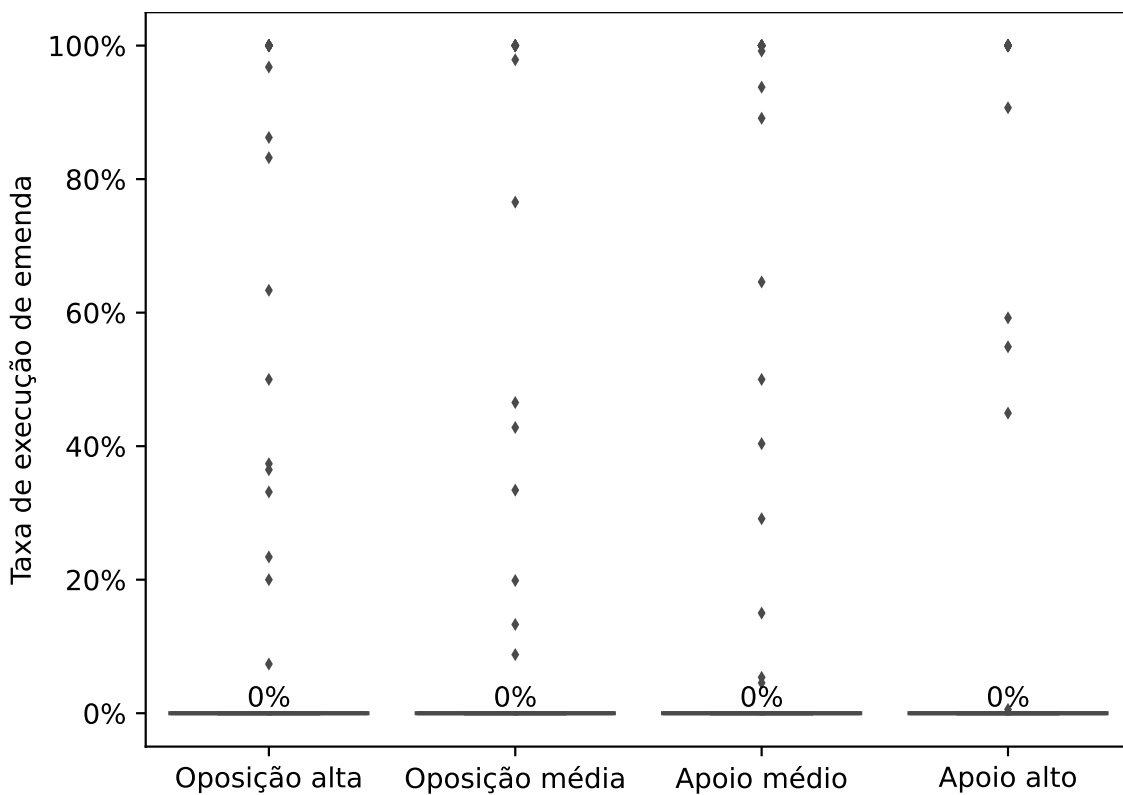
Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Figura 131 – Proporção de deputados entre os maiores executores de emenda 2013



Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Figura 132 – Boxplot de execução financeira 2013



Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

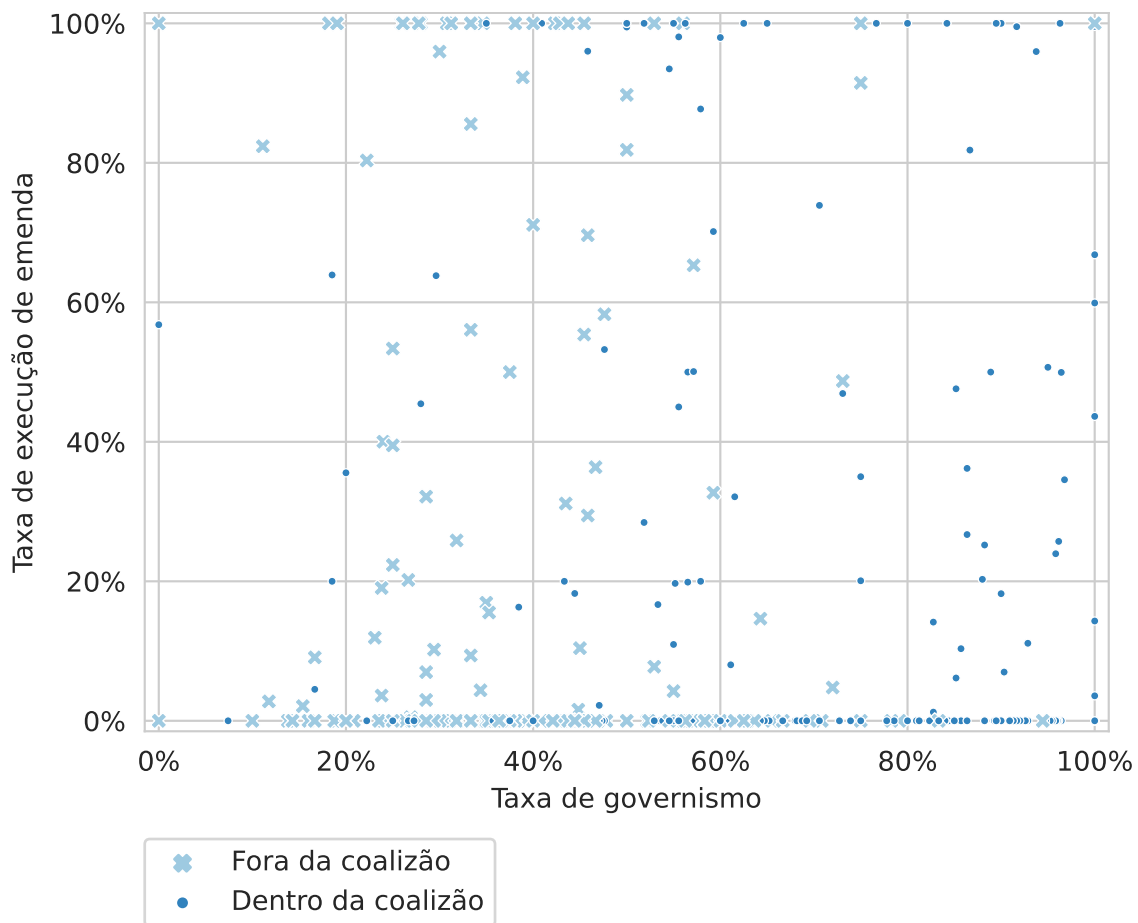
A.5 2014

Figura 133 – Deputados com execução financeira nula 2014



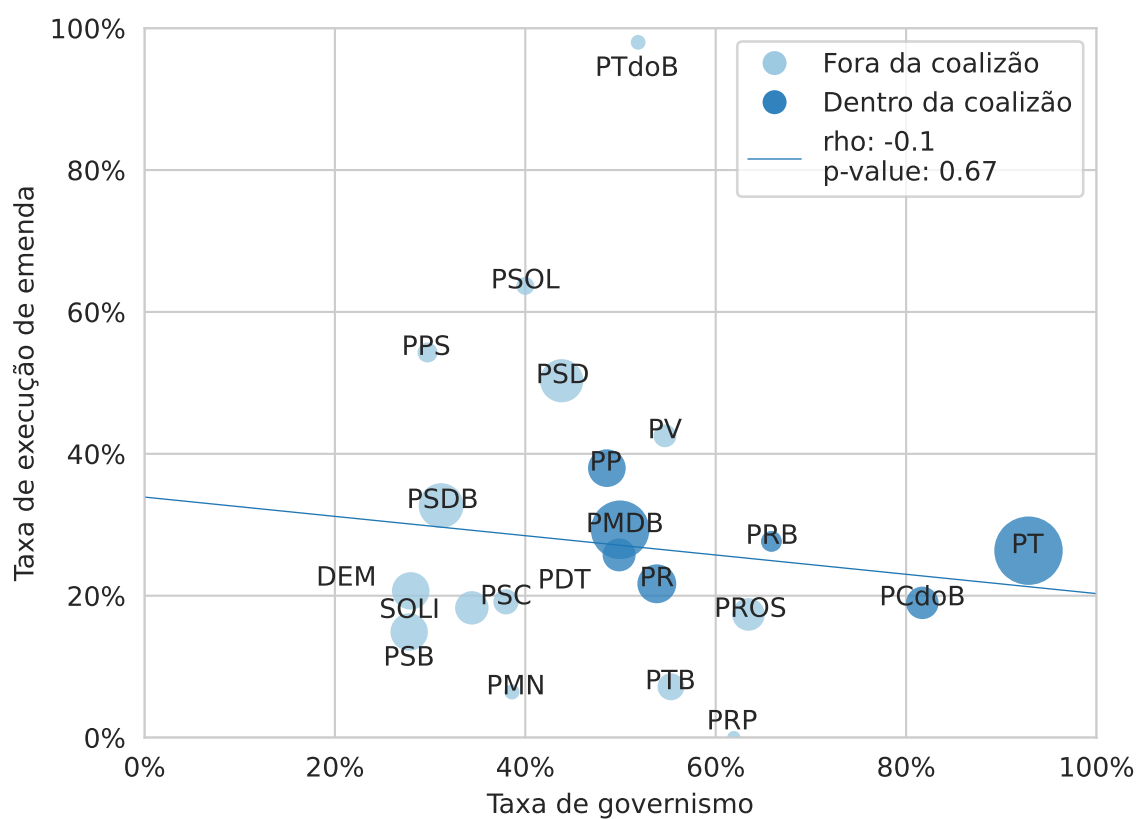
Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Figura 134 – Gráfico de dispersão de deputados 2014



Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

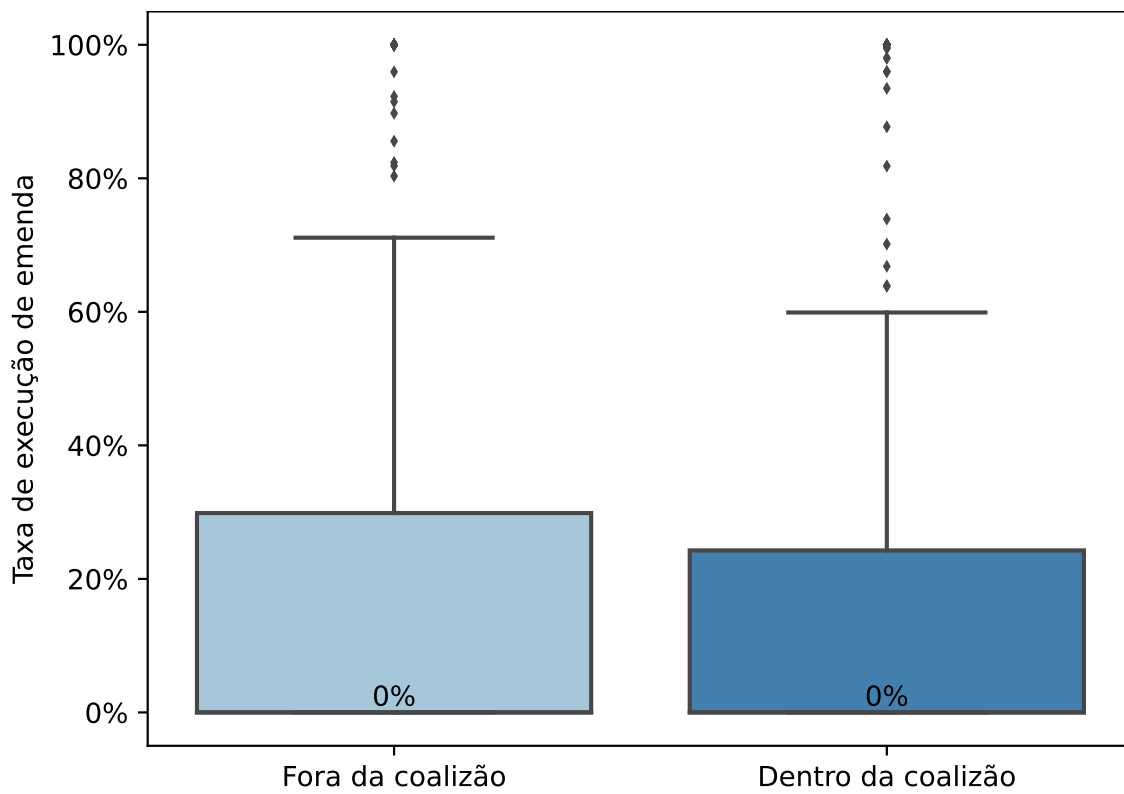
Figura 135 – Correlação entre TEE e TG agrupado por partido em 2014



Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

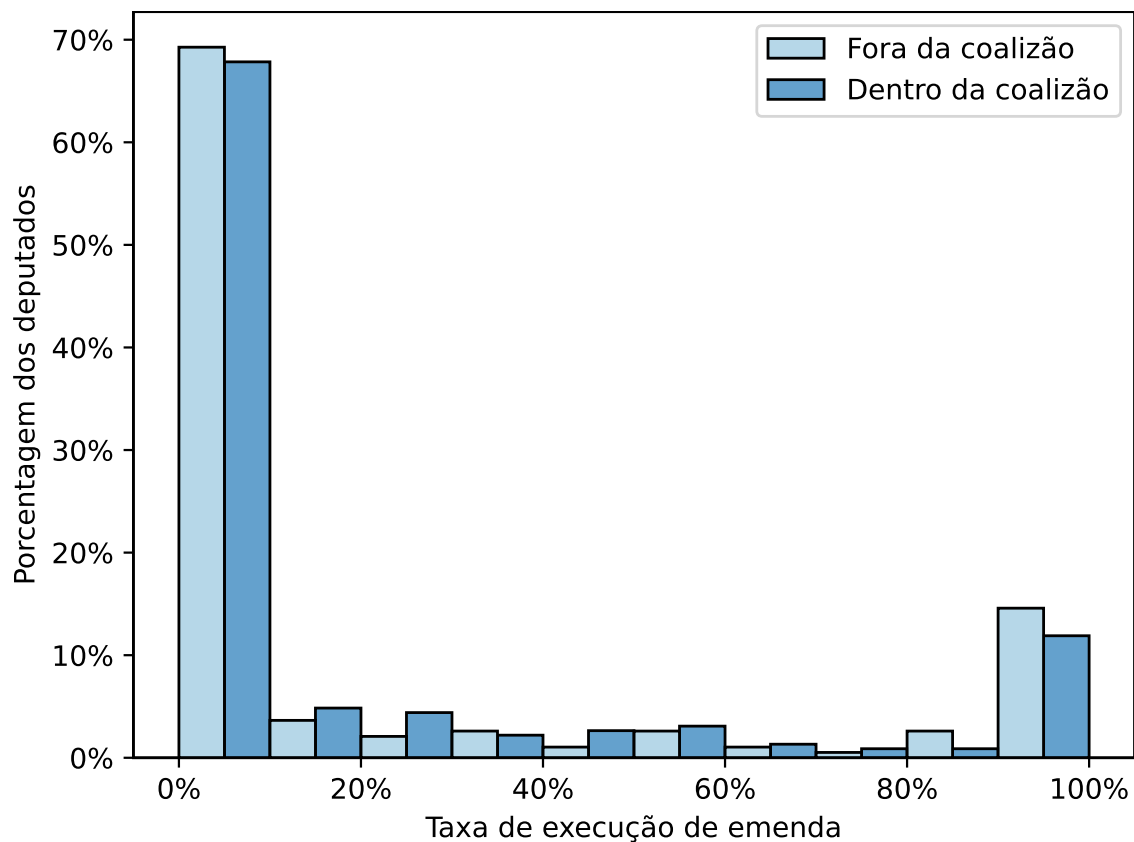
Nota: A área dos círculos é proporcional à bancada do respectivo partido.

Figura 136 – Boxplot de execução financeira 2014



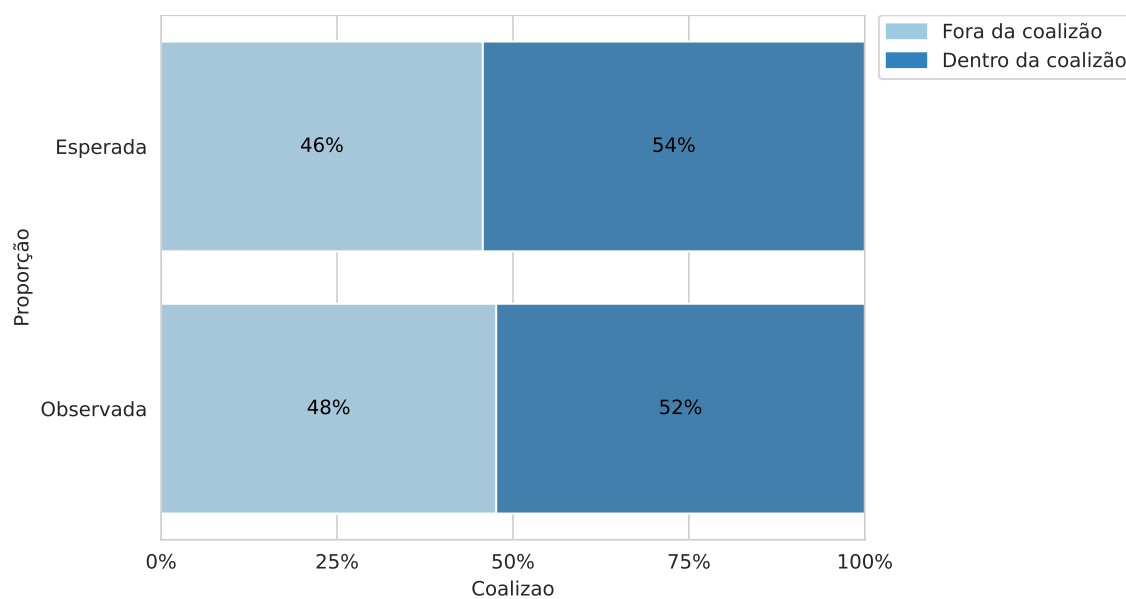
Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Figura 137 – Histograma comparada de execução de emenda 2014



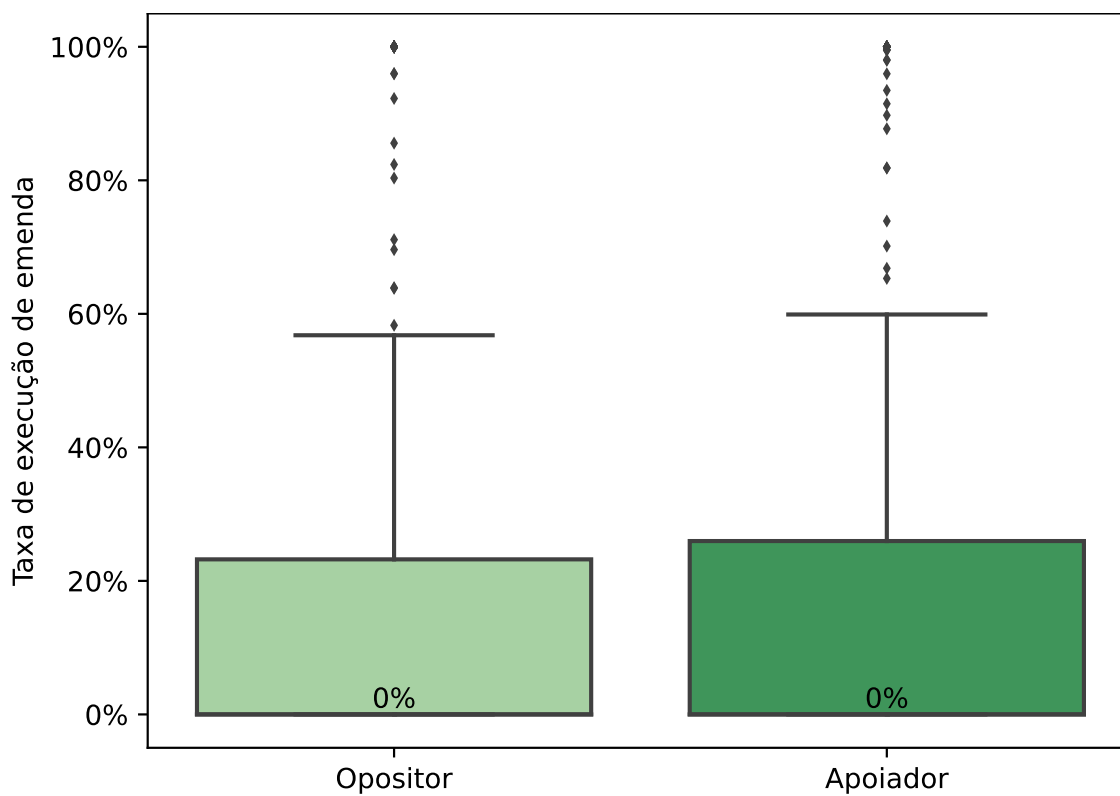
Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Figura 138 – Proporção de deputados entre os maiores executores de emenda 2014



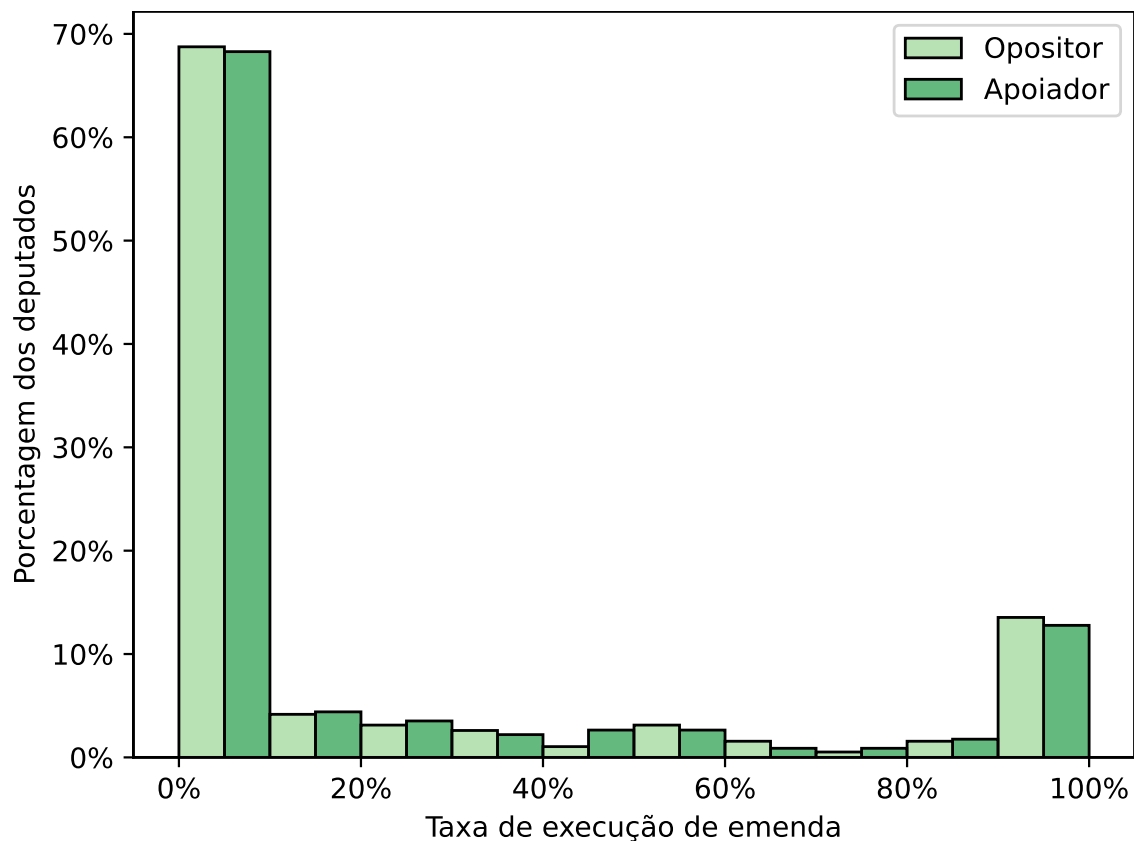
Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Figura 139 – Boxplot de execução financeira 2014



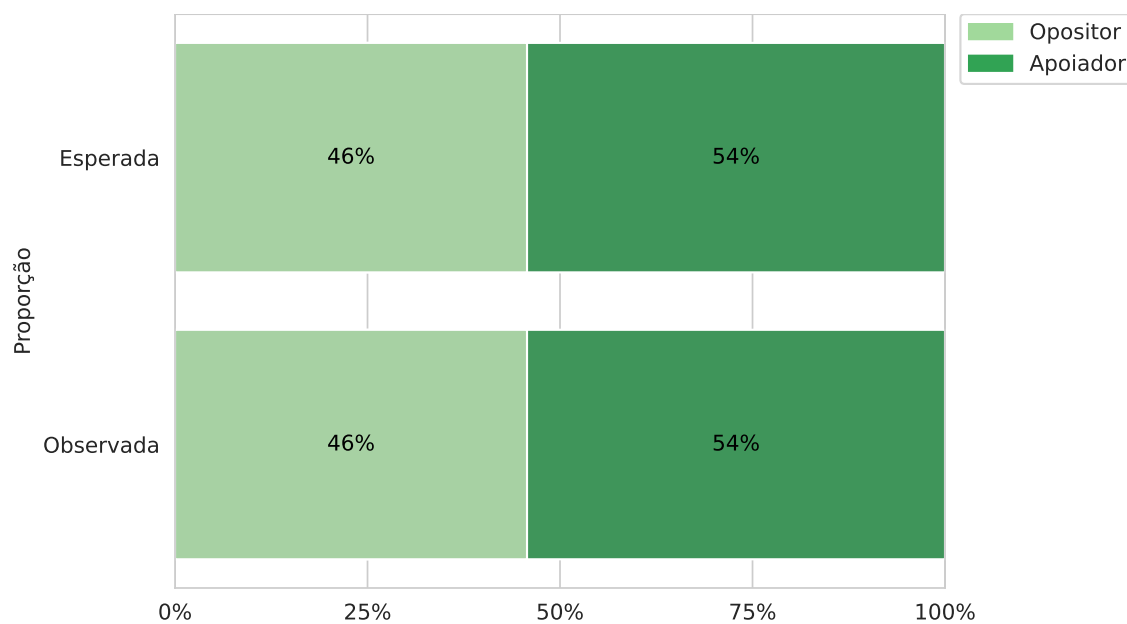
Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Figura 140 – Histograma comparada de execução de emenda 2014



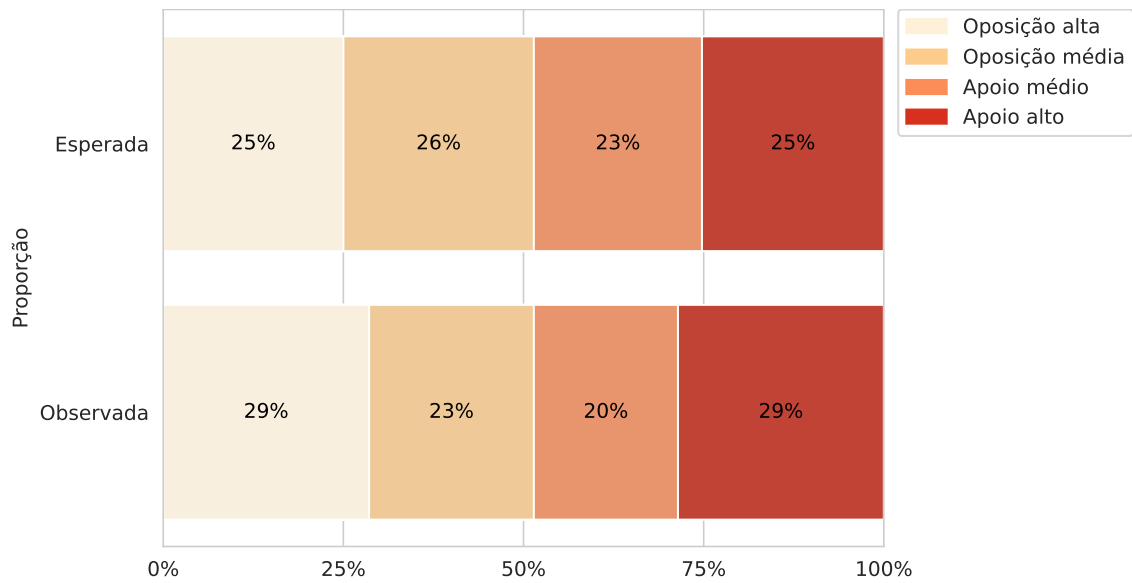
Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Figura 141 – Proporção de deputados entre os maiores executores de emenda 2014



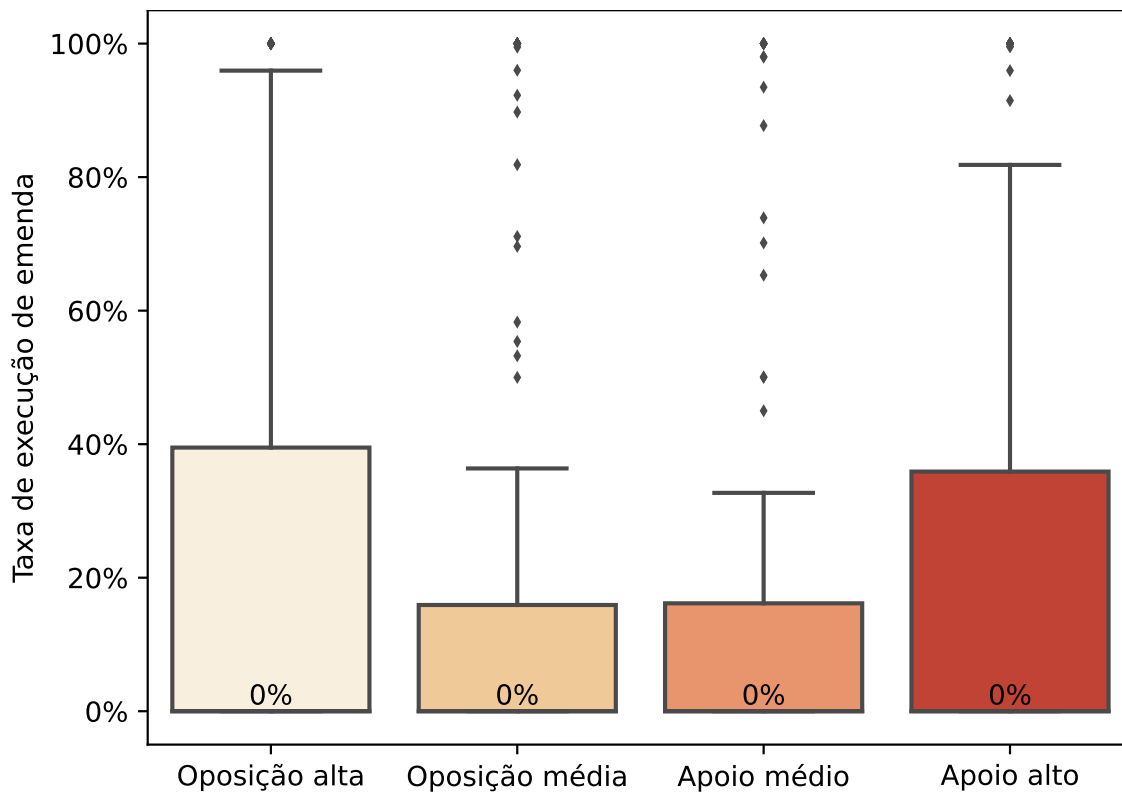
Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Figura 142 – Proporção de deputados entre os maiores executores de emenda 2014



Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

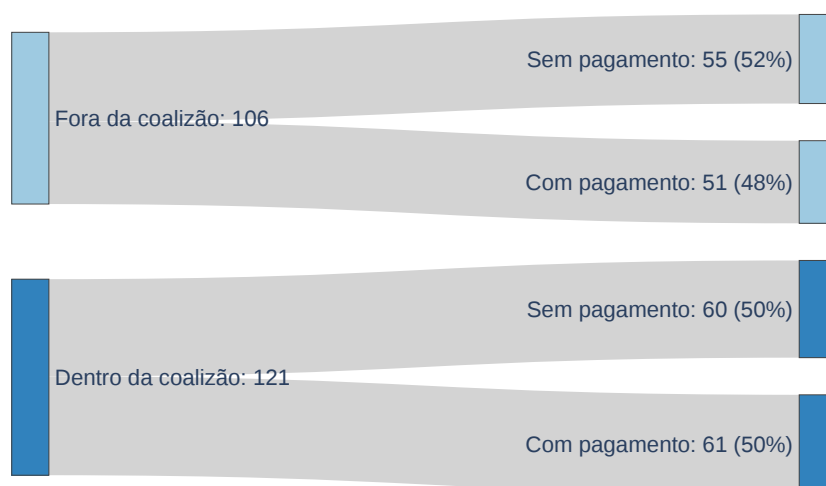
Figura 143 – Boxplot de execução financeira 2014



Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

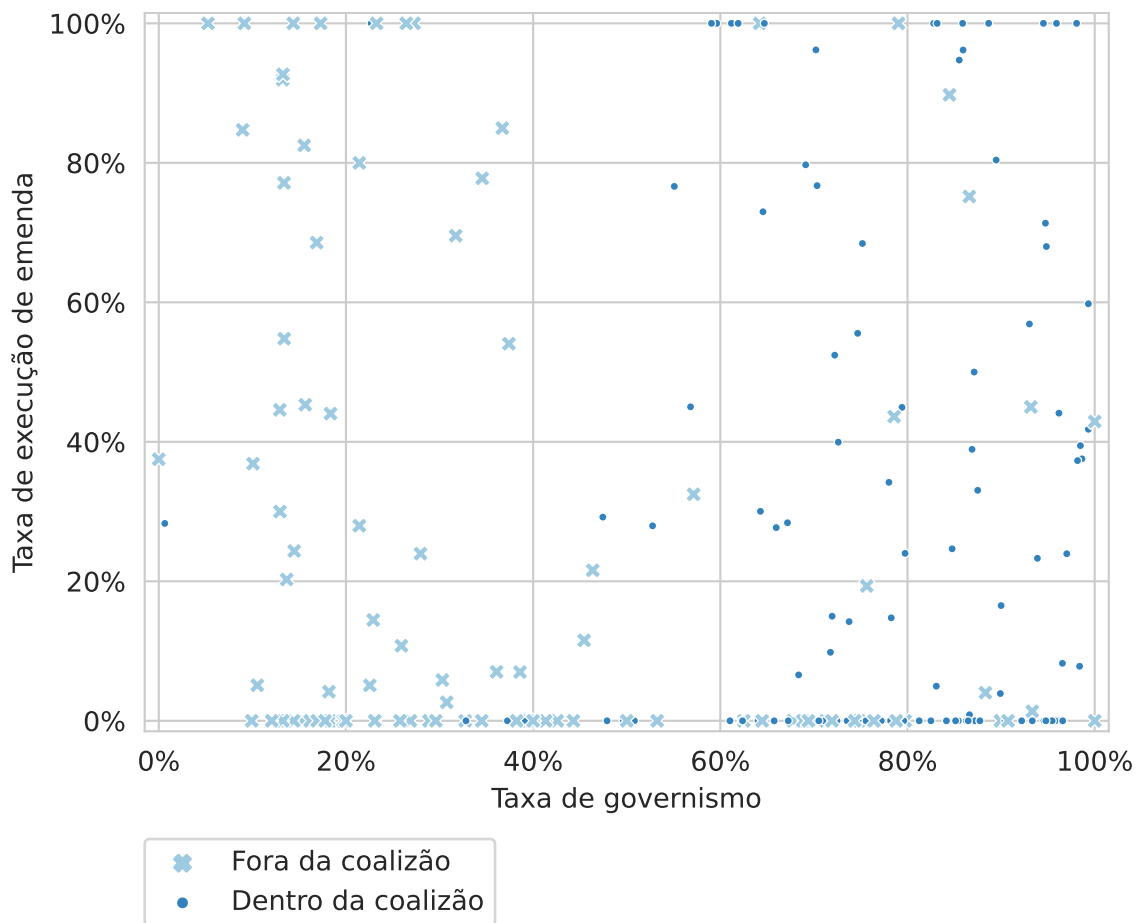
A.6 2015

Figura 144 – Deputados com execução financeira nula 2015



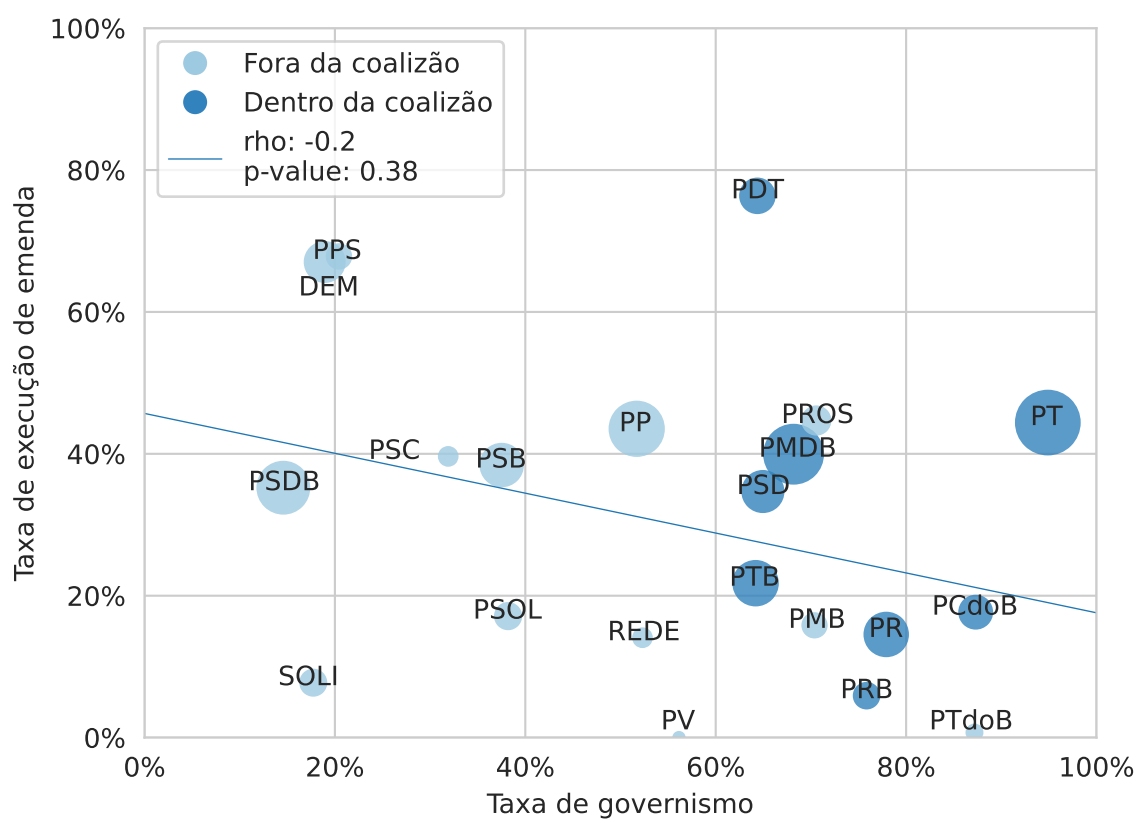
Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Figura 145 – Gráfico de dispersão de deputados 2015



Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

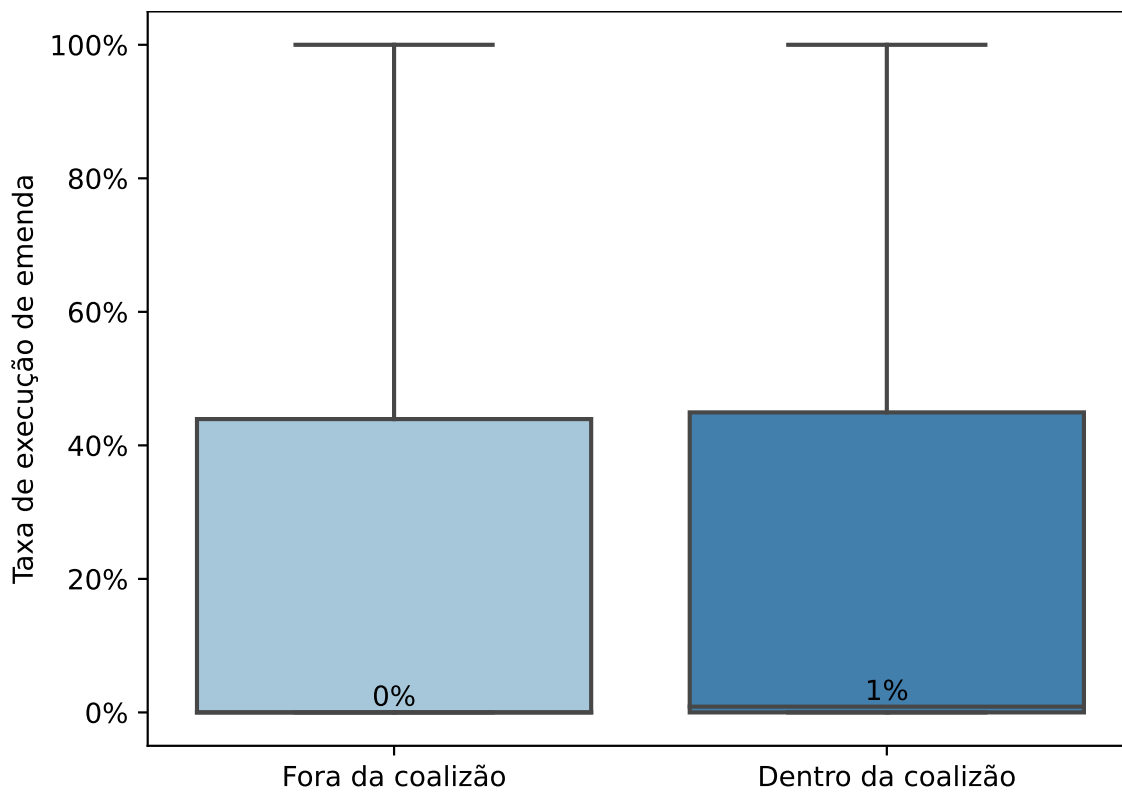
Figura 146 – Correlação entre TEE e TG agrupado por partido em 2015



Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

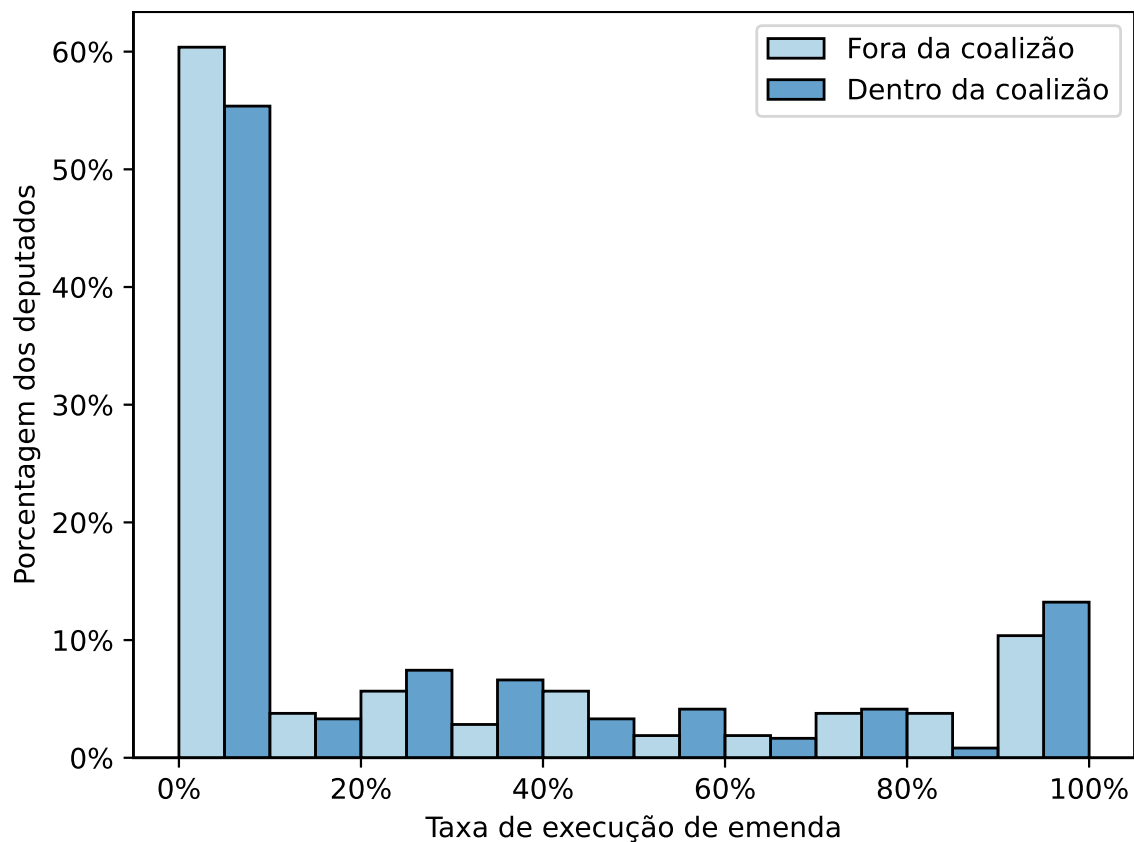
Nota: A área dos círculos é proporcional à bancada do respectivo partido.

Figura 147 – Boxplot de execução financeira 2015



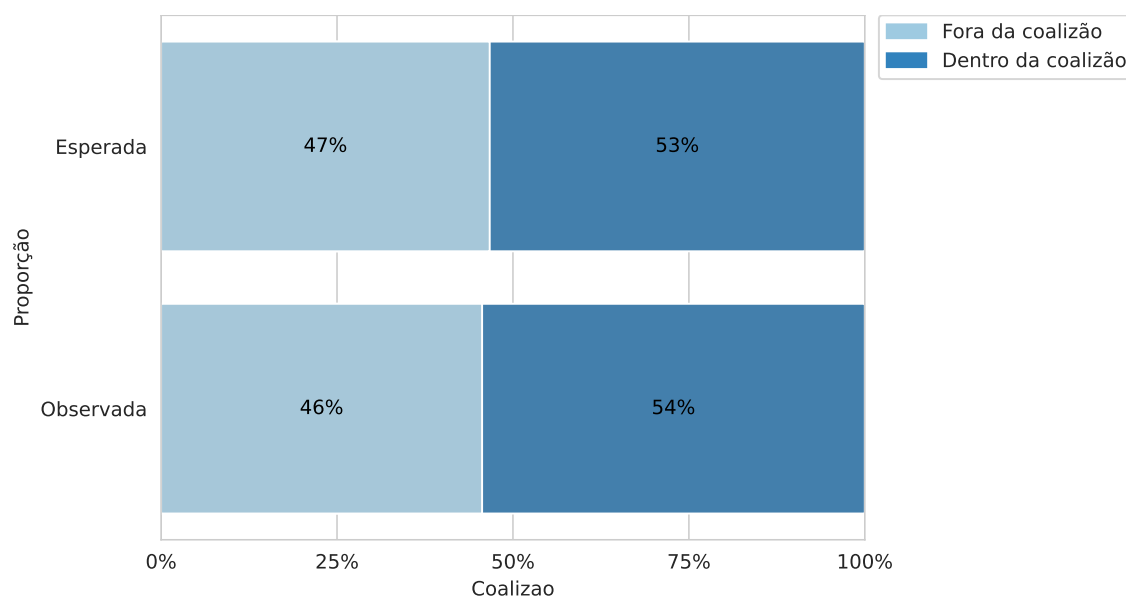
Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Figura 148 – Histograma comparada de execução de emenda 2015



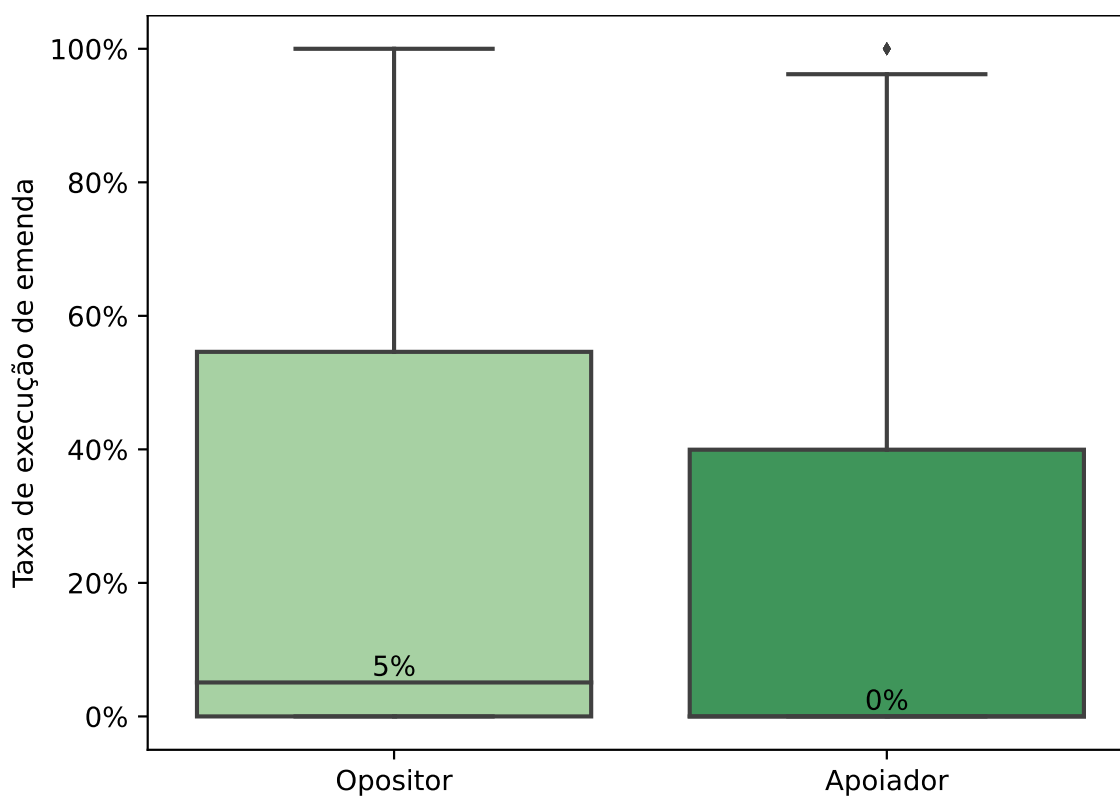
Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Figura 149 – Proporção de deputados entre os maiores executores de emenda 2015



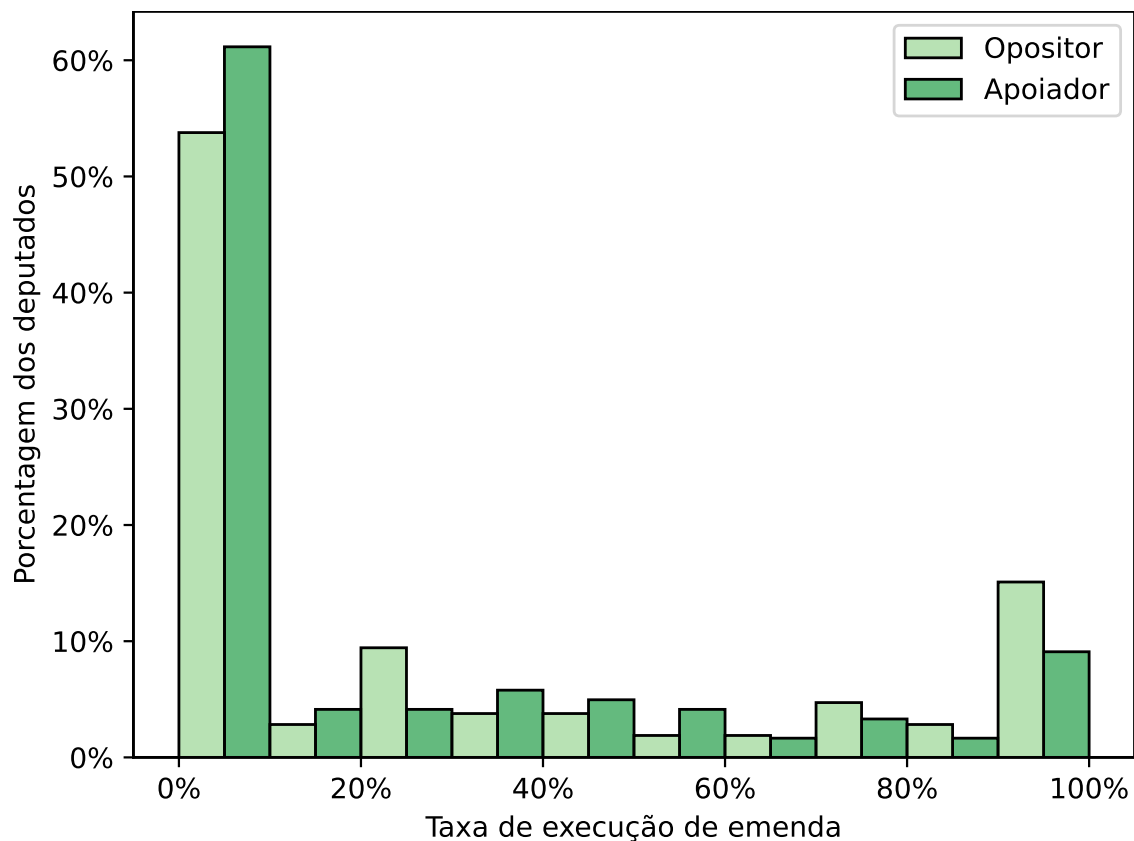
Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Figura 150 – Boxplot de execução financeira 2015



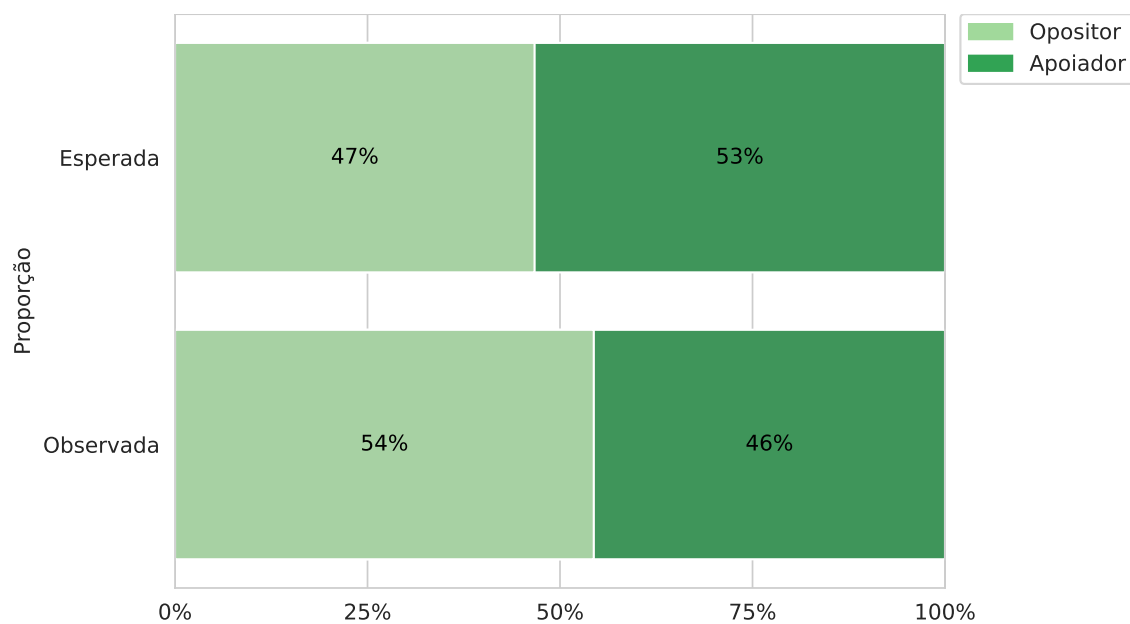
Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Figura 151 – Histograma comparada de execução de emenda 2015



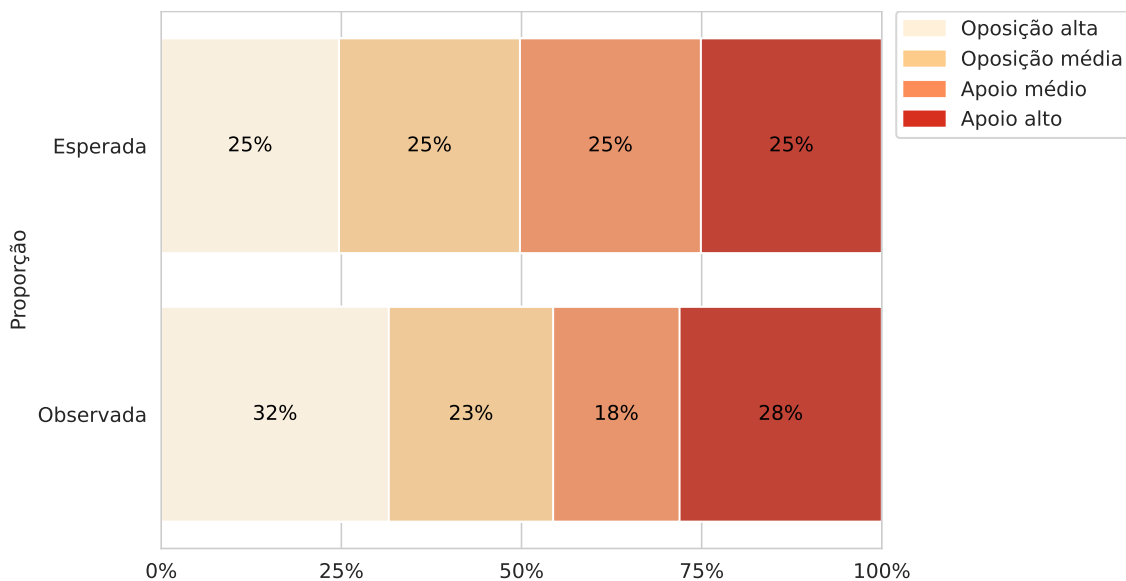
Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Figura 152 – Proporção de deputados entre os maiores executores de emenda 2015



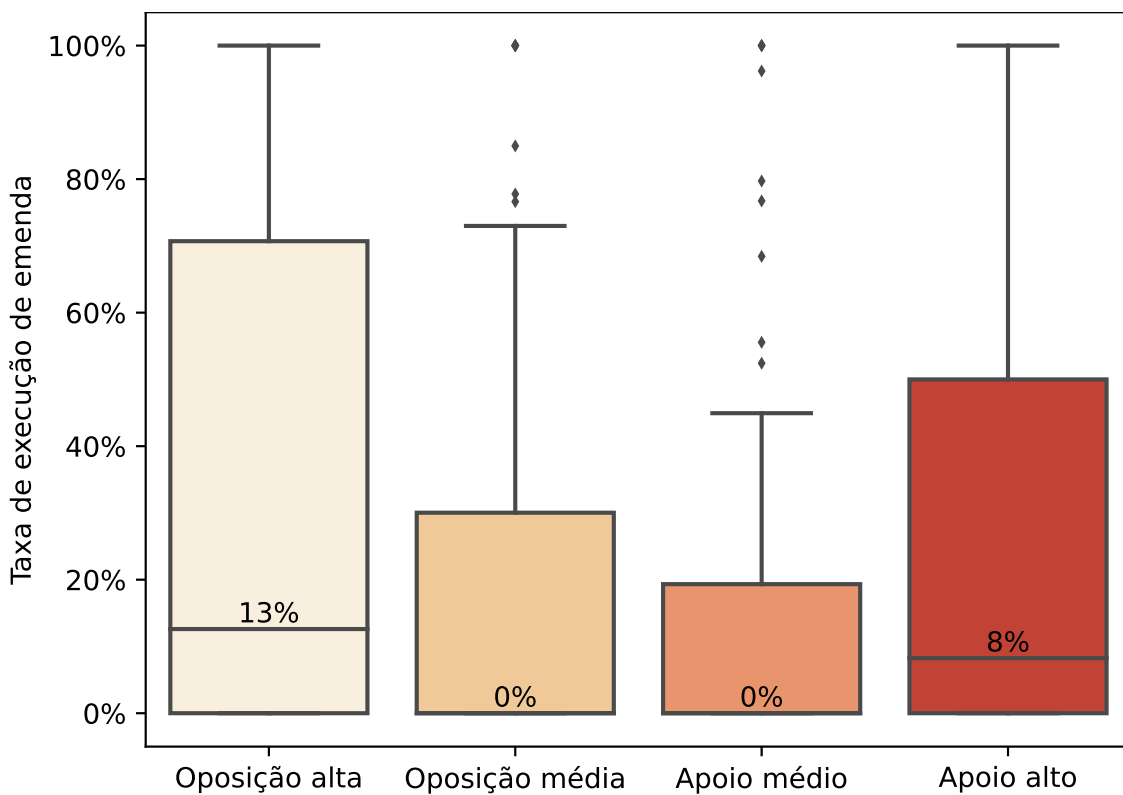
Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Figura 153 – Proporção de deputados entre os maiores executores de emenda 2015



Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Figura 154 – Boxplot de execução financeira 2015



Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

A.7 2016

Figura 155 – Deputados com execução financeira nula 2016



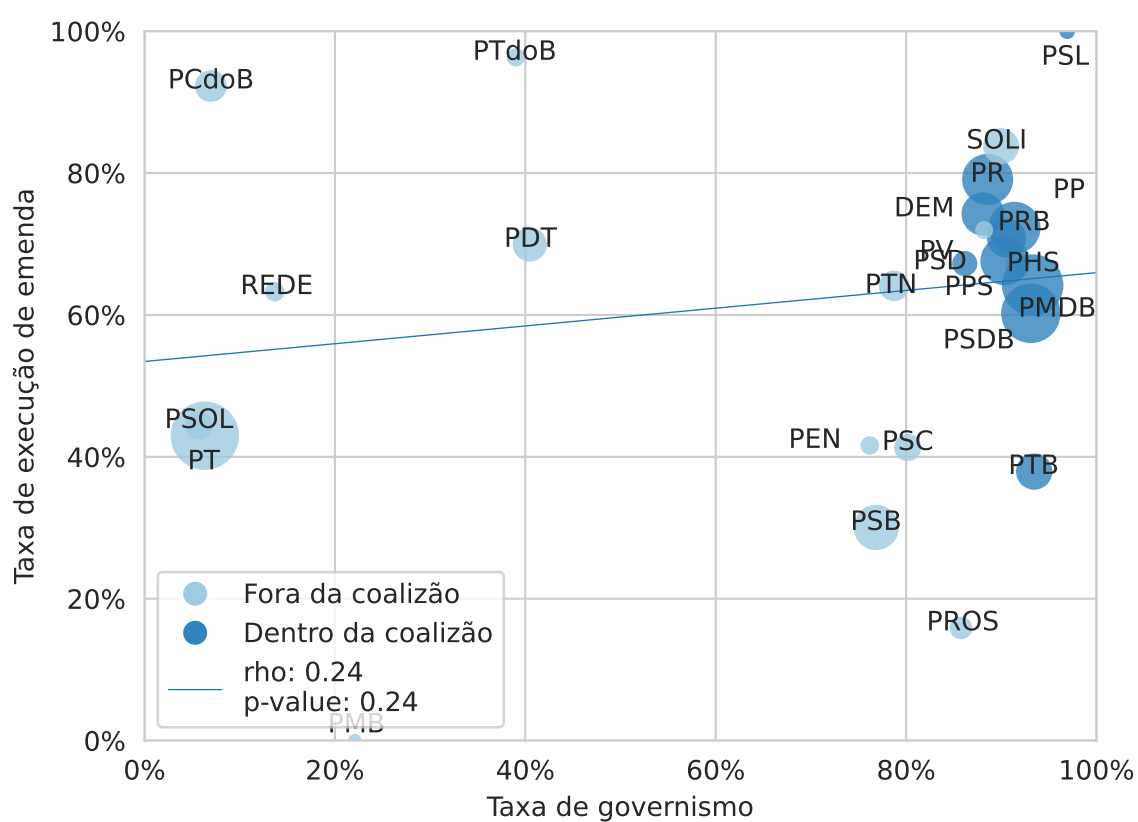
Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Figura 156 – Gráfico de dispersão de deputados 2016



Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

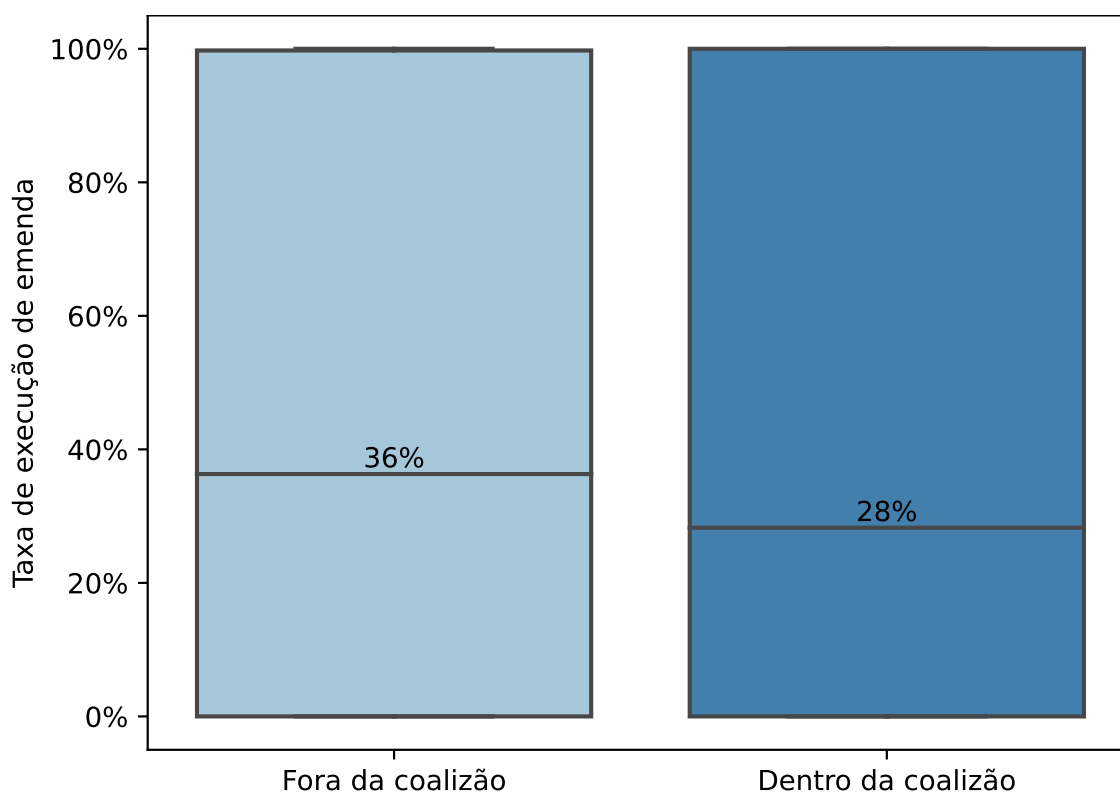
Figura 157 – Correlação entre TEE e TG agrupado por partido em 2016



Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

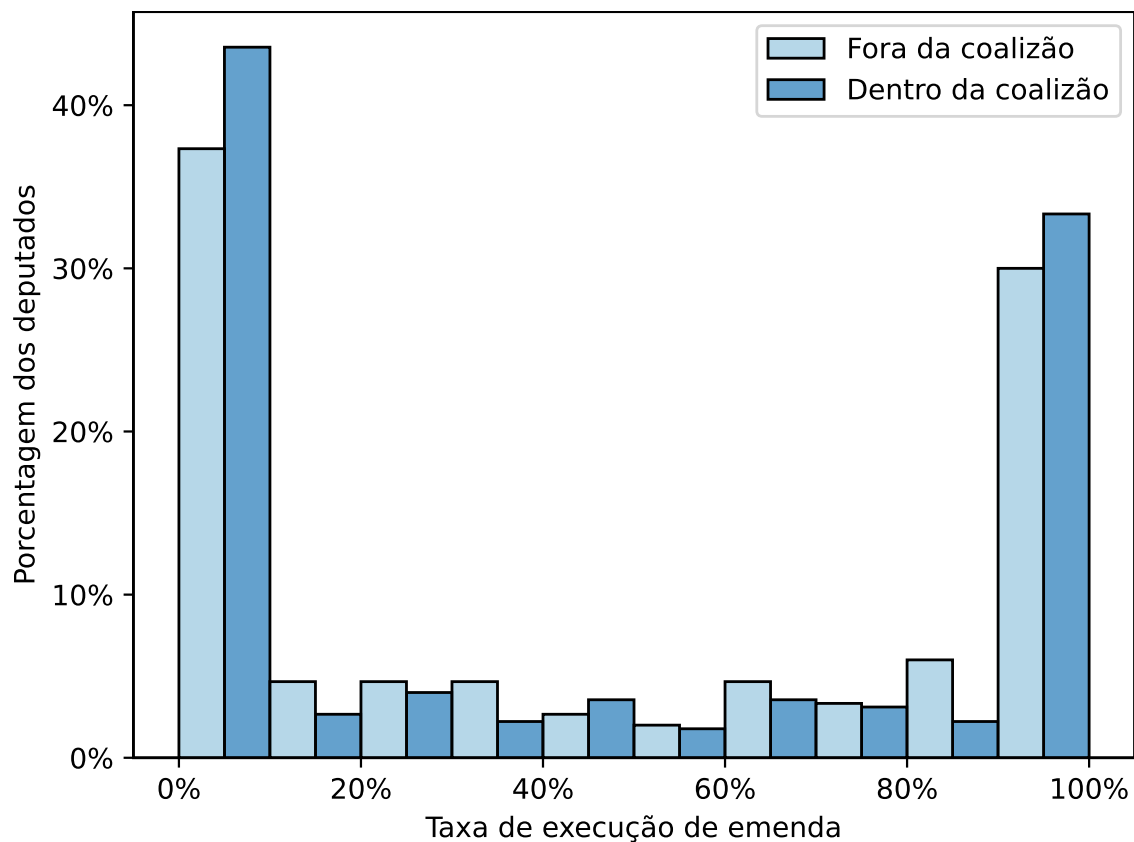
Nota: A área dos círculos é proporcional à bancada do respectivo partido.

Figura 158 – Boxplot de execução financeira 2016



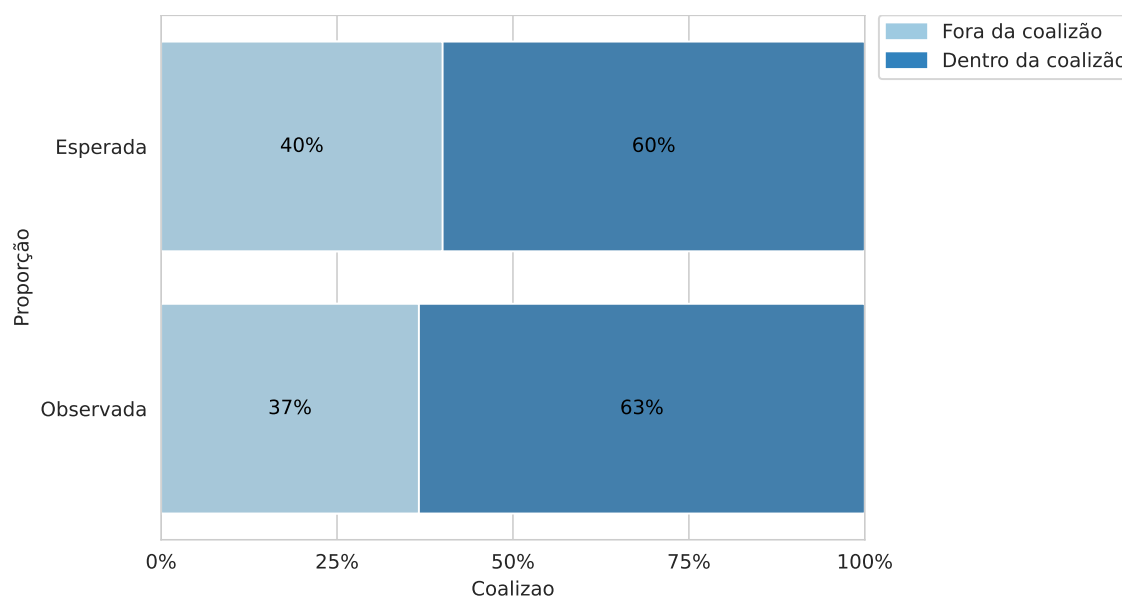
Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Figura 159 – Histograma comparada de execução de emenda 2016



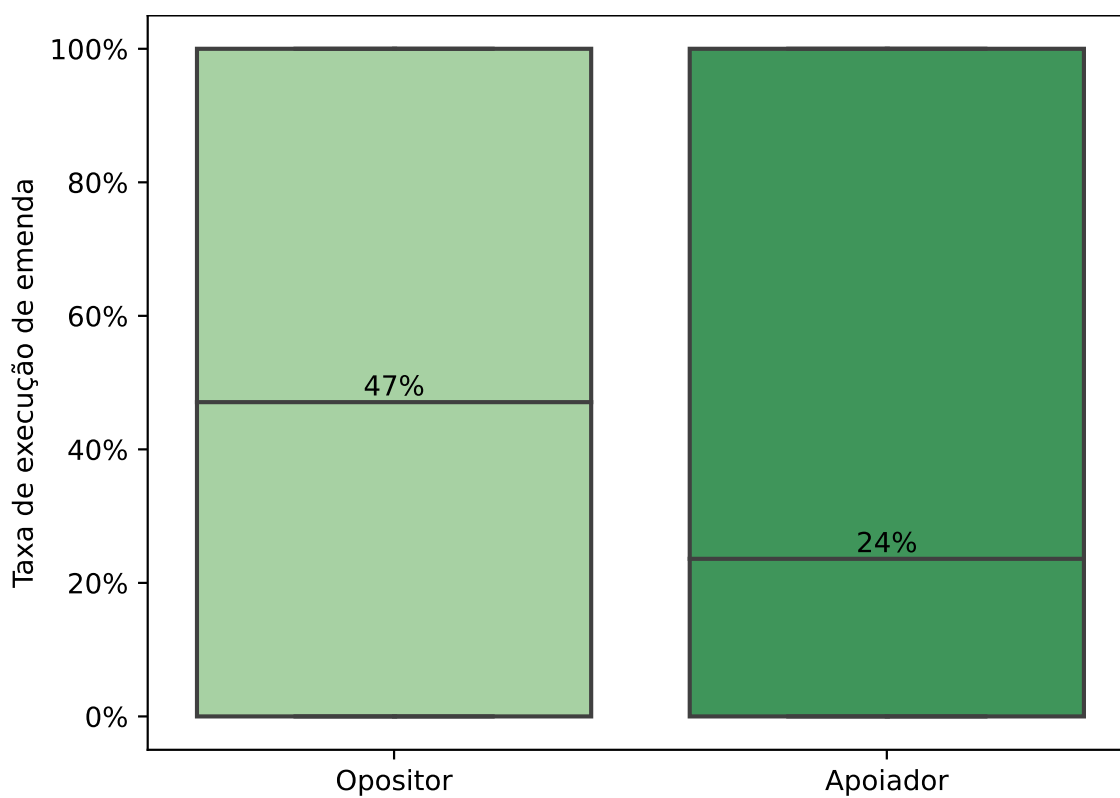
Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Figura 160 – Proporção de deputados entre os maiores executores de emenda 2016



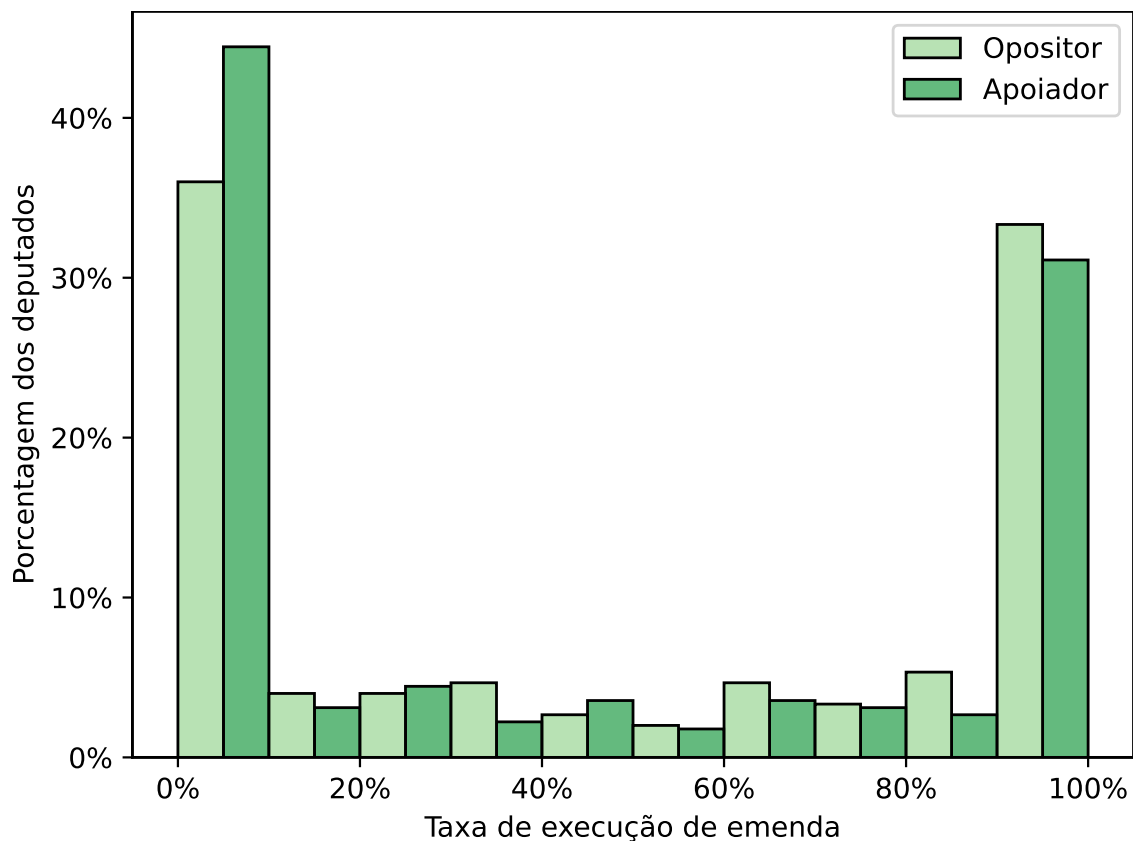
Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Figura 161 – Boxplot de execução financeira 2016



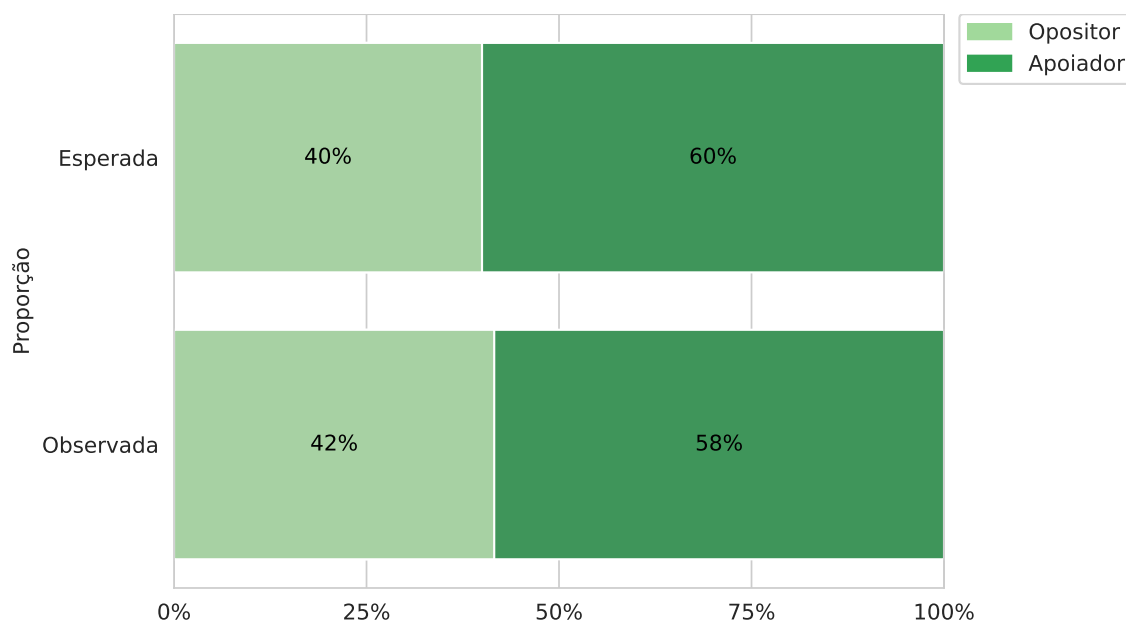
Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Figura 162 – Histograma comparada de execução de emenda 2016



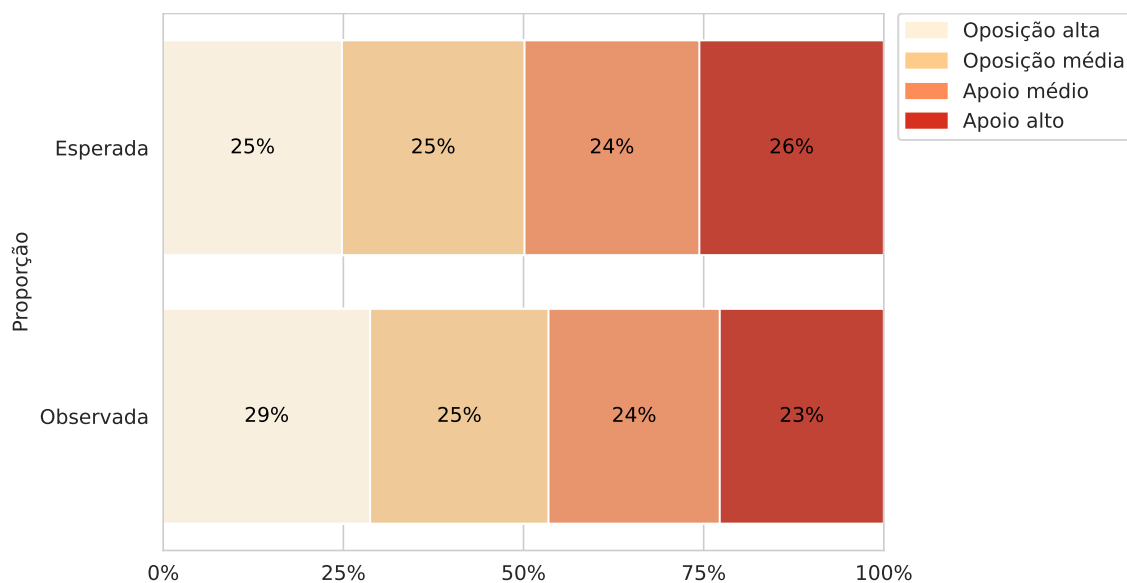
Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Figura 163 – Proporção de deputados entre os maiores executores de emenda 2016



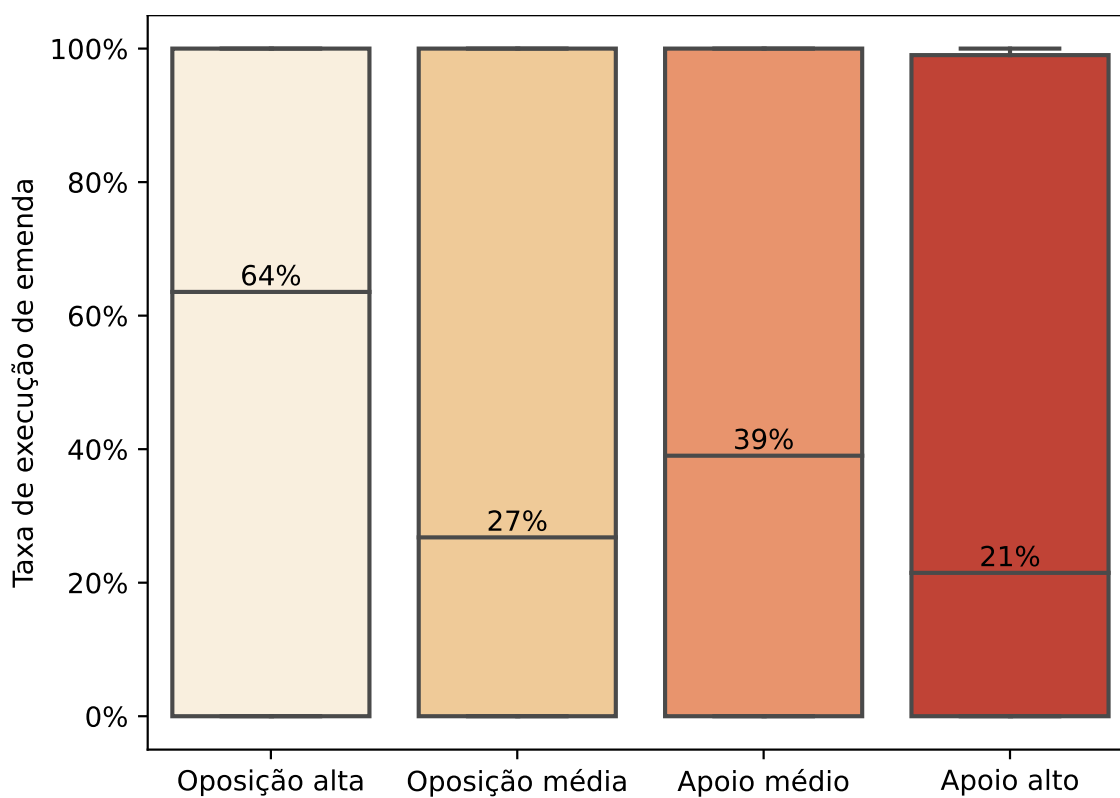
Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Figura 164 – Proporção de deputados entre os maiores executores de emenda 2016



Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Figura 165 – Boxplot de execução financeira 2016



Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

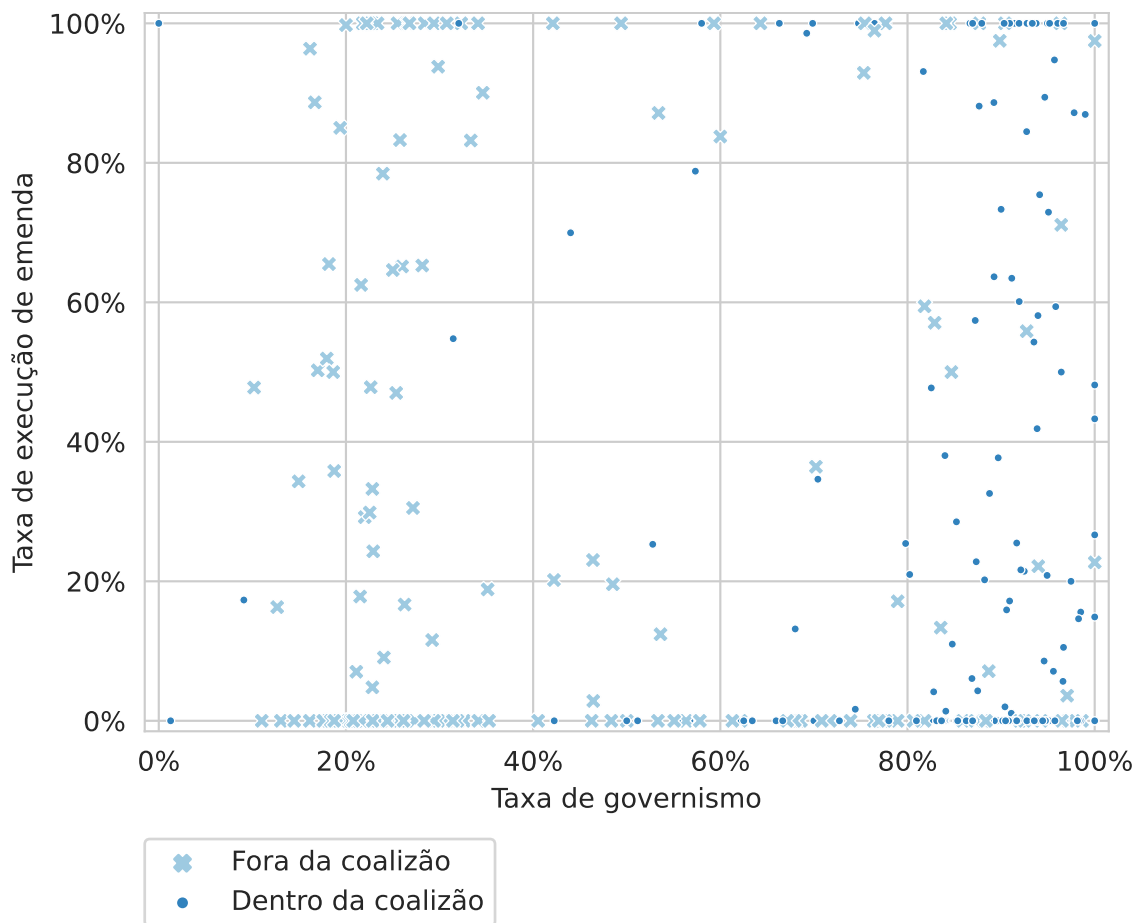
A.8 2017

Figura 166 – Deputados com execução financeira nula 2017



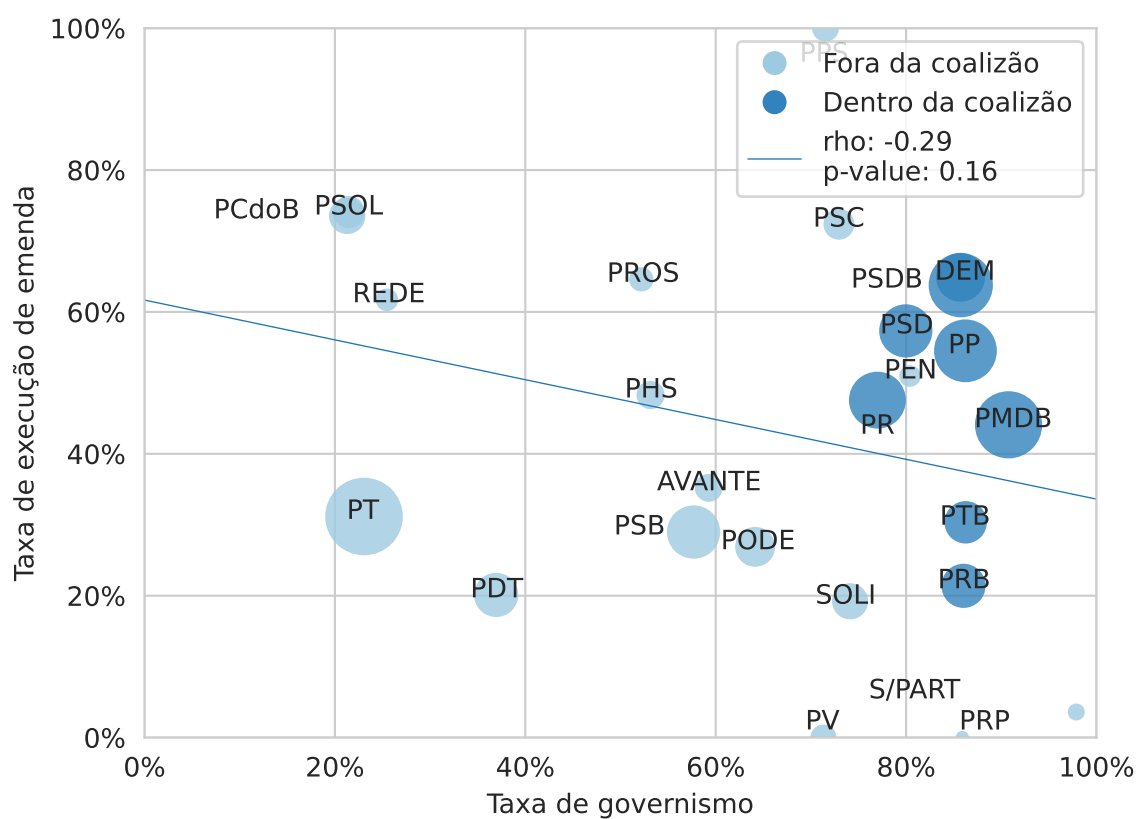
Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Figura 167 – Gráfico de dispersão de deputados 2017



Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

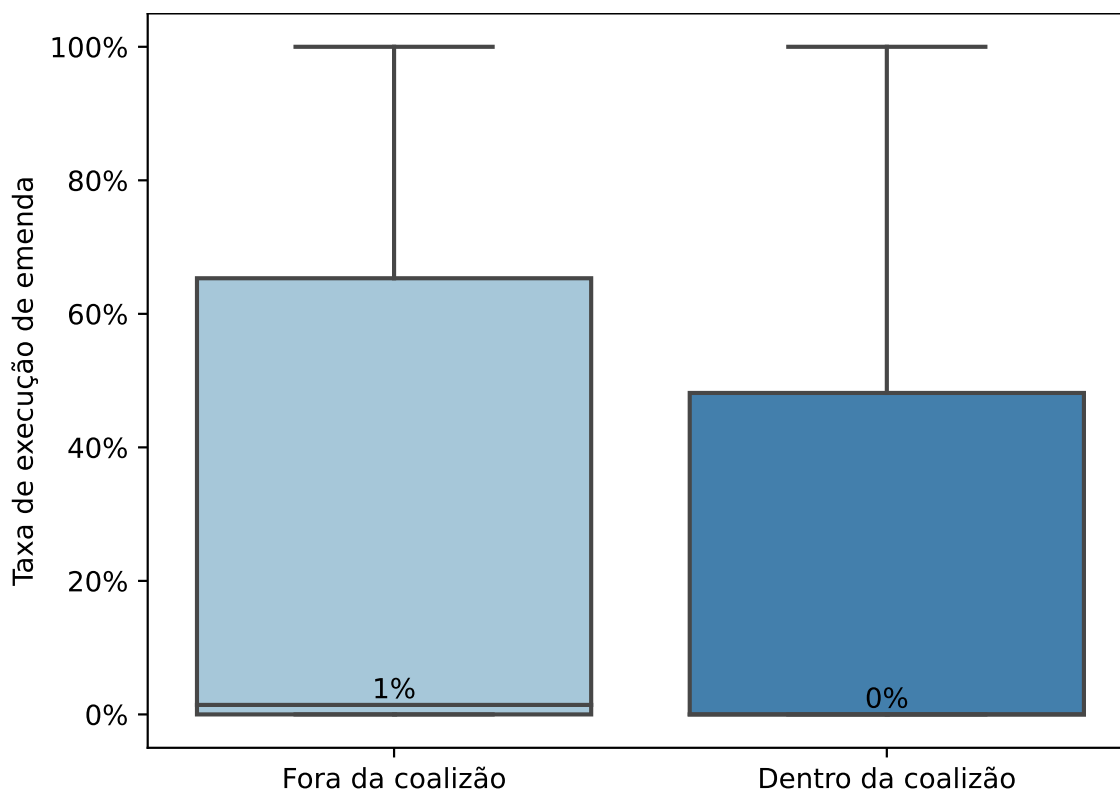
Figura 168 – Correlação entre TEE e TG agrupado por partido em 2017



Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

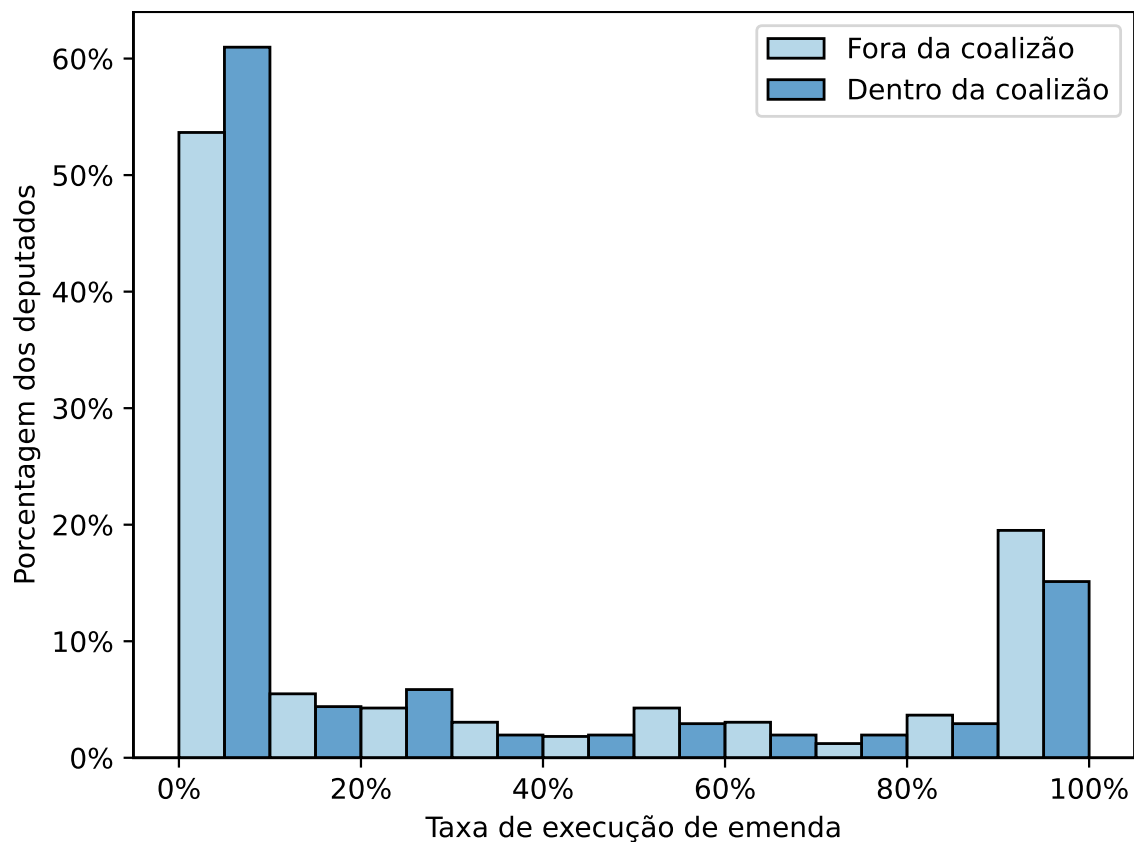
Nota: A área dos círculos é proporcional à bancada do respectivo partido.

Figura 169 – Boxplot de execução financeira 2017



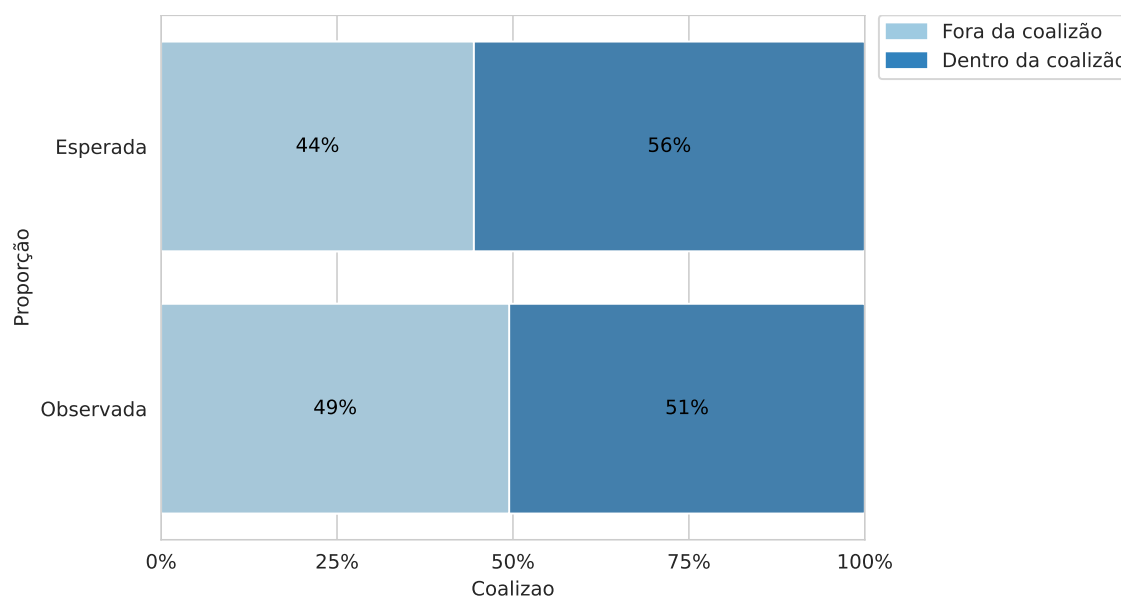
Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Figura 170 – Histograma comparada de execução de emenda 2017



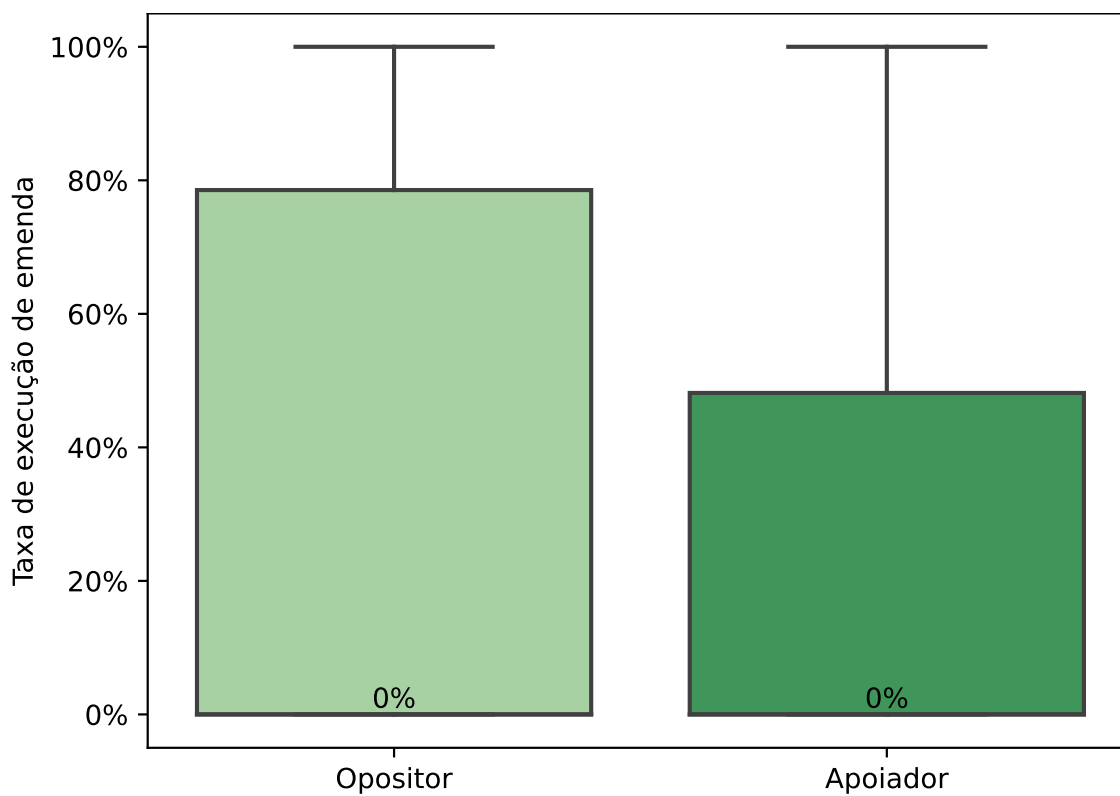
Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Figura 171 – Proporção de deputados entre os maiores executores de emenda 2017



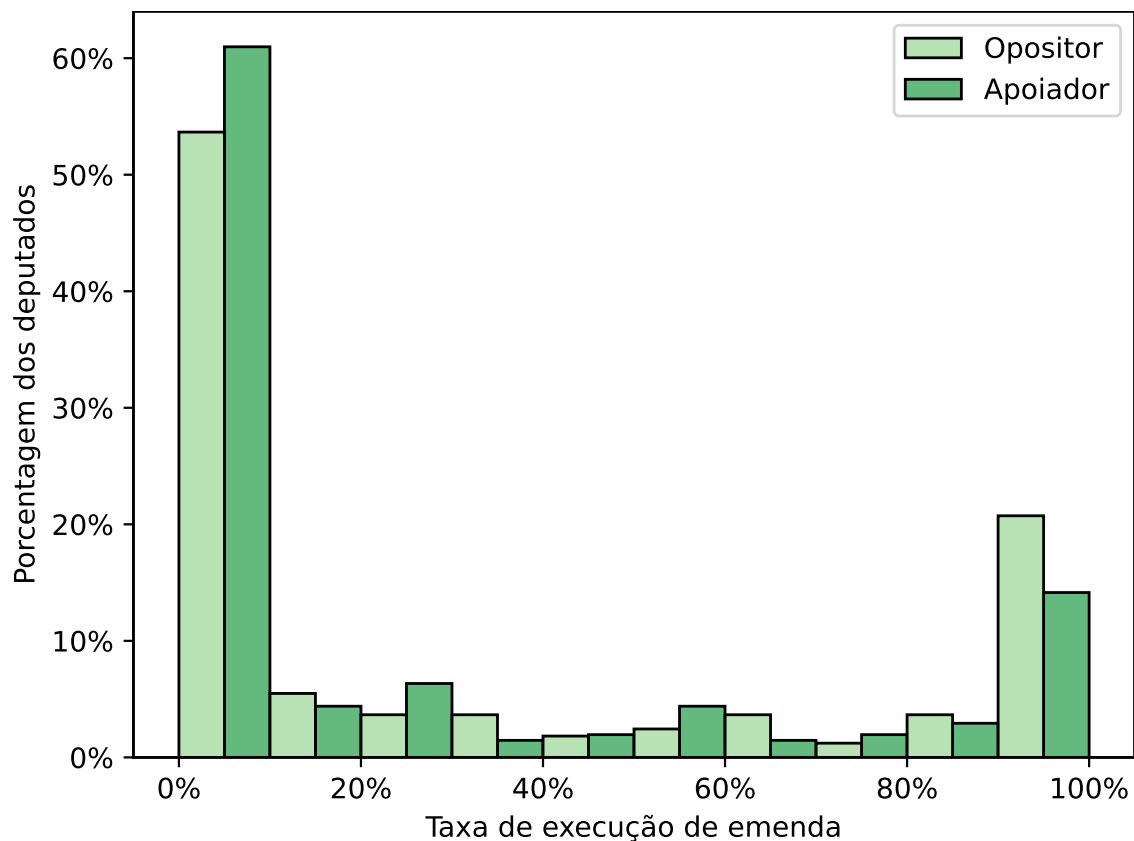
Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Figura 172 – Boxplot de execução financeira 2017



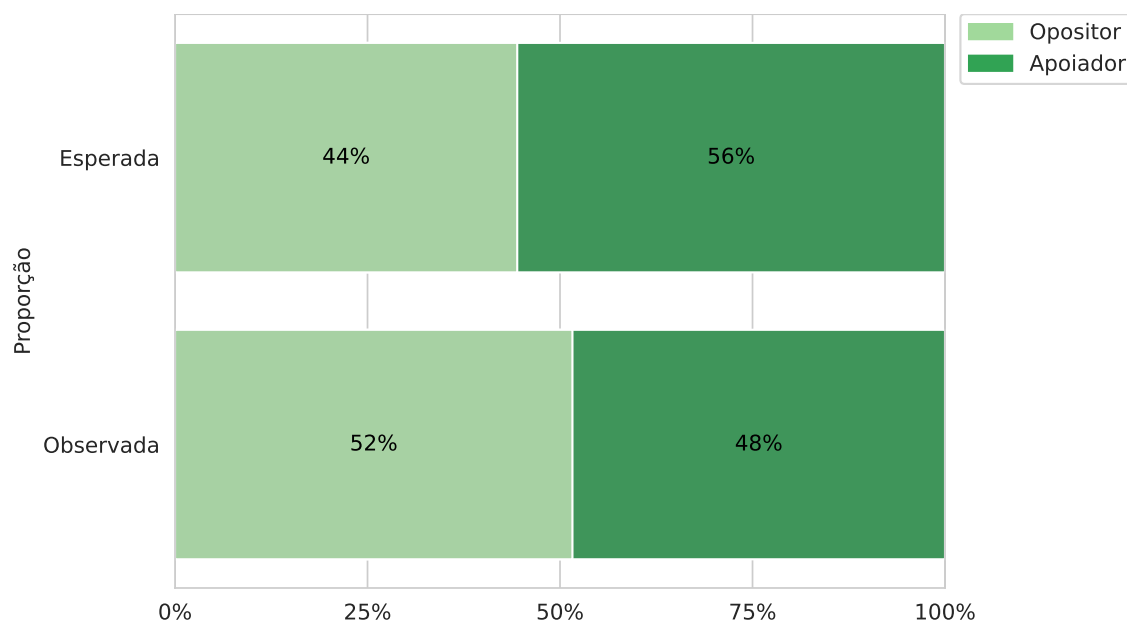
Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Figura 173 – Histograma comparada de execução de emenda 2017



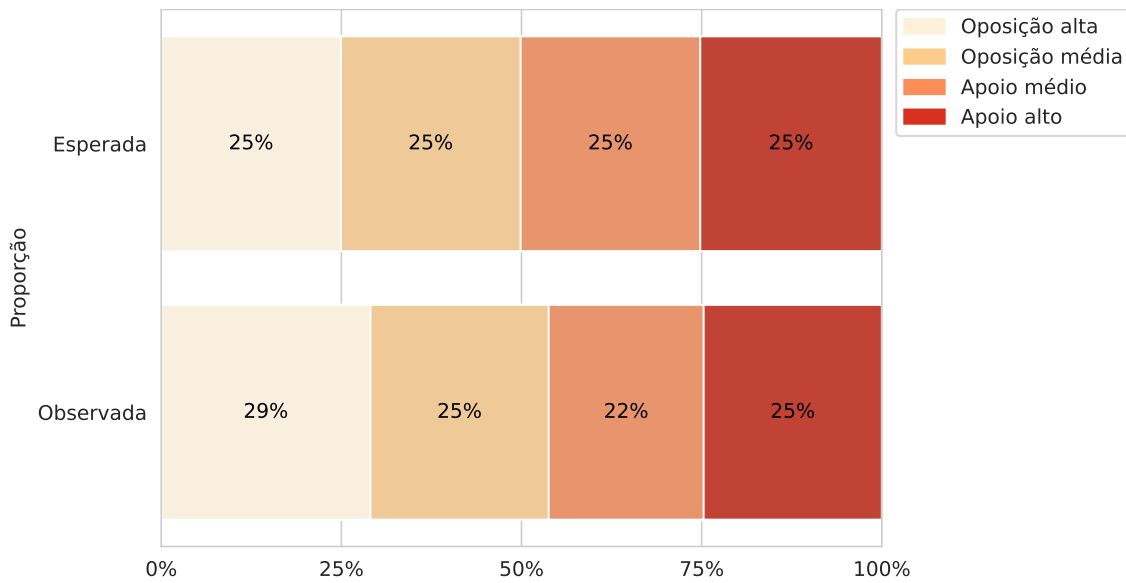
Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Figura 174 – Proporção de deputados entre os maiores executores de emenda 2017



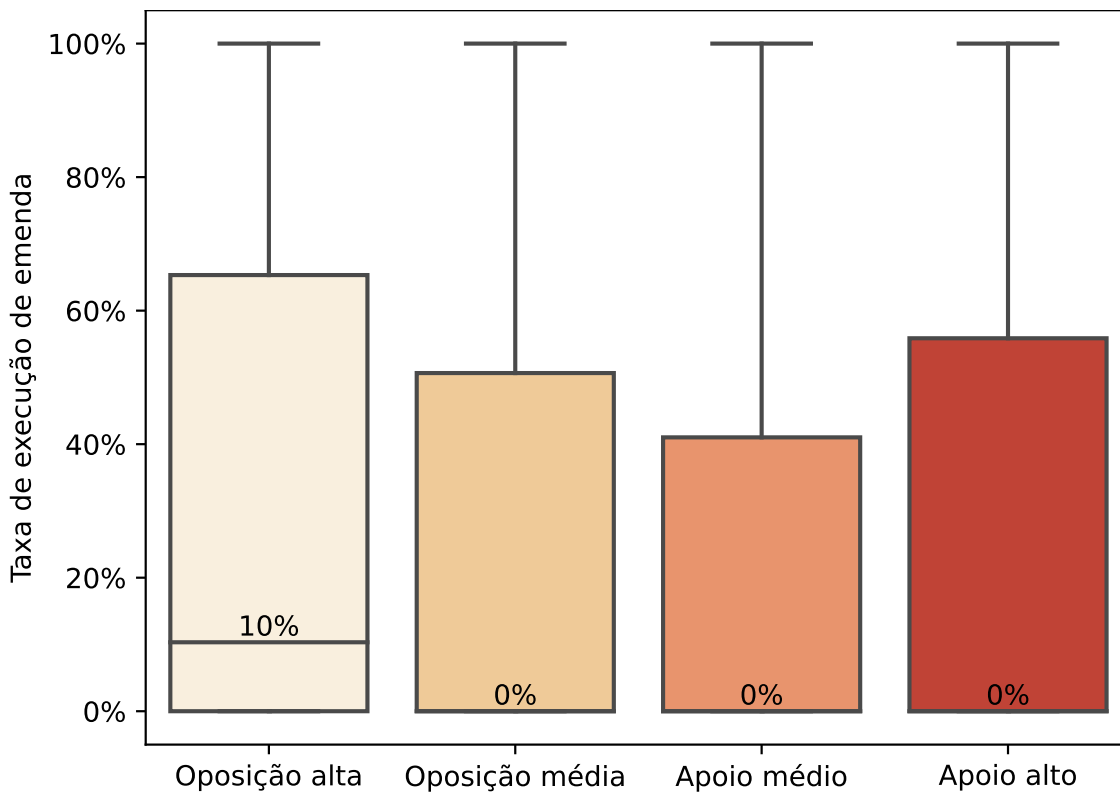
Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Figura 175 – Proporção de deputados entre os maiores executores de emenda 2017



Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.

Figura 176 – Boxplot de execução financeira 2017



Fonte: Produzido pelo autor com base nos dados do Siga Brasil e CEBRAP, ano 2023.